

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS

**PRISIONEIRO DA HISTÓRIA.**

TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS NA IMPRENSA NEGRA MERIDIONAL

Porto Alegre,

2011

JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS

**PRISIONEIRO DA HISTÓRIA.**

TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS NA IMPRENSA NEGRA MERIDIONAL

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Charles Monteiro

Porto Alegre,

2011

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**S237p** Santos, José Antônio dos  
Prisioneiros da história. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. / José Antônio dos Santos. – Porto Alegre, 2011.  
281 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História,  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.  
Orientador: Prof. Dr. Charles Monteiro

1. Rio Grande do Sul - História. 2. Negros - Rio Grande do Sul -  
História. 3. Imprensa Negra - Rio Grande do Sul. 4. Intelectuais  
Negros. 5. Negros - Participação Política. I. Monteiro, Charles. II.  
Título.

**CDD 981.65**

**Bibliotecária Responsável**

Anamaria Ferreira  
CRB 10/1494

JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS

**PRISIONEIRO DA HISTÓRIA.**

TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS NA IMPRENSA NEGRA MERIDIONAL

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 12 de agosto de 2011.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Álvaro Nascimento – UFRRJ

Profa. Dra. Angélica Zubaran – ULBRA

Prof. Dr. Paulo Staudt Moreira – UNISINOS

Profa. Dra. Margaret Marchiori Bakos – PUC-RS

Porto Alegre,

2011

Dedico esta tese aos militantes da velha guarda Abdias do Nascimento (1914-2011) e Walter Calixto Ferreira (1926-2011), o Mestre Borel, pelas vidas dedicadas às causas dos negros brasileiros.

Também dedico para a Isabela, o Antônio e a Gabriela, a nova geração que chegou para tornar o nosso mundo melhor.

## AGRADECIMENTOS

Todas as pessoas que se aventuram para a construção de uma tese sabem, de antemão, que a dedicação e o exercício intelectual serão grandes, mas nenhuma consegue prever a dor e a delícia de se chegar ao final. A pesquisa e a elaboração do documento consumiram energias inauditas, para as quais contei com o apoio de uma ampla rede de familiares, amigos, colegas, e demais interessados na minha saúde e no resultado do trabalho. O agradecimento a todos, mais do que um ritual de boas maneiras, é um momento necessário e saboroso, onde relembrei a importância de cada um na minha trajetória e na construção da tese.

Ao meu orientador, professor Charles Monteiro, pelo acolhimento do projeto, pelo estímulo intelectual continuado e pela confiança que sempre manifestou. Como ele é o atual Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o agradecimento é extensivo aos demais professores e assistentes administrativos do Programa. Nem por isso, vou deixar de agradecer, especialmente, aos professores René Gertz, Núncia Constantino Santoro e Margaret Bakos, que contribuíram com suas considerações em sala de aula e alguns momentos de lazer.

Também foi no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS que tive a oportunidade de compartilhar novamente as carteiras universitárias com colegas tão ilustres como: o Caiuá, o Arilson, a Tavama, a Fernanda, o Márcio, a Júlia, e tantos outros parceiros de jornada na construção dos respectivos trabalhos acadêmicos.

À Angélica Zubaran (ULBRA) e ao Flavio Heinz (PUC-RS), que participaram da minha Banca de Qualificação ao Doutorado, e que me auxiliaram na definição dos melhores caminhos para a finalização da pesquisa.

Aos colegas de trabalho do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rita Camisolão, Sinara Robin, Tânia, Patrícia, José Francisco e Oscar Moya.

Às amigas, Íris Germano e Jane Mattos, pela troca de bibliografias e pelo incentivo intelectual contínuo ao longo de tantos anos, desde a graduação no Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aos amigos de fé e irmãos de trajetória, André M. de Carvalho, Renata Brasil, Guilherme Pinz, Isabel Junqueira, Elmar G. de Assis, Maurício Nunes, Ricardo Kunrath, Renato Neves, Émerson Guimarães e Elaine Lucena.

Aos meus familiares, Ana, Fátima, João, Jorge, Adriana, Elói e Davi. Especialmente, para a Simone e para a Kenia, por compartilharem comigo a grandeza do amor e da vida.

## RESUMO

A principal fonte de pesquisa da presente tese foram os jornais dirigidos para a população negra no estado do Rio Grande do Sul (Brasil), nos anos de 1892 a 1930. Reconhecida pela historiografia brasileira como imprensa negra, os periódicos nos deram a possibilidade de refletir sobre a participação política dos negros na história do Estado. Nessa direção, no primeiro capítulo, buscamos dialogar com as recepções das categorias de “pós-abolição”, “pós-colonialismo” e “diáspora africana” no Brasil, e a importância do Movimento Negro para a emergência da historiografia recente, que passou a definir outros lugares para os negros na história do país. No correr da tese, fizemos uso dos conceitos de etnicidade, memória social, “dupla consciência”, dentre outros, para entender como se deu o processo de inserção e mobilidade social dos jornalistas e redatores. Eles usaram os jornais como meios de comunicação com o que se passava no Estado, no país e nos Estados Unidos, e ocuparam os lugares sociais de lideranças étnicas que definiram as estratégias de superação do racismo e do preconceito.

**Palavras-chave:** Imprensa Negra. Rio Grande do Sul. Intelectuais Negros. Participação Política.



## ABSTRACT

The primary sources used for the present thesis consisted of newspapers published between 1892 and 1930 that were intended for the afro-descendant population of Rio Grande do Sul state, Brazil. Known in Brazilian historiography as the Black Press, the periodicals gave us the possibility to reflect on the political participation of the afro-descendant population in the history of the state. Thus, in the first chapter we focused on a dialogue with the reception of the categories of “post-abolition”, “post-colonialism” and “African Diaspora” in Brazil, as well as on the importance of the Black Movement to the emergence of the recent historiography, which began to establish additional roles for the afro-Brazilians in the history of the country. Further along in the thesis, we used the concepts of ethnicity, social memory, and double consciousness, among others, to understand the process of social insertion and mobility of the journalists and editors. They used the newspapers as a means of communication with what was happening in the state, in the country and in the United States of America, received social recognition as ethnic leaders and set strategies for overcoming racism and prejudice.

**Keywords:** Black Press. Rio Grande do Sul. Black Intellectuals. Political Participation.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Figura 1 – Reprodução fotográfica da Irmandade de Nossa Senhora do Divino Espírito Santo. ....167
- Figura 2 – Reprodução fotográfica do “Pequeno Otelo” .....187

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>12</b>
<b>2 ROMPENDO FRONTEIRAS DA ABOLIÇÃO E DA LIBERDADE .....</b>	<b>27</b>
2.1 Intelectuais negros e a construção do pensamento social brasileiro .....	28
2.2 Movimento negro e a renovação historiográfica .....	37
2.3 Centenário da Abolição e as disputas pela memória nacional .....	49
2.4 Problematizando as categorias de pós-abolição e pós-colonialismo .....	63
<b>3 UMA ARQUEOLOGIA DOS JORNAIS NEGROS .....</b>	<b>79</b>
3.1 Imprensa negra. “Auto-retrato do negro por ele mesmo” .....	79
3.2 “Na pena tosca dos jornalistas negros” do Brasil Meridional .....	90
3.3 Jornais negros: órgãos críticos e noticiosos .....	106
3.4 Combate à sombra da lei: leitores e jornalistas negros .....	119
<b>4 O PASSADO NOS CONDENA. INTELECTUAIS E POLÍTICA .....</b>	<b>142</b>
4.1 “Estratégias étnicas” e trajetórias intelectuais .....	145
4.2 Lideranças negras e organizações políticas .....	169
4.3 “O negro civilizado na voz imparcial da História” .....	190
4.4 Entre cartas, jornais e alfarrábios ou como inventar uma biografia .....	210
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>241</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>245</b>
<b>FONTES E LOCAIS DE PESQUISA .....</b>	<b>267</b>
<b>ANEXOS</b>	

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos últimos quatro anos trabalhei com os periódicos produzidos por jornalistas e redatores negros do Rio Grande do Sul. No imediato pós-abolição eles buscavam interlocutores junto aos vários extratos sociais e etnorraciais da população no Estado, dentre estes, se dirigiram preferencialmente para os negros das classes populares.<sup>1</sup> Eles eram pessoas que circulavam pelas cidades, que interagiam em distintos níveis sociais, culturais e políticos, e que consumiam produtos, ideologias e comportamentos. Tinham entendimento da realidade em que viviam e se posicionavam na arena das disputas políticas, simbólicas e de representação, defendiam seus interesses, e, melhor de tudo, deixaram tudo isso escrito!

O núcleo central da tese foram, inicialmente, os jornais *O Exemplo* (1892-1930) e *O Astro* (1927-1928), mas no correr da pesquisa encontrei um exemplar do jornal *A Liberdade*, da cidade de Bagé, onde foi fundado, em 1919. A partir de 1921, o periódico passou a ser publicado em Porto Alegre, onde tive a oportunidade de comprovar a sua existência até o ano de 1925. O jornal *A Tesoura*, por sua vez, era um mensário publicado em Porto Alegre, que foi fundado, em 1924, e que deixou notícias até o final do ano seguinte. Já *O Succo*, foi um quinzenário, publicado em Santa Maria a partir de 1922, e sobre o qual encontrei registros, em 1925. Finalmente, coloquei as mãos em dois volumes do jornal *A Hora*, que foi publicado na cidade de Rio Grande a partir de 1917, e que deixou “rastros” até o ano de 1934. Todas estas publicações nos legaram registros impressos e eram portadoras de características próprias, que serão apresentadas no capítulo 3 desta tese, e me levaram a defini-las como constituintes do que entendo como imprensa negra sul-riograndense ou meridional.

A extensão geográfica na qual estavam dispersos os jornais no Estado, contudo as diferenças das cidades e regiões, o número de exemplares encontrados e a

---

<sup>1</sup> A categoria “negro” é a mais usada pelas ciências humanas para definir e dar unidade conceitual aos descendentes dos africanos escravizados. Reconheço as diferenças teóricas e políticas que justificam os usos dos termos “negro” e “afro-brasileiro”, e utilizo ambos como sinônimos para identificar o mesmo grupo étnico-racial, uma vez que são categorias socialmente aceitas e foram legitimadas academicamente no Brasil. Conforme demonstrarei no correr da tese, a primeira categoria foi disputada no mercado de representações identitárias do período estudado e, paulatinamente, ao longo da história da imprensa negra, se consolidou como dispositivo de identificação étnica e passou a representar a população afrodescendente brasileira.

diversidade de orientação editorial, tornaram possível vislumbrar uma cartografia dos principais temas abordados e uma tipologia dos personagens que estavam envolvidos com a fundação e a permanência dos jornais ao longo dos anos. Os problemas com o preconceito racial e as soluções apontadas para a inserção e a ascensão social, as visões de mundo e as ações voltadas ao lazer, ao trabalho, educação, religiosidade, cultura, e as inter-relações com a sociedade dominante se deram de formas aproximadas dentre eles. A reivindicação por igualdade de direitos civis foi manifestada nas páginas da imprensa negra com relatos cotidianos de atos racistas e preconceituosos, omissões de autoridades e proibições de circular em espaços públicos.

A proposta metodológica foi se aproximar dos periódicos de Cachoeira do Sul, *O Astro*, e Porto Alegre, *O Exemplo*, e pesquisar os demais jornais para compor uma caracterização da imprensa negra sul-rio-grandense. O objetivo inicial foi definir o que entendo como imprensa negra no Estado e compreender como os intelectuais negros lidaram com a “herança da escravidão”. O problema da pesquisa era entender como os jornalistas e redatores negros deram significados novos à liberdade, ou seja, como estenderam a noção de liberdade e cidadania além dos desígnios iniciais definidos em termos precários pelo ato de 13 de maio de 1888.<sup>2</sup>

A partir dos fundamentos teóricos e metodológicos da história social e, mais diretamente da “micro-história”, procurei verificar se houve alguma troca de exemplares, influências mútuas entre os redatores ou conhecimento prévio dos jornais mais tardios e a fundação dos primeiros periódicos. Também me detive em entender quais eram as estratégias de sobrevivências e as formas de mobilidade social acionadas pelos responsáveis pela fundação e manutenção dos jornais.

A construção da tese foi um exercício narrativo que procurou articular os microcosmos dos indivíduos, ao mesmo tempo em que se buscou identificar as estruturas, – leis, instituições, condicionamentos, modos de pensar –, que definiram as direções das ações individuais e coletivas. A inspiração teórica e metodológica

---

<sup>2</sup> Convém lembrar que a lei de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea como foi denominada, continha apenas duas frases: Artigo 1. – É declarada extinta a escravidão no Brasil. Artigo 2. – Revogam-se as disposições em contrário. Conforme deixou escrito o geógrafo de formação, historiador, economista e marxista por opção, Prado Júnior (1969, nota 64, p. 180), na década de 1940: “Quanta luta, quanto heroísmo também para arrancar estas duas frases tão simples, mas tão grandes ao mesmo tempo, do reacionário e escravocrata Império brasileiro!”. De fato, apenas “duas frases tão simples” se revestiram de significados fundamentais para boa parte da população negra, embora não estivessem acompanhadas de qualquer outra medida compensatória pelos três séculos de exploração.

nesse sentido, veio da leitura de Carlo Ginzburg, (2007), principalmente, do capítulo que tinha o título de “Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito”.

O nobre historiador italiano, mais do que buscar os primórdios e definir os fundamentos da micro-história, como a consagrada idéia da redução da escala da pesquisa que se aproxima o quanto possível do seu objeto, refletiu sobre a sua própria inserção nesse universo de pesquisa. Ele propôs um desafio aos historiadores: pensar o micro-universo da sua própria existência e as influências sociais, políticas, literárias, historiográficas e familiares que sofremos ao longo da nossa trajetória intelectual. Esse foi um exercício intelectual que persegui durante toda a elaboração da tese e espero que o leitor acompanhe.

O uso da língua pátria, a política, a religião, a cultura, a classe social, a memória coletiva, e as disputas entre a condição e a identificação étnico-racial dos intelectuais negros, ofereceram horizontes interpretativos para a pesquisa. Assim como a trajetória pessoal do autor e as possibilidades historiográficas, teóricas e metodológicas que deram asas para a liberdade condicionada da “jaula flexível e invisível da onde não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação”.<sup>3</sup>

É uma tentativa de pensar uma história social, conforme definida mais adiante, aberta ao diálogo teórico e metodológico, ao experimento possível na prática da pesquisa e no exercício da narrativa, sem a preocupação com os limites definidos nas escolas ou correntes historiográficas. A busca foi para tornar densa a narrativa, com interpretações que se alternaram entre a diacronia e a sincronia, o uso intenso de um conjunto de fontes delimitadas e o diálogo contínuo com a literatura especializada. Esta foi uma das alternativas encontradas para definir e colocar em prática critérios racionais e objetivos que sustentaram a pesquisa e os seus resultados.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Cf. Ginzburg, 1987, p. 27. As considerações acima foram inspiradas a partir da leitura de Carlo Ginzburg, mas não foram limitadas por ele, conforme se percebe na disposição das palavras e na inserção de novos termos, como étnico-racial, por exemplo. Esta tese pretende manter-se dentro dos cânones acadêmicos, embora o autor busque alçar vãos panorâmicos interpretativos sobre a produção historiográfica recente.

<sup>4</sup> Nesse sentido, de certa forma, já tivemos experiências que foram frutíferas aqui no Estado. Foram os casos do Benito, que trabalhou com duas biografias, e do Paulo que se preocupou com as práticas e as representações de grande número de escravos e senhores. São exemplos de estudos que exercitaram os usos dos recursos teórico-metodológicos e construíram fecundas narrativas, com *corpus* documentais

Nesta pesquisa, construí pequenos verbetes biográficos dos principais fundadores e mantenedores dos jornais que estão nas páginas e notas de rodapé da tese. As trajetórias foram recuperadas, principalmente, a partir das notícias das viagens e promoções profissionais, sobre a formação educacional e da participação política, bem como dos anúncios sociais da participação em eventos: jogos de futebol, apresentações teatrais, bailes, batizados, casamentos, aniversários e mortes.

Também junto aos editoriais dos periódicos vislumbrei os programas políticos e os principais objetivos das publicações, além dos artigos que se manifestaram contra a situação de discriminação racial e precariedade material da população negra. Foram expedientes metodológicos que me utilizei para refletir sobre as principais temáticas que foram recorrentes nas páginas da imprensa negra. Outras fontes de pesquisa, localizadas em arquivos públicos e privados, como alguns jornais de grande circulação, legislação, memórias, cartas e livros, também foram utilizadas, o que definiu um intrincado de redes e tramas de sociabilidades no meio negro do Estado.

As linhas de interpretação seguiram os “rastros” dos relatos que me orientaram nos labirintos das histórias pessoais e coletivas, ao mesmo tempo em que deram possibilidades de desconstruir os discursos coerentes e demonstrar a diversidade das escolhas pessoais daquele período. O diálogo contínuo com o testemunho dos intelectuais negros representou o núcleo central da investigação histórica, de onde derivou boa parte dos questionamentos, das produções de sentidos e das inferências interpretativas do autor. Percorri algumas trilhas apontadas pelos jornais dirigidos para a população negra na busca de instantâneos dos grupos que mantinham os periódicos, buscando entender as trajetórias profissionais e os percursos intelectuais dos principais redatores.

Foi a partir desses registros, entendido no seu conjunto como imprensa negra meridional, que construí a tese de que o negro no Rio Grande do Sul não foi apenas trabalhador braçal, mas também contribuiu com o seu intelecto para a resolução dos principais problemas do seu tempo. Foi pensador que produziu livros e jornais, interpretou leis e códigos, escreveu poesia, teatro, artigos e manifestos, acompanhou e participou, portanto, da construção do pensamento social da época.

---

e interesses diferenciados, mas a partir dos desígnios da antropologia advindas por meio da micro-história, dentre outros conceitos e disciplinas. Cf. SCHMIDT, 2004; MOREIRA, 2003.

Individualmente ou como grupo social organizado, os negros gaúchos definiram novos contornos sociais e políticos para a liberdade; se tornaram articuladores de alternativas para as questões da cidadania e da nacionalidade, e foram construtores e “intérpretes” do Brasil.<sup>5</sup>

Ao voltar ao escrutínio da fonte de pesquisa principal, – o tamanho, o formato, o tipo de papel, a qualidade da impressão, a divisão de conteúdos, os lugares de circulação, os nomes dos envolvidos, o público que visava atingir, os principais temas abordados –, dentre outros aspectos, forneceram subsídios para as leituras e interpretações daquela realidade anunciada na imprensa negra. Todos esses elementos fizeram parte das condições materiais e humanas que foram acionadas pelos envolvidos na manutenção e na circulação dos jornais, portanto, esses meios de pesquisa chegaram até nós dotados de historicidades definidas em contextos sócio-culturais específicos.

O objetivo foi o de extrapolar a compreensão inicial, restrita ao objeto de pesquisa e a pressuposta veracidade dos enunciados. A intenção foi chegar ao contexto da produção do jornal, da circulação das ideias e das pessoas, e também buscar captar os interesses e as preocupações dos leitores que foram expressos muitas vezes, e, outras tantas, foram omitidas pelos redatores da imprensa negra. Os “espíritos” que os jornalistas buscavam atingir como interlocutores preferenciais, na sua maioria, eram famílias do meio popular, muito embora os jornais tivessem ampla circulação na sociedade.

Os limites temporais da pesquisa se estenderam da publicação do primeiro número do jornal *O Exemplo*, em 1892, ao último exemplar deste semanário no início do ano de 1930. A exceção da temporalidade, que foi expressa em boa parte da tese e questionada quando problematizo as categorias de pós-abolição e pós-colonialismo, no sub-item 3.4, está no último sub-capítulo. Nele, extrapolei o limite

---

<sup>5</sup> As ideias entorno da concepção de “intérprete” do Brasil, são profundamente elitistas e limitadas racialmente, não se estendem além daqueles que a reproduzem como categoria de análise. Conforme se pode comprovar em Axt; Schüller (2004), para a maioria dos “intérpretes dos intérpretes”, aqui entendidos como os intelectuais contemporâneos que se dedicaram sobre as obras dos grandes pensadores do passado, a elite letrada que teve acesso às principais universidades e aos cargos públicos se reproduz no auto-elogio. Isso é o que se pode comprovar conforme os nomes dos 22 articulistas e “intérpretes” que ilustram o livro, dentre eles, não há um só representante negro, indígena ou qualquer outro intelectual que venha ou reflita sobre as classes populares. Nesse sentido, “intérprete” não é uma categoria útil nesta pesquisa, embora muitas das lideranças negras que veremos no correr da tese, atuassem como intermediários nos processos de negociação política da população negra com a elite intelectual e econômica do país.



cronológico para acompanhar a trajetória de Dario Bittencourt (1901-1974), um dos nomes que mais se salientou na pesquisa. Ele foi o diretor do jornal *O Exemplo* na sua última fase, o principal responsável pela coleção do hebdomadário ter chegado até os dias atuais, além de manter algumas atas do “Grupo Mantenedor” do semanário no seu arquivo pessoal. Também foi um nome expressivo da comunidade negra porto-alegrense em virtude da formação como advogado e pela circulação no meio intelectual do Estado, mas, principalmente, por Dario ser a terceira geração da família Bittencourt a se envolver desde a fundação do jornal *O Exemplo* até o final da publicação.

O período histórico que foi limite da tese esteve marcado por uma série de modificações, reproduzidas na história da imprensa sul-rio-grandense e brasileira, dentre as quais, destaco: o público leitor passou a ser cada vez maior e mais diversificado; houve a introdução da empresa jornalística; a multiplicação das tendências políticas e ideológicas; o aumento das tiragens e a preocupação com os grandes acontecimentos nacionais e do exterior. Muito embora não seja propício que se fale em ruptura total de modelos ou abandono de certas práticas jornalísticas anteriores, as transformações da sociedade se refletiram e foram reproduzidas também nos jornais da imprensa negra.

Foi um tempo definido em termos paradoxais pela historiografia. O Brasil passava por um processo de modernização, com estradas de ferro, sistema bancário, introdução de máquinas e desenvolvimento industrial. O Rio Grande do Sul, por sua vez, já apresentava setores da economia em franco desenvolvimento como na cultura do arroz, na indústria têxtil e no setor de alimentos, mas não houve alteração da principal atividade econômica no Estado e no país.

A cultura cafeeira persistiu e acentuou a dependência agrícola da economia brasileira às flutuações dos mercados externos, do mesmo modo que o complexo pecuário – criação, charqueada e frigorífico – manteve, ao longo daquele período, o seu predomínio na pauta de exportações da economia estadual. As estruturas de poder e mando se reproduziram nas mãos dos cafeicultores do centro do país, e nas dos charqueadores, criadores de gado e novos industriais do Estado. Processo que foi concomitante com as ideologias liberais, republicanas e positivistas, que, por

sua vez, conviveram ao lado de práticas cotidianas de racismo e de interdição dos “descendentes da senzala” aos principais postos de trabalho.<sup>6</sup>

O racismo, como ideologia e prática social, nasceu associado à escravidão e se consolidou após a abolição. Tinha por base as teses da inferioridade biológica dos negros e se reproduziu no cotidiano dos estereótipos atribuídos e da sua introjeção por alguns. O racismo, a discriminação e o preconceito racial se difundiram por toda a sociedade brasileira no final do século XIX, e primeira metade do século XX. A liberdade formal conquistada em 1888, não garantiu aos afro-brasileiros o acesso à cidadania propalada na República, e que foi referendada na Constituição de 1891, nem à fuga aos estereótipos que faziam menção de mantê-los presos ao período anterior.

A historiografia sobre o pós-abolição tem demonstrado que o 13 de maio de 1888, ao identificar o foco principal dos políticos, jornalistas e pensadores, sobre a preocupação com as dificuldades que o país teria para assimilar a diversidade cultural e racial que apresentavam os ex-escravizados, apenas inaugurou a “questão racial” no Brasil. A propalada liberdade não trouxe solução para o “problema do negro”, discussão que se arrastava desde os primeiros abolicionistas, apenas jogou a culpa, pelo desajustamento social de alguns, nos próprios negros. As dificuldades de assimilação desse estrato da população ao “mundo dos brancos” se dariam pela incapacidade intelectual e técnica para ocupar os postos de trabalho, em função do analfabetismo, e pela origem racial atrasada.

Nesse sentido, a perspectiva apontada por essa tese é ultrapassar os limites, geralmente definidos como “herança da escravidão”, que representavam os negros como incapazes, e trazer para o debate intelectual a imprensa negra gaúcha. Fonte de pesquisa que aponta para uma série de perspectivas individuais e coletivas no sentido da organização social, da reivindicação política e da consolidação de estratégias voltadas para o processo de mobilidade social que iniciou durante a escravidão e se consolidou nos anos seguintes.

Por outro lado, os periódicos também demonstraram o interesse dos redatores pelo que se passava com os negros no Brasil e no resto do mundo, principalmente, nos Estados Unidos e no continente africano. O que me alertou para a pertinência do alargamento conceitual da categoria de “pós-abolição”, e a

---

<sup>6</sup> Cf. LONER, 2001, dentre outros historiadores, que veremos no correr da tese.

possibilidade interpretativa de se pensar em termos de influências mútuas do que passou a ser descrito como diálogos pertinentes, resultado do processo dinâmico da “diáspora africana” no Rio Grande do Sul.

Nas considerações iniciais sobre a utilização que faço dos recursos teóricos e metodológicos propostos pelas categorias de “pós-abolição”, “pós-colonialismo” e “diáspora africana”, também procurei refletir sobre a participação do movimento negro na emergência da historiografia recente. Foi um trajeto intelectual e de revisão bibliográfica que me levou até os anos de 1950, período em que identifiquei o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro como o momento pioneiro da construção epistemológica de um outro lugar para o negro na história do Brasil.

Conforme procurei demonstrar no segundo capítulo, aquele ano foi o início da descolonização da nossa história, os intelectuais negros vieram à público para demonstrar o seu descontentamento sobre os estudos que vinham sendo realizados pelos principais intelectuais até então. Esse percurso me trouxe até a década de 1990, quando, no bojo das discussões sobre globalização, nacionalismo, identidade e multiculturalismo, aquelas categorias passaram a ser utilizadas no Brasil. Foi o início de um projeto político que passou a questionar a hegemonia intelectual e ideológica de matriz europeia, e, atualmente, se tornou perspectiva de viés acadêmico que tem criticado as ideias de raça, identidade étnica, território e cultura nacional.

Os estudos que se aglutinaram entorno das categorias de “pós-abolição”, “pós-colonialismo” e “diáspora africana”, embora a grande diversidade teórica e metodológica dentre eles, passaram a ser balizadores da redefinição crítica do lugar da África, dos africanos e seus descendentes, dentre outros povos que fizeram parte do processo de colonização, na formação do ocidente. Nesse sentido, foram criados novos paradigmas científicos de reflexão sobre a modernidade e suas conseqüências, iniciadas ainda durante o período de libertação do colonialismo, que redefiniram as noções de pertencimento étnico e de nacionalidade.

As vias abertas pelo “Atlântico negro” deram condições para pensar em termos de influências múltiplas, que foram consolidadas na troca de experiências entre os dois lados do Oceano. A resistência política e cultural, as lutas pelos direitos civis e constitucionais, as formas das organizações sociais no Rio Grande

do Sul, estiveram em diálogo com o que se passava na diáspora, principalmente, aquelas que chegavam dos Estados Unidos.

O simples ato de fundar jornais com uma definição étnico-racial explícita é entendido como uma ação política nesta tese. As motivações políticas iniciais, os condicionamentos psicológicos e as necessidades materiais, definidas nos artigos e programas de fundação, por aqueles que assumiram o feito primordial de fundar jornais da imprensa negra não deixa dúvida sobre a afirmação acima. Através dos periódicos os intelectuais negros buscaram aglutinar pessoas com interesses próximos, foi uma tentativa de criar identidades étnicas, definir estratégias para a mobilidade e atingir objetivos comuns.

Alguns dos questionamentos que me fiz durante a pesquisa foram sobre os expedientes que os redatores e jornalistas acionaram para o reconhecimento público como intelectuais e lideranças negras. Dentre as alternativas do período uma foi formarem fileiras entorno da formação discursiva de delimitação identitária comum entre os negros do Estado, o que os levou a se aproximarem do seu meio de origem étnica e social. Nesse sentido, procurei responder como eles se colocaram em situações privilegiadas em relação à maioria dos negros; como passaram a ser vistos nos papéis de lideranças, e como se constituíram em verdadeiras “elites negras” no Rio Grande do Sul.<sup>7</sup>

O uso da metodologia de enfoque sociológico se mostrou bastante produtiva no resgate de trajetórias individuais e a sua composição em redes de formação, interesses e sociabilidades. A intenção foi identificar características comuns – datas de nascimento e morte; casamento e família; formas de acesso a educação; fonte de riqueza pessoal; ocupação profissional; religiosidade; posicionamento político; circulação na sociedade e no meio negro; envolvimento com a comunidade de origem – dentre os principais responsáveis pela fundação e manutenção dos jornais.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Elite negra assume aqui uma definição limitada aos quadros negros que ocuparam posições privilegiadas nas suas comunidades de origem. Eles tiveram condições sociais, materiais e capital cultural para circular por toda a sociedade. Nas cidades constituíram, *grosso modo*, uma classe média baixa, que se utilizou das influências pessoais e políticas que a maioria dos membros de sua comunidade de origem étnica estava excluída.

<sup>8</sup> Cf. MICELI, 2001. Embora Heinz (2006), fosse uma inspiração inicial para o uso da prosopografia como metodologia de pesquisa neste trabalho, fui desmotivado pelo próprio autor que fez parte da Banca de Qualificação ao Doutorado. Ele argumentou que a maioria dos resultados apresentados pela prosopografia, em termos de cruzamento de dados, chegava aos milhares, e as biografias dos

Esse conjunto de informações juntamente com uma tipologia das principais questões enfocadas nos editoriais dos jornais, permitiu visualizar as “estratégias étnicas” para a ascensão social, que foram trabalhadas no início do último capítulo. Por outro lado, ao desenhar a circulação nas respectivas comunidades, onde eles foram oradores, secretários e presidentes de clubes bailantes, culturais, beneficentes e associações de futebol, pude perceber quais eram os papéis sociais que eles assumiram como lideranças, bem como visualizar o grau de legitimidade alcançada não só entre os seus, mas perante toda a sociedade porto-alegrense.

Conforme nos lembrou Bourdieu (1974), a sociedade não é uma totalidade única, integrada por funções sistemáticas ou cultura comum. Ela consiste em um conjunto de jogos relativamente autônomos ou espaços de conflitos que constituem vários campos – econômico, político, cultural, científico, jornalístico – capazes de impor sua lógica a todos os agentes que nele penetram. A revolta, a negação ou a adequação às regras do jogo político foram vislumbradas nas organizações socialmente construídas, como no caso das associações e ligas de futebol, nos manifestos contra o preconceito, nas fundações dos clubes culturais e bailantes. O “branqueamento”, muitas vezes descrito como acomodação pela literatura, aqui foi interpretado como uma forma de integração social, ou como o resultado da falta de alternativa política para a resistência direta à hegemonia cultural europeia.<sup>9</sup>

Os obstáculos individuais e coletivos, que deveriam ser superados para a continuidade dos grupos de intelectuais criados entorno dos jornais, eram quanto às dificuldades materiais de manutenção e menos sobre divergências políticas das estratégias de ação. Os jornalistas negros buscavam, primeiramente, melhorar as suas próprias condições sociais para modificar a posição da maioria. Eles se orientavam politicamente a partir das posições subalternas que ocupavam, e buscavam criar novos mecanismos de contestação a partir da identificação étnica com as comunidades das quais eram originários. O exemplo mais expressivo desta “estratégia étnica” foi a fundação dos jornais, o que se tornou trincheira de

---

intelectuais negros que eu apresentava eram de cerca de duas dezenas, mas com informações pessoais e de ambientes culturais por onde circulavam muito interessantes e que mereceriam ser aprofundadas.

<sup>9</sup> O que equivale a afirmar que a produção historiográfica do Rio Grande do Sul esteve deveras limitada pelo “imaginário das elites”, restando muito pouco de alternativas sociais ou de autonomia política aos escravizados e seus descendentes. Aspectos que vou trabalhar melhor nos capítulos que seguem.

combate, onde buscaram romper com as diferenças geracionais, políticas, religiosas, econômicas e culturais do meio negro.

Na condição de historiador que se vincula a tradição da história social, aqui definida como uma história-problema, que se abre de maneira contínua a novas temáticas, objetos de pesquisa e aos métodos das demais ciências humanas, tenho pautado a minha vida acadêmica em demonstrar a contribuição intelectual do negro ao pensamento social brasileiro.<sup>10</sup> Nos últimos anos a população afro-brasileira passou a receber maior atenção em termos de políticas públicas e o “pós-abolição”, como problema histórico, também passou a fazer parte de um conjunto de temas de pesquisas relativamente recente.

Nesse sentido, vivemos um período histórico de acentuada renovação historiográfica e de conquistas sociais e políticas fundamentais para a população negra, embora se mantenham acentuados os índices de desigualdades raciais no Brasil.<sup>11</sup> Portanto, a trajetória intelectual do autor e a esperança reinante, me levaram a pensar o período “pós-abolição” noutras perspectivas de interpretação. Isso implicou em alargar a compreensão corrente de cidadania dos séculos XIX, e boa parte do XX, que era restrita aos homens que sabiam ler e escrever, e aqueles que podiam votar e ter propriedade, para refletir sobre as estratégias que os negros acionaram para sair da condição de “quase-cidadãos”.

Ao se referir sobre os jornais da imprensa negra de São Paulo, Clovis Moura (1988, p. 205), nos informava sobre o que podemos vislumbrar naquela imprensa: “[...] um painel ideológico e existencial do negro. Nela se encontram estilos de comportamento, anseios, reivindicações e protestos, esperanças e frustrações dos negros paulistas”. Considerações que me levaram a questionar as obras clássicas de Roger Bastide (1972), originalmente publicada, em 1950; Florestan Fernandes (1978) e Fernando Henrique Cardoso (1977), dentre outros. A proposta foi discutir, a partir de uma contribuição intelectual já consolidada no campo das relações raciais brasileira, o desinteresse que os jornais dirigidos aos negros do Estado obtiveram dos historiadores gaúchos. A revisão e a crítica historiográfica foram realizadas em boa parte da tese, concentrando-se, no entanto, nos capítulos 1 e 2.

---

<sup>10</sup> História social que se preocupa com todos os níveis da experiência humana, se caracteriza pelo recorte de temas e personagens a partir de problemas específicos, identifica os sentidos estabelecidos pelos sujeitos históricos além das estruturas e processos. Cf. CASTRO, 1997.

<sup>11</sup> Cf. PAIXÃO; ROSSETO; MONTOVANELE; CARVANO, 2010.

Os redatores e jornalistas negros, aqui também descritos como intelectuais negros, buscaram um “lugar ao sol” nos limites das fronteiras estabelecidas pelas concepções ideológicas de cidadania e nacionalidade. As maneiras de serem reconhecidos na sociedade passavam pela assunção de comportamentos e organizações socialmente aceitáveis, como a fundação de escolas, clubes e associações, a comemoração de determinadas datas e festividades e a publicação de jornais.

As estratégias de mobilidade e integração dos diversos grupos que colonizaram o Estado foram construídas socialmente a partir de noções de igualdade e diferença, que, por sua vez, definiram formas de identificação étnico-raciais e culturais diferentes. Nesse sentido, se atentarmos para as categorias – raça, nação e grupo étnico – elas partilham um mesmo núcleo semântico que é a idéia de descendência ou ancestralidade comum, e muito estreitamente em todas temos noções aproximadas sobre cultura. A crença de uma descendência ou antepassados comuns são componentes fundamentais daqueles que se entendem como fazendo parte de uma mesma raça, nação ou grupo étnico.

Nos aspectos relacionados à cultura, acionados pelos grupos étnico-raciais ou por aqueles que compõem a nação, temos a inclusão de mitos relativos ao passado ou a ideia de uma origem ou descendência definidores de um comportamento, língua e costumes comuns. O simples uso do dicionário mais popular do Brasil pode fornecer dados interessantes para pensar alguns preceitos que são compartilhados e fazem parte do senso comum. Por exemplo, o entendimento de que a origem comum define aqueles que se aglutinam nas categorias de etnia e raça. Nação, ao contrário, tem na origem uma ligação que se dá antes pelo nascimento num território fixo, determinado, não por uma hereditariedade comum. Etnicidade, por sua vez, é a única categoria que faz referência a uma outra, no caso, à raça. Povo, para finalizar, é a única palavra que se repete em todas as definições acima elencadas, o que mais confunde do que ajuda qualquer pessoa a entender essas definições que são caras para a compreensão da história do nosso país.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Segundo Ferreira (2004), o termo etnia, é definido como população ou grupo social que apresenta homogeneidade cultural, compartilhando história e origem comuns. Étnico é relativo ou pertencente a povo ou raça. Raça, por sua vez, é o conjunto dos ascendentes e descendentes de uma família, tribo ou

Eu quero dizer com isso, concernente ao que afirma Fenton (2003), que todos os termos elencados acima ocupam um território de significados aproximados nos seus núcleos referenciais, embora difiram entre si quanto mais afastamos o olhar para as bordas dos significados. A ideia de raça parece se extinguir e cerrar no corpo; etnia (*ethnos* do grego com o significado de povo) extrapola para o cultural, e nação se estende ao território, tradições, costumes e língua. Construídos socialmente, os termos estão sujeitos às relações de dominação e resistência e passam a adquirir sentido quando são objetivados no cotidiano, onde são usados com significados comuns ou fonte de estranhamento e ação política.

Conforme pretendo mostrar no correr da tese a identificação étnico-racial como negros, como povo brasileiro ou como construtores da nação, passaram a ser expedientes discursivos utilizados na imprensa negra gaúcha para a aglutinação política na busca de melhores condições sociais. A ausência de barreiras legais para a ascensão social e para a integração racial pareceu igualar todos os brasileiros, mas também serviu para manter as desigualdades, além de confundir algumas lideranças negras do seu papel político mais questionador. Superar individualmente a “linha de cor” era uma possibilidade que se apresentava aos mais promissores profissionalmente e hábeis intelectualmente, muitos deles se equilibraram entre o desejo de misturar-se na sociedade branca e a vontade de aproximar-se da sua origem. Para boa parte dos intelectuais negros as duas possibilidades não foram apenas “opções”, mas imperativos sociológicos definidos por uma sociedade estratificada racialmente.

As idéias liberais de que todos eram cidadãos, brasileiros e iguais perante a lei passaram a fazer parte daquele cotidiano em que estavam imersos leitores e produtores dos jornais. Os redatores negros resolveram colocar aquele ideário em prática ao questionar a sociedade em que viviam, do mesmo modo em que buscavam a organização social dos seus pares. Para isso se voltaram ao grupo de origem e criaram estratégias de pressão política e organização social. Eles pareciam

---

povo, com origens comuns. Também definida com conjunto de indivíduos cujas características corporais são semelhantes e transmitidas por hereditariedade, embora possam variar de um indivíduo para o outro. Em termos figurativos, raça também tem a compreensão de determinação, empenho e combatividade. Por último, nação é o agrupamento de pessoas, geralmente fixos num território, ligados pela origem, tradições, costumes e língua, o que também serve para definir o termo genérico de povo. Cf. FERREIRA, 2004, p. 305, 599, 493, respectivamente.



estar conscientes de que essa era uma das poucas alternativas de saírem do anonimato e se verem como cidadãos brasileiros, plenos na sua identidade étnica e cultural. Por outro lado, também era uma tentativa de escapar aos “branqueamentos” de todo tipo que a sociedade impunha.

A categoria de intelectuais negros foi amplamente usada na tese como sinônimo de jornalistas e redatores, embora tenha consciência que definir o estatuto de intelectual não seja uma tarefa fácil. Na sociedade contemporânea, por exemplo, eles não se constituem uma classe trabalhista, nem pertencem ao mundo das profissões, no que se tornam um grupo pouco delimitado e de difícil identificação. Ocupam os meios de comunicação, geralmente o escrito, e são reconhecidos como produtores e reprodutores de discursos, posição em que se mantém no centro da sociedade como formadores e debatedores de idéias e opiniões.

Conforme Leclerc (2004, p. 15), ele sugere que:

“Toda sociedade (tribo, cidade, Estado-nação, império, civilização) tem seus profissionais do pensamento, da cultura, da escrita – ou, pelo menos, da palavra cultural, mítica e sagrada –, cuja função é produzir e transmitir no espaço e no tempo os discursos que garantem a identidade do grupo, os valores centrais da coletividade”.

Partindo dessa idéia os intelectuais seriam os descendentes ou herdeiros dos sacerdotes e profetas, dos clérigos e letrados, preocupados com a manutenção dos valores centrais da coletividade que dariam unidade a determinado grupo, sociedade ou civilização. Proponho que se ultrapasse certo sentido horizontalizado do conceito, que faz tábula rasa dos diversos níveis dos “profissionais do pensamento” dentro de um mesmo grupo ou sociedade, e se recupere mais do que o tom dogmático e religioso da função do intelectual, a perspectiva da ação política encampada pelos intelectuais.

Os discursos que deixaram escritos os nossos intelectuais tinham muitos significados, pois a imprensa periódica, de uma forma genérica, selecionava aquilo que elegia como digno de chegar até o leitor. Eles não eram diferentes dos demais intelectuais da época, almejavam ultrapassar as fronteiras étnicas e de classe, mas eram reféns dos recursos que pretendiam dominar. Eram intermediários nas discussões políticas, atuavam como formadores de opiniões, reprodutores e debatedores das opiniões e informações correntes. Entravam nas casas e nas vidas

das pessoas e, por meio do jornal, mais do que servirem de exemplos, pregavam regras de moral e bons costumes como se estivessem isentos de qualquer influência ou pecado. Em muitos artigos eles deram ênfase em certos temas e usaram determinadas linguagens, que eram associadas aos objetivos e ao público que pretendiam atingir, o que serviu para reconhecer um pouco mais do público leitor dos jornais.<sup>13</sup>

A partir dos questionamentos pessoais do autor e da definição de uma moldura de transformações sociais e urbanas em que se deu a pesquisa, bem como do período definido neste trabalho, o problema historiográfico foi refletir sobre as trajetórias profissionais e intelectuais dos jornalistas e redatores negros do Rio Grande do Sul, o que me levou a refletir sobre os projetos políticos que divulgaram nos jornais.

Elaborar e defender esta tese demandou a definição de um corpus documental e um problema de pesquisa que me levaram para os limites do exercício narrativo da assunção do meu lugar como historiador. O desafio epistemológico implicou em caracterizar o que entendo como imprensa negra e trazer à vista dos demais historiadores os periódicos e uma escrita dirigida aos negros. Por outro lado, também trabalhei para demonstrar as possibilidades e os limites da identificação étnico-racial como negros; assim como examinei algumas iniciativas de organização social e acompanhei as biografias esquecidas daqueles que identifiquei como intelectuais negros. Embora residentes no Estado mais meridional do país, eles também contribuíram nas discussões sobre os principais dilemas da nossa nacionalidade.

O resultado deste processo de construção historiográfica, edificado no diálogo continuado com a literatura selecionada que foi produzida no passado e no presente sobre as relações raciais brasileiras, é o que passo a oferecer a partir de agora ao escrutínio dos historiadores e demais interessados nas temáticas da história e cultura do negro no Brasil.

---

<sup>13</sup> Nesse sentido, as propostas de Roger Chartier (1992), sobre recepção e leitura, foram muito bem vindas para a discussão levada à cabo no sub-capítulo 3.4.

## 2 ROMPENDO FRONTEIRAS DA ABOLIÇÃO E DA LIBERDADE

O objetivo deste capítulo é demonstrar como a renovação historiográfica recente que se debruçou sobre as temáticas das relações raciais, sobretudo a vertente que se dirigiu para os estudos sobre a imprensa negra brasileira, foi resultado de amplo processo de mobilização política e social que iniciou na segunda metade do século XX.

O principal argumento, aqui entendido como uma hipótese de trabalho, é que as inquietações e os desafios políticos levantados por militantes e intelectuais negros, desde o século passado, conjugadas com as possibilidades teóricas e metodológicas da “nova história”, da “pós-abolição” e do “pós-colonialismo”, criaram condições ideológicas para o descortinar de documentos e novos protagonistas da historiografia recente. Esse processo deu-se ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira desamarrava-se dos regimes civis-militares, implantados em 1937 (Estado Novo) e, 1964 (Regime Militar), e o movimento negro impulsionava e nutria-se dos resultados das pesquisas acadêmicas para referendar e legitimar as histórias que imaginava e construía.

Seguindo nessa direção, vou articular uma reflexão que traga à tona as ideias sobre a “transição” da escravidão para a liberdade e que incorpore os principais questionamentos do movimento negro, para o qual irei deter-me em três momentos: o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, de 1950; a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978; e as reivindicações advindas do Centenário da Abolição da Escravidão, em 1988. São eventos nacionais que considero os principais momentos de participação política dos intelectuais negros nos campos das relações raciais e da contribuição para o pensamento social brasileiro.

Depois de passear pelas principais questões e encaminhamentos daqueles eventos nas três primeiras partes do capítulo, finalmente, vou refletir sobre as contribuições da “nova história” e dialogar com as recepções das categorias de “pós-abolição” e “pós-colonialismo” no âmbito das ciências sociais e, mais diretamente, no contexto em que se deu a emergência da historiografia recente. Foi um exercício narrativo conduzido de forma desafiadora, uma vez que abarcou período histórico longo e permeado de cenários, atores e categorias variadas, mas que teve a intenção de desenhar de forma sucinta o quadro de mudanças sociais, econômicas e políticas

que contribuíram para a renovação historiográfica atual. Mais do que uma revisão bibliográfica, como geralmente se entende em trabalhos dessa natureza, que a rigor deveria deter-se na literatura sobre a imprensa do Rio Grande do Sul, vou incorporar questionamentos cotidianos e dilemas contemporâneos numa perspectiva mais abrangente, para dialogar com conceitos que foram correntes na pesquisa.

Justifico a digressão histórica e o desafio narrativo em virtude da necessidade de mapear o cenário brasileiro em que os temas principais desta tese – a imprensa negra sul-rio-grandense e os jornalistas negros – passara, a ter relevância social e acadêmica. Este também foi o período em que o autor construiu conhecimento sobre si e em que definiu os personagens que iria narrar.

## **2.1 Intelectuais negros e a construção do pensamento social brasileiro**

Desde a década de 1940, com a fundação do Teatro Experimental do Negro – TEN (Rio de Janeiro, 1944), e por meio de suas reiteradas ações culturais e políticas, houve um maior protagonismo intelectual negro voltado para reivindicações específicas dentro do panteão nacional. A desorganização social que era atribuída a população negra passou a ser combatida com encenações teatrais, entendida como uma das formas para superar os traumas psicológicos deixados pela escravidão e pelo racismo. Somavam-se a isso, as iniciativas educacionais que preparavam para ocupar o mercado de trabalho; concursos de “beleza racial”; filmes e visitas a museus utilizadas como recursos pedagógicos para o “desrecalcamento em massa”.

Foram os anos em que se realizaram uma série de eventos que se propunham a ser de âmbito nacional, como: a Convenção Nacional do Negro e seu “Manifesto à Nação Brasileira”, realizada em São Paulo no ano de 1945, e no Rio de Janeiro no ano seguinte; a Conferência Nacional do Negro, organizada de 09 a 13 de maio de 1949, no Rio de Janeiro; e o I Congresso do Negro Brasileiro que aconteceu, em 1950, também no Rio de Janeiro. Toda a sociedade brasileira era convidada a refletir sobre “as aspirações e condições gerais de vida da população de cor”, conforme resoluções finais deste Congresso. Ressalto que esse evento foi realizado de 26 de agosto a 4 de setembro de 1950, em comemoração ao Centenário do Final

do Tráfico de Escravos, demonstrando o grande apreço que os negros tinham por efemérides que remetiam ao histórico de emancipação gradual da escravidão.<sup>14</sup>

O I Congresso do Negro Brasileiro nasceu por determinação da Conferência Nacional do Negro, realizada no ano anterior, e tornou-se o ápice daquele movimento social, que havia iniciado com a Frente Negra Brasileira – FNB (São Paulo, 1931-1937), na primeira metade do século XX.<sup>15</sup>

Reputo a realização do I Congresso do Negro Brasileiro como a principal iniciativa dos negros na disputa política que se dava no campo das relações raciais brasileiras. O Congresso recebeu esta rubrica em virtude de, no mínimo, três demandas sociais levantadas pelos congressistas que se consolidaram ao longo dos anos: a primeira, era a tentativa de reconhecimento da participação dos intelectuais negros na construção do pensamento social brasileiro. A partir daquele momento, eles passaram a criar dispositivos, como a promoção de eventos intelectuais e a fundação de periódicos, para discutir suas questões em âmbito nacional com o objetivo do reconhecimento público e da elite intelectual. A segunda, foi a demonstração da capacidade organizativa do movimento que havia iniciado no princípio do século XX, e chegava ao ápice da sua organização com a crítica dos resultados das pesquisas dos principais teóricos das “questões raciais” do período. A terceira demanda dos intelectuais negros, foi a reivindicação pelo início de políticas sociais e de uma legislação específica para a população negra brasileira.<sup>16</sup>

O destaque para esse Congresso é dado em função das propostas levantadas como resultado de um coletivo de intelectuais engajados em objetivos comuns, no

---

<sup>14</sup> A Lei Eusébio de Queirós foi aprovada em 4 de setembro de 1850, visava proibir o tráfico transatlântico de africanos para o Brasil. A Lei não gerou efeitos imediatos sobre a estrutura escravista, ao contrário, estimulou o tráfico interno e incrementou a entrada de escravizados no país.

<sup>15</sup> A FNB foi fechada por motivações políticas logo no início do Estado Novo, em 1937, a série de congressos negros aconteceu no clima político que antecedeu o final do regime, em 1945. Nesse ano, o TEN organizou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro junto com a União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro, para realizar atividades em favor da anistia aos presos políticos e restabelecer a democracia. Em seguida, a sociedade brasileira irá se mobilizar para a discussão dos grandes temas nacionais na Constituinte que estruturaria o Estado democrático. Cf. NASCIMENTO, 1982, p. 403 (Este livro foi originalmente publicado em 1968, e traz cópias de boa parte dos pareceres e teses aprovadas, além das principais resoluções dos eventos citados, principalmente, do I Congresso do Negro Brasileiro.)

<sup>16</sup> No discurso de abertura, pronunciado na sede da Associação Brasileira de Imprensa, localizada no centro da capital do país, Nascimento (1982, p. 121) dizia que o I Congresso do Negro Brasileiro “[...] abre uma nova fase nos estudos dos problemas das relações de raça no Brasil [...]” e que eles estavam “[...] liderando a elaboração de um pensamento [...]” com vistas à “[...] integração definitiva na nacionalidade, através da ascensão social e econômica [...]” dos negros. NASCIMENTO, op. cit, p. 121

qual a chamada “cultura negra” passou a assumir papel político cada vez mais proeminente. Não desconheço as organizações negras anteriores, como as irmandades católicas e as “comunidades de terreiro”, as trajetórias dos “heróis negros”, muito menos a história da imprensa negra brasileira, consideradas em diferentes graus de proeminência e momentos históricos e responsáveis por confrontar os discursos da “inferioridade inata da raça negra”. O que vou salientar e refletir, a partir dos resultados daquele Congresso, são as implicações epistemológicas dos lugares a partir dos quais os intelectuais negros e os “cientistas” emitiam seus discursos.<sup>17</sup>

O entendimento de boa parte daquela intelectualidade vinculada à organização do Congresso, capitaneada por Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos, era de que a população negra fora “abandonada” pelo Estado.<sup>18</sup> Não houve, por parte do governo republicano, qualquer medida de integração social e econômica voltada aos negros depois da abolição formal em 1888. Na “Declaração final” do Congresso, inclusive, recomendavam:

[...] o apoio oficial e público a todas as iniciativas e entidades dos brasileiros de cor, a ampliação da facilidade de instrução e de educação técnica, profissional e artística, a proteção à saúde do povo e a garantia de oportunidades iguais para todos na base da aptidão e da capacidade de cada qual. (Nascimento, 1982, p. 401)

Eles reivindicavam o acesso ao ensino básico e profissional que os preparassem para o mercado de trabalho, a igualdade na disputa por melhores condições sociais e a intervenção do Estado na resolução dos problemas dos “brasileiros de cor”. O respeito às regras sociais e morais, bem como a busca pela integração dentro da ordem estabelecida, sempre foi a tônica das organizações negras. Jamais foi levantada qualquer bandeira separatista ou iniciativa para a volta à

---

<sup>17</sup> Manuel Querino (1851-1923), por exemplo, foi um intelectual negro preocupado em recuperar as “sobrevivências africanas” na cultura popular da Bahia no início dos anos de 1900. Ele tornou-se um dos primeiros pensadores a conferir importância à contribuição africana para a formação do Brasil, colocou-se contra alguns “homens de ciência” da época, como Raimundo Nina Rodrigues e Silvio Romero, que representavam os negros e mestiços como inferiores. Nesse sentido, ver: REIS, 2007.

<sup>18</sup> Além de Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, fizeram parte do Congresso: Aginaldo Camargo, Geraldo Campos de Oliveira, José Pompílio da Hora, Ruth de Souza, Ironides Rodrigues, Sebastião Rodrigues Alves, Maria de Lourdes Vale Nascimento, o senador Hamilton Nogueira, Claudino José da Silva (deputado federal do Partido Comunista), entre outros. O Congresso teve representações políticas de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Sociedade Floresta Aurora).

África, por exemplo. O “problema do negro”, que remetia às dificuldades advindas da “herança da escravidão”, era um desafio que deveria ser enfrentado por toda a nação brasileira.

O Congresso do Negro Brasileiro foi o primeiro evento nacional organizado com temáticas e discussões encaminhadas por militantes negros, que deu ênfase à resolução prática das principais questões da população negra. A conhecida Lei Afonso Arinos, por exemplo, que incluiu o racismo entre as contravenções penais, nasceu por demanda daquele movimento contra atos de discriminação racial e de cor que eram recorrentes no Brasil.<sup>19</sup> Também foi naquele evento que Guerreiro Ramos defendeu a tese “A Unesco e as relações de raça” na qual propunha que o órgão internacional responsável por “promover o desenvolvimento dos processos democráticos” estudasse as “experiências sociológicas” desenvolvidas pelo Teatro Experimental do Negro para solução da “questão racial brasileira”.

Na apresentação e discussão da sua proposta, Guerreiro Ramos definiu melhor os trabalhos teórico e prático que desenvolvia no interior do TEN. Ele usava o teatro como meio de reeducação do comportamento dos negros afim de excluir certos sentimentos ou ideias fixas de inferioridade racial, o que era conhecido como um processo de “desrecalcamento” que iria suprimir, pelos atos repetitivos dos ensaios e apresentações teatrais, qualquer sofrimento psicológico adquirido ao longo da vida numa sociedade racista.<sup>20</sup> Logo em seguida, Guerreiro recebeu o apoio de Costa Pinto, que disse ter participado, em dezembro de 1949, de reunião do Comitê de Raças, reunido em Paris, sob os auspícios da Unesco. Segundo seu depoimento, a proposta de Guerreiro deveria ser aprovada por ser o Brasil “laboratório excelente

---

<sup>19</sup> A Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, de autoria do deputado federal Afonso Arinos de Melo Franco, diferencia-se da legislação atual, na medida em que o racismo deixou de ser apenas contravenção penal e passou a ser considerado crime inafiançável. (Cf. Artigo 5º da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Federal nº 7.716, sancionada em 5 de janeiro de 1989).

<sup>20</sup> É revelador ler as propostas teóricas e práticas de Guerreiro Ramos sobre o que ele entendia como “psicodrama”, “sociodrama” e “grupoterapia”, que tinham inspiração na psicologia social, tão em voga no pós-guerra, e no catolicismo, como instrumentos de valorização e integração do negro na sociedade de classes. Nesse sentido, tinham muito a ver com a trajetória de vida de Guerreiro, baiano do interior, mulato e oriundo do meio popular. Ele foi ainda integralista e militante do Centro de Cultura Católica. Suas propostas foram desenvolvidas no jornal *Quilombo*, publicado pelo TEN, de dezembro de 1948 a julho de 1950, nos seguintes artigos: “Teoria e prática do psicodrama”, nº 6, p. 6-7; “Teoria e prática do sociodrama”, nº 7 e 8, p. 9; “Uma experiência de grupoterapia”, nº 4, p. 7.

para estudos de raça”, o que reforçaria os argumentos já apresentados para a Unesco, por ocasião do encontro daquele Comitê.<sup>21</sup>

Segundo os intelectuais negros, com a realização do primeiro Congresso, “O negro passa[va] da condição de matéria-prima de estudiosos para a de modulador da sua própria conduta, do seu próprio destino”. Acreditavam que deveriam realizar seus próprios encontros intelectuais e políticos e definir as principais questões e temáticas científicas a serem abordadas para a resolução das necessidades diárias da população negra. Suas críticas eram dirigidas de forma direta aos procedimentos dos pesquisadores ligados aos Congressos Afro-Brasileiros anteriores, realizados em Recife, em 1934, e em Salvador, no ano de 1937.

Alguns dos estudiosos que participavam do Congresso do Negro Brasileiro, como Edison Carneiro, Darcy Ribeiro, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Roger Bastide, Charles Wagley e Thales de Azevedo, foram acusados, naquele momento, de tomar os negros como objetos de estudo exóticos ou estranhos à cultura brasileira.<sup>22</sup> Eles não haviam demonstrado qualquer preocupação com os problemas concretos como racismo, desemprego e analfabetismo ou em propor alternativas para superar as visões do “negro pitoresco” ou do “negro espetáculo”, anteriormente descritas por seus pares, muito embora, de forma retórica, tivessem colaborado para desvincular a origem dos problemas enfrentados pela população negra de qualquer determinismo biológico advindos da origem racial.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Costa Pinto já havia iniciado naquele ano as investigações sobre as “relações de raças” no Rio de Janeiro inclusive, confessou posteriormente, que fazia “observação participante” no Congresso dos negros. Ele foi acusado por Abdias do Nascimento, no livro citado, de ficar de posse de documentos do Congresso e de infiltrar-se naquele espaço em proveito próprio. No *Prefácio à segunda edição*, a primeira edição do livro foi em 1953, Costa Pinto mostrou-se amargurado pela recepção que o seu livro obteve na época: no primeiro mês eram vendidos dez exemplares ao dia, depois de “crítica ardente e emocional – às vezes alcançando um nível bem subalterno”, a circulação de suas ideias parece ter arrefecido. A reedição do livro, realizada quarenta e cinco anos depois do lançamento, sem dúvida demonstrou o quanto a sua contribuição para os estudos das relações raciais brasileiras foi relegada ao esquecimento, no mesmo momento em que a sociologia paulista tornava-se hegemônica no campo das relações raciais. Cf. PINTO, 1998.

<sup>22</sup> Charles Wagley, professor da Columbia University, dirigiu os trabalhos de pesquisa da Unesco no Brasil. Thales de Azevedo, professor da Universidade da Bahia, foi o responsável pelos trabalhos naquele Estado e L. A. Costa Pinto, professor da Universidade do Brasil, fez pesquisas no Rio de Janeiro. Os resultados começaram a aparecer a partir de 1952, com *Race and class in rural Brazil* de Wagley, seguido de *Les élites de couleur dans une ville brésilienne* de Azevedo. No ano seguinte, 1953, teríamos o livro de Costa Pinto já citado. SIQUEIRA, 2005.

<sup>23</sup> Nascimento (2008, p. 144) expõe com detalhes a organização do Congresso e as disputas internas entre os intelectuais negros e os “cientistas e acadêmicos brancos”. Também faz crítica contundente ao trabalho científico de Costa Pinto, que, em resposta aos intelectuais negros que o haviam acusado de tendencioso em suas conclusões da pesquisa sobre o negro no Rio de Janeiro, escreveu: “Duvido que haja biologista que depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da



A “questão racial”, que deveria ser lembrada como “questão negra”, por dirigir-se basicamente a essa parcela populacional, tinha como pergunta base o seguinte dilema: “o que fazer com o grande contingente de negros depois da escravidão?”. Ela foi levantada inicialmente pelos primeiros abolicionistas, e passou a ser reconhecida pelos políticos e intelectuais da elite como um dos principais problemas sociais para a consolidação da nação brasileira. Uma vez que esse dilema nacional perpassou todo o pensamento político-social brasileiro, nada mais lógico que uma elite intelectual negra tenha participado de parte deste processo. Conforme vou demonstrar no correr da tese, desde pelo menos o final da escravidão que os intelectuais negros respondiam aquela “questão”, geralmente resumida em torno da pergunta “quem somos ou seremos nós?”, com a assertiva de que somos os principais “formadores da nação e do povo brasileiro”. Ou seja, os negros deixaram de ser representados como exógenos ao processo de construção do país e passaram a se inserir a partir de um outro *locus* de representação próprio que os definia como o “povo brasileiro”.<sup>24</sup>

O antagonismo entre “intelectuais negros” e “cientistas”, no caso dos últimos, representados por Guerreiro Ramos como “brancos” mestiçados do Nordeste que tomavam o negro como objeto de pesquisa para dele se distanciar e reforçar seus interesses de pretensão a brancura, me alertou para a posição social de onde cada grupo intelectual proferia o seu discurso. Os estudiosos estavam comprometidos com interesses variados que se aglutinavam sob a rubrica de “científicos”, os negros estavam mais interessados na resolução das questões ditas “sociais e raciais”. Ambos, de qualquer forma, procuravam distanciar-se de definições essencialistas de raça ou da indeterminação simplificada dos grupos de cor, mas não conseguiram escapar dos lugares demarcados pelo fenótipo e pela ascensão aos lugares de prestígio. Aos intelectuais negros, que sem dúvida tinham a pretensão de ocupar aqueles lugares, restava compactuar com aqueles que não passavam da “condição de matéria-prima dos estudiosos”, assim como eles mesmos.

---

pena e vir a público escrever sandices a respeito do estudo do qual ele participou como material de laboratório”.

<sup>24</sup> Para Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), naquela época, “o negro [era] povo no Brasil”, na medida que era considerado a “matriz demográfica mais importante” na formação do país. Portanto, elencar o negro como a principal “questão” ou “problema nacional”, tal como colocado na sociologia da época, era compreendido por Guerreiro como “um ato de má fé ou um equívoco” que demonstrava a alienação dos nossos pesquisadores, submetidos aos ditames científicos estrangeiros que os levava à “idealização da brancura”. RAMOS, 1957, p. 155.

Enquanto isso, os “cientistas” presentes naquele Congresso, mesmos os conhecidos como “mestiçados”, buscavam a afirmação do lugar ocupado e a interlocução com os negros para legitimarem as suas conclusões ou destituírem aqueles que eram representados como uma “elite negra intelectualizada” que se encontrava distante da realidade da maioria.<sup>25</sup>

Naquelas disputas intelectuais em torno do Congresso do Negro Brasileiro tornaram-se explícitos os estereótipos reproduzidos de parte a parte – os negros, como objetos de pesquisa; os intelectuais brancos, como potenciais traidores; os intelectuais negros, como guias da “massa inculta”, definindo muitos dos combates que se dariam pelo monopólio dos campos de pesquisas das relações raciais.

As críticas das lideranças negras, principalmente aquelas elaboradas por Guerreiro Ramos à “ciência branca”, não tinham apenas o caráter político de disputa por territórios e fontes de pesquisas. Eram motivadas também a definir novos fundamentos epistemológicos voltados para teorias e metodologias de investigação e análise que descortinassem a realidade e a subjetividade afrodescendentes, que se encontravam distantes da realidade, do compromisso político e da compreensão da maioria dos intelectuais da elite. Chamada por ele de “corrente pragmática”, as suas reflexões prestaram serviço ao pensamento social brasileiro ao criticar os intelectuais que se dedicaram a estudar o negro como um estrangeiro em sua própria terra. Até então, os negros eram vistos apenas como objetos de estudo, material etnográfico que servia de simples curiosidade ou a eruditas divagações científicas, na medida em que mostravam-se pouco preocupados com a situação de miséria, doença e analfabetismo da maior parte dessa população.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Pereira (1999, p. 254) definiu, de forma esquemática, três fases nas relações entre acadêmicos e militantes negros após a proclamação da República: a primeira, no início do século XX, foi caracterizada pela absoluta falta de diálogo entre ambos; a segunda, a partir de 1950, em que se estabeleceu o diálogo, cuja iniciativa coube aos acadêmicos; e a terceira, atual (1999), na qual acadêmicos e militantes procuravam situar-se simetricamente, embora com reclamações entre ambos. O esquematismo proposto reconheceu contribuições intelectuais negras apenas na terceira fase; antes, as aproximações teriam se dado unicamente entre acadêmicos e militantes negros. A segunda fase teve início com as pesquisas de Roger Bastide e Florestan Fernandes, que “traziam as personalidades negras, transformadas em informantes-chave da pesquisa, para dentro da universidade”. O autor reforçou, mais uma vez, a proeminência dos trabalhos da “escola paulista de sociologia”, da qual fazia parte, no campo dos estudos das relações raciais brasileiras. Por outro lado, parecia desconhecer os resultados do I Congresso do Negro Brasileiro.

<sup>26</sup> Motta-Maués (1999) trouxe a contribuição intelectual, ainda pouco reconhecida, dos militantes negros às ciências sociais da primeira metade do século passado. Ela o qualificou como um “diálogo” entre acadêmicos e militantes, no qual as críticas dos negros aos pesquisadores foram interpretadas como sendo de teor mais político do que propriamente científico. Por outro lado, eu entendo como um

Wanderley Guilherme dos Santos, um dos pesquisadores que mais se concentraram nos intelectuais que constituíram o que se entende como pensamento político-social brasileiro, elencou três matrizes conceituais para definir a produção intelectual no campo das ciências sociais: a “matriz institucional”, que inicia-se nos anos de 1930 com a primeira produção de trabalhos científicos na área e a criação dos cursos de Ciências Sociais; a “matriz sociológica”, que explicaria as variações dos conteúdos e as preocupações dos investigadores, relacionando o pensamento social ao processo político e econômico-social; por último, a que ele chamou de “matriz ideológica”, cujo formulador foi Guerreiro Ramos.<sup>27</sup> Esta matriz conceitual buscou a caracterização das categorias que eram próprias dos textos dos pensadores sem a preocupação estrita com a conjuntura em que foram produzidos, e sim com determinadas características internas aos textos que revelassem a tradição intelectual a que pertenciam.

Nos escritos do livro “O processo da sociologia no Brasil”, de 1953, Guerreiro Ramos fez uma radiografia dos intelectuais que compõem as ciências sociais brasileiras e propôs a continuidade, no que era visto como um limite, entre a produção sociológica institucionalizada dos anos de 1930, e a chamada “pré-científica” ou “ensaística” dos anos anteriores. O exercício intelectual proposto por ele, comparado com os estudos anteriores, foi considerado uma guinada radical na literatura sociológica ao aproximar as contribuições intelectuais dos séculos XIX e XX.<sup>28</sup>

Nesse sentido, os trabalhos de Silvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Alberto Torres, teriam criado um “instrumento para a construção nacional” ao articular o problema racial com a questão nacional. Embora houvesse alguns equívocos de natureza preconceituosa entre eles, segundo Guerreiro, eles procuravam um lugar para o negro na sociedade brasileira, ao contrário de outros intelectuais que seguiram os ensinamentos de Nina Rodrigues. Nessa direção teriam seguido Arthur

---

debate levado a cabo por contendores com origens sociais, interesses políticos e que propunham epistemologias diferenciadas para compreender uma mesma realidade. Portanto, ambos os grupos eram formados por intelectuais.

<sup>27</sup> O trabalho de Santos (2002) é uma recuperação bibliográfica abrangente de todos os intelectuais brasileiros que se interessaram pelos principais problemas nacionais, passando pela escravidão, abolição, construção da nacionalidade, educação, economia, política nacional, relações internacionais, entre outros. Guerreiro Ramos é o único intelectual brasileiro destacado como o fundador de uma matriz do pensamento político-social que faz a crítica de todas as outras, elencadas como resultado da contribuição de vários pensadores.

<sup>28</sup> Nesse sentido, ver os trabalhos de: MICELI, 1989 e MAIO, 1996.

Ramos, Gilberto Freyre, Roger Bastide, Costa Pinto, entre outros, que viam o negro como uma ameaça aos destinos da nação desejada – civilizada, branca e ocidental.

Guerreiro foi um crítico feroz da importação de ideias e do elitismo dos intelectuais brasileiros que, segundo ele, revestidos de cientificismo, encontravam-se distantes dos problemas que afligiam o povo brasileiro. Depois da sua morte, em 1982, e de forma mais definitiva a partir da década de 1990, a obra de Guerreiro Ramos passou a ser exumada como uma mostra de que, afinal de contas, existiram pensadores brasileiros originais que fugiram aos cânones tradicionais. Ao retomar algumas de suas proposições, é possível refletir sobre as contribuições que ele teve ao pensamento social brasileiro, o que cada vez mais tem sido realizado nos mais diferentes aspectos.<sup>29</sup>

O entendimento de quais eram os “problemas nacionais” a ser enfrentados pela sociedade brasileira era diferente entre os intelectuais brasileiros. Os resultados do Congresso onde houve a aprovação em assembleia da “Declaração final”, que ratificava as discussões e os encaminhamentos da maioria dos congressistas (intelectuais e militantes negros, em grande número, destituídos de títulos acadêmicos) foram questionados pelos “homens de ciência”, que fizeram aprovar uma outra “Declaração”, que, por sua vez, iniciava afirmando não acreditar na “superioridade de raças”, motivo pelo qual eles não “emprestariam seu concurso à criação de atitudes que não tenham justificativa na ciência”.<sup>30</sup>

As várias orientações que vinham configurando-se nos estudos e debates sobre o comportamento da população negra, desde Nina Rodrigues, no final do século XIX, definiram-se em duas correntes de pensamento naquele Congresso e separaram-se. No documento assinado pelos “cientistas”, estavam explícitas as ideias que eram correntes na sociedade brasileira – qualquer atitude para a afirmação da identidade negra ou de organização social com esse fim era acusada de racista. Portanto, não havia a aprovação da ciência, nem muito menos de boa parte dos brasileiros. Por outro lado, os intelectuais negros apontavam o racismo como um dos

---

<sup>29</sup> Foi o que fizeram Souza (2000) e Bariani (2006), embora, outros autores coloquem a obra de Guerreiro Ramos como caudatária do que entendem como “iberismo”, uma tradição de pensamento social que teve grande influência em autores como Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Alberto Torres e Silvio Romero, tirando o primeiro todos os outros eram influências intelectuais reconhecidas por Guerreiro. O “iberismo” teria como base “concepções organicistas e comunitaristas da ordem nacional e as suas reservas quanto ao individualismo e ao mundo livre dos interesses”. VIANNA; CARVALHO; MELO, 1994, p. 381.

<sup>30</sup> Nascimento, 1982, op. cit., p. 399-400.

principais impedimentos para a organização e para a mobilidades social entre os negros.

A “Declaração final” do I Congresso do Negro Brasileiro representava não apenas o fim do jugo intelectual dos negros, ou “uma nova fase nos estudos dos problemas das relações de raça no Brasil”, conforme profetizara Abdias na abertura Congresso. O documento elaborado por eles era a possibilidade da realização de eventos intelectuais independentes, representava uma vitória para todos os brasileiros pois apontava a possibilidade de novas formas de organização social na defesa dos seus interesses. Os negros passaram a ser, cada vez mais, protagonistas na organização dos seus eventos políticos, na publicação dos seus manuais de sobrevivência e na definição de mecanismos de ascensão social, na constituição de identidades e nas escolhas das histórias que iriam contar. Nessa direção, não buscaram os caminhos da segregação e do distanciamento do convívio daqueles que lhes eram parceiros de luta, muito pelo contrário, apenas estabeleceram novas bases para os contratos de colaboração mútua.

As lideranças negras mantiveram contatos aproximados com políticos e intelectuais, atuaram em defesa dos seus interesses estabelecendo foros específicos para suas discussões e buscaram a colaboração para os seus encaminhamentos. A construção do pensamento social brasileiro não se encontra apenas nos gabinetes acadêmicos, mas também na relação próxima com os dilemas cotidianos. É a reflexão que busco a seguir com a aproximação da história do movimento negro brasileiro com a historiografia que passou a ter interesse em contar uma outra história dos descendentes de escravos no Brasil.

## **2.2 Movimento negro e a renovação historiográfica**

Na década de 1960, houve um recrudescimento das independências africanas. Naquele ano, a ONU declarou o dia 21 de março como o Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial.<sup>31</sup> Foram os anos em que diminuíram as

---

<sup>31</sup> A ONU considerou 1960 como o “ano da África”, em virtude da conquista da independência de 17 países africanos. No entanto, o evento que mais marcou aquele ano foi o “Massacre de Sharpeville”, ocorrida no dia 21 de março, em que as forças policiais do *apartheid* sul africano assassinaram 69

organizações sociais negras de cunho reivindicativo, que iriam recuperar-se apenas na década seguinte, ao atuarem no plano da cultura e realizarem estudos e discussões sobre o “problema racial brasileiro”.<sup>32</sup>

Como estratégias de enfrentamento ao regime militar, foram criados núcleos de pesquisa e cultura que priorizavam a atuação social e comunitária, como o Grupo Cultural Palmares, fundado em Porto Alegre em 1971, e o bloco Ilê Aiyê, em Salvador, 1974. Outros militantes dirigiram-se para os campos de atuação política mais direta e, em alguns casos, inseriram-se no âmbito universitário. São exemplos a fundação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), criado na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1973, por antigo defensor da independência angolana e estudantes negros. Também foram os casos do Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros (GTPLUN), criado na Escola Paulista de Medicina, em 1972, e o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), na Universidade Federal Fluminense, em 1974.<sup>33</sup>

Na luta contra o preconceito racial e por melhor situação econômica, as disputas – ideológicas, estratégicas, religiosas e de gênero – dentro das trincheiras do movimento negro não impediram certa unidade nas reivindicações. A solidariedade e a identificação étnicorracial foram dispositivos acionados para a unidade política, construída sobre bases precárias para a mobilização social, em virtude da hegemonia do discurso pró-nacionalidade, acima das diferenças, proposto pelos militares naquele momento. Contudo, as fronteiras entre ação política e ação social e cultural, entendidas geralmente como espaços de disputas e tensões, não se mantiveram estanques. Ao contrário, na maioria das vezes, serviram ao diálogo e à aproximação entre os militantes para a afirmação comum de um sentido de “negritude” no combate pela igualdade de condições no acesso a riqueza produzida no país.<sup>34</sup>

---

peças e deixaram 186 feridos. Elas protestavam contra a violência e a segregação racial daquele regime, instituído na África do Sul em 1948.

<sup>32</sup> É necessário lembrar que a passagem dos “80 anos da abolição”, em 13 de maio de 1968, foi momento importante para a discussão pública. Intelectuais do movimento negro, militantes dos anos de 1920 e 1930, e estudiosos das relações raciais sentaram-se para avaliar a situação social da população afro-brasileira. A primeira edição do livro de Abdias do Nascimento, anteriormente citado, em 1968, foi uma lembrança daqueles anos passados sem grandes conquistas políticas para a população negra.

<sup>33</sup> Sobre as organizações negras no período em foco, e o aprofundamento de alguns aspectos que tratei, de forma panorâmica, até aqui, ver, especialmente: Capítulo 5 – Desvelando outra história: o protagonismo afro-brasileiro (São Paulo e Rio de Janeiro, 1914-1960). NASCIMENTO, 2003.

<sup>34</sup> Negritude é uma categoria genérica, originada na diáspora africana, que serve para ressaltar a movimentação cultural e o protagonismo negro no Brasil. É usada, geralmente, com o sentido político

As articulações culturais e políticas em torno da criação do Movimento Negro Unificado e a expansão inicial da história em direção a novos temas e problemas se deram apenas a partir dos anos de 1970. A emergência dos “novos movimentos sociais” iniciada naquela década, teve a sua culminância nos anos posteriores em que passou a haver uma maior influência sobre os recortes temáticos e temporais das pesquisas que se seguiram. Foi no contexto de transformações sociais e políticas contra o regime civil-militar que os historiadores iniciaram o processo que levou à renovação historiográfica recente. Período em que passaram a deter-se com maior fôlego sobre diversos aspectos da conquista da cidadania empreendida por escravos e libertos e sobre o processo inacabado de mobilidade social da maioria da população negra.<sup>35</sup>

A produção intelectual nos campos de pesquisa da escravidão e das relações raciais cresceu muito entre as décadas de 1970 e 1990. Apenas no quinquênio 1985-1990, as temáticas que faziam referência àqueles campos concentraram 65% das pesquisas realizadas, o que demonstra o quanto estava represada a demanda social e acadêmica por estes assuntos.<sup>36</sup> Dentre os trabalhos produzidos no final daquela primeira década, tivemos um marco na sociologia brasileira, referência teórica para uma nova geração de pesquisadores e obra de reconhecida contribuição à história política da questão racial. Hasenbalg (2005), originalmente publicado no Brasil em 1979, como resultado de pesquisa para o doutorado desenvolvido na Universidade da Califórnia, foi um dos pioneiros a colocar objeções aos trabalhos anteriores. Principalmente, Fernandes (1965), ao demonstrar que cerca de 90% da população negra já era livre um ano antes da abolição, e que, portanto, alguns descendentes já tinham acumulado capital cultural para buscar a integração social.

Entretanto, os imigrantes não possuíam habilidades, educação ou conhecimentos técnicos superiores aos ex-escravos, conforme era a justificativa da

---

de superação das diferenças em busca da unidade de estratégias e posicionamentos políticos. RATTS, 2009.

<sup>35</sup> A definição do movimento negro, no singular, é tida por boa parte dos intelectuais e militantes como um “essencialismo estratégico”. Embora considerem a diversidade das organizações negras, desde a Frente Negra Brasileira, na década de 1930, ao movimento negro contemporâneo, compostas por diferentes atores políticos e estratégias de atuação, são reconhecidas como dirigidas aos mesmos objetivos – contra o racismo e a favor de uma vida mais digna para a população negra brasileira. PEREIRA, 2008.

<sup>36</sup> O final do regime autoritário, em 1985, ajudou a criar um contexto para pesquisas desse tipo, nesse sentido, ver o cadastro da produção intelectual entre os anos de 1970-1990, organizado por: BARCELOS; CUNHA; ARAÚJO, 1991.

época para que ocupassem o mercado de trabalho nascente. As condições de partida para a integração dos dois grupos eram bastante semelhantes, as diferenças estavam nas oportunidades que os europeus tiveram de melhorar suas condições sociais e econômicas, prevalecendo ao trabalhador nacional.<sup>37</sup>

A partir daqueles anos, também a produção histórica passou a sofrer um processo de renovação teórico-metodológica que recrudesceria na década seguinte e atingiria o pico no final do século passado. Foi saudada por criticar os pesquisadores submersos na “teoria da substituição” do escravo pelo imigrante ou por colocar em cena novos agentes e inaugurar outras práticas.<sup>38</sup> Ao refazer o percurso da historiografia do centro do país no início dos anos oitenta sobre a República Velha, Luca (2003) afirmava ter acontecido “um rico debate em torno de práticas e sujeitos marginalizados e/ou esquecidos pelos enredos instituídos por aqueles que detiveram o poder de impor sua versão do passado”.<sup>39</sup> A autora estava preocupada com a reformulação constante de problemas, temas e procedimentos da história e sua relação com as demandas do presente que nos obrigam a encarar o passado sob novas perspectivas - o diálogo necessário para que o historiador reconheça-se como parte do processo de construção do conhecimento, a dinâmica interna da própria disciplina, os grupos de poder que se instalaram no seu interior e as formas de interlocução com as demais ciências humanas, o que define boa parte das opções por este ou aquele objeto de pesquisa e a forma como analisá-lo.

Os anos finais daquela década distinguiram-se pelo aparecimento de interpretações inovadoras, célebres por se colocarem contra a “coisificação do escravo” e questionar a instituição da “ênfase na rebeldia negra”.<sup>40</sup> Era outra geração de historiadores que confrontava aqueles que esgrimiam “armaduras teóricas inexpugnáveis”, representadas por conceitos que procuravam abarcar a totalidade dos

---

<sup>37</sup> O preconceito e a discriminação raciais, vistos como sobreviventes do regime anterior, foram apontados pelo autor, como mecanismos fundamentais para a manutenção das desigualdades depois da abolição. Cf. HASENBALG, 2005.

<sup>38</sup> As críticas sobre as historiografias que se detiveram na “transição” e na “teoria da substituição” recorreram aos resultados das pesquisas sobre trajetórias individuais, famílias negras e organizações sociais dos escravos e libertos. Esses trabalhos, ao recuperar os exemplos de indivíduos que escaparam aos determinismos sociais, políticos e econômicos anteriormente descritos, demonstraram algumas continuidades entre as experiências anteriores e as que se seguiram à escravidão. LARA, 1998, p. 25-39.

<sup>39</sup> Cf. LUCA, 2003, p. 38.

<sup>40</sup> Na sua tese de doutorado em História, defendida na Unicamp em 1989, Sidney Chalhoub criticava as obras de Fernando Henrique Cardoso e Jacob Gorender, respectivamente, responsáveis pelas duas ênfases históricas referidas. CHALHOUB, 1990, p. 250.



fenômenos sociais, políticos e econômico, como: urbanização, imigração, nacionalidade, modernização, industrialização, classe operária e mercado de trabalho - categorias que foram mudando paulatinamente para definir melhor a complexidade das experiências dos diferentes atores históricos que se mostravam em todos os lugares e com novas formas de fazer política.<sup>41</sup> Cultura, imaginário, cidadania, representação, cotidiano e etnicidade, passaram então a ser acionados como recursos analíticos para o entendimento das múltiplas vozes daqueles que, em muitos casos, não deixaram registros textuais diretos.

Foi o período em que tivemos a primeira enxurrada epistemológica advinda das influências dos trabalhos de Foucault, Geertz, Eco, Darnton, Thompson e Ginzburg, respectivamente, publicados em português nos anos de 1978, 1983, 1986 e 1987, que ficaram genericamente reconhecidos como “nova história”.<sup>42</sup> Esses trabalhos tornaram-se referências obrigatórias e colaboraram com notáveis mudanças nas disciplinas acadêmicas, tanto nas alterações das formas de escrever a história como no aprimoramento e uso de novas categorias de análise. Muitas dessas mudanças foram derivadas das crises dos paradigmas – marxismo e estruturalismo – e do questionamento de conceitos totalizantes como classe e mentalidades, bem como dos desdobramentos da “Escola ou movimento dos Annales”.<sup>43</sup>

A renovação historiográfica, dentre outros resultados, voltou-se também para o indivíduo comum e seu papel na sociedade, o que foi concomitante ao processo de expansão gradativa dos cursos de pós-graduação.<sup>44</sup> Além disso, houve

---

<sup>41</sup> Os estudos sobre os movimentos sociais clássicos – operários, sindicais, ideológicos – passaram por um arrefecimento no final da década de 1980, quando houve um deslocamento das pesquisas para atores específicos e para problemas circunscritos. O que gerou, ainda na década seguinte, a defesa daquelas temáticas tidas como “tradicionais” e sua importância para a historiografia brasileira. Nesse sentido, ver um dos maiores defensores daquela história: BATALHA, 1998, p. 145-158.

<sup>42</sup> “Nova história” é entendida como um rótulo colocado sobre a produção histórica brasileira, produzida ao longo das décadas de 1970 e 1980, que se dizia tributária ao “movimento dos Annales”, iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre na França da primeira metade daquele século. Cf. SALIBA, 1992. Foi o período em que tivemos a republicação de textos como os de Foucault (1988 e 1986), que já se encontravam na sétima e na quarta edição, respectivamente, e passaram a ser utilizados a partir de leituras renovadas e as primeiras traduções de Geertz (1978); Eco (1983); Darton (1986); Thompson (1987; 1988, 3 v.); e, finalmente, o livro de Ginzburg (1987).

<sup>43</sup> Sem dúvida que essas mudanças estavam em sintonia com transformações mundiais que se descortinavam por todo o planeta. As décadas de 1970 a 1990 ficaram conhecidas como as “décadas da crise”, tiveram continuidade na quebra da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, em 1987, na crise do câmbio internacional, em 1992, e em seus desdobramentos de recessão econômica, desemprego e mobilizações sociais. Ver: HOBBSAWM, 1995, especialmente, a terceira parte, “O Desmoronamento”.

<sup>44</sup> Não devemos esquecer que boa parte dos cursos de mestrado vão ser criados no final dos anos de 1980, e vão se solidificar apenas na década seguinte. No caso da UFRGS, maior universidade do

uma maior inserção no meio universitário de homens e mulheres preocupados com algumas “minorias sociológicas”, que passaram a se deter cada vez mais sobre a história do seu grupo de origem. A presença de intelectuais e ativistas negros nos espaços de produção acadêmica e de discussão política tornou-se cada vez maior. Trouxe novos elementos para aqueles debates ao mostrar as desigualdades sociais entre negros e brancos no acesso ao conhecimento, à saúde e à moradia, ao mesmo tempo em que reivindicavam maior atuação dos governos estaduais e nacional.<sup>45</sup>

Segundo relato de Sidney Chalhoub, um dos tantos historiadores que sofreram aquelas influências, falando da geração de pesquisadores a que pertenceu no início da década de 1980:

Para os historiadores jovens daquela época era uma grande questão política reconhecer o direito à memória e, por conseguinte, era necessário inserir na historiografia sujeitos sociais coletivos semelhantes àqueles que emergiam na história do país naquele momento.<sup>46</sup>

Chalhoub lembrava, provavelmente, das iniciativas públicas do “novo sindicalismo” e dos movimentos feminista, negro e homossexual, que emergiam no período de “abertura política” e dirigiam-se para o final da ditadura civil-militar como sujeitos coletivos organizados e que não se viam representados, entre outros lugares, nos livros de história.<sup>47</sup>

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial distribuiu cerca de 5 mil documentos sob o título de “Carta aberta à população. Contra o racismo”, o que se seguiu à leitura em coro de mais de mil vozes em plena praça pública da maior cidade do país. No ano de 1978, deu-se a fundação do que passou a ser reconhecido

---

Estado do Rio Grande do Sul, o Programa de Pós-Graduação em História, criado em 1986, teve as primeiras dissertações defendidas em 1990, e a implementação do doutorado apenas a partir de agosto de 1995.

<sup>45</sup> O Quilombhoje, por exemplo, é um grupo editorial formado por intelectuais negros que mantém, desde 1978, a publicação dos Cadernos Negros, publicação voltada para a divulgação de poesias e contos sobre as temáticas afro-brasileiras e que se mantém ainda hoje com distribuição nacional.

<sup>46</sup> Sidney Chalhoub nasceu em 1957, na cidade do Rio de Janeiro, um dos focos das mobilizações negras e, desde 1985, leciona no Departamento de História da Unicamp um dos centros de pesquisas que mais têm colaborado para a renovação historiográfica a que me refiro. A citação acima está conforme: CHALHOUB, 2010, p. 95.

<sup>47</sup> Por “novo sindicalismo” entende-se o movimento operário que se destacou nas grandes greves de 1978 e 1979, principalmente na região do ABC paulista. A partir da organização em comissões de fábricas e da concentração dos trabalhadores no Sindicato dos Metalúrgicos houve cada vez mais a afirmação das lideranças, como foi o caso de Luiz Inácio Lula da Silva. Naqueles anos, o sindicalismo ressurgiu de forma independente do controle do Estado e ficou conhecido por “novo sindicalismo”. MATTOS, 1998.

como Movimento Negro Unificado, que trouxe para a agenda das reivindicações questões como: racismo, cultura negra, educação, trabalho, mulher negra, política internacional, religião e violência racial.

O discurso étnico de que eram portadores ultrapassava as fronteiras do ufanismo nacionalista que vinha implantando-se desde a abolição e consolidou-se nas Constituições de 1891 e de 1934. Desde esses marcos regulatórios, os negros passaram a ser reconhecidos como iguais perante a lei, com direitos de liberdade, segurança, educação e propriedade, mas os frutos da urbanização e da industrialização tinham chegado até poucos dentre eles. A partir daquele dia passaram a empunhar a bandeira do rompimento da barreira da não confrontação política, estabelecida com a acomodação da diferença étnicorracial.<sup>48</sup>

A integração da população negra à nacionalidade passou a ter um componente fundamental, que era o respeito à diferença como grupo cultural e étnico que construiu o país. Uma das alternativas encontradas para a construção de uma memória alternativa e de certa “consciência étnica” que escapasse à ideologia da democracia racial, fundada sobre os princípios da mestiçagem, foi buscar uma maior aproximação com o continente africano.<sup>49</sup> Em pleno processo de descolonização e luta contra o *apartheid* na África do Sul, parte do continente passou a ser referência de organização política e resistência armada ao colonizador na busca por cidadania. Mais do que a morada dos ancestrais e dos orixás, a África passou a ser fonte de inspiração política e intelectual. O mito de origem do negro brasileiro passou a se remeter à África, não mais ao escravismo. Havia um crescente movimento de tomada de consciência da diáspora africana que se dirigia para a internacionalização com a

---

<sup>48</sup> O ato público foi realizado no dia 8 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. A carta pública iniciava com as seguintes palavras: “Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro!”. (Conforme documento original do Acervo de Oliveira Silveira).

<sup>49</sup> Na qualidade de professor titular da Universidade de Nova Iorque, Abdias Nascimento participou do VI Congresso Pan-Africano, em 1974, na Tanzânia. Em 1976, ele voltou ao continente no Seminário de Alternativas Africanas, coordenado pelo escritor nigeriano Wole Soyinka, presidente da União dos Escritores dos Povos Africanos. O evento teve lugar em Dacar e foi patrocinado pelo governo do Senegal, Leopoldo S. Senghor. Foram oportunidades em que denunciou, em âmbito internacional para cerca de mil pessoas, o racismo, a discriminação e a falência da democracia racial no Brasil. NASCIMENTO, 1982.

participação em eventos não apenas naquele continente, mas também nos Congressos de Cultura Negra das Américas, Caribe e Estados Unidos.<sup>50</sup>

Embora se considere cada vez mais a importância do movimento negro na história do país, não é o caso de pensar a produção historiográfica que se seguiu àqueles anos ou os historiadores que assumiram essas influências como simples caudatários de organizações sociais específicas. O objetivo é salientar o desejo manifesto de “revoluções” e a necessidade de mudanças que se inscreviam naquela sociedade que procurava se afastar dos limites impostos pelo “regime de exceção”. As representações daquela realidade na historiografia sobre o negro no Brasil tiveram mão dupla; tanto foram influenciadas pelos movimentos sociais quanto influenciaram a literatura produzida pelos intelectuais negros e brancos.<sup>51</sup> Havia interesses e necessidades que se encaminhavam para mudanças, reformulações, buscas de novos referenciais históricos que tornassem possível a construção de estratégias políticas para a superação da realidade em que viviam.

Desde o início da ditadura civil-militar, implantada no Brasil a partir de 1964, os intelectuais e os demais envolvidos com os problemas das relações raciais brasileira foram perseguidos pelos militares, as denúncias do racismo e do preconceito faziam parte daquilo que eles entendiam como “segurança nacional” e iam contra as idéias de democracia racial defendidas até o final do regime. Em 1969, por exemplo, houve o expurgo dos mais destacados representantes da “escola paulista” de relações raciais. Foi uma represália aos pesquisadores que demonstraram que a democracia racial não passava de uma intenção ou recurso ideológico criado por políticos e intelectuais para apaziguar as tensões raciais da primeira metade daquele século.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> Escritores e ideólogos africanos como Agostinho Neto, Samora Machel, Amílcar Cabral, e da diáspora, Frantz Fanon e Aimé Césaire, por exemplo, passaram a ser traduzidos e discutidos por intelectuais e militantes, como alternativa ao movimento estudantil marxista que se voltava para a União Soviética.

<sup>51</sup> Silva (2007) realizou pesquisa por meio de periódicos e demais documentos produzidos pelo movimento negro desde 1978, para demonstrar a forma idealizada como recriaram parte da história do negro no país. Segundo o autor, os intelectuais e militantes do movimento negro fizeram uso político da história como estratégia de combate ao racismo ao refletir sobre personagens e fatos da história oficial e recriar seus equivalentes “heróis negros”.

<sup>52</sup> A “escola paulista de sociologia” foi resultado, dentre outros aspectos, do Projeto Unesco, encomendado e financiado por esse órgão internacional no início da década de 1950. Conforme vimos, o objetivo era pesquisar as relações raciais brasileiras como exemplo para o mundo, que se encontrava dividido pelos resultados da Segunda Guerra Mundial e o início do processo que visava a descolonização africana e asiática. O resultado de boa parte das pesquisas trouxe informações que demonstraram que a propalada harmonia entre os diferentes grupos étnicos que construíram o Brasil, a

Também o Censo Demográfico de 1970, por “motivos técnicos”, deixou de fazer a pergunta sobre a cor com a qual se identificava cada indivíduo da população brasileira. A decisão dos técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) viria a ser criticada pela literatura sociológica, que entendeu que a falta de pesquisas para a compreensão dos sistemas de classificações de cor encobririam a discriminação e a desigualdade racial.<sup>53</sup>

Os estudos demográficos e sociológicos sobre relações raciais só passaram a obter dados para suas pesquisas depois de intenso questionamento das medidas autoritárias. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 1976, levantou dados sobre cor e mobilidade social e incluiu uma pergunta aberta sobre a cor do informante. Quatro anos depois, o Censo Demográfico de 1980 retomou a questão sobre a classificação racial ou de cor dos brasileiros. O resultado das pesquisas deixou de enfatizar o legado do passado escravista e destacou práticas racistas e discriminatórias que atuavam no presente para perpetuar a desigualdade. Negros e mestiços (pretos e pardos, segundo a denominação do IBGE) estão expostos a desvantagens cumulativas que são transmitidas de uma geração para outra. A expectativa de vida é inferior, a proporção de analfabetos é maior, as crianças completam menos anos de estudos, e as disparidades no acesso ao ensino superior são ainda mais significativas entre os grupos negros e brancos no país. A desigualdade educacional irá refletir-se posteriormente, em padrões diferenciados na inserção e ascensão social dos grupos de cor na estrutura ocupacional.<sup>54</sup>

Pesquisadores e militantes negros, de posse do resultado do Censo, trouxeram para a arena do debate nacional e para o conhecimento público a necessidade da implementação de políticas públicas que assegurassem o acesso ao ensino a camadas da população negra. Também veio à tona a reivindicação pela reformulação dos currículos escolares e a inclusão do negro na história do Brasil, por

---

famosa “democracia racial”, era um dos mitos fundadores da nossa nacionalidade. Ver, entre outros: GUIMARÃES, 1999; MAIO, 1997.

<sup>53</sup> Um dos argumentos para a não inclusão do critério racial nas pesquisas era que os entrevistados não se identificavam apenas como “pretos e brancos”, havia uma plêiade de autoidentificações étnicorraciais que dificultariam a captação dos dados. Por outro lado, outros pesquisadores disseram que a “questão racial” era um problema exclusivo da sociologia norte-americana, portanto, era um falso problema ou a importação de uma questão que não nos dizia respeito. Cf. MAGGIE, 1996.

<sup>54</sup> Hasenbalg e Silva (1988) foi um dos primeiros trabalhos que demonstrou que a desigualdade racial e os entraves para a mobilidade social da população negra eram estruturais, ou seja, existiam mecanismos sociais como a “boa aparência”, por exemplo, que reduziam as chances dos negros para a ascensão social almejada.

meio de aulas de história da África e do estudo das línguas africanas. Foi um amplo processo que conjugou experiências exteriores, vindas dos Estados Unidos, e a luta pela descolonização do continente africano, com o desenvolvimento econômico e o início da abertura política no Brasil. Tudo isso contribuiu para a inserção de intelectuais comprometidos com as mudanças sociais nos principais centros de pesquisa e nas iniciativas políticas do movimento negro.<sup>55</sup>

A partir de 1984, a campanha “Diretas já” tomava as ruas do país expressando a expectativa de representações políticas autênticas e a resolução dos principais problemas sociais como, o baixo salário, a segurança pública e a inflação em alta. No ano seguinte, houve o início da redemocratização e as eleições indiretas, utilizando o sistema eleitoral imposto pela ditadura, de Tancredo Neves e José Sarney. Com a morte do primeiro, Sarney tornou-se o Presidente da República que deu condições para a aprovação das eleições diretas e da Assembleia Nacional Constituinte no ano que viria.

A Constituição de 1988 tornou-se um marco dos últimos vestígios formais do regime militar. A abertura iniciada no governo Geisel em 1974 chegava ao final com o fortalecimento dos movimentos sociais. Os constituintes começaram a trabalhar em 1º de fevereiro de 1987, e promulgaram a nova Constituição no dia 5 de outubro do ano seguinte. A nação recém saída do regime ditatorial civil-militar, pensada em termos da mestiçagem e da democracia racial, era confrontada com uma realidade desigual e multirracial que teimava em desafiar o discurso e o imaginário hegemônicos.

Poucos meses antes da promulgação da nova Constituição, o movimento negro mobilizou-se em todos os sentidos, prova disso foram as centenas de eventos sociais, culturais, acadêmicos e de manifestações políticas levadas a cabo em todo o Brasil. As comemorações pela passagem do Centenário da Abolição, realizadas no dia 13 de maio de 1988, foram motivo para a organização de uma série de atos reivindicativos por parte dos militantes negros.<sup>56</sup> Foi um momento ímpar ao tornar públicas as múltiplas formas que assumiram a desigualdade racial e o preconceito

---

<sup>55</sup> No ano de 1985, foram contabilizadas cerca de 400 organizações negras. Em 1999, já eram mais de 700 entidades governamentais, organizações de base popular e ONGs, voltadas para a educação, direitos humanos, serviços legais e promoção cultural. Cf. DAVIS, 2000; HASENBALG, 1987.

<sup>56</sup> Em pesquisa realizada por Maggie (1994) na Universidade Federal do Rio de Janeiro ao longo daquele ano, foram contabilizados mais de 1.700 eventos espalhados por todo o país sobre aquela efeméride.

contra os afro-brasileiros depois da abolição. A nova legislação aprovada foi a consolidação dos anseios, por representatividade, e garantia o acesso a direitos sociais e políticos de amplas camadas da população brasileira. Analfabetos, crianças, indígenas, negros e mulheres, passaram a ter recursos legais na defesa de seus interesses e na promoção de melhores condições sociais, o que se constituiu em grandes conquistas.<sup>57</sup>

De outro modo, no caso do Rio Grande do Sul, a partir de um registro histórico circunscrito, pode-se refletir sobre o elitismo acadêmico e acompanhar algumas das “memórias” construídas sobre a fundação da Universidade e a “resistência heroica à Ditadura”. É de se questionar a construção dessa “memória” sobre os 70 anos de história da Universidade sem um único autor identificado com qualquer questão que remeta ao universo negro. Todos aqueles que registraram suas histórias eram professores em atividade ou aposentados com nomes e sobrenomes que, na maioria dos casos, remetiam ao processo imigratório europeu.<sup>58</sup>

Os trabalhadores negros que haviam sido os suportes da acumulação primitiva no Rio Grande do Sul, com o início do processo de imigração em 1824, vão ocupar cada vez mais as bordas do capitalismo emergente. No período pós-abolição, o racismo antinegro foi o componente fundamental da construção da ideologia e a cultura gaúchas. O mito construído sobre os imigrantes teuto-italianos, apresentados como dotados de disciplina, iniciativa e amor ao trabalho, descaracterizou ou tornou invisível boa parte da história do africano escravizado no Estado. A sociedade gaúcha, influenciada por um imaginário europeu do século XIX, calcado sobre uma ideia de raça que acentuava as diferenças entre brancos e negros, definiu uma hierarquia étnica que reproduziu e manteve a ordem social do período anterior ao

---

<sup>57</sup> A Convenção Nacional do Negro pela Constituinte realizada em Brasília, nos dias 26 e 27 de agosto de 1986, com representantes de 63 entidades do movimento negro, espalhadas por 16 estados da federação, ratificou a necessidade da inclusão da história da África e da história do negro no Brasil naquele documento. Também a partir das perspectivas legais abertas pela nova Constituição, tivemos a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e, em 2010, do Estatuto da Igualdade Racial. Cf. SANTOS, 2005.

<sup>58</sup> Em 46 textos que compõe o livro abaixo citado, a participação dos negros na construção da identidade e da memória da Universidade dá-se em dois momentos: o geógrafo Milton Santos, que colaborou para a formação e foi decisivo na carreira acadêmica de Gervásio Rodrigues Neves, e “um negro velho, vaidoso do seu doutorzinho” que ajudou a criar. Nos dois casos, eles são colunas de sustentação ao processo de ascensão social do outro; no último, quando o estudante de medicina ia em férias para a fazenda do pai - “um criador da campanha no Rio Grande”, o negro velho o recebia como a um filho. Cf. NEVES; RIGATTO, 1994.

longo de todo o século XX.<sup>59</sup> Processo que contribuiu para a representação do negro no desenvolvimento e urbanização gaúchos apenas como grupo subalterno.

No final da década de 1980, passou a ser sobejamente comprovada a “emergência dos subalternos” ou a preocupação com o protagonismo dos escravizados e seus descendentes na história do Estado.<sup>60</sup> Em pesquisa recente foram contabilizados 114 títulos publicados na década de 1980, 196 na década seguinte e 416 livros, artigos, teses e dissertações de 2000 a 2006, sobre escravidão no Brasil Meridional.<sup>61</sup> A “emergência” dessa temática no nosso meio acadêmico deu-se no mesmo momento em que os negros saíram às ruas para lutar por direitos e alguns dos seus representantes buscaram se afirmar nas principais universidades. Isso pode ser percebido como expressão, dentre outros aspectos, das possibilidades abertas pela renovação historiográfica do que se entende, *grosso modo*, como “história vista de baixo”, que indica o objetivo de trazer à tona os esquecidos ou omitidos pela história tradicional.<sup>62</sup>

Cunhada por Edward Palmer Thompson, em 1966, em contexto histórico e com preocupações metodológicas diversas do nosso, aquela história tinha um sentido político explícito. Criticava a “história inglesa oficialmente correta”, que não tinha interesse em recuperar e manter a história da gente comum, diga-se, a história da classe operária, objeto de suas pesquisas.<sup>63</sup> Thompson foi um dos historiadores que mais influência teve na consolidação do campo de estudos da história social como uma história-problema que se abre de maneira contínua a novas temáticas, objetos de pesquisa e aos métodos das demais ciências humanas. Nos anos finais do século passado, cada vez mais a “história vista de baixo” passou a ser articulada com a “história vista de cima”, conforme veremos na continuação do capítulo.<sup>64</sup>

---

<sup>59</sup> Nesse sentido, ver: MAESTRI, 1994; LEITE, 1996.

<sup>60</sup> Cf. PESAVENTO, 1989.

<sup>61</sup> O trabalho de Xavier (2008) tinha como limites geográficos os três estados da região sul, mas neste texto se deteve no Rio Grande do Sul.

<sup>62</sup> Por exemplo, o Grupo Gay da Bahia, primeira organização homossexual brasileira a ser registrada como sociedade civil em 1983, teve como sua principal liderança o professor da UFBA, Luiz Carlos Mott. Ele foi um dos primeiros pesquisadores a se interessar pela história da homossexualidade no Brasil. Cf. ZANATTA, 1996-1997, p. 220.

<sup>63</sup> Cf. THOMPSON, 1998.

<sup>64</sup> A história social que se preocupa com todos os níveis da experiência humana, caracteriza-se pelo recorte de temas e personagens a partir de problemas específicos, identifica os sentidos estabelecidos pelos sujeitos históricos além das estruturas e processos. Nesse sentido, busca articular as histórias das elites com as dos subalternos. Ver: CASTRO, 1997.



### 2.3 Centenário da Abolição e as disputas pela memória nacional

A data comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura foi um momento fundamental para a busca da unidade do movimento negro, bem como a aproximação com outros setores da sociedade, para disputar a hegemonia da memória nacional construída sobre a escravidão e a liberdade. A partir das mobilizações políticas que estabeleciam uma data alternativa ao 13 de maio e com um herói que substituísse a princesa Isabel, procurava-se romper os laços da união nacional e da identidade brasileira promovidos pelo Estado.<sup>65</sup>

A continuidade da memória nacional referente à escravidão, geralmente reforçada no seu caráter mítico de mestiçagem e harmonia racial, foi fracionada e confrontada com discursos políticos opostos que incluíam as temáticas do gênero, da raça, do racismo, da desigualdade e do poder político no Brasil. Dentro do próprio movimento negro eram refletidas as mudanças sociais que o mundo vivia. O I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que ocorreu em Valença, no Rio de Janeiro, deu-se no mesmo ano em que o país todo festejava o centenário da abolição.<sup>66</sup>

Foi a partir das comemorações oficiais e das reivindicações do movimento negro advindas do centenário da abolição, ano em que também se deu a aprovação da Constituição de 1988, que passou a haver um maior interesse dos pesquisadores sobre o período que se seguiu ao 13 de maio. Os processos sociais e políticos que levaram àquela efeméride, assim como aos desdobramentos posteriores, foram momentos que se tornaram significativos para os questionamentos sobre a contribuição dos africanos escravizados e seus descendentes na construção da memória nacional sobre o pós-abolição.

---

<sup>65</sup> A proposta de substituição do 13 de maio pelo 20 de novembro, da princesa Isabel por Zumbi, vinha desde 1971, com a fundação do Grupo Palmares, em Porto Alegre. Segundo relatos de Oliveira Silveira, a busca por um herói negro o levou a pesquisar em livros de Décio Freitas e Edison Carneiro sobre a história de Zumbi e do quilombo de Palmares. A partir da criação do Movimento Negro Unificado, em 1978, em São Paulo, essa proposta passou a ser uma bandeira nacional. Eram tentativas de que o estado brasileiro reconhecesse, mais do que um herói, a participação do negro na construção do país, mais do que a discriminação racial, a situação social e econômica em que se encontrava essa população.

<sup>66</sup> Não só o movimento negro multiplicava-se com as organizações independentes das mulheres, também o movimento feminista, criticado por ser dominado por mulheres brancas e de classe média que se mostravam pouco sensíveis para os problemas das negras serviu como motivador para que elas tomassem iniciativas. A Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras foi fundada em Porto Alegre, em 1987, enquanto a maioria dos coletivos das mulheres negras seria criada depois do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Cf. ROLAND, 2000.

Por um lado, o ano de 1988, foi o ápice da mobilização negra e da conquista de direitos por amplos setores da sociedade, por outro, os historiadores despertaram para a necessidade da aproximação ou, no melhor dos casos, da intersecção, que ocorreria no final dos anos de 1990, entre os campos de estudos da escravidão e da liberdade. Tanto do ponto de vista da utilização de novas fontes de pesquisa e renovação temática quanto dos recursos teórico-metodológicos disponibilizados, temos atualmente uma grande diversidade de versões do passado sobre a história da escravidão e do pós-abolição. Os africanos e seus descendentes do pretérito – hoje sob o influxo das políticas de ações afirmativas e de uma maior visibilidade social em virtude das reivindicações dos movimentos sociais, bem como do aumento da entrada de afro-brasileiros nas universidades – têm sido mostrados mais organizados, alfabetizados e politizados, como nunca se viu na historiografia deste país.

Até o final de 1980, a preocupação maior dos pesquisadores brasileiros foi com a escravidão, e boa parte daqueles que se aventuraram ao que se seguiu ao 13 de maio de 1888 ficaram demasiadamente presos às ideias de “transição” do trabalho escravo para o livre e “herança da escravidão”.<sup>67</sup> Os principais problemas de pesquisa eram com as condições estruturais, políticas e econômicas que definiram a passagem da mão de obra escrava para o trabalho assalariado e imigrante. A inquietação dava-se menos com a cultura e os sujeitos históricos, diga-se, pessoas envolvidas naquele processo, e mais com os mecanismos que afirmavam a incompatibilidade entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo.<sup>68</sup>

As conclusões dos historiadores ficaram limitadas, em termos de interpretação e uso documental, a partir das representações propostas nos documentos deixados por abolicionistas, políticos e intelectuais do século XIX. Eles estavam mais preocupados com a “transição”, entendida como o tempo necessário para que o trabalhador escravizado fosse gradativamente substituído pelo livre europeu.<sup>69</sup> Portanto, estava longe de ser o período de adaptação ao novo estatuto

---

<sup>67</sup> Os levantamentos historiográficos sobre a escravidão no Brasil sinalizaram, assim como veremos, também os estudos sobre o pós-abolição, o final dos anos oitenta como um período de acentuada renovação teórico-metodológica e crescimento expressivo de novas temáticas. Nesse sentido, para a região sul, consultar: XAVIER, 2007. Para uma revisão mais ampla, deter-se em: SCHWARTZ, 2001.

<sup>68</sup> Para o Rio Grande do Sul, ver especialmente o capítulo “A desintegração da ordem escravocrata” em, CARDOSO, 1977.

<sup>69</sup> Hoje, parece-nos, impressionante como a interpretação dos documentos, nesse caso, jornais, livros e atas dos abolicionistas, não tinha a preocupação de problematizar a fonte de pesquisa, muito menos demonstrar a mínima participação dos escravizados e libertos naquele processo. Cf. MONTI, 1985.

social do liberto ou de aprimoramento técnico destinado aos cativos, tão pouco seria o intervalo para estabelecer alianças ou buscar formas alternativas de organização e sobrevivência antes e depois da Lei Áurea.

Adiante a informação de que o período conhecido como de “transição”, embora problematizado, é ainda hoje indefinido em termos cronológicos na historiografia sobre a escravidão: pode iniciar com o fim do tráfico africano, em 1850, ou a partir da Lei do Ventre Livre, em 1871, e estender-se até depois da abolição. Do mesmo modo, as categorias de “pós-abolição” e “pós-emancipação”, também são confusas em suas delimitações na medida em que se entrecruzam temporalmente com o que geralmente se entende por “transição”.

Segundo algumas interpretações históricas que se detiveram na “transição”, os descendentes da senzala – ex-escravizados africanos, crioulos, livres e libertos – não estavam preparados para se inserir no mercado de trabalho nascente e eram incapazes de tomar iniciativas de organização social. A eles sobraram representações desabonadoras – baixo nível intelectual, rebeldia, tendências para a vagabundagem, alcoolismo e crime – consideradas “heranças da escravidão”.<sup>70</sup> Foram reproduzidos os argumentos da marginalização inevitável da população negra, em que o modelo era a experiência paulista, em virtude da incapacidade adaptativa aos processos de urbanização e industrialização, enquanto aos imigrantes europeus eram somados elogios de morigerados e trabalhadores. As ideias derivadas do que se entendia como dificuldade para a “integração” daquelas pessoas na sociedade brasileira, na maioria das vezes, foi o resultado da renúncia em entender as alternativas culturais e de organização social, inclusive a imprensa negra, numa perspectiva política.<sup>71</sup>

Ao longo de 1980 e início da década seguinte, houve o fortalecimento de uma intelectualidade negra ligada ao meio político e às universidades. Recrutada na maioria dos casos entre uma classe média, manteve-se em diálogo constante com os movimentos sociais e intensificou a busca de documentos para contar a sua versão da

---

<sup>70</sup> Segundo Clóvis Moura as representações e estereótipos negativos dos negros na nossa historiografia eram bem mais antigos, vinham desde o primeiro livro de História do Brasil, terminado em 1627, pelo Frei Vicente do Salvador. MOURA, 1990, p. 41.

<sup>71</sup> O livro de Fernandes (1978), publicado em 1965, acabou se tornando um clássico da sociologia brasileira e passou a ser utilizado como modelo para boa parte das interpretações que se seguiram. O conceito de “anomia social” foi usado pelo autor para descrever a realidade da maioria daquela população que estava relegada ao desemprego e às piores condições de moradia e educação. Nessa perspectiva, também contou com alguns jornais da imprensa negra paulista e entrevistas com aqueles que considerava, “representantes da elite negra”, os quais ratificaram em muitos aspectos o seu ponto de vista.

história. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, em 1988, foi criado o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra (CODENE), que teve a colaboração de intelectuais e ativistas negros. Naqueles anos, a área da educação foi a que mais se destacou em termos de produção dos intelectuais negros. Alguns vão defender teses e colocar questões na agenda dos estudiosos, deixando de ser apenas informantes das experiências históricas e cotidianas para tornarem-se autores de suas próprias reflexões acadêmicas.<sup>72</sup>

Os eventos de 1988 trouxeram para o primeiro plano do debate nacional as contradições da política racial brasileira, a disputa pela hegemonia política e as tensões na construção de representações sobre o passado. Um conhecido intelectual negro, ainda sob o impacto daquelas mobilizações, registrou: “[...] a revisão da história brasileira, como consequência das demandas do movimento negro, constitui mesmo um dos fatos mais interessantes do nosso quadro intelectual recente [...]”.<sup>73</sup> Isso estimula a refletir sobre as várias faces que passaram a assumir as organizações negras, as reivindicações contra as práticas estatais ditas republicanas, e a realidade cotidiana bastante complexa do ponto de vista da definição identitária.<sup>74</sup>

Entendo que aos historiadores, assim como aos demais pesquisadores, não deve passar despercebido o que sugere ser contraditório, da mesma forma em que não deve-se atribuir o resultado de um processo a um único determinante. O Centro de Referência Negromestiça de Salvador, capital de um dos estados com maior concentração de negros do país, fundou a revista *Padê* sob influência da “cultura iorubá”. Segundo o seu presidente, Gilberto Gil, “[...] avivando o fogo da chama que se acendeu por aqui na celebração da data do Centenário da Abolição da Escravidão [...]”, foi fundado o tal Centro. Nesse sentido, ressalto as muitas formas como foi

---

<sup>72</sup> Abdias Nascimento, como deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro, foi o primeiro a propor políticas públicas compensatórias para a população afro-brasileira. Cf. Projeto nº 1331/1983. GONÇALVES, 1998, p. 30-50.

<sup>73</sup> O intelectual foi Joel Rufino dos Santos *Padê*, publicada em Salvador, em 1989. Essa revista foi organizada pelo Centro de Referência Negromestiça – CERNE, que tinha como diretor-presidente Gilberto Gil e, no conselho editorial da revista, uma série de renomados pesquisadores como Jacob Gorender, João José Reis, Luiz Felipe de Alencastro, Muniz Sodré, Vivaldo da Costa Lima e o ganense Anani Dzidzienyo, entre outros. Dzidzienyo viveu no Brasil no início da década de 1970, onde fez pesquisas para o seu livro *The position of blacks in brazilian society*, publicado na Inglaterra e reconhecido como uma das primeiras afirmações internacionais da existência do racismo no Brasil.

<sup>74</sup> Escolas de samba, grupos religiosos, intelectuais, universitários, músicos, sindicatos, órgão públicos, organizações não governamentais, enfim, um amplo leque de indivíduos e setores da sociedade se envolveram nas comemorações e reivindicações geradas pelo Centenário da Abolição da Escravidão. Ver o trabalho recente, desenvolvido com base na história oral de militantes negros: PEREIRA, 2010.

“celebrada” ou reivindicada aquela efeméride, da mesma maneira em que chama a atenção as múltiplas definições identitárias – negra, mestiça ou negromestiça – usadas na revista. Talvez fossem resquícios das disputas pela hegemonia etnorracial que se mantinham entre intelectuais e militantes negros na definição do termo que referisse de forma positiva a população afro-brasileira ou o resultado daquele processo iniciado em 1950, com a organização do I Congresso do Negro Brasileiro, conforme visto na primeira parte do capítulo.

Para os militantes das causas daquela população atualmente há certo consenso em torno da categoria “negro”. Sobretudo quando o objetivo é a ação política e cultural aglutinam-se os vários matizes de cor da pele e as diferenças sociais para representar naquela definição um posicionamento político e identitário. É o resultado recente de amplas disputas por referenciais culturais e políticos que vem se dando no meio negro e fora dele, tornando-se representativos nos momentos das comemorações dos fatos históricos que são representativos para esse grupo. Os mecanismos de reprodução da memória histórica, como o número insignificante de pesquisadores negros nas principais universidades e a falta de efemérides e heróis relativos a essa parte da população, passaram a ser questionados no processo que se iniciou com a rememoração do dia 13 de maio de 1888. Portanto, é improvável o descarte dessas influências sociais e políticas sobre as “opções” teóricas e metodológicas dos historiadores. Elas foram concomitantes às reivindicações de uma nova escrita da história, na qual pudessem ver-se e pensar como atores políticos detentores de direitos democráticos, entre os quais, o “direito à memória”.<sup>75</sup>

Sabemos que a função tradicional do historiador, reconhecido como um “lembrador ou guardião da memória oficial”, nunca foi uma atividade inocente. Muito pelo contrário, o interesse em determinado objeto de pesquisa, a seleção de arquivos e a interpretação de documentos, são acompanhadas de distorções, omissões ou esquecimentos de fatos e personagens históricos que não lhe diz respeito. Como qualquer outro profissional do conhecimento, os historiadores são condicionados segundo o ponto de vista do grupo social em que se enquadram e, muitas vezes,

---

<sup>75</sup> Chalhoub (1990, p. 249-253), como fiel escudeiro da história social, deixou registrado em “Epílogo. A despedida de Zadig, e breves considerações sobre o centenário da abolição”, os ecos daquelas discussões que chegavam até ele. Esse era o título do capítulo final do seu doutorado, defendido em 4 de maio de 1989, portanto, quase um ano depois daquela efeméride o que corrobora a sua importância na memória do historiador.

manipulam o resultado do seu trabalho. Certeau (1976) foi um dos tantos teóricos que recuperou o caráter histórico contido nas narrativas ou o papel social desempenhado pelo historiador como sujeito da produção do conhecimento. O historiador transforma objetos em sujeitos de pesquisa, reorganiza instrumentos e metodologias a partir de novas demandas sociais. Faz e refaz o seu ofício conforme as necessidades definidas no desenvolvimento da própria “operação histórica”.

Uma das alternativas encontradas para repensar os limites definidos na relação dialógica objeto-sujeito foi a busca pela interdisciplinaridade, o que foi realizado em muitas áreas das ciências humanas, inclusive nos primeiros trabalhos sobre a história do movimento negro.<sup>76</sup> Principalmente a partir da aproximação com a antropologia, houve uma maior oxigenação e expansão da história em direção a outros problemas de pesquisa, métodos e abordagens. Como resultado dessa diversidade no mundo acadêmico, a historiografia contemporânea passou a ser produtora de uma memória social renovada, na medida em que se deteve sobre fatos e personagens incômodos para o (in)consciente coletivo, retirando esqueletos esquecidos do armário da omissão histórica.<sup>77</sup>

Aquele vigoroso processo social e político que desembocou na Constituição de 1988, assim como nas comemorações e reivindicações em torno do centenário da abolição da escravatura foram momentos significativos e significantes para a emergência de novos sujeitos na nossa história. Na medida em que os historiadores ainda eram refratários a pesquisar eventos recentes, de qualquer forma, serviram para reforçar a necessidade de refletir sobre as histórias nacional e da escravidão. A “memória social da escravidão”, recém construída ou em construção, passou a ser uma preocupação dos historiadores, no que se somou a necessidade da adoção de novas ferramentas teórico-metodológicas que tornassem possível o entendimento das várias realidades e personagens que se apresentavam.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> Regina Pinto (1993) pesquisou o movimento negro paulista de 1900 a 1978, e dividiu essa história de organização social em três períodos: de 1900 a 1937, que define o final da Frente Negra Brasileira; 1945 a 1964, que marca o início e o final do Teatro Experimental do Negro; e, finalmente, 1978 com a fundação do Movimento Negro Unificado. Esse foi um dos primeiros trabalhos a se preocupar com a “longa duração” das organizações negras, resultado de pesquisa para o doutorado e, solidamente embasado em fundamentos da antropologia, da história e da sociologia, tornando-se uma referência.

<sup>77</sup> Algumas expressões e ideias utilizadas por Burke (1992) para definir as aproximações e os diálogos entre a história e a antropologia passaram a ser bastante utilizadas pelos historiadores.

<sup>78</sup> A experiência pioneira de realizar e arquivar entrevistas com indivíduos portadores de uma memória familiar da escravidão iniciou-se em 1988, com o projeto “Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo”, da Universidade de São Paulo. Os filhos e netos de ex-escravizados,

Naquele ano a Constituição redefiniu a prática racista como crime inafiançável e imprescritível e, principalmente, como nunca se havia visto na história do Brasil, reconheceu os direitos de propriedade da terra aos descendentes das comunidades quilombolas. Foi o reconhecimento afirmativo pelo Estado brasileiro do que Peter Fry chamou de “autenticidades raciais”, e pela primeira vez na história do país eram conquistados direitos semelhantes aos das comunidades indígenas, indisponíveis para outras populações rurais “não étnicas”. Esse resultado de forma alguma, agradou aqueles que são contrários às políticas de ações afirmativas, como o autor em foco, que viu nesse processo, voltado à garantia de direitos civis para os negros, o início da “racialização” do país.<sup>79</sup> Como se esse processo houvesse iniciado quando da discussão daquelas políticas, e não, conforme mostramos, desde a abolição, quando aos escravizados não foi garantido o acesso aos direitos definidos em leis. Desde aquela época, passou a haver um processo de “racialização” no país, no qual aos negros foram assegurados os piores lugares na hierarquia social, o que os levou a reivindicar seu ingresso diferenciado na nação que se formava. O “exclusivismo racial” que remetia apenas aos indígenas, que há muito tempo carregavam o selo da identidade etnorracial, em abono a uma legislação específica e aos territórios que ocupavam antes do colonizador, passou a ser de uso também das comunidades negras.<sup>80</sup>

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal reconheceu o direito à terra aos quilombolas, ao mesmo tempo em que abriu um leque de possibilidades de trabalhos acadêmicos, intervenções estatais e de militância do movimento negro junto àquelas comunidades.<sup>81</sup> A

---

geralmente assumiam a identidade camponesa, com bases no trabalho familiar autônomo e no acesso à propriedade da terra. Isso levaria, inicialmente, a certa demora e ambiguidade na autoidentificação como descendentes de africanos escravizados, embora mantivessem nítidas, memórias passadas sobre o cativo. Cf. MATTOS, 1998, p. 119-137.

<sup>79</sup> Ver FRY, 2005, p. 226. Principalmente o capítulo sob o título de “Política, nacionalidade e o significado de “raça” no Brasil”.

<sup>80</sup> A origem da maioria das aldeias indígenas no Rio Grande do Sul está nas terras que remontam às “reservas” definidas ao longo do Império e da República. Para esses povos, a Constituição de 1988 foi um marco fundamental na mobilização pela manutenção de antigas ocupações e conquistas de novos territórios. A Constituição garantiu o direito de ir e vir, anteriormente reprimidos pela polícia e exército, e assegurou a possibilidade de estudar em sua própria língua com professores indígenas. Cf. SOUZA, 2009.

<sup>81</sup> Em estados como o Maranhão e o Pará, já tinham sido construídos mapeamentos sobre as origens e os territórios ocupados pelas comunidades remanescentes de quilombos anteriores à legislação federal, inclusive essas iniciativas colaboraram para legitimar o processo que desembocou no artigo referido. Nesse sentido, ver: Projeto vida de negro..., 2002.

elaboração do laudo histórico-antropológico passou a ser um recurso legal que inicia o processo que legitima a necessidade da regularização das terras de quilombos. O documento busca compreender as especificidades que ao longo do tempo definiu ecologias e culturas que foram plasmadas em identidades étnicas e territórios delimitados por comunidades rurais e urbanas. O resultado final do trabalho – além do laudo – é a formação de um vigoroso agrupamento de pessoas (antropólogos, historiadores, geógrafos, autoridades públicas, comunidade negra e militantes) com o mesmo objetivo. As trajetórias intelectuais, os interesses políticos e acadêmicos e as ferramentas de trabalho bastante diferenciadas inicialmente, passam a ser modificadas no processo de elaboração do documento.<sup>82</sup>

A aproximação entre história e antropologia é anterior, o que quero refletir aqui são as influências diretas, vindas do contato com as comunidades remanescentes de quilombos e com as teorias e metodologias das diversas disciplinas, que os pesquisadores sofreram ao longo do trabalho para finalizar os laudos. Muitos deles eram jovens estudantes que levaram consigo, para o resto de suas vidas acadêmicas, aquelas experiências de aproximação com categorias diferenciadas e contatos com pessoas estranhas ao seu universo cotidiano.

Rodrigo Weimer (2007) foi um daqueles que dedicou o seu trabalho de mestrado aos descendentes de escravos, alguns eram moradores da comunidade de Morro Alto, no Rio Grande do Sul, na qual se realizou pesquisa. Na dissertação, ele fez uso de “marcos teóricos” que vão de filósofos existencialistas, micro-historiadores, marxistas, a antropólogos culturalistas, que indicam algumas influências que tiveram a partir da sua experiência intelectual na construção dos laudos. O ecletismo teórico usado por Weimer também vai ajudar a refletir sobre uma definição conceitual para pós-abolição, vertente histórica à qual se filia, embora não a problematize. O que, aliás, não é exclusividade do seu trabalho, desconheço no Brasil qualquer texto que reflita, problematize ou defina o que seja o “pós-abolição”.<sup>83</sup>

Voltando ao final dos anos 1980, questiono se as pesquisas recentes são resultados, dentre outros aspectos, da desmoralização que o 13 de maio de 1888

---

<sup>82</sup> Ver o resultado de laudo construído sob essa diversidade. Cf. BARCELLOS, et. al., 2004.

<sup>83</sup> Entre outros aspectos, o pós-abolição define-se pelo uso indiscriminado e interrelacionado de diversificadas ferramentas conceituais, além de não se prender aos limites temporais prescritos nas efemérides. WEIMER, 2007.



passou a ter naqueles anos. A memória coletiva oficial, construída sobre as datas, os heróis e os símbolos nacionais que não faziam referência ao universo afro-brasileiro, reafirmada nos livros didáticos de história, foi colocada em discussão na esfera pública.

A abolição como concessão da oligarquia nacional ou ato de bondade da princesa Isabel passou a ser questionada, do mesmo modo que a identidade nacional construída sobre o arcabouço ideológico da mestiçagem, em que a presença negra desaparecia embora não se tornasse inválida ou inexpressiva, passou a ser fracionada pelas reivindicações da “raça negra”. Alguns negros não aceitavam ser representados simplesmente enquanto escravizados, mas como construtores do país, símbolos de trabalho, organização e resistência. Foram reafirmados os princípios da construção de uma “identidade negra”, fundamentalmente política, como direito à diferença, em que a “consciência negra” era a assunção daquela identidade, no que se tornou um reforço para o empreendimento de lutas específicas, voltadas ao reconhecimento das contribuições negras em todos os setores da sociedade brasileira.<sup>84</sup>

Foi no dia do Centenário da Abolição da Escravidão que o primeiro governo eleito depois do regime militar criou a Fundação Cultural Palmares, dentro do Ministério da Cultura. Com todos os limites orçamentários e de atuação política, a Fundação Palmares era uma resposta às demandas, iniciadas nos primórdios da década de 1980, pela construção do memorial a Zumbi dos Palmares, no local onde teria sido o antigo quilombo. Depois disso, foi apenas em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que foi criado o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação, vinculado ao Ministério do Trabalho. Esse grupo de trabalho interministerial foi o resultado da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada no dia 20 de novembro daquele ano, em Brasília, para relembrar os 300 anos da morte do líder quilombola.

Mais uma vez eram invocados o nome do “herói negro” e a data da sua morte, dois eventos históricos passados, para garantir a unidade do movimento negro

---

<sup>84</sup> As disputas pela hegemonia na construção da nacionalidade, geralmente, dão-se em datas comemorativas, civis ou militares, que visam definir uma “memória nacional” a ser resgatada da história. Conforme demonstramos, para o movimento negro essas efemérides têm se constituído em momentos privilegiados nas disputas pela hegemonia da memória brasileira a ser perenizada. Ver “Política racial e comemorações nacionais: a luta pela hegemonia.” In: HANCHARD, 2001.

e a conquista de espaços de representação e atuação política.<sup>85</sup> Pela primeira vez na história do país, foram criados dois órgãos estatais voltados aos interesses da população negra, o que representou uma nítida mudança de postura política do governo brasileiro em relação às exigências daquele movimento.

A Fundação Cultural Palmares ratificava a presença negra na cultura afro-brasileira, na qual ela sempre foi expressiva e, anteriormente, reconhecida. Conforme veremos no correr da tese, desde pelo menos a década de 1920, houve um longo processo de integração simbólica do negro via cultura depois da abolição, através da qual, praticamente, tudo o que representa a brasilidade hoje – do vocabulário aos costumes, passando pela religiosidade, pelo samba, pela mulata, pelo futebol, pela cachaça, pela capoeira e pelos maracatus – nasceu do trabalho e das influências culturais africanas.<sup>86</sup> Em paralelo a isso e diretamente proporcional ao plano da cultura, a maioria da população negra caminhou para a subordinação na disputa pelo emprego e à exclusão social nos lugares de produção do conhecimento.

Nesse sentido, a criação do Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação, no governo de Fernando Henrique Cardoso, voltada ao acesso ao emprego, uma das maiores carências dos afro-brasileiros, foi um grande avanço político para os negros. Fernando Henrique, cuja carreira acadêmica começou com pesquisas sobre relações raciais no Brasil meridional, foi uma das primeiras autoridades a reconhecer a existência do racismo à brasileira e tomou a iniciativa de formalizar o critério racial na definição de políticas públicas.<sup>87</sup>

Na década de 1990, não só os negros passaram a receber maior atenção dos governos municipais, estaduais e do governo federal, mas também o pós-abolição passou a ser entendido como problema histórico. A historiografia sobre a escravidão

---

<sup>85</sup> Naquela oportunidade, o Presidente da República recebeu os representantes de mais de 30 mil manifestantes que lhe entregaram o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial. O documento continha, dentre outras, propostas para o monitoramento dos livros didáticos e a formação de professores para o respeito à diferença étnicorracial.

<sup>86</sup> Os estudos sobre as “raízes africanas” da cultura brasileira foram renovados a partir do final dos anos de 1980. Passou a haver uma acentuada migração de africanos para o Brasil, maior apropriação de uma estética (roupas coloridas, cabelos naturais e musicalidades afrodiaspóricas) e o ressurgimento de expressões culturais que estavam em franco desaparecimento. Por exemplo, os maracatus do Recife e os autos de promessa como o maçambique de Osório - RS. Nesse sentido, ver os artigos do livro *Raízes africanas*, de Figueiredo (2009).

<sup>87</sup> Antes de FHC, ao que parece, o presidente Jânio Quadros, em 1961, foi a única autoridade a reconhecer as condições difíceis de integração social e econômica da população negra. Cf. BERNARDINO, 2002.

e a que se deteve em pensar a “transição” para a liberdade no Rio Grande do Sul, *grosso modo*, sofreu as mesmas condicionantes do resto do país. Esteve limitada, dentre outros aspectos, por interpretações que se detiveram no 13 de maio de 1888 como ruptura social e política do escravismo levada a cabo por abolicionistas. Ao contrário, alguns estudos recentes têm superado velhas fronteiras e inclusive proposto avanços nos limites teóricos, metodológicos e narrativos ao ponto de concluir que:

O universo de situações que encontramos nos documentos e que nos permitem visualizar a passagem do cativo à liberdade demonstram uma heterogeneidade impressionante e impedem conclusões simplificadoras.<sup>88</sup>

Os historiadores têm assumido, cada vez mais, a dimensão do papel circunscrito que desempenham frente aos significados e complexidades que abarcam os documentos e as realidades históricas, o que era praticamente impossível a bem pouco tempo. A possibilidade de “resgatar” personagens ou “preencher lacunas” da história com a utilização de milhares de documentos, também tem sido reduzida para descrições mais densas e matizadas das tantas possibilidades de interpretações de um mesmo documento ou conjunto deles.

Conforme vou demonstrar no correr da tese, por meio de estudo sobre a imprensa negra gaúcha, a recorrente lembrança das conquistas das “leis emancipacionistas” e o uso reiterado dos exemplos dos principais abolicionistas negros tornaram-se fundamentais nas trajetórias intelectuais daqueles que conquistaram a liberdade em 1888 e seus descendentes.<sup>89</sup> Os valores atribuídos àqueles “marcos históricos” e “heróis negros”, pela população afro-brasileira depois da abolição, passaram a ter maior significado para os historiadores atualmente,

---

<sup>88</sup> Jornais e estatutos das associações emancipadoras, testamentos e inventários de libertos, cartas de alforria, entre outros documentos, foram utilizados para compor um mosaico multifacetado da resistência e inserção social dos escravizados. A participação deles no processo de conquista da liberdade foi muito maior do que a historiografia do Estado já havia sequer sugerido. Ver o capítulo “Representações e práticas sobre cativo e liberdade”. Cf. MOREIRA, 2003, p. 291.

<sup>89</sup> Por “leis emancipacionistas” entendo toda a legislação que retardou a abolição definitiva da escravidão no Brasil. O processo de emancipação dos escravizados iniciou com o fim do tráfico atlântico de escravos em 1850, passou pela Lei do Ventre Livre em 1871; pela Lei de Locação de Serviços, em 1879 (que criou bases legais para os contratos entre trabalhadores livres e fazendeiros) e pela Lei Saraiva Cotegipe ou dos Sexagenários de 1885. Ainda tivemos a Lei de Terras, em 1850, que estabelecia a compra como única forma de acesso à terra, leis municipais para controle e disciplina dos escravizados e libertos. Finalmente, em 1884, as alforrias com o ônus da prestação de serviços foi a tentativa derradeira de manter a força de trabalho no local de produção.

ajudando, inclusive, para a utilização da categoria “pós-abolição” nos limites que iremos definir.

Como os movimentos negros dos Estados Unidos que intensificaram a luta pelos direitos civis nos anos de 1960, o movimento negro brasileiro foi à rua no final da década seguinte para reivindicar que a liberdade conquistada na abolição não significou a igualdade no acesso a melhores condições sociais. Foi a emergência desse movimento que reforçou a necessidade de pesquisas sobre a continuidade de mecanismos sutis que mantinham a maior parte dos negros na pobreza.<sup>90</sup> O racismo e o preconceito antinegro foram atualizados, ressignificados, e mantiveram-se na nossa sociedade. Embora se acreditasse na Lei Áurea como fronteira legal, que seria a cura para todos os males da escravidão, ela apenas limitou o entendimento da sociedade brasileira para o protagonismo e as necessidades materiais e simbólicas daquele grupo.<sup>91</sup> Muitos pesquisadores prenderam-se aos desígnios da “herança da escravidão” enquanto alguns negros questionavam a liberdade prometida e clamavam a necessidade de uma segunda abolição.

Em alguns casos, as reivindicações daquela parte da sociedade foram expressas em leis e anteciparam-se aos historiadores ao propor a aproximação dos períodos – escravidão e pós-abolição –, do mesmo modo que estimularam o estudo de novas temáticas e a produção de material didático para uso em sala de aula.<sup>92</sup> A preocupação com a conquista da liberdade hoje é parte de um conjunto de pesquisas na qual se inserem aquelas realizadas por órgãos públicos, relativamente recentes. Muitos dos resultados dos trabalhos juntos aos governos, buscam desvincular-se dos

---

<sup>90</sup> Ao contrário dos Estados Unidos, que se preocuparam em recuperar as histórias daqueles que sobreviveram ao holocausto da escravidão desde o início do século XX, o Brasil veio a fazer entrevistas com descendentes de ex-escravizados apenas a partir de 1988, com o projeto Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo. Fomos refratários a pesquisas que se desenvolveram inicialmente no Caribe inglês e em diversas partes das Américas; antes tivemos que criticar os mitos da “democracia racial” e da “herança da escravidão”. Ver o capítulo “Experiência e Narrativa – o “pós-abolição” como problema histórico”. RIOS; MATTOS, 2005.

<sup>91</sup> Conforme Divine (1992, p. 679), a Lei do Estudo das Heranças Étnicas, que reconheceu a diversidade étnica nos Estados Unidos, inclusive alocando verbas públicas para cursos e estudos desse tipo, foi criada em 1972. No caso do Brasil, em termos de uma legislação nacional, vamos ter a aprovação apenas em 2003, quando a Lei 10.639 tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

<sup>92</sup> Em Porto Alegre foi aprovada a Lei nº 6.889, de 5 de setembro de 1991, que definia: “Art. 2º Ao lado dos grandes eventos da história da captura e tráfico escravagista, da condição do cativo, das rebeliões e quilombos e da abolição, torna-se obrigatório o ensino sobre a condição social do negro até hoje, bem como sobre sua produção cultural e movimentos organizados no decorrer da História Afro-Brasileira”. Cf. SILVA JÚNIOR, 1998, p. 237-238.

limites impostos por uma compreensão inicial que visualizava quase tudo em termos de “herança da escravidão”. Argumentam que políticas sociais dirigidas aos negros são necessárias por causa do escravismo, o que se tornou um paradoxo, pois ainda sofremos as consequências daquela interpretação histórica na formulação de políticas públicas que remetem à origem de todos os nossos problemas ao passado.

Aquele patrimônio negativo, que foi jogado sobre os escravizados e seus descendentes, é atualizado e utilizado para o reconhecimento da discriminação racial ainda presente. Os mecanismos que operam na distribuição desigual de oportunidades sociais ao longo dos últimos 123 anos são usados como justificativas para a implementação das políticas de ações afirmativas.<sup>93</sup>

O tema das desigualdades raciais no Brasil ainda nos leva a desenterrar o passado e a buscar explicações para os problemas do presente, limitando a atuação do Estado para dirimir os problemas sociais que perseguem a população negra. Para se ter acesso às universidades, a principal dificuldade apontada é a de identificar quem é negro no Brasil. Por outro lado, emperra-se o processo de titulação das terras dos remanescentes de quilombos em função do grande número de comunidades que buscam o acesso a esse direito.

A miscigenação e o branqueamento incentivados pelo Estado brasileiro, com o objetivo de tornar indistintas as categorias étnicorraciais formadoras da nação, bem como a legislação restritiva à posse da terra, que relegou aos negros as franjas do capitalismo do agronegócio, hoje são atualizadas e utilizadas como justificativas para negar direitos diferenciados a essa parte da população. Dessa forma, a história, resultado de um processo por que passaram atores diversos, com origens e condições sociais completamente diferentes, é esquecida ou omitida conforme os interesses dos contendores envolvidos nas disputas pela “memória nacional”.

No âmbito dos estudos sobre o final da escravidão e a emergência do trabalho livre no Brasil, com a superação do marco definidor dos “dois Brasis” – um antes e outro depois de 1888 – pesquisas demonstraram que a desigualdade no acesso aos bens sociais não era atribuída apenas ao que se entendia como herança da

---

<sup>93</sup> O diagnóstico da necessidade de políticas públicas dirigidas aos negros no Brasil de hoje, geralmente, remete-se à escravidão e seu corolário de horrores. Embora utilize uma quantidade enorme de informações atualizadas para demonstrar como se manteve a desigualdade, ainda se rende aos “desígnios do passado”. Nesse sentido, ver a coleção de ensaios patrocinada pelo Ipea: THEODORO, 2008.

escravidão. O preconceito e a discriminação, assim como outros mecanismos sutis de solidariedade racial informal, persistiram ou foram criados para manter o *status quo* social, econômico e político hegemônico.<sup>94</sup>

Segundo avaliação recente, alguns historiadores fizeram uma releitura dos próprios documentos produzidos pela elite – fontes judiciais (processos criminais e civis) em pesquisas da área de História Social do trabalho. Foi uma das alternativas para compensar o lapso documental atribuído a Rui Barbosa, que mandara destruir todos os documentos da escravidão e teria condenado o negro a ficar sem condições de recuperar a sua história, o que ajudou na aproximação de novos canteiros de pesquisa e na renovação da leitura/interpretação das fontes.

Os escravizados foram inseridos no mundo dos trabalhadores, demonstrando, de modos diversos, que “a construção da liberdade e da cidadania no Brasil esteve associada a uma ordenação jurídica que nem sempre foi unívoca, mas fez diferença”.<sup>95</sup> A justiça não foi apenas expressão política e ideológica de um grupo, envolveu regras costumeiras, mediações legais e recursos apropriados por distintos sujeitos históricos. Trabalhadores escravizados, na luta pela liberdade, utilizaram-se dos recursos legais, deixados nas brechas da legislação, da mesma forma que os operários usaram as leis para subverter as regras estabelecidas e enfrentar os patrões depois da abolição.

A busca pelo abrigo da legislação, a procura por se instruir e se inserir nos órgãos públicos, assim como o seguimento dos comportamentos sociais prescritos pela elite, foram estratégias utilizadas por intelectuais negros para ascender socialmente. Alguns destes mecanismos serviram tanto para assegurar a liberdade de muitos escravizados como para conquistar novas formas de mobilidade social, que, nesse caso, atingiram apenas alguns representantes negros.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> Tomando como marco inicial do seu trabalho o final da abolição, como fizera Florestan Fernandes 40 anos antes, Andrews (1998) dedicou-se a pesquisar o pós-abolição até o centenário da Lei Áurea. Este livro tornou-se um clássico recente das ciências sociais brasileira do pós-abolição ao demonstrar o longo processo em busca da mobilidade social dos negros paulistas. Trouxe para a literatura das relações raciais dados empíricos que comprovaram a desigualdade racial e os mecanismos políticos e ideológicos que a mantiveram.

<sup>95</sup> Houve uma aproximação entre história e direito, como campo de estudos da história intelectual e institucional, que reuniu pesquisadores das duas disciplinas e vem se consolidando recentemente. Cf. LARA, 2010, p. 114.

<sup>96</sup> Um caso clássico foi a trajetória de Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), que nasceu escravo e usou as brechas da lei a seu favor e dos homens e mulheres escravizadas que defendeu como rábula. Ele se utilizava dos versos satíricos e do jornalismo como campos de batalhas das ideias e da crítica social em São Paulo. Cf. AZEVEDO, 1999. Outro exemplo histórico de um negro que ascendeu

Os exemplos das pesquisas que se dedicaram para reconstruir trajetórias de vida e, por outro lado, em termos metodológicos, conseguiram aproximar campos de estudos diversos, me inspiraram a compor o capítulo sobre os jornalistas negros. Em sintonia com as questões do seu tempo a história tem construído metodologias e perseguido novas categorias epistemológicas, o objetivo principal dos historiadores é que a disciplina abarque a diversidade documental e os atores sociais que dela afloram. Nessa direção, vou passar a resenhar nas próximas páginas a problematização de duas categorias que foram utilizadas ao longo deste trabalho.

#### **2.4 Problematizando as categorias de pós-abolição e pós-colonialismo**

Passado aquele período de diagnóstico da invisibilidade do negro na historiografia do pós-abolição, as pesquisas dirigidas a essas temáticas vem sendo gradativamente aumentadas. Acredito que esse conjunto de condições históricas, que vão desde a organização do movimento negro, passando pela redemocratização e a absorção de novos paradigmas teórico-metodológicos, além do início de uma maior entrada de negros nas universidades, deram condições para o florescimento de uma nova história do negro no país.

Nos meios acadêmicos, cada vez mais, houve o rompimento daquelas ideias cristalizadas sobre o período posterior a 1888, em que os conceitos de “transição”, “substituição” e “formação” eram usadas quase como sinônimos e remetiam a períodos históricos vistos como inconclusos e incompatíveis. Passou-se a ter maior preocupação com as simbioses entre os velhos e os novos personagens históricos – ex-escravizados e imigrantes –, assim como foi dispensada uma maior atenção à liberdade e seus significados. Houve por bem destacar as variações regionais e temporais que definiram por todo o país, tanto no meio rural como urbano, relações de trabalho de todo tipo – compulsório, assalariado, não assalariado –, em que a mão de obra predominante era a nacional.<sup>97</sup> Essa diversidade abriu a possibilidade de

---

socialmente, foi Cândido da Fonseca Galvão, filho de africano forro, que chegou a oficial do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai e granjeou imensa popularidade no Rio de Janeiro. Ele morreu em 1890, como Príncipe Obá II D'África, reverenciado como uma liderança dos “homens de cor” e renomado polemista da capital da República. Cf. SILVA, 1997.

<sup>97</sup> A partir da experiência dos “africanos livres”, emancipados a partir da legislação que aboliu o tráfico em 1850, Mamigonian (2005) nos mostra como se deu a utilização desses escravizados e a

rastrear uma série de agentes históricos “esquecidos” que tinham projetos e estratégias diferentes daqueles que detinham o poder e foram deixados de fora da história do trabalho e da construção da cidadania no Brasil.<sup>98</sup> Além dos instrumentos de pesquisa, os campos de investigação da escravidão e da liberdade têm se modificado e buscam uma aproximação cada vez maior entre si com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pela “transição”.

Por outro lado, foi a partir do processo de preparação para a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, que os militantes negros, técnicos do governo e demais organizações não governamentais, iniciaram as discussões sobre a necessidade da implementação das ações afirmativas no Brasil. Sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, segundo memória da principal relatora daquele evento, depois do final da segregação racial no país sede da Conferência: “[...] o Brasil deveria ser a bola da vez, do ponto de vista de luta contra o racismo e a discriminação racial [...]”.<sup>99</sup>

Ela lembrava da grande mobilização nacional, que vinha desde os atos contrários às comemorações oficiais pelos “500 anos do descobrimento do Brasil”, realizados em 2000, e que visavam a preparação para aquele evento. Um dos principais assuntos que foram discutidos na III Conferência Mundial foi a necessidade de reparação aos danos causados pela escravidão aos “afrodescendentes” da diáspora. Os militantes e os intelectuais negros se aproximaram para “inventar” identidades e buscar a articulação internacional voltada aos interesses daqueles que diziam representar. Conforme vimos com o exemplo da organização do primeiro Congresso do Negro Brasileiro, trabalhado no início deste capítulo, esta não era uma estratégia política nova.

---

expansão do trabalho cativo. Ao contrário de uma gradual transição para o trabalho livre, como haviam mostrados alguns trabalhos, o tráfico interno de “africanos livres” ou emancipados, ao fornecer mão de obra ao mercado escravagista, reforçou a escravidão.

<sup>98</sup> LARA, 1998, p. 25-38; EISENBERG, 1989.

<sup>99</sup> Edna Maria Santos Roland, militante das mulheres negras de São Paulo, reconhecida pesquisadora e intelectual, foi eleita Relatora Geral da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Na época da entrevista, em 2004, ela era coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial para América e Caribe, da Unesco no Brasil. Nessa oportunidade, ela informou que o termo “afrodescendente” foi negociado, entre representantes negros, presentes na Conferência Regional, realizada em setembro de 2000, em Santiago do Chile, que se preparavam para o evento mundial. “Afrodescendente” era um conceito genérico que deveria abarcar todos os descendentes de africanos das Américas, pois, na Bolívia, eram afro-bolivianos, Venezuela, afro-venezuelanos, Colômbia, afro-colombianos, o que foi acordado pelos presentes. Cf. ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 381.



No Estado, por exemplo, tem sido significativo o esforço do Grupo de Trabalho Negros que faz parte da Associação Nacional de História (ANPUH), núcleo do Rio Grande do Sul. Desde 2003, o GT Negros vem realizando as Jornadas de Estudos Afro-brasileiros com a participação de militantes do movimento negro e acadêmicos. A proposta do grupo tem sido trocar conhecimentos e experiências com os diversos atores sociais sobre as temáticas da população negra, o que tem se tornado um evento singular por aproximar pessoas colocadas em universos tão distantes.<sup>100</sup>

Por outro lado, também foram realizados os Encontros Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional que vêm comprovando como são frutíferas as iniciativas acadêmicas que visam romper os limites cronológicos, temáticos e das fronteiras regionais e nacionais. A escravidão e a liberdade passaram a fazer parte de um mesmo campo de estudos e interesses que, embora mantenham as suas especificidades, procuram não reproduzir as marcas da famosa “transição”, período que demarcaria um processo específico e não uma continuidade, como vem sendo proposto e trabalhado. Iniciativas pontuais, antes mais restritas aos universitários da “região sul”, têm se tornado espaços privilegiados para a apresentação de pesquisas sobre a escravidão e o pós-abolição para pesquisadores oriundos dos mais diversos lugares. A liberdade passou a ser vasculhada por historiadores e antropólogos nos variados significados atribuídos por outros personagens, não apenas ex-escravos, mas também quilombolas, libertos, tutelados, imigrantes, colonos e pobres em geral.<sup>101</sup>

Como vimos anteriormente, a política institucional e os movimentos sociais também têm contribuído para essa revisão histórica. Como resultado, temos uma maior aproximação conceitual e temporal de períodos que se achavam estanques. Por exemplo, a partir da Constituição de 1988, e a conseqüente definição do que seriam comunidades remanescentes de quilombos, o termo quilombola passou a abarcar outros significados, não mais restritos ao meio rural e a escravos fugidos, como vinha

---

<sup>100</sup> Na V Jornada de Estudos Afro-brasileiros, realizada de 25 a 29 de setembro de 2007, em Porto Alegre, participaram representantes da Maria Mulher, organização de mulheres negras da cidade, o senhor Nilo Feijó, presidente da Associação Satélite Prontidão, um dos clubes negros mais antigos da capital, professores universitários e estudantes de graduação e pós-graduação de boa parte das universidades gaúchas, além de alguns de fora do Estado. Cf. CADERNO de resumos, 2007.

<sup>101</sup> Foram realizados cinco Encontros sobre Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, nas cidades de Castro, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre, respectivamente, nos anos de 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011. No último Encontro, além dos historiadores brasileiros, houve a participação de pesquisadores do Chile e da Argentina.

sendo trabalhado por historiadores, mas ampliado no seu entendimento por antropólogos e sociólogos que estenderam o conceito ao meio urbano e a outros agentes históricos. Dessa forma, aumentaram as possibilidades dos negros terem acesso à propriedade da terra que ocupavam, em muitos casos, desde o período da escravidão.<sup>102</sup>

Segundo Mattos e Rios (2004, p. 170-198), o final dos anos de 1990 foi o início dos estudos sobre o pós-abolição no Brasil. É necessário esclarecer que, no artigo em questão, as autoras estavam mais preocupadas em realizar uma revisão da literatura sobre o mundo rural das Américas, contexto onde inseriram o caso brasileiro, definido a partir do campo de pesquisa e produção intelectual das mesmas (o sudeste escravista). O que, aliás, já representava um grande avanço da perspectiva encampada pelos estudos do pós-abolição, na medida em que as historiadoras inseriram o Vale do Paraíba em contexto bem maior do que era de praxe no Brasil. Elas detiveram-se no “velho Vale do Paraíba”, onde o final da escravidão foi mais tardio, e a imigração européia, muito menor em relação, por exemplo, ao Rio Grande do Sul.

As autoras não estavam preocupadas em definir conceitualmente o pós-abolição, apenas se limitaram a definir os atores históricos do artigo, que era a última geração de escravizados, seus filhos e netos e as demandas por inclusão e cidadania. A partir destas trajetórias, entende-se que o dia seguinte ao 13 de maio de 1888 não se tornou uma fronteira cronológica fixa, intransponível para os historiadores, tradicionalmente tão preocupados com limites temporais. Pelo contrário, o estudo genealógico das famílias e a história oral, associados com fontes demográficas, cartoriais e judiciais, permitiram a elas acompanhar indivíduos e sagas familiares que voltavam ao início do século XIX e iam em direção ao século seguinte. Os escravizados, os libertos e seus descendentes tinham expectativas que geravam ações sobre o que entendiam ser a liberdade; às historiadoras restou captar as memórias

---

<sup>102</sup> Dentre outros aspectos, da construção do laudo pericial sobre a comunidade remanescente de quilombos de Casca, localizada próximo a cidade de Mostardas – RS, Leite (2004).realizou uma reconstrução dos debates que se deram no interior da Associação Brasileira de Antropologia – ABA, para a redefinição conceitual de quilombo e quilombolas. Na parte inicial do texto, a autora demonstra como se deu o processo de definição das identidades daqueles personagens que se emergiram nas disputas judiciais pela garantia das antigas propriedades ou pela conquista novos territórios rurais ou urbanos.

sobre o cativo e recompor os significados que eles deram para a liberdade e os caminhos que trilharam para acessar a cidadania.

Nessa direção, vou definir o que entendo como “pós-abolição” e “pós-emancipação”, categorias que são geralmente usadas no Brasil como sinônimos. A última definição remete-se mais à experiência norte-americana, na qual houve uma emancipação gradual, e não a liberdade imediata, como no nosso caso. Para eles, foi resultado de um longo processo de garantia de direitos que iniciou em 1865 e estendeu-se por mais de um século, enquanto, no Brasil, o 13 de maio foi entendido como o fim de uma fase e o início de outra.<sup>103</sup> Portanto, não posso furtar-me de refletir sobre a influência norte-americana na historiografia brasileira recente que deteve-se nos temas do pós-abolição, mesmo que seja uma reflexão rápida.

A pesquisa de Rebecca Scott foi uma das primeiras influências norte-americanas, traduzidas no Brasil, a tratar das questões do “pós-emancipação”. Naquela oportunidade, ela estava preocupada com a “emancipação” escrava e a consequente “transição” do trabalho servil para o trabalho livre em Cuba. Segundo Scott (1991), a abolição cubana foi uma “estratégia gradualista”, desde a Lei Moret de 1870, destinada a evitar perturbações pela falta de mão-de-obra nas grandes plantações e que acabou criando possibilidades para a imigração e a reorganização dos trabalhadores libertos.

Um dos aspectos mais renovadores desse trabalho é que a autora não se fixou nas efemérides – 1870, Lei Moret, e 1886, final da escravidão em Cuba – ou em limites cronológicos para a sua pesquisa sobre o “pós-emancipação”, como ainda é comum entre os historiadores brasileiros. Ela foi além da escravidão nos dois sentidos temporais, definiu a pesquisa nos anos de 1860-1899, ultrapassando aquelas fronteiras. Por outro lado, as suas fontes, como é comum aos historiadores norte-americanos, geralmente dotados de maior recurso e de tempo para as pesquisas, são bastante extensas para cobrir os seus objetivos com relação à passagem da mão-de-obra escrava para o trabalho livre naquele país.

---

<sup>103</sup> Em janeiro de 1865, o Congresso Nacional aprovou a Emenda número 13, que proclamou a abolição formal da escravatura nos Estados Unidos. Apenas em julho de 1964 o Congresso referendaria a Lei de Direitos Cívicos, definindo uma maior igualdade entre negros e brancos no acesso à legislação e aos bens públicos. Entre as duas datas, manteve-se praticamente inalterada a segregação racial naquele país, realidade que deve ter despertado nos historiadores norte-americanos, conforme veremos logo adiante, o entendimento de que o “pós-emancipação” constituiu-se num universo de transitoriedade e indefinição para os negros norte-americanos ao longo daquele período. Cf. DIVINE et. al., 1992.

As características internas ao trabalho de Rebecca Scott nos levam a concluir, além das dezenas de citações da sua pesquisa em trabalhos sobre a escravidão no Brasil, sobre a importância que ela teve na historiografia do pós-emancipação. A publicação do livro por aqui, pode não parecer inovador atualmente, mas se compararmos com tudo o que vinha sendo produzido no início dos anos de 1990 se percebe as diferenças. A apresentação do livro foi realizada por Sidney Chalhoub que chamava a atenção dos leitores para o “momento extremamente oportuno” em que se dava o seu aparecimento. Ele lembrava dos debates travados no meio acadêmico, nos movimentos sociais e na imprensa sobre a escravidão e o processo de abolição em nosso país, e a perspectiva comparativa das relações sociais de dominação que poderiam se dar entre o Brasil e Cuba. Ambos os países haviam sido a “vanguarda da retaguarda”, uma vez que foram as últimas nações do continente americano a abolir a escravidão, além de tê-la caracterizado por estratégias protelatórias e gradualistas, bastante semelhantes.

Para finalizar estas considerações sobre a importância do livro nos estudos sobre o pós-emancipação no Brasil, cito um aspecto que me é muito caro: o uso da imprensa negra cubana. Entre as fontes de pesquisa que ela citou no final do livro, encontrei alguns: “[...] órganos de la clase de color consagrados a la defensa de los intereses generales de la raza de color” de Cuba. Dentre os quais, destaco o jornais *La Antorcha*, *La Fraternidad*, *El Horizonte* e *Minerva* que são representantes da imprensa negra cubana no século XIX. A autora foi inovadora inclusive quanto à utilização dos periódicos cubanos como uma das fontes documentais da sua pesquisa, o que colaborou para que Scott desvendasse algumas motivações políticas dos negros livres.

Por ocasião dos eventos acadêmicos comemorativos, alusivos ao Centenário da Abolição da Escravidão, dois pesquisadores norte-americanos estiveram no Brasil para desenvolver o “Postemancipation Societies Project”, iniciado em 1982, na Universidade de Michigan.<sup>104</sup> Ao prefaciar a obra de Cooper; Holt; Scott (2005), considerada “verdadeiro marco para o estudo das sociedades pós-emancipação em uma perspectiva histórica”, Hebe Mattos ratificou a importância daquelas pesquisas para os rumos que tomaram a nossa literatura histórica desde 1988. Segundo ela, os

---

<sup>104</sup> Depois de 1988, Thomas Holt e Rebecca Scott retornaram, em 1992, para participar do seminário “Racismo e relações raciais nos países da diáspora africana”, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.

historiadores norte-americanos já haviam concluído que o que estava “[...] além da escravidão é tema complexo e de difícil abordagem histórica em todas as sociedades tocadas pela escravidão moderna”, o que era ratificado no caso do Brasil, onde os temas do pós-abolição ainda eram pouco freqüentados pelos historiadores e reduziam-se ao racismo entre os demais pesquisadores.<sup>105</sup>

Na introdução do livro, os próprios organizadores enfocaram algumas questões que dificultariam a delimitação temporal e espacial do que entendiam como “pós-abolição”. Segundo Cooper, Holt e Scott (2005, p.43), que procuravam responder quais eram as fronteiras temporais e temáticas dos estudos das sociedades pós-emancipadas, eles chegaram a conclusões evasivas como: “[...] em termos temporais, temos datas iniciais mas não um fim determinado[...]”. As evasivas seguiam quanto aos limites espaciais, pois se alargavam para os estudos da escravidão em grande parte onde houve sistemas escravistas, sem obedecer as fronteiras nacionais. A abordagem temática do que estava “além da escravidão”, dentre outros aspectos, era descrita como dificultosa porque remetia ao grande número de atores sociais e ao volume de documentação que eram necessários em pesquisas desse tipo.

Aliás, devo lembrar, que Hebe Mattos (1987) já havia apontado nas considerações finais do seu mestrado, concluído em 1986, que trabalhar com o que havia acontecido depois da abolição exigia um grande esforço teórico e metodológico para romper com fronteiras de todo tipo – temporais, regionais, conceituais – na definição de outros significados para categorias conhecidas. Essa foi uma das principais justificativas que usou naquela oportunidade para reafirmar a necessidade da continuação da pesquisa no doutorado, para dar sequência à garimpagem de fontes de pesquisa que confirmassem algumas hipóteses levantadas no mestrado, trabalho que ela realizou com sucesso em 1993.

Nesse sentido, o que estou ressaltando não é apenas a falta de rigor com os limites temporais, territoriais ou a indefinição dos objetos das pesquisas, que se poderia concluir a partir do que escreveram aqueles historiadores, mas a maneira indiscriminada como muitas vezes tem sido usada a categoria pós-abolição, também entendida como “pós-emancipação”, conforme traduzido para o português na maioria das vezes. Em muitos casos ela passou a ser simples rótulo para trabalhos que se

---

<sup>105</sup> MATTOS, 2005, p. 13. (Livro originalmente publicado nos Estados Unidos em 2000).

dedicam ao período posterior ao 13 de maio de 1888. Ao contrário, eu estou chamando a atenção para a forma inovadora com que a categoria “pós-emancipação” vem sendo apropriada no Brasil, no sentido de romper todas as fronteiras anteriormente estabelecidas, sejam de natureza teórica e metodológica, conceitual, temporal, regional ou na definição de quais atores históricos serão destinados os papéis principais.

Os temas e problemas levantados pelas perspectivas do “além da escravidão”, assim como as perspectivas teórico e metodológicas da investigação histórica, estão abertos para novos recortes temporais que transcendem os limites das grandes efemérides e dos heróis nacionais. Os conceitos de escravidão, cidadania, abolição, liberdade e etnicidade não são tomados *a priori*, mas fazem parte de uma totalidade (economia, ideologia, ecologia, cultura), dentro de um conjunto específico de relações sociais e econômicas.

Portanto, me filio a esta tentativa de fugir aos determinismos de todo tipo e utilizei aquelas categorias neste trabalho, incluindo as de cor e raça, como conjunto de valores coletivamente construídos que sofreram, em épocas específicas, o reforço dos diversos discursos rituais, filosóficos, literários e cotidianos. Esses aspectos apontaram para estudos de realidades locais e regionais definidas e em constante diálogo com outros universos – nacionais e internacionais –, com os quais compartilharam experiências, bem como para a contínua relativização daquilo que se entendia como ruptura.

Desde a década de 1990, no bojo das discussões sobre globalização, nacionalismo, identidade e multiculturalismo, o termo diáspora vem sendo utilizado como projeto político e acadêmico que questiona as ideias de raça, identidade étnica, território e cultura nacional. Houve contribuições fundamentais, vindas da África e do Caribe e incrustadas nas principais universidades inglesas e norte-americanas, assim como da filosofia e do pensamento crítico, que ofereceram novas tipologias, genealogias e formas de pensar a diáspora africana, sobretudo a partir da releitura das obras de Frantz Fanon, Aime Césaire, William B. Du Bois, dentre outros intelectuais negros que foram, eles mesmos, resultados do processo de expansão e colonização européia.<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> Dentre outros, ver: APPIAH, 1997; BOGUES, 2003; GORDON, 2000.

Muitos dos trabalhos que nasceram a partir daquelas contribuições são chamados de “pós-coloniais”, “estudos culturais”, “estudos da diáspora” ou “estudos subalternos”. Seria uma reação contrária ao caráter forçado do processo de modernização ocidental ou uma tentativa desesperada daqueles que teriam sido deixados de fora do que se entende como “globalização”? Essa e outras questões foram colocadas por alguns dos intelectuais que passaram pelo processo recente de construção desses novos paradigmas da produção do conhecimento.<sup>107</sup> Eu entendo que esses paradigmas nos deram a possibilidade teórica de inverter a lógica usual na produção do conhecimento, geralmente, do centro para a periferia, e a oportunidade de superar boa parte dos limites tanto no uso dos conceitos quanto na definição de outros sujeitos de enunciação do discurso pós-colonial.

Nas temáticas levantadas pelos principais teóricos dos estudos pós-coloniais, estava a questão das identidades culturais que podem ser assumidas como étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas, mas acima de tudo nacionais, conforme o momento histórico. Stuart Hall foi um dos pioneiros a refletir sobre as diversas formas que assumiram as identidades que se fragmentaram no mundo atual, e deixaram de ser definidas em termos biológicos e passaram a ser históricas.

Conforme Hall (1998, p. 13): “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente”. Somos resultados de identidades contraditórias que nos empurram em diferentes direções, na medida em que os sistemas de significação e de representação cultural se multiplicam, podemos nos identificar com papéis sociais dos mais diversos.<sup>108</sup> Esse é o principal aspecto da construção das identidades negras que vou

---

<sup>107</sup> Há uma grande diversidade epistemológica e de origem naquelas propostas, o único consenso é a inversão da construção do conhecimento que passou a se originar a partir de intelectuais compromissados com questões sociais e políticas dos grupos subalternos, nos diversos países que foram colonizados pelos europeus. Os *subaltern studies*, por exemplo, nasceram no início dos anos de 1980, na Universidade de Amritsar, no Centro de Estudos de Ciências Sociais de Calcutá. As influências vinham do movimento, criado no final dos anos de 1960, destinado a buscar alianças entre estudantes universitários e camponeses. Os “naxalitas”, de tendências maoísta, conforme ficaram conhecidos, devido à origem geográfica do movimento na vila de Naxalbari, no norte de Bengala, buscavam a revolução para obter terras e melhores condições sociais. Alguns daqueles jovens universitários, como o autor que segue, foram influenciados pelo movimento “naxalita” e expandiram as suas questões e propostas políticas aos meios intelectuais. Inicialmente, na Índia e países próximos, depois, devido a diáspora dos intelectuais indianos em busca de melhores condições de trabalho, para os principais centros universitários da Europa e Estados Unidos. Cf. CHATTERJEE, 2004.

<sup>108</sup> Ver, principalmente, o capítulo “A identidade em questão”. HALL, 1998. (Publicado na Inglaterra, pela Open University, da qual o autor fazia parte, em 1992, período em que Paul Gilroy era seu orientando de doutorado.)

abordar no correr da tese e que de certa forma me levou a perambular por variados ambientes da história do negro no Brasil.

Outro recurso teórico que vou desenvolver na tese é da diáspora africana para compreender as influências externas, vindas principalmente dos Estados Unidos, nos jornalistas negros do Rio Grande do Sul. Nos últimos anos essas reflexões tornaram-se perspectivas de estudos balizadoras na redefinição crítica do lugar da África, dos africanos e seus descendentes na formação do ocidente, para grande parte das pesquisas sobre o pós-abolição. Trouxeram a noção de diáspora africana como um processo dinâmico, multifacetado, que rompeu com aquelas ideias cristalizadas e essencialistas sobre raça, nação, cultura, território, tempo, que foram concebidas em matrizes de pensamento européias e costumavam descrever a dispersão africana numa única direção ou como fenômeno preso ao passado. Ao contrário, o processo de escravização dos africanos e o resultado que adveio tornaram-se inseparáveis do processo de expansão colonial, da industrialização e do acúmulo de riqueza das metrópoles ocidentais. Esse processo deu-se de forma concomitante ao subdesenvolvimento das periferias e a constante reorganização dos contêdores em novas bases para as disputas.

A metáfora do “Atlântico negro” buscou entender aquela estrutura transnacional criada na modernidade e que deu origem ao sistema de comunicação global definido pelo ir e vir de pessoas, informações e mercadorias que definiram novos padrões e trocas culturais. Segundo Gilroy (2001), durante a diáspora, os africanos e seus descendentes criaram um sistema ou paradigma de reflexão sobre a modernidade e suas consequências que continua presente nas disputas culturais e políticas atuais.<sup>109</sup> O deslocamento e a reterritorialização da população negra redefiniu as noções de pertencimento e de identidade étnica no pós-abolição. De forma concomitante, habilitou os intelectuais negros a usar as armas ideológicas dos seus contêdores para questionar as bases filosóficas europeias e buscar uma unidade para a organização política. Inicialmente, em nível local, como foi o caso do nascimento do movimento negro brasileiro, anteriormente comentado, e, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, a disputa epistemológica para um lugar ao afrodescendente como produtor de conhecimento passou a ser global.

---

<sup>109</sup> GILROY, 2001. (O original foi publicado em Londres, em 1993.)



Por um lado, a metáfora do “Atlântico negro” e da vida marítima sugere deslocamentos, movimentos no meio líquido e misturas que submergem a noção de raça e traz à tona o hibridismo, do mesmo modo em que desterritorializa a cultura e indica um circuito comunicativo que modifica e transcende as fronteiras étnicas e nacionais. Por outro, ao contrário do que era previsto por liberais e marxistas, o apego à nação e à identidade dissolvem-se na modernidade, ao mesmo tempo em que globalização tem se mostrado um processo bastante complexo que tanto recria os “absolutismos étnicos” de viés religioso fundamentalista, quanto restabelece mitos que remetem a construção de uma nação imaginada.<sup>110</sup>

No Brasil quando das discussões sobre as políticas de ações afirmativas, de forma recorrente foram levantados questionamentos sobre a necessidade de políticas específicas. Afinal, diziam àqueles que eram contrários, vivemos numa sociedade democrática onde a cor da pele não gera nenhum impedimento para os negros. Naquele processo foi muito pronunciada a demanda por uma distintividade étnica, onde a “dupla consciência” negra, balizada entre assumir-se como negro e enfrentar os dilemas de uma sociedade preconceituosa e conquistar direitos, ou deixar-se anular como sujeito político e ver a turbulência social passar fez-se presente e teve na primeira alternativa ganhos inegáveis para a igualdade racial no país.

O Brasil tornou-se o caso clássico do país que ao acionar o dispositivo do “absolutismo étnicorracial”, assumiu conotação política positiva com ganhos reais para a população não apenas negra. Não podemos esquecer que os indígenas e os estudantes oriundos das escolas públicas, ou seja, a maioria dos brasileiros que mais precisavam do acesso às universidades públicas e gratuitas, também tiveram o seu ingresso cancelado na política de ações afirmativas.

---

<sup>110</sup> Acredito que a estratégia na busca por “instrução”, iniciada no século XIX, fez das experiências individuais um caminho para o acesso de um grupo maior de pessoas às principais universidades, que se tornaram meios de ascensão social e de produção de outros conhecimentos além daqueles de matriz europeia. Nesse sentido, Stuart Hall, de origem negra jamaicana vive na Inglaterra desde a década de 1950, e é considerado um dos principais teóricos dos estudos culturais. Temos, ainda, vários intelectuais da diáspora que hoje são renomados e atuam nas principais universidades européias e norte-americanas. Homi Babha, por exemplo, de origem indiana vive nos Estados Unidos. Paul Gilroy, que nasceu em Londres, cuja a família é caribenha, circula nos corredores do meio acadêmico internacional. Ele carrega os seus longos *dreadlocks* esvoaçantes e vive a propor questões polêmicas, inclusive entre os militantes negros, mesmo que ele se veja como um intelectual engajado. Ou seja, o *status* intelectual que hoje eles desfrutam foi resultado de um amplo processo social e político no qual colaboraram muitos sujeitos diaspóricos desconhecidos. Algumas das trajetórias desses sujeitos diaspóricos e seus meios de comunicação eu vou passar a descrever logo em seguida.

Ao comentar o impacto causado pelo movimento negro no Brasil e o reconhecimento do racismo como aspecto estruturante da sociedade brasileira, na apresentação do seu livro, Paul Gilroy (2001) refletia sobre os “desejos românticos” que anteciparam o país como o símbolo de um mundo sem raças. No entanto, a partir da perspectiva analítica que se deriva da ideia de diáspora, em que se inserem as reconhecidas conquistas daquele movimento, ele questionava o escopo e o alcance dessa política negra para o resto do mundo.<sup>111</sup> Ele chamava a atenção para um aspecto ainda pouco trabalhado entre nós que é a influência do modelo de relações raciais implantado no Brasil para a diáspora africana, o que vou trazer à tona no último capítulo. O movimento negro brasileiro conquistou avanços sociais e políticos consideráveis, e a narrativa historiográfica recente tem-se preocupado cada vez mais com questões locais relacionadas a experiências translocais.<sup>112</sup>

Nesse sentido, é revelador acompanhar a produção intelectual apresentada, desde 1989, nos Congressos Brasileiros de Pesquisadores (as) Negros (as), organizados pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Esses congressos não são exclusivos dos pesquisadores negros, muito menos dos historiadores, mas a maioria esmagadora daqueles que circulam pelos grupos de trabalhos e mesas-redondas, sem dúvida, são cidadãos preocupados com as questões colocadas a partir dos temas centrais dos congressos. No último congresso, realizado de 26 a 29 de julho de 2010, no Rio de Janeiro, sob o tema “Afro-diáspora, saberes pós-coloniais, poderes e movimentos sociais”, por exemplo, uma porção considerável dos mais de 1.500 trabalhos apresentados era sobre o período “pós-abolição”.<sup>113</sup>

As realizações dos Congressos têm sido marcadas pelo esforço acentuado dos intelectuais e militantes em dar visibilidade aos trabalhos acadêmicos desenvolvidos com orgulho e entusiasmo por negros e negras espalhados por todo o país. Eles têm um viés político explícito de demarcarem um lugar específico aos

---

<sup>111</sup> “Prefácio à edição brasileira”. Gilroy, 2001, p. 9-25.

<sup>112</sup> Nesse direção, dentre outros, ver: LOVEJOY, 2002; LOPES, 2004; COSTA, 2006.

<sup>113</sup> Como categorias em uso entre historiadores, antropólogos, sociólogos, educadores, que participaram daqueles congressos, “pós-abolição” e “pós-colonial”, geralmente, têm significados aproximados e, raras vezes, são problematizados como conceitos. Conclusões que, obviamente, não se reduzem aos Congressos Brasileiros (as) de Pesquisadores (as) Negros (as), que vêm crescendo, em número de participantes, de forma exponencial nos últimos anos. Na revisão bibliográfica que realizei, o termo “pós-abolição”, usado majoritariamente por historiadores, não foi problematizado, conforme mostrado. Ao contrário, “pós-colonial” tem sido muito usado entre cientistas sociais e um pouco mais problematizado, embora não haja um consenso sobre a sua utilização como categoria de análise.

intelectuais negros, na grande maioria ligados às universidades públicas e ao movimento social negro, como produtores de conhecimentos. Nessa direção, boa parte das perspectivas teóricas e metodológicas que orientam os trabalhos são motivadas pela mudança ou transformação que se deslocam do eurocentrismo em direção à diáspora africana e aos pressupostos do pós-colonialismo e do pós-abolição como alternativas possíveis na construção de um outro conhecimento sobre uma mesma história do Brasil.

Segundo memória de um dos participantes daquele congresso: “[...] ali não precisavam de armaduras, de conterem emoções e posturas quando falassem das vivências de pesquisa, de dúvidas, dificuldades e surpresas [...]”.<sup>114</sup> Para ele, pesquisar e falar sobre a história do racismo e da luta contra o racismo, principalmente quando empreendido por intelectuais negros, geralmente é visto como uma ousadia que necessita de uma série de armaduras conceituais e comportamentais para a necessária “isenção acadêmica” e o convencimento de seus pares.

Apenas recentemente, com a criação, nas principais universidades públicas, dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs), e a obrigatoriedade de implementação da Lei número 10.639/03 e da Lei 11.645/08, foram criados mecanismos institucionais para o desenvolvimento das respectivas temáticas e a absorção daqueles intelectuais. Nessa esteira de iniciativas, tivemos uma série de incentivos públicos para trabalhos de extensão universitária, pesquisa e publicações dirigidas a população negra.<sup>115</sup>

Voltando aos temas das pesquisas recentes, que nesta tese foram resenhados de forma conjunta com uma crítica bibliográfica e esboço conceitual e metodológico

---

<sup>114</sup> Amauri Mendes Pereira refletia a partir da sua experiência. Nasceu em 1951, formou-se em educação física em 1974, ano em que ajudou a fundar a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), na qual foi redator e dirigente do jornal de mesmo nome. Participou da criação do Movimento Negro Unificado em 1978, e integrou a direção do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) no Rio de Janeiro. Aos 55 anos de idade, doutorou-se em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cidade onde é professor universitário. Cf. PEREIRA; SILVA, 2009, p. 15.

<sup>115</sup> A Lei nº 10.639/03 tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. A Lei nº 11.645/08 acrescentou à lei acima a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena brasileira em todas as escolas. Em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer que propõe as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras. E a Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD realizou uma série de editais públicos, como o Uniafro, para desenvolver pesquisas, metodologias de trabalho e publicações sobre estas temáticas. Cf. Orientações e ações ..., 2006.

da pesquisa, houve uma grande concentração de trabalhos que recuperaram e analisaram as trajetórias biográficas e intelectuais de algumas das principais lideranças e intelectuais negros. Lélia Gonzalez, Lima Barreto, Clóvis Moura, Abdias Nascimento, Antônio Rebouças, Solano Trindade, Manuel Querino, Alberto Guerreiro Ramos, Evaristo de Moraes e tantos outros, tiveram suas vidas devassadas pelos pesquisadores.<sup>116</sup> Outros trabalhos buscaram as organizações sociais e as iniciativas políticas, *grosso modo*, também entendidas como os primórdios do movimento negro brasileiro.<sup>117</sup>

Foram realizadas descobertas que mostraram que o fim da escravidão definia e estendia os direitos de cidadania para todos, ao mesmo tempo em que eram criados mecanismos sutis, cotidianos, que solapavam desde o direito de estudar até as pequenas propriedades conquistadas pelos negros. A legislação do pós-abolição foi voltada para a repressão da vadiagem, capoeira e religiosidade e também foi restritiva em relação à ocupação de terras com a criação de impostos e taxas sobre a pequena propriedade com o objetivo de limitar as aspirações e ações dos libertos. Assim como houve uma contínua produção social de identidades, hierarquias sociais e categorias raciais que, balizadas formal e simbolicamente pelo estado ou pelo cotidiano, definiram novos sujeitos sociais e formas de atuação social e política.<sup>118</sup>

Ainda, balizei o meu trabalho também em revisar as pesquisas que se dedicaram na recuperação das possibilidades e dos limites para a ascensão social dos negros no regime republicano e as formas como se desenvolveram sociabilidades segregadas. Principalmente, até a metade do século XX, os negros construíram seus próprios locais de diversão para bailes, festas, jogos de futebol, pois não tinham permissão para confraternizar com as demais etnias. Cidades como Caxias do Sul, Taquara e São Leopoldo, geralmente definidas como construídas e habitadas apenas por imigrantes europeus, deixaram exemplos de como se deu esse processo de segregação racial e constante mobilização negra para criar seus próprios locais de divertimento.<sup>119</sup> Este quadro de segregação social e racial vai ser ampliado para

---

<sup>116</sup> GRINBERG, 2002; MESQUITA, 2004; GARCIA, 2007; SILVA, 2002; LEAL, 2004; MENDONÇA, 2007.

<sup>117</sup> PEREIRA, 2007; DOMINGUES, 2005; GOMES, 2005.

<sup>118</sup> GOMES, 2007; MATTOS, 2008.

<sup>119</sup> GOMES, 2008; MAGALHÃES, 2005.

outras cidades, como Cachoeira do Sul e Porto Alegre, por meio dos periódicos que foram produzidos por intelectuais negros.

Mais recentemente, há uma concentração de teses e dissertações, sobretudo na área da educação, que se deteve sobre o processo de construção e análise dos resultados das políticas de ações afirmativas destinadas a população negra. Os trabalhos descortinaram preconceitos inauditos em que a simples possibilidade da entrada de número maior de afro-brasileiros nas universidades foi motivo para grandes questionamentos e discussões acaloradas que remeteram a problemas que pareciam ultrapassados. Aos estudantes que se autorreconheceram como negros e, como tal, geralmente, são reconhecidos pela sociedade, foram colocados reiterados questionamentos sobre a sua capacidade intelectual para ocupar espaços acadêmicos não destinados a eles. Na mesma direção, foram criados mecanismos para que esses estudantes fossem assimilados intelectualmente em condições de subalternidade aos conhecimentos ditos universais, mas que geralmente se remetem a uma origem única. O intelectual negro no Brasil, mais do que os intelectuais de outras etnias, é colocado à prova constantemente, o que não lhes deixa muitas alternativas além da assimilação, do confronto ou da negação cotidiana da inferioridade atribuída.<sup>120</sup>

As opções de boa parte desses pesquisadores, ao trabalhar com os temas do período após 1888, aproximam-se, cada vez mais, em termos de delimitações temporais e temáticas, do mundo em que vivemos. Somadas às categorias que remetem aos estudos pós-coloniais, que abrem para perspectivas teórico-metodológicas transformadoras, talvez as opções de recortes do pós-abolição sejam uma fuga das temáticas sobre a escravidão. Muitos dos acadêmicos negros, assim como eu, passaram toda a vida escolar e parte da acadêmica ouvindo a mesma ladainha: “os africanos não tiveram história pois não tinham escrita”; “a vida dos escravos reduzia-se ao tronco e à fuga”; “os negros serviram apenas como as mãos e os pés dos senhores”.

Depois disso, todos os estudantes – independente da cor da pele – ficavam em dúvida sobre quais homens e mulheres se estava falando, qual a história que se

---

<sup>120</sup> Conhecido como o “caso Ari”, a discriminação racial e de orientação sexual, sofrida pelo baiano Ari Lima no doutorado da Pós-graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, ajudou a iniciar o processo de conquista das políticas de ações afirmativas naquela instituição de ensino. A UnB foi uma das primeiras universidades públicas federais a aprovar e colocar em prática políticas de acesso ao ensino superior, aos negros, indígenas e estudantes oriundos de escola pública. Cf. LIMA, 2001, p. 281-312. Sobre educação e políticas afirmativas ver: SANTOS, 2007.

queria reproduzir. Será que os escravizados e seus descendentes tinham capacidade intelectual para construir outras formas de organização, ou tinham apenas força física para buscar formas alternativas àquela situação? Na memória social construída por todos, aqueles que se viam e eram percebidos como negros confundiam ou confirmavam ainda mais a sua identidade étnicorracial. Eles eram indivíduos de origens remotas cujo princípio familiar remetia a um continente pobre e analfabeto, e cujos nomes e sobrenomes lembravam os universos indefinidos dos patrões e das casas grandes. Inferiorizados socialmente, eles vinham consolidando aquela identidade desde que nasceram, enquanto os outros, geralmente reforçavam a autoimagem cotidiana da hegemonia econômica, cultural e étnorracial de origem europeia. Entre boa parte dos indivíduos dos dois segmentos, mantinha-se o fosso da incompreensão mútua e o *déficit* das construções identitárias fragmentadas, assim como continuavam sem entender a sua própria história.<sup>121</sup>

Para finalizar, a escravidão, como instituição mais longeva e que contribuiu com maior número de pessoas para a ocupação e colonização do Brasil, fundou a nação. Por outro lado, a escravidão também foi a base estruturante do que conhecemos como pensamento social brasileiro. A questão racial, entrecruzada com a questão social, é um tema relevante na nossa sociedade e ocupa cada vez mais não só as páginas dos jornais diários como boa parte das cabeças dos acadêmicos.<sup>122</sup>

Os principais dilemas existenciais da nossa nacionalidade passaram e ainda passam por questões e problemas advindos do tráfico escravo. Afinal, somos a maior nação afrodescendente fora do continente africano e temos a maioria da população brasileira identificada como negra, foi esta simples constatação que reforçou a opção teórica que se fez nesta tese em dialogar com as categorias da diáspora africana, o

---

<sup>121</sup> Eu entrei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no curso de Letras em 1987. Logo fui envolvido pelo mundo universitário, recheado de experimentações, novas leituras e conhecimentos. Eram muitas novidades para um estudante oriundo das classes populares do interior do Estado, demorei a dar-me conta do estranhamento e das dificuldades de adaptação àquele universo. Eu era um dos raros estudantes negros, cercado por professores e colegas brancos por todos os lados. Em 1992, mudei para o curso de História e não encontrei um universo diferente daquele. Estava mais maduro, procurei e achei nos livros e em alguns professores explicações para as respostas que eu buscava. Felizmente isso foi facilitado pelo ingresso, em concurso para Porteiro, aos quadros administrativos dessa mesma universidade.

<sup>122</sup> Os estudos das identidades brancas, ao lado das pesquisas sobre as relações raciais, ainda são praticamente, inexistentes no Brasil, o que seria importante para o diagnóstico e o tratamento das patologias sociais advindas das relações racializadas e desiguais estabelecidas entre os diferentes grupos formadores da nossa nacionalidade. Ver obra inovadora sobre estes assuntos, especialmente o artigo “Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e *media* no Brasil” de SOVIK, 2004, p. 363-386.

pós-colonialismo e o pós-abolição. Também foram estas constatações que me levaram a trabalhar com os jornais produzidos por afrodescendentes e procurar por meio de suas páginas, que foram deixadas de lado pelos historiadores, recompor algumas trajetórias intelectuais e profissionais e os seus problemas cotidianos.

### **3 UMA ARQUEOLOGIA DOS JORNAIS NEGROS**

O termo arqueologia assume aqui o sentido definido por Foucault, que propõe que se extrapole a “quimera da origem”, entendida como a busca sem fim do começo e da originalidade do acontecimento, que mascara a descontinuidade e a possibilidade da emergência do discurso e da prática que prefiguram uma categoria.<sup>123</sup>

Nesse sentido, a “investigação arqueológica” à que me proponho é realizada a partir de duas situações pontuais em que a imprensa negra emerge: uma, como categoria que visa aglutinar as experiências dos jornais escritos por negros paulistas no trabalho de Roger Bastide; outra, como fonte de pesquisa sobre os jornalistas negros sul-rio-grandenses na pesquisa de Fernando Henrique Cardoso. Em seguida, parto para uma reflexão sobre os usos dos periódicos negros na historiografia do Rio Grande do Sul e ofereço uma caracterização dos jornais negros no Estado. Por fim, exponho algumas situações cotidianas de preconceitos e discriminações às quais os negros resistiam e em que também se acomodavam aos ditames sócio-legais prescritos na convivência social.

#### **3.1 Imprensa negra: “Auto-retrato do negro por ele mesmo”**

A frase entre aspas, acima, foi registrada por um francês, o que de antemão revela o fato de que o primeiro pesquisador a trabalhar com a imprensa negra brasileira foi um estrangeiro. Roger Bastide publicou *A imprensa negra do Estado de São Paulo*, em 1951, sob o pressuposto de que os jornais representariam as

---

<sup>123</sup> Para maiores informações sobre o método suscitado pela arqueologia foucaultiana, ver: FOUCAULT, 1999 e 1997.

aspirações e os sentimentos coletivos que dariam condições para “discernir a mentalidade de uma raça”.<sup>124</sup> Iniciou o texto respondendo a duas críticas que seriam impeditivas para aquele tipo de pesquisa: a primeira, de que os jornais negros não tinham grande tiragem, viviam miseravelmente e duravam pouco; a segunda, de que as publicações representavam muito mais as opiniões e os interesses da “pequena classe média negra” do que as da maioria ou “massa negra”.

Para as duas críticas Bastide argumentava contra, pautando a sua defesa nas condições financeiras e materiais dos produtores e receptores dos jornais. Ele entendia que os negros não tinham como manter aquelas publicações por muitos anos em virtude de serem o extrato populacional mais empobrecido de São Paulo. As dificuldades para uma maior periodicidade daqueles periódicos não representariam apenas opiniões divergentes entre os jornalistas e a maioria dos negros, mas um “fenômeno sociológico revelador da psicologia afro-brasileira”. Na busca do entendimento daquele “fenômeno” ele levantou algumas hipóteses sobre a indiferença que visualizava na “massa” imóvel diante das campanhas levadas a cabo pelos redatores de sua própria imprensa. Por outro lado, ele trouxe a contribuição da “pequena classe média negra” (formada por professores, advogados, jornalistas, revisores de provas tipográficas), que há pouco tempo havia saído daquele meio e mostrava-se interessada nos problemas dos negros mais empobrecidos.

Detive-me na explicação de Bastide para refletir sobre a utilização que os pesquisadores brasileiros fizeram da imprensa negra e as maneiras como eles, possivelmente, argumentaram sobre o uso que ele fez daqueles jornais. Nesse sentido, como entender o comportamento daquele grupo de pessoas responsável pela fundação e manutenção dos jornais negros se eles eram pobres, desorganizados e os periódicos não representavam as aspirações da maioria? Essa parecia ser uma das questões que impediria pesquisas com aquela fonte documental e impulsionava Bastide para a busca de respostas que demonstrasse aspectos contrários àquele senso comum.<sup>125</sup>

---

<sup>124</sup> BASTIDE, 1972, p. 55. (Reproduzido de *Estudos Afro-Brasileiros*. Boletim de Sociologia, 2ª série, n. 2 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1951. p. 50-78)

<sup>125</sup> A história dos estudiosos do Velho Mundo que vinham entender e explicar o Brasil para os brasileiros vem desde o início da formação do país. Ferdinand Denis (1798-1890), por exemplo, que esteve no Brasil entre os anos de 1816 e 1819, de volta a Paris, publicou em 1826, *Resumo da história literária do Brasil*. Depois da Independência, em 1822, os brasileiros andavam às voltas para construir



O cerne da sua explicação para a utilidade da imprensa negra como fonte de pesquisa vinha da “representação coletiva” proposta pelos redatores daqueles jornais, que embora interpretada como “ambivalente”, descrevia uma infinidade de casos cotidianos de preconceitos e discriminações que constituíam um problema social para aquela população. Segundo a conclusão de Bastide, devido a essas “perseguições raciais” e ao empobrecimento contumaz, os negros paulistas não criaram condições sociais e políticas para enfrentar a situação, nem muito menos mecanismos para superar a identidade inferiorizada que construía sobre si próprios. Teriam originado, isto sim, uma jaula invisível em que se mantinham presos ao se encastelarem nos clubes e associações e se entusiasmarem com as rotinas, valores, histórias e heróis que plasmavam, ao mesmo tempo em que sucumbiam aos desejos da assimilação, da “mistura dos sangues e das culturas”, no caminho contrário ao da formação de uma “consciência racial” independente.

Conforme demonstrei no primeiro capítulo, as relações sociais racializadas não eram discutidas de forma sistemática até o início dos anos de 1950. Aos “sociólogos uspianos” restou uma parcela grande de responsabilidade pela superação daqueles limites. Roger Bastide foi o principal teórico do que viria a ser reconhecida como “escola paulista de sociologia”, que incluiu o conceito de classe social e renovou aspectos metodológicos importantes para o desenvolvimento das pesquisas sobre as relações raciais no país. Ela inovou ao dar a devida importância às experiências, trajetórias de vida e em buscar o diálogo com os negros paulistas, mas, sobretudo, por iniciar o processo de dessacralização acadêmica do mito da democracia racial brasileira.<sup>126</sup>

---

a identidade nacional e as prescrições de um estrangeiro civilizado eram bem-vindas. No primeiro capítulo do seu livro, sob o título de “Considerações gerais que a poesia deve assumir no Novo Mundo”, Denis afirmava que para a literatura tornar-se de fato nacional, escolhida a língua vernácula, deveria tratar das tradições, da natureza, do clima e dos povos formadores. Ele foi um dos primeiros estudiosos a creditar às três “raças tristes” (negro, indígena e branco) o caráter positivo da mestiçagem que se formava no Brasil, embora mantivesse os preconceitos comuns à época. Sobre os negros, ele dizia que eram: imaginativos, inconstantes nos sentimentos, crédulos e presos às dores da escravidão que não lhes deixavam pensar o futuro Cf. DENIS, 1968.

<sup>126</sup> Ao trazer alguma informação nova sobre como se formou a “escola paulista de sociologia”, geralmente, os pesquisadores, principalmente os paulistas, voltam ao discurso da reverência aos “sociólogos uspianos”. Nesse sentido, Silva (2010) ressalta o diálogo franco que deve ter havido entre os “pesquisadores brancos” e os “objetos de pesquisa negros” naquela experiência metodológica até então inovadora, que se serviu da história oral, de entrevistas e debates entre intelectuais negros paulistas e “sociólogos uspianos”. O desafio é superar o discurso laudatório dos veneráveis mestres e encontrar teorias, metodologias, mas, principalmente, hermenêuticas, para, a partir do conhecimento que nos legaram, levantar novas reflexões e responder questões que deixaram sem respostas.

Por outro lado, Bastide estava imerso naquele ambiente intelectual e de reivindicações políticas e sociais negras, conhecia os principais intelectuais e lideranças, era respeitado no meio negro e havia, inclusive, participado de algumas das suas realizações.<sup>127</sup> Portanto, é difícil entender como um intelectual de tal envergadura e envolvimento social possa ter sucumbido aos estereótipos atribuídos aos negros e definir as dificuldades para a manutenção dos jornais como resultado da “apatia ou consciência passiva” que lhes era comum. A explicação pode ser encontrada na trajetória pessoal de Bastide ou no ambiente intelectual em que vivia, onde boa parte dos pesquisadores teve dificuldades para ultrapassar os limites do que entendiam como uma “patologia social” que se abatera sobre aquele meio, afastando a possibilidade de se organizarem politicamente.

O “problema do negro”, instituído depois da Abolição, ao contrário de ser uma questão nacional ou resultado da relação social preconceituosa e hierarquizada estabelecida na sociedade brasileira, continuava sendo atribuído ao próprio negro. Para a resolução do “problema”, parecia não haver saída. O “autorretrato do negro por ele mesmo” proposto por Bastide, foi reproduzido pelo pesquisador francês quase sempre de forma invertida. Ao se organizarem e buscarem acesso aos direitos garantidos em leis, os negros criavam um problema que não existia; quando fundavam clubes sociais de forma independente ou criavam jornais para tratar das suas questões, eram vistos como autossegregados; quando tentavam ascender e integrar-se socialmente, eram representados como assimilados que se renderam aos apelos do branqueamento. Aos olhos do pesquisador estrangeiro tudo aquilo era uma jaula invisível em que os negros mantinham-se presos, não o reflexo da desigualdade econômico-social da sociedade hierarquizada e racista em que buscavam inserir-se.

Na medida em que a população negra não era estudada como o principal componente do povo brasileiro, conforme propôs Guerreiro Ramos, com todas as virtudes e problemas de um povo em formação, o entendimento daquela realidade “ambígua” tornou-se quase incompreensível aos olhos dos pesquisadores. O pai da

---

<sup>127</sup> Roger Bastide morou no Brasil de 1938 a 1954, circulou no meio negro brasileiro e conhecia de perto a sua realidade. Nesse período de dezesseis anos, esteve sempre envolvido com temáticas de pesquisa que o aproximavam daquela população. Em 1950, nas teses apresentadas ao I Congresso do Negro Brasileiro, posicionava-se contra os resquícios do determinismo racial do século passado ao afirmar que a criminalidade do “homem de cor paulista” não era devido à raça. Era resultado da estrutura social – industrialização, urbanização e “herança da escravidão” – o que o levava a exortar que “o homem de cor se tornasse cada vez mais ambicioso” e não sucumbisse aos limites da “cooperação harmoniosa das três cores do Brasil de amanhã”. BASTIDE, 1982, p. 247-269.

“escola paulista de sociologia” cometeu mais do que um equívoco metodológico que, aliás, sempre foi o aspecto da pesquisa em que Bastide mais se deteve. Ele teve um deslize hermenêutico ao deixar de reconhecer os negros como sujeitos da sua própria história.<sup>128</sup> Os aspectos negativos que o pesquisador estrangeiro visualizava na população negra paulista tinham como pano de fundo, além da própria experiência no país, que havia proposto os temas da igualdade, liberdade, fraternidade, também a história combativa do negro norte-americano. A aposta no humanismo ilustrado e liberal do estudioso chocava-se com a realidade das relações raciais conflituosas e a necessidade do empoderamento simbólico do grupo destituído de poder. Os caminhos que os negros criavam para a mobilidade social tinham como único objetivo torná-los parte da sociedade que construía, e não o de subverter aquela realidade e colocar abaixo a sociedade.

Roger Bastide foi o primeiro pesquisador a tirar os jornais negros paulistas do anonimato, trouxe-os para o conhecimento público e dos acadêmicos e deu-lhes o estatuto de documento histórico. Sem dúvida, aos olhos do experiente pesquisador, que citou algumas vezes naquele texto os sociólogos que se detiveram na imprensa negra dos Estados Unidos, os “jornaizinhos negros” do Brasil saltavam aos olhos como experiências extraordinárias. Talvez por isso tivesse dificuldades para entendê-los, pelo ineditismo das propostas, levadas a cabo por pessoas de “mentalidade atrasada”, comportamento confuso e desorganizadas, que se mostravam ambivalentes quanto a assumirem posições de “classe” e não apenas de “raça”, como ele percebia. Apesar da pequena tiragem e da fragilidade da periodicidade, ele concluía que as finalidades daqueles jornais eram múltiplas, e as utilidades, como fontes de pesquisas, incontestáveis.<sup>129</sup>

Nessa direção é interessante questionar como os próprios negros definiam os seus meios de comunicação impressos. Em 1949, por exemplo, os redatores do

---

<sup>128</sup> Elide Rugai definiu o que entendemos como “escola sociológica paulista”, que teve no campo das relações raciais a sua principal produção intelectual. Segundo a autora, a ideia de “escola” definiu-se a partir de aspectos que constituiriam uma “unidade metodológica” que utilizava os recursos das entrevistas e a aproximação com os objetos das pesquisas, além de sólida formação teórica que passeava pelos clássicos iluministas, pela psicologia, pela antropologia e pelos autores marxistas. Aspectos técnicos que se consolidaram, principalmente, a partir do esforço intelectual e da orientação pessoal do próprio Roger Bastide. Cf. BASTOS, 2002.

<sup>129</sup> Naquele texto sobre a imprensa negra paulista Bastide (1972, p. 78), citava alguns trabalhos sobre “the afro-american presse and its editors” e “negro press in the United States”, publicados desde 1891. Nesse sentido, demonstrava o seu conhecimento da historiografia norte-americana sobre o tema e a importância que as publicações negras tiveram naquela sociedade.

jornal *Quilombo* falavam do nascimento da “imprensa negra” norte-americana com a publicação do *Freedoms Journal*, em 1827. A partir de então, a luta dos negros pelos direitos civis e contra as violências eram vistas no Brasil como “[...] solidamente apoiadas na vasta rede de jornais e revistas espalhadas por todo o território dos Estados Unidos”. Para comprovar a afirmação, citavam mais de uma dezena de publicações e ressaltavam os exemplos de *Phylon* e *The Crisis*.<sup>130</sup> Este último era um mensário que pode ter sido a principal referência editorial e política para os redatores de *Quilombo*, tanto na estratégia política de interlocução e busca de apoio teórico entre os intelectuais brancos, como em abordar um escopo de atividades culturais como teatro, cinema, literatura, que pareciam distantes do interesse da emergente classe média negra brasileira.<sup>131</sup>

Ainda não temos na historiografia que trata dos jornais dirigidos para os negros brasileiros uma arqueologia que resgate a origem e os significados atribuídos ao longo do tempo ao termo “imprensa negra”. Isso me leva a propor que houve uma influência vinda dos Estados Unidos na definição desse termo para designar um conjunto de periódicos voltados aos problemas da população negra. Roger Bastide foi o pioneiro a sofrer essa influência da literatura norte-americana e pode ser considerado o responsável pela introdução do termo “imprensa negra” no Brasil. Nesse espaço não me cabe resposta definitiva, no entanto, sei que houve influência mútua entre a imprensa negra brasileira e a norte-americana desde pelo menos o início do século XX.

A diáspora africana sempre ligou Brasil e Estados Unidos em redes de comunicações que extrapolaram as distâncias terrestres. Por se localizarem no centro do comércio escravista pelo oceano Atlântico, receberam inicialmente escravizados e, desde o século XIX, emissários abolicionistas, viajantes e fugitivos do regime servil. Os contatos entre os dois países mantiveram-se ao longo do século seguinte,

---

<sup>130</sup> Cf. “Imprensa negra. *The Crisis*”. In: *Quilombo*. Rio de Janeiro, maio de 1949, n. 2, p. 5.

<sup>131</sup> Na verdade, aquele jornal era o *Freedmen's Journal*, fundado em 1827, em Nova Iorque. A *Phylon*, por sua vez, era uma revista trimestral publicada por W. E. B. Du Bois (1868-1963), naquela época. Já *The Crisis* foi fundada em novembro de 1910, como órgão da Associação Nacional Para o Progresso do Povo de Cor (NAACP). Era um mensário ilustrado com variadas colaborações de intelectuais negros e brancos dos Estados Unidos, aliás, como fora a fundação da NAACP. A revista tratava sobre assuntos variados como: teatro, esportes, artes plásticas, literatura, política, sociologia, dirigidos aos negros daquele país. Acredito que essa proposta política e editorial da *The crisis* tenha sido um exemplo para a fundação do jornal *Quilombo*, no Rio de Janeiro, no final da década de 1940. Essa hipótese nos foi sugerida a partir da leitura do artigo citado. Sobre alguns aspectos da imprensa negra nos Estados Unidos, consultar Franklin e Moss (1989).

conforme atesta José Correia Leite, que foi um dos informantes para a pesquisa dirigida por Bastide em São Paulo. Segundo suas memórias, ele fez parte de um “grupo garveysta”, dentro do jornal *O Clarim d’Alvorada*. Naquela oportunidade, chegou-se a criar uma coluna com o título de “O mundo negro”, que era justamente o mesmo nome do periódico criado por Marcus Garvey nos Estados Unidos. Ele lembrava também que no início da década de 1920, logo depois da visita de Robert Abott ao Brasil, principal fundador e editor do periódico negro norte americano *Chicago Defender*, passaram a realizar trocas de exemplares entre os dois jornais.<sup>132</sup>

Desde o trabalho pioneiro de Roger Bastide, a imprensa negra de São Paulo tinha sido deixada de lado pelos pesquisadores. No final da década de 1970, a pesquisa de Ferrara (1981) recuperou os jornais dos “homens de cor” paulistas de 1915 a 1963. Foi um levantamento inovador de dezenas de periódicos não exclusivos daquele Estado. Ela trouxe também exemplares do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, para demonstrar as diversas origens sociais e políticas dos jornalistas, o grande número de temáticas impressas e a especial atenção que deram à educação e à moralidade. A pesquisa levantou uma fonte documental – “jornais feitos por negros para negros” – que deu condições de visualizar outro estatuto social para aqueles grupos, formados por intelectuais e lideranças comprometidas com a organização social e as reivindicações políticas de parte da população negra paulista. Muitos deles mantiveram-se organizados em torno dos jornais durante décadas e viveram empenhados na luta pela superação dos limites daquela realidade ainda muito próxima da escravidão.<sup>133</sup>

A partir de então, a fonte documental privilegiada por uma nova geração de pesquisadores envolvidos com as temáticas do pós-abolição em São Paulo passou a ser a imprensa negra. Eles alargaram os campos de pesquisa para períodos e lugares em que se desconheciam a existência daquelas publicações, como o início do século XIX e o interior do Estado, e avançaram para os séculos seguintes. Desenvolveram

---

<sup>132</sup> José Correia Leite (São Paulo, 1900-1989) foi fundador da FNB, em 1931 e o principal responsável, junto com Jayme de Aguiar, pela fundação e manutenção do jornal *O Clarim*, que mudou o nome para *O Clarim d’Alvorada*. Esse periódico foi publicado de 1924 a 1932, e hoje é reconhecido como um dos principais jornais da imprensa negra brasileira (Cf. LEITE, 1992, p. 78).

<sup>133</sup> A imprensa negra tinha sido esquecida como fonte de pesquisa desde o início da década de 1950, mas era conhecida da população negra e usada como exemplo de organização e mobilização social por militantes negros (FERRARA, 1981).

estudos nas diversas áreas das ciências humanas e trouxeram uma riqueza de informações de todo tipo que circularam naqueles periódicos.<sup>134</sup>

A idéia central que definiu a imprensa negra foi a capacidade dos redatores em tornar os periódicos os principais meios de comunicação e protesto em defesa dos negros. A definição contemporânea de imprensa negra deixa de fora aqueles aspectos que são fundamentais para o entendimento dos jornais publicados nos séculos XIX e XX, que eram voltados para questões centrais naqueles períodos.<sup>135</sup> Vou iniciar essa discussão conceitual com os jornais que são apontados como os primórdios da imprensa negra brasileira. São os casos dos jornais que surgiram no Rio de Janeiro em 1833, como *O mulato ou O homem de Cor*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*, assim como o periódico *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, fundado em Recife, em 1876. Naquela categoria de primordiais da imprensa negra brasileira também são citados os jornais *A Pátria* – “Órgão dos Homens de Cor” de São Paulo (1889), e *O Progresso* – “Orgão dos Homens de Cor”, também de São Paulo (1899), e, finalmente, o semanário *O Exemplo*, fundado em Porto Alegre em 1892.

Os jornais do Rio de Janeiro, ao que tudo indica, foram fundados por “mulatos livres” na ordem escravista que levantaram a bandeira da discriminação racial para defenderem os seus próprios direitos, fosse por convicção, oportunismo ou interesse político partidário. No caso de *O homem de Cor*, criado em setembro de 1833, que mudou de nome para *O Mulato ou O Homem de Cor* no terceiro número, foi editado em agosto daquele ano por Francisco de Paula Brito. Ele nasceu da união de mãe liberta e pai marceneiro, portanto era um negro oriundo das classes populares e que viveu no Rio de Janeiro entre os anos de 1809 e 1861, período fértil para as discussões políticas e sociais.

Paula Brito foi o responsável pelo lançamento do jornal naquele universo de crise política em virtude da abdicação de D. Pedro I e de acirradas disputas em torno da cidadania e da identidade brasileira que estavam em discussão. Na época do

---

<sup>134</sup> Nesse sentido, ver os seguintes trabalhos: Pires (2006); Silva (1990); Mota (1986); Maciel (1985).

<sup>135</sup> Muniz Sodré trabalhou com pequenos jornais que, segundo ele, refletiam as “linhas ideológicas e emocionais” do Movimento Negro Unificado no final do século passado. Ele refletiu sobre a categoria de imprensa negra e chegou à conclusão da pertinência do seu uso atual. Nesse sentido, deve ser considerado o período histórico recente em que desapareceram os discursos pedagógicos, as preocupações com o ordenamento familiar e a formação profissional, veiculadas naqueles jornais do século XIX e ainda percebidas nas primeiras décadas do século seguinte (SODRÉ, 1998).

lançamento do periódico, ele havia iniciado há pouco mais de dois anos um processo de ascensão social com a compra de uma gráfica, que era o resultado da carreira iniciada como tipógrafo e que o levaria a ser editor e livreiro renomado na capital do país. *O Mulato ou O Homem de Cor* era parte daquele processo de ascensão individual, mas a publicação representava o esforço para construir um meio de comunicação que defendesse os direitos sociais e políticos de um grupo de negros letrados.<sup>136</sup>

Nesse sentido, seguimos a indicação proposta por Pinto (2006) para quem as identificações como “homens de cor, mulatos, pardos, crioulos e cabras”, eram denominações possíveis no século XIX. As diversas denominações com as quais se identificavam, remetiam às condições sociais e políticas criadas pelo processo escravista. O universo social em que disputavam o acesso a melhores condições de vida era demarcado por caracteres etnorraciais construídos historicamente entre dois grupos específicos – escravos e europeus – e seus descendentes. A diversidade de interesses, de opiniões e de identidades representadas naqueles jornais não descaracterizava o exemplo de Paula Brito, dentre outros, como um dos fundadores da imprensa negra brasileira. Antes disso, traziam em comum a necessidade de comunicar-se, dar visibilidade aos projetos e desejos de grupos de afro-brasileiros que se aglutinavam ao redor dos jornais. Os objetivos e o público-alvo dos periódicos, embora dispersos na definição de uma identidade étnica, remetiam a uma mesma origem no processo escravocrata.

Conforme vou demonstrar ao longo desta tese, os descendentes da diáspora africana no Brasil passaram a identificar-se como negros, sobretudo ao longo das primeiras décadas do século XX. A imprensa negra rio-grandense, assim como aconteceu em São Paulo, tornou-se meio de comunicação que procurava primeiramente agrupar pessoas com os mesmos interesses. Os redatores dos periódicos buscavam criar o senso de solidariedade necessário para a fundação do jornal e, logo em seguida, encaminhar uma luta comum em prol da educação e da

---

<sup>136</sup> No caso dos periódicos do Rio de Janeiro, segundo Castro (1969), seria uma “imprensa mulata” porque deixava de lado questões que diziam respeito à maioria negra, como o final da escravidão, por exemplo, para investir em problemas de um grupo específico. O “mulato” era um termo que denotava o afro-descendente que havia galgado melhores condições sociais e buscava organizar-se como grupo na defesa dos seus próprios interesses. Nesse caso, ele reivindicava o acesso aos postos mais elevados da vida pública carioca.

superação dos complexos e estereótipos que os inferiorizavam na busca da mobilidade social.

As publicações nasciam a partir da iniciativa de duas ou mais pessoas, geralmente vinculadas a associações culturais ou de auxílio mútuo para as quais logo se tornavam órgãos de defesa e comunicação. O caráter ideológico veiculado preocupava-se em superestimar a capacidade criativa e de organização dos negros e em moralizar aqueles que consideravam desviantes. No cumprimento desses objetivos, eles faziam a apologia daquelas trajetórias individuais que haviam dado certo com os usos recorrentes dos exemplos dos abolicionistas, advogados, jornalistas, atletas, músicos, escritores e artistas negros.

Os periódicos que compõem o que entendo como imprensa negra, até as primeiras décadas do século XX, davam destaque para as questões educativas do meio negro e tinham viés moralizador nos seus artigos. A utilização de bebidas alcoólicas em exagero, as “irresponsabilidades” na educação dos filhos, as brigas e ofensas pessoais, a vida errante e sem trabalho, enfim, toda a postura que destoasse das prescrições do que a sociedade entendia como “bom comportamento” eram severamente criticadas pelos articulistas. Aqueles periódicos tornaram-se uma imprensa alternativa aos jornais de grande circulação, uma vez que os negros não se viam representados nas suas páginas. Eles faziam uso das suas próprias folhas para divulgar as festas, casamentos, aniversários, batizados, nascimentos, mortes, situações de discriminação e preconceito, assuntos políticos e sociais de interesse do público a que eram dirigidos. Os jornais eram produzidos por uma minoria de negros alfabetizados, geralmente melhor posicionados na hierarquia social, mas que representavam os desejos e as aspirações daquela parcela da população que diziam representar.

Os usos acadêmicos e políticos que fizeram alguns pesquisadores da imprensa negra, no sentido de afirmarem a capacidade intelectual e organizativa dos negros, comprovaram a legitimidade desses jornais como fonte de pesquisa. Por um lado, isso resultou em eficácia política para alavancar a iniciativa da fundação de uma plêiade de jornais desse tipo em todo o país; por outro, despertou o interesse dos



pesquisadores para a existência de periódicos fundados por negros em outras cidades, além das paulistas, espalhados pelo país.<sup>137</sup>

O jornal *Irohin* (que em iorubá significa notícia), por exemplo, tem se constituído como um meio de “comunicação a serviço dos afro-brasileiros”, conforme o seu subtítulo. O periódico foi fundado em Brasília, no ano de 1995, com o objetivo de se tornar uma publicação nacional. Ele se notabilizou por se voltar às diversas temáticas de interesse da população negra brasileira, como: religiosidade, política, economia, estética, africanidades, cultura e organização do movimento negro. É impresso e distribuído de forma bimensal com tiragens que superam os 16.000 exemplares. Além disso, mantém um sítio na internet regularmente atualizado para informar e fortalecer a organização social contra o racismo e a superação das desigualdades raciais.

O *Irohin* é uma organização não-governamental, criada por intelectuais e antigos militantes do movimento negro, que se mantém basicamente a partir das contribuições dos seus leitores. Como tem a redação e a coordenação editorial instalada em Brasília, o jornal está sempre atualizado com as principais questões que circulam nos corredores do poder político da capital federal. Os intelectuais negros inseridos no mundo acadêmico nacional, os militantes do movimento negro e os políticos identificados com as causas dessa população, cruzam suas opiniões nas páginas do quinzenário tornando cada vez mais indistintas quaisquer fronteiras que se atribuíam a esses universos de atuação.<sup>138</sup>

A imprensa negra é uma expressão-conceito que atualmente abarca uma infinidade de publicações, não mais restritas aos meios impressos, mas que se diluem

---

<sup>137</sup> Eu tive recentemente o conhecimento da publicação do *Nosso Jornal* que foi resultado da iniciativa dos estudantes da Universidade de Brasília e fundado em defesa das políticas de ações afirmativas daquela universidade. Eles se representavam como acadêmicos oriundos das diversas áreas do conhecimento e dos níveis de graduação, mestrado e doutorado. Também demonstravam no editorial que eram portadores de conhecimentos apropriados sobre os jornais da imprensa negra paulista. Inclusive o título que usavam de *Nosso Jornal* fazia referência ao periódico homônimo, publicado em Piracicaba (SP), de 1957 a 1961. Nesse sentido, faziam uso político de uma tradição fundada na história da imprensa negra brasileira, que é o recurso retórico de colocar-se no interior dela, ou seja, fazer a reverência mais do que a referência de que eram tributários das experiências anteriores (Cf. *Nosso Jornal*. Brasília, 1ª ed., n.1, nov. 2009).

<sup>138</sup> Edson Lopes Cardoso é fundador e coordenador editorial do *Irohin*, tem graduação em letras e mestrado em comunicação social. Foi militante do Movimento Negro Unificado e fundador da Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores de Brasília em 1984, e coordenador executivo da Marcha Zumbi dos Palmares em 1995. Também foi chefe de gabinete do deputado federal Florestan Fernandes (PT-SP), entre 1992 e 1995. Na gestão de Paulo Paim (PT-RS) como primeiro vice-presidente do Senado, Edson Lopes Cardoso ocupou o cargo de assessor de relações raciais desta Casa (Cf. ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 22).

em aparelhos eletrônicos e se reproduzem através de sinais digitalizados. A principal identificação que une essa diversidade dos meios de comunicação é estar voltada para as reivindicações da população negra e ser produzida por pessoas que se identificam com esse meio.

### 3.2 “Na pena tosca dos jornalistas negros” do Brasil Meridional

A seguir, vou revisar a historiografia sobre a imprensa negra sul-riograndense a partir do trabalho de Fernando Henrique Cardoso, e demonstrar que esses periódicos foram deixados de lado desde essa proposta pioneira publicada em 1962. Apenas no final dos anos de 1990, portanto quase quarenta anos depois, a historiografia gaúcha passou a ter maior interesse pelos jornais negros. O motivo do “esquecimento” para a utilização dessa fonte de pesquisa na história do Estado levou-nos a questionar, fustigado pelas reflexões de Bastide e Cardoso, quais foram os impedimentos que levaram a essa omissão.

O sociólogo e ex-presidente da República do Brasil Fernando Henrique Cardoso, foi o primeiro a se utilizar da imprensa negra sul-riograndense como fonte de pesquisa no nosso Estado. Nesse aspecto, façamos justiça ao seu trabalho de pesquisa com a coleção do jornal *O Exemplo*, de dezembro de 1892 a dezembro de 1894, com a qual elaborou o texto *O negro na sociedade de classes em formação*, título do último capítulo do doutorado.<sup>139</sup> Ele avançou sobre os limites definidos pelo 13 de maio de 1888, mas não conseguiu escapar aos estereótipos da documentação utilizada nos capítulos anteriores do seu trabalho (leis, relatórios, jornais e revistas), produzida pela elite intelectual e administrativa do Rio Grande do Sul. Ao se deparar com um grupo de negros letrados na capital do Estado, organizados em torno d’*O Exemplo* e buscando alternativas para a mobilidade social, ele manteve o pressuposto da “consciência passiva” da maioria da população negra. Cardoso chegou a essa

---

<sup>139</sup> Fernando Henrique Cardoso pesquisou alguns exemplares do jornal *O exemplo* alertado, provavelmente por Roger Bastide e Florestan Fernandes, que já tinham trabalhado com a imprensa negra paulista na década de 1950. O título do seu capítulo era, aliás, muito próximo do título do livro publicado por Florestan, *A integração do negro na sociedade de classes*, em 1964. Florestan era seu orientador e havia se detido na imprensa negra de São Paulo para a pesquisa de livre docência defendida na Universidade de São Paulo naquele ano. Citação no texto conforme Cardoso (1977, p. 239).

conclusão ao examinar o regime servil em quase todo o livro e definir como passividade a dificuldade que visualizava nos negros letrados porto-alegrenses para a superação dos limites na busca pela integração social no final da escravidão.

Segundo a compreensão de Cardoso (1977, p. 247), no pós-abolição o processo de integração à ordem social capitalista que se formava legou ao negro livre apenas duas opções:

[...] continuar trabalhando nas mesmas condições que antes, com o *status* formal de cidadão, ou reagir a tudo o que o trabalho desqualificado pela escravidão significava, passando a viver na ociosidade e no desregramento. Foi essa a alternativa que os brancos criaram para os negros.

Naquela sociedade complexa que se formava, devido à urbanização, à industrialização crescente e à competição pelo acesso ao mercado de trabalho com os imigrantes, as alternativas que restaram aos negros eram mínimas. Eles podiam reconhecer-se como proletários e aproximar-se da classe operária ou revoltar-se contra a ideologia do grupo social dominante e tornar-se marginais, desviantes, condenados à miséria e à imoralidade.

Cardoso logo percebeu, alertado pelo trabalho de Costa Pinto, que havia chegado a essa conclusão no Rio de Janeiro, que o resultado daquele processo foi a estratificação classista no interior da população de cor, ou seja, existiriam outras alternativas aos negros no processo de integração social pós-escravidão. Uma parte da “massa negra” de Porto Alegre havia sido integrada ao proletariado, enquanto uma minoria era promovida à classe média urbana. Essa parcela populacional era submetida ao “ideal do branqueamento” e sucumbia ao estímulo à “ideologia de compromissos”, segundo ele, cada vez mais distanciada das agruras dos seus “irmãos de infortúnio”.<sup>140</sup>

Conforme a interpretação de Cardoso, restava aos negros inserirem-se na sociedade a partir de posições subalternizadas, como operários ou lacaios da elite. O

---

<sup>140</sup> Assim como o doutorado de Cardoso, a pesquisa de Fernandes e Bastide (1955) fazia parte de um conjunto de pesquisas, realizadas entre o ano de 1955 e a década de 1960. Esses trabalhos davam continuidade às pesquisas patrocinadas pela Unesco, que já haviam identificado algumas divisões sociais no interior da população negra. Por exemplo, o trabalho de Costa Pinto (1953) sobre a população negra do Rio de Janeiro, demonstrou as clivagens sociais que separariam em termos de objetivos políticos a “elite negra” da “massa negra”. Esse foi o principal motivo pelo qual Costa Pinto foi questionado pelos intelectuais envolvidos com a população negra.

xeque-mate proposto por ele deixava apenas duas opções: juntar-se aos operários e filiar-se à classe socialmente desfavorecida, mas organizada contra os interesses dos detentores dos meios de produção, ou compor a classe dominante e distanciar-se da sua origem. Ambas as alternativas reduziram a perspectiva de integração imediata à “comunidade nacional” na condição de pessoas que pudessem fazer escolhas, embora ele percebesse que o preconceito e a discriminação eram mecanismos importantes que dificultavam aos negros integrarem-se socialmente.

Segundo a compreensão dos sociólogos daquela época, a “anomia social” e a “alienação” eram dois processos prévios que os ex-escravizados e seus descendentes deveriam passar antes de serem integrados na sociedade de classes. Nesse sentido, logo depois da escravidão e em decorrência desta, os pesquisadores deveriam estar atentos para o quadro descrito como típico de “anomia social”, em que os negros negavam-se a compactuar com a sociedade que os escravizou. Eles afastavam-se do trabalho e de qualquer envolvimento social ou político, e optavam por ficar jogados à própria sorte e marginalizar-se até o ponto de tomarem consciência da situação em que viviam e voltarem ao convívio social. A “anomia social” era um recurso teórico para descrever, geralmente, os negros empobrecidos e desorganizados socialmente que ficaram nas margens da sociedade capitalista.

No processo conhecido como “alienação” os sociólogos preocupavam-se com os negros que ascendiam socialmente e, segundo eles, começavam a “macaquear” os hábitos e os costumes da “pequena burguesia branca” a que tinham acesso. Esse processo também era descrito como “branqueamento”, tomado como um arrebatamento comportamental e estético por tudo o que era representado como europeu e civilizado. Nesse caso, a maioria dos negros, descritos como “mulatos letrados”, afastavam-se de qualquer origem africana ou afro-brasileira e apenas alguns tomavam consciência dessa condição de alienados da sua origem e retornavam ao meio negro para liderar o processo de defesa dos seus interesses.<sup>141</sup>

---

<sup>141</sup> Ao que parece, o uso das ideias-conceitos “alienação” e “anomia” no meio acadêmico brasileiro vinha desde a obra do antropólogo Arthur Ramos (1903-1949), que tivera forte influência da psiquiatria e da psicologia social na tentativa de compreender a constituição do inconsciente dos negros e a sua contribuição para a cultura brasileira. Nesse sentido, ver Campos (2004). Essas categorias também foram usadas por Fernandes e Bastide (1955), em obra que foi resultado da pesquisa para a Unesco, reeditada em 1971, na qual as ideias mantiveram-se e foram reproduzidas por outros pesquisadores até o final da década.

As dificuldades de integração social dos negros davam-se, por um lado, devido aos estereótipos atribuídos pela sociedade que impediam as disputas em condições de igualdade, principalmente com os imigrantes. Por outro lado, devido aos efeitos psicológicos deletérios do preconceito racial naquele meio, no qual os negros assumiam aspectos negativos das representações que a sociedade criava a partir da cultura expressa pelos negros empobrecidos. Cardoso estava imerso no meio intelectual da época e, da mesma forma que Bastide, parecia não acreditar no que via no jornal *O Exemplo*. Nas notas de rodapé do seu texto, ele constantemente revia os conceitos que havia utilizado para compreender aquela realidade que analisava nos jornais e ratificava nas entrevistas.<sup>142</sup>

Na “pena tosca dos jornalistas negros” ele teve conhecimento de um “processo complexo e contraditório” que deu início à “ideologia racista antirracista” proposta pela “burguesia negra” de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que comungava com a ideologia da sociedade sem preconceitos. Segundo Cardoso (1977, p. 260), a análise da coleção de *O Exemplo*, evidenciou que:

Houve o início da formulação de uma ideologia “racista antirracista” [sic], da mesma maneira como houve tentativas de explicar a situação do negro de conformidade com o ideal de “sociedade sem preconceitos” defendido pelos brancos. Nesse último caso, que foi o tono [sic] provavelmente dominante no esforço de autocompreensão desenvolvido pelos negros, as limitações impostas pela alienação inicial forçaram o negro a mover-se no “mundo das aparências”.

A “ideologia do racismo antirracista” foi desenvolvida por Fernando Henrique como “ideologia da negritude”, conforme as ideias que estiveram em voga

---

<sup>142</sup> Nesse sentido, o conceito de “casta”, sorvido em largos goles que vinham dos teóricos norte-americanos e de Max Weber, foi um dos que mais sofreu revisões que o aproximavam e o distanciavam da compreensão que tinha sobre “classe”. O conceito de casta prestava-se, por um lado, porque os negros carregavam uma marca de origem como o sistema de castas hindu, que os distinguia como inferiores no acesso aos privilégios e oportunidades, bem como nos deveres e obrigações diante dos brancos. Por outro lado, era um problema teórico, pois as regras de endogamia não serviam para o nosso caso, em que o cruzamento interracial forçado com as escravas, foi inicialmente tolerado e protegido pelo patriarcalismo, e depois incentivado pelo Estado por meio da miscigenação e da ideologia do branqueamento. Para sanar as lacunas teóricas frente à riqueza das fontes, Cardoso (1977, p. 266) afirmou: “Apenas, cabe fazer, como fiz, a ressalva de que o sistema de valores da sociedade de castas brasileira apresenta inconsistências culturais típicas”.

nas décadas de 1950 e 1960.<sup>143</sup> Era a afirmação orgulhosa do negro como grupo etnorracial definido, socialmente organizado e culturalmente homogêneo, proposta por intelectuais negros de São Paulo e do Rio de Janeiro, que vinham estabelecendo contatos com o movimento da negritude desde a década de 1930. Esse movimento cultural havia nascido na França, em 1934, quando estudantes africanos e da diáspora reuniram-se para afirmar o legado cultural negro-africano e rejeitar a assimilação e a ideia do negro pacífico e incapaz de construir uma civilização.

Segundo Cardoso, o “racismo antirracista” dos jornalistas negros não era segregacionista ou propriamente racista. O principal objetivo era posicionar-se contra a acomodação nos moldes propostos pela “democracia racial” e criar uma identidade étnica que servisse de instrumento político para a conquista de melhores condições sociais.

Eles voltaram-se para a ressocialização da vida em liberdade e organizaram-se entorno do jornal para superar as condições morais e materiais bastante precárias em que se encontrava a maioria da população negra. Esses objetivos foram conquistados apenas por uma “pequena burguesia negra” que submeteu-se ao “ideal da branquidade” e à caricatura da conduta dos brancos mostrando-se pouco fiel às necessidades de sua “raça”. A ilusão fundamental estava no entendimento de que seriam respeitados em função da nova condição adquirida como letrados em franca ascensão social. O engodo desfez-se quando se defrontaram com as barreiras sociais que eram postas de forma continuada naqueles percursos.

No decorrer da tese, voltaremos a essa compreensão de Cardoso para demonstrar que os negros letrados que se mantiveram ao redor do jornal *O Exemplo* criaram alternativas ao xeque-mate proposto por ele para fugir ao processo de “alienação”. Alguns intelectuais negros tomaram de empréstimo a “ideologia do branqueamento”, aqui entendida como formas ideais de entendimento da realidade a partir de representações de matriz europeia, refletidas no pensamento, no comportamento, na estética e na vestimenta, para circularem, integrarem-se e tornarem-se respeitados na sociedade.<sup>144</sup> Eles criaram outras possibilidades de

---

<sup>143</sup> Para a definição do que entendia por “ideologia da negritude”, ver Cardoso (1977, p. 268).

<sup>144</sup> A “teoria do branqueamento” vem sendo usada como categoria explicativa no Brasil desde o final do século XIX. Nesse sentido, no início do século XX, recebeu a chancela científica dos censos oficiais e das previsões estatísticas que afirmavam que o país passava por um processo de “clareamento” da cor da pele da população. Além do Brasil, o branqueamento foi um projeto político da maioria dos governos da América Latina, que acreditavam que os europeus eram superiores

aceitação social, via capacitação intelectual, conversão ao catolicismo, vinculação partidária que lhes possibilitou buscar o acesso aos empregos públicos e superar as barreiras do preconceito. Nesse sentido, alguns negros alcançaram, por meio do diálogo e do respeito mútuo, certa acomodação das tensões raciais e a superação daquelas possibilidades apontadas por Cardoso.

A interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, que poderia implicar na perda do *ethos* de matriz africana, tornou-se uma estratégia para a mobilidade e a integração social. Esse processo foi exteriorizado por meio da liderança que a elite negra exerceu para a construção de clubes, jornais e associações culturais, e na aproximação e defesa do que se consolidaria como cultura afro-brasileira. Como os caminhos para a mobilidade vertical eram restritos e regulados por grupos dominantes, os redatores da imprensa negra voltaram-se para a mobilidade horizontal e vincularam-se aos negros mais empobrecidos como forma de obter prestígio e legitimar as suas conquistas. A formulação da “ideologia racista antirracista” interpretada por Cardoso nas páginas do jornal *O Exemplo*, reveste-se no meu entendimento, em proposta política com o objetivo de organizar os negros para superar os preconceitos e integrarem-se socialmente. O princípio político contra-hegemônico dos jornalistas negros só foi melhor compreendido por ele quando se aproximou da imprensa negra.

Os periódicos da chamada “grande imprensa” sempre foram fonte de pesquisa privilegiada para os historiadores, devido ao *status* elitista da cultura letrada e à facilidade de acessar as publicações. As facilidades de se chegar até os periódicos correntes foram, e são, um “prato cheio” para novos e velhos pesquisadores. Foi o caso do que se entendia como “imprensa literária”, iniciada em 1856, em Porto Alegre, com a fundação do jornal *O Guayba*, e que contou até as vésperas da abolição com a publicação de 49 jornais e revistas que foram acomodadas sob essa rubrica. A partir de 1889, com a inauguração da *Revista Semanal*, foram mais 23 periódicos até o final do século XIX. Nesse último período de pouco mais de dez

---

biológica e culturalmente aos africanos e aos indígenas que habitavam o Novo Mundo. A política levou o México, a Argentina, o Chile, o Uruguai e o Paraguai, assim como alguns países do Caribe (Porto Rico, República Dominicana, Jamaica e Cuba) a desenvolver ações públicas para branquear o seu povo. Segundo a teoria do branqueamento, a miscigenação tornaria as pessoas mais claras, processo que era incentivado pelo cruzamento racial, pela imigração de europeus e pela política de proibição da imigração dos não-brancos, oriundos dos continentes africano e asiático. Cf. DOMINGUES, 2003.

anos, foi criada praticamente a metade do número de jornais dos anos anteriores, que se estenderam por trinta e dois anos. O crescimento populacional da cidade refletiu-se na diversidade dos interesses sociais e políticos que se plasmaram nas orientações editoriais dos periódicos depois da Abolição e da Proclamação da República.<sup>145</sup>

A inserção de outros personagens no meio urbano (operários, imigrantes e negros livres), a criação e a difusão de novos hábitos e necessidades e a absorção de ideologias (positivismo, socialismo e anarquismo) demandaram o aumento progressivo dos jornais e revistas no final do século XIX. A crítica social e o debate político, naqueles anos que anunciaram e precederam àquelas efemérides, intensificou-se com as publicações humorísticas, operárias e ilustradas que consolidaram e modernizaram o jornalismo no Rio Grande do Sul. Apesar de todo esse esplendor da modernização urbana, a desigualdade crescia e boa parte da população estava submetida aos mandamentos partidários, à pobreza e ao analfabetismo.

Aquele processo não era exclusividade dos gaúchos. Os universos das gráficas e dos jornais, dos trabalhadores industriais, manuais e intelectualizados, estavam diretamente ligados ao crescimento das cidades e dos processos de urbanização e industrialização. Os novos meios de locomoção, as novas formas de lazer e cultura tanto letrada como iletrada assomavam o meio urbano e dirigiam-se também para o mundo rural e o interior do país, onde se concentrava a maioria da população. O viver urbano aproximou as pessoas, inchou as cidades e permitiu que o periodismo se difundisse e diversificasse, estimulando o “povo brasileiro” para a leitura.<sup>146</sup>

Os trabalhos que se detiveram na imprensa sul-rio-grandense são unânimes em afirmar, conforme Silva et al. (1986, p. 124), que: “[...] a história da imprensa gaúcha não deixa de ser, entretanto, a história da evolução política e também social

---

<sup>145</sup> Ferreira (1975, p. 19) não definiu o que entendia por “imprensa literária”, mas informou que alguns jornais e revistas extrapolavam a divulgação da produção literária e enveredavam pelos mais diversos assuntos, como educação, belas artes, história, imigração, biografia, linguística e filosofia. Na medida em que não havia limites temáticos nem a definição de um público leitor específico para aquelas publicações, entendo que seja um engodo epistemológico usar “imprensa literária” como categoria que tem o objetivo de abarcar um *corpus* documental amplo. O jornal *O Exemplo, A Liberdade e A Tesoura*, chegaram a ser definidos como fazendo parte da “imprensa literária” e eu vou mostrar que essa definição é reducionista para esses periódicos. A imprensa negra não se preocupou em divulgar apenas prosas e versos literários, era formada por jornais políticos e combativos aos preconceitos e divulgava conteúdos de interesses dos negros.

<sup>146</sup> Nesse sentido, ver os seguintes trabalhos: Cruz, (2000) e Maciel (2009).



do Rio Grande do Sul”, tal a importância que os jornais tiveram na construção da história regional.<sup>147</sup> É difícil, ainda hoje, no ano de 2011, encontrar um único trabalho de pesquisa histórica no Rio Grande do Sul que não se remeta a algum periódico para legitimar o seu argumento. No entanto, é preciso ressaltar que a imprensa não é apenas reflexo das circunstâncias históricas que a definiram como principal fonte de pesquisa, mas também produtora de valores sociais e posturas políticas que devem ser levadas em conta quando da sua utilização. Essa consideração sobre os usos e abusos da imprensa *gaudéria* me faz questionar sobre quais são os motivos que levaram os pesquisadores gaúchos a não se interessarem em identificar as publicações voltadas à população negra do Estado?

Em primeiro lugar, é preciso ter o olhar apurado para verificar os caracteres próprios com os quais os periódicos negros se identificavam, as maneiras como eram reconhecidos entre os seus pares e as formas como eram anunciados nas cidades em que circulavam. Não tenho dúvida que parte da explicação para o pouco uso que os pesquisadores fizeram daqueles jornais, como fonte histórica que mostre outras faces da contribuição dos negros no Rio Grande do Sul, deveu-se à dificuldade de identificá-los.<sup>148</sup>

Os negros gaúchos são geralmente representados como um extrato social analfabeto e inexpressivo do ponto de vista numérico. Eles dificilmente teriam condições de criar e manter seus próprios periódicos. Os jornais eram considerados como um dos principais símbolos da civilização e da cultura das elites dos séculos XIX e início do XX, portanto eram produtos exclusivos desses grupos, e em alguns círculos de intelectuais ainda hoje parece difícil de acreditar que pudessem ter sido fundados por negros. Tenho exemplos de alguns estudos sistemáticos sobre a

---

<sup>147</sup> Silva et al. (1986), por sua vez, definiu três fases para a história da imprensa do Rio Grande do Sul: a “fase inicial”, de 1827 a 1845, tem como marcos as primeiras publicações e o final da Revolução Farroupilha (1835-1845); “fase de consolidação”, de 1845 a 1895, é o período que abarca o lançamento dos jornais políticos-partidários *A Reforma* (1869) e *A Federação* (1884); a “fase moderna”, de 1895 até nossos dias, inicia-se com a fundação do jornal *Correio do Povo*, tido como independente da política provinciana e fundador da modernização tipográfica no estado. O interessante, para não variar, é que citaram-se jornais dirigidos para todos os públicos: alemães, italianos, judeus, católicos, protestantes, republicanos, integralistas, operários, mulheres, menos para os negros. Os jornais *O Exemplo*, *A Alvorada* e *A Liberdade*, hoje reconhecidos como periódicos dirigidos aos negros, foram citados, mas sem tornar explícitos os públicos para os quais se destinavam.

<sup>148</sup> Recentemente, a identificação do jornal *O Astro*, fundado em 13 de maio de 1927 e dirigido para a população negra de Cachoeira do Sul, foi saudada com muita surpresa e mereceu destaque no segundo caderno do principal jornal da cidade. Cf. TEIXEIRA, 2009.

imprensa sul-rio-grandense que se abstiveram de informar a autoria dos jornais negros, do mesmo modo que pesquisas sobre a literatura gaúcha manusearam periódicos e livros produzidos por negros e não os identificaram como voltados para esse público específico.<sup>149</sup>

Nessa direção, também tivemos um trabalho que se deteve em compor uma tipologia da imprensa operária no Estado, mas em função da maioria dos conteúdos dos jornais negros serem dirigidos quase que exclusivamente ao extrato negro do operariado e não ao conjunto da classe trabalhadora, o autor descartou aqueles periódicos. Esse foi o caso de Jardim (1990, p. 105), que embora reconheça que *O Exemplo*: “[...] defende os interesses populares e divulga notícias do movimento operário [...]”, ele deixou o jornal de fora do que entendia como imprensa obreira por se dirigir a um grupo etnoracial específico. Ele comungava com a definição marxista de classe operária que não vislumbrava a perspectiva da multiplicidade étnica, cultural, etária e de gênero que compunha o movimento dos trabalhadores.

Ao contrário do que ele justificou para o descarte daquela fonte de pesquisa para a história do movimento operário, a imprensa negra tem se mostrado rica para trabalhos que se preocupam com os graus diversos de autonomia e resistência ao processo de homogeneização cultural e para identificar as clivagens etnoraciais presentes na sociedade. Tanto as publicações negras como os jornais operários tiveram algumas características comuns. Nesse sentido, na maioria dos casos da produção jornalística dos dois conjuntos documentais a duração foi efêmera; as dificuldades para a circulação dos exemplares foram parecidas; dirigiram-se para públicos situados em condições de sobrevivência aproximadas e que tiveram o acesso à educação dificultado.

Os dois conjuntos de periódicos mantiveram caráter doutrinário e pedagógico acentuados, e foram mantidos por redatores cujos escritos tinham o objetivo de mudar as condições sociais dos operários e dos negros. As propostas

---

<sup>149</sup> O jornal *O Astro* está relacionado na pesquisa de Carvalho (1999), inclusive com cópia no final do trabalho, mas não é identificado como dirigido à população negra de Cachoeira do Sul. Por outro lado, não foi referido um único livro, jornalista ou autor negro em mais de cinquenta anos de produção jornalística e literária na cidade. Embora saibamos do número expressivo de escravizados e seus descendentes que fundaram a cidade em 1820, antes dos imigrantes europeus (alemães, em 1857, e italianos, em 1877), e colaboraram para o desenvolvimento da “capital nacional do arroz”. Esse foi o título que a cidade de Cachoeira do Sul obteve em 1920, quando se tornou a maior produtora orizícola do país, dentre outros aspectos, em virtude da mão de obra negra que era utilizada na plantação e na colheita do arroz. Atualmente, os cachoeirenses ainda se orgulham de ocupar a sétima colocação no ranking da produção nacional de arroz.

veiculadas eram políticas e ideológicas, nem por isso a imprensa dos trabalhadores deixou de ser fonte privilegiada para a história do movimento operário, assim como os jornais negros foram deixados de lado na história dessa população.

No entrecruzamento das categorias de classe, raça, gênero e identidade sempre se têm a possibilidade de encontrar algumas novidades, como foi o caso em estudo sobre a classe operária em construção no Estado. A pesquisa mostrou que os operários negros tiveram que construir seus próprios meios e condições de colocação na economia urbana de Pelotas e do Rio Grande. Na medida em que foram discriminados e marginalizados em relação a outros grupos de trabalhadores, principalmente imigrantes europeus, fundaram seus próprios jornais, clubes de futebol e associações culturais e beneficentes. Para o ex-escravo e seus descendentes, ser operário representava um avanço em termos sociais e econômicos para quem deixara há pouco o trabalho servil. As organizações operárias foram espaços importantes para o aprendizado político, para a conquista da autonomia, para a visibilidade social e para o encaminhamento das reivindicações sociais da população negra naquelas cidades.<sup>150</sup>

Em resposta ao questionamento inicial sobre o descaso dos historiadores com os periódicos negros no Estado, defino uma segunda reflexão que perpassa toda a tese, a saber, se haveria certa aversão aos jornais negros pelas características ideológicas presentes nos seus enunciados, geralmente combativos e contrários ao imaginário da harmonia racial brasileira? Na busca dessa resposta, constatei tanto na bibliografia revisada quanto na vida cotidiana, que boa parte da sociedade brasileira ainda comunga da ideologia da democracia racial e acredita que vivemos numa sociedade equilibrada, sem contradições e antagonismos do ponto de vista das relações raciais.<sup>151</sup> Portanto, a justificativa para a pouca utilização da imprensa negra como fonte de pesquisa passa pelos dramas recorrentes das denúncias dos preconceitos que os pesquisadores observavam nesses jornais, o que podia ser

---

<sup>150</sup> Cf. LONER, 2001. Especialmente, o capítulo intitulado: “A questão racial e as entidades de classe”.

<sup>151</sup> Em boa parte daqueles intelectuais que se posicionaram contrários às políticas de ações afirmativas, observou-se o argumento de que “não somos racistas”, que se somava ao discurso da dificuldade para identificar quais seriam os sujeitos passíveis de obter o direito. A dificuldade que os brasileiros têm para assumir a desigualdade racial está centrada no princípio de que o preconceituoso é sempre o *outro*, no nosso imaginário social construído sobre o princípio da “democracia racial”, a pessoa que levanta a questão passa a ser identificada como racista, pois criou um problema que não existia. Nesse sentido, ver Kamel (2006).

interpretado como uma “invenção” dos negros justificada pelo estigma da inferioridade racial em decorrência da escravidão.

Os periódicos negros, e todos os problemas e reivindicações que neles foram publicados, eram questões que diziam respeito àquela porção da sociedade e somente interessavam a eles. Nesse sentido, parece sintomático que a imprensa negra tenha sido utilizada por pesquisadores que se consideram negros ou que nutrem alguma simpatia pelo seu universo cultural e político. O início de qualquer pesquisa pressupõe essas identificações ou interesses com os documentos selecionados, mas o que venho discutindo não é apenas o uso ou o descarte das publicações negras e sim os recursos teórico-metodológicos utilizados e as conclusões a que chegaram.<sup>152</sup>

Reitero a informação de que a historiografia do Rio Grande do Sul até o final da década de 1980, reproduzia o senso comum de que a participação da população negra na composição étnica do Estado era inexpressiva, tanto do ponto de vista numérico, cultural e econômico, como em termos de contribuição ao pensamento social gaúcho. A maior dificuldade apontada para refletir-se sobre a contribuição do negro na história do Rio Grande do Sul, principalmente depois da Abolição, era a dificuldade de encontrar documentos.<sup>153</sup>

A utilização de um instrumental teórico preso a limitações quanto à interpretação das fontes, e que previamente definia os termos metodológicos com quais os documentos deveriam ser organizados, geralmente apontava para séries documentais produzidas por grupos alfabetizados e no topo da cadeia econômica. As pesquisas voltavam-se preferencialmente aos “grandes jornais”, para a circulação extensiva e a perenidade das propostas editoriais, geralmente de viés político partidário, e passavam a reconhecer os “subalternos”, na maioria das vezes

---

<sup>152</sup> A pesquisa de Silva (2011) é uma amostra recente de como a imprensa negra, no caso o jornal *A Alvorada*, serviu para demonstrar a perenidade das organizações negras desde o século XIX, até a primeira metade do século XX, na cidade de Pelotas. Ela levantou as origens das *Irmandades de Nossa Senhora da Conceição* (1820-1915), de *Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte* (1829-1918), e de *Nossa Senhora do Rosário* (1831-1918), e cruzou as informações com os clubes sociais negros (*Fica ahí pra ir dizendo*, *Chove não molha*, *Depois da chuva*, *Quem ri de nós tem paixão* e *Está tudo certo*) que existiram na cidade de 1910 até a atualidade, conforme são exemplos os dois primeiros. Foram elencadas uma série grande de associações assistenciais, culturais, carnavalescas, esportivas e de representação política que, por meio do semanário *A Alvorada*, forjaram uma identidade negra pelotense. A autora rompeu as fronteiras da abolição, usou a categoria de pós-abolição e não se deteve na problematização do termo, mas por outro lado, mostrou a circularidade e o grau de legitimidade dos que se colocaram no lugar de lideranças daquela comunidade negra.

<sup>153</sup> Embora alguns trabalhos sobre o período escravista, como o de Maestri (1984), no início da década de 1980, tenham demonstrado a importância dos escravizados na economia e na cultura do Estado, boa parte da historiografia gaúcha só foi contemplar estes aspectos na década seguinte.

submetidos aos “imaginários das elites” representados naqueles meios de comunicação.

As possibilidades da autonomia individual ou de construções políticas coletivas alternativas eram reduzidas a graus diversos de submissão, que muitas vezes ficavam restritas aos espaços marginalizados, quase sem comunicação com o restante da sociedade, o que deixava poucas alternativas para que escapassem à ideologia dominante representada na “grande imprensa”.<sup>154</sup>

A partir de uma análise retrospectiva, conforme prescreve o *métier* do historiador, parte da subversão daquela lógica pode ser vislumbrada quando, em 1997, foi criado o Grupo de Trabalho de História Cultural, vinculado à seção regional da Associação Nacional de História, visando congregar pesquisadores que se dedicavam a essa vertente teórica e metodológica no Rio Grande do Sul. Eles vinham reunindo-se nos anos iniciais daquela década, mas foi a partir de 1997 que fizeram vários eventos e tiveram um número bastante expressivo de pesquisas aprovadas como teses e dissertações.<sup>155</sup>

As categorias de imaginário, representações, sensibilidade, subjetividade, imagem, cultura e identidade, assim como as temáticas voltadas para as “camadas populares”, cidade, cinema, literatura, povoaram as mentes e os trabalhos daqueles historiadores. Eles descortinaram perspectivas novas, tanto em termos de fonte de pesquisa quanto de sua leitura, e tornaram possíveis as construções de quadros históricos complexos e heterogêneos do Rio Grande do Sul que no mesmo período espriavam-se por todo o país.<sup>156</sup>

Na direção que aqui interessa, os trabalhos desenvolvidos sob a rubrica da “história cultural” expandiram as pesquisas sobre os negros em Porto Alegre. Houve a preocupação em localizar os “territórios negros” da cidade – Areal da Baronesa,

---

<sup>154</sup> Nos trabalhos de Vargas (1992) e Azevedo (1987), com todas as diferenças de ano de produção, enfoque temático, periodização etc., foram utilizados os jornais como fonte de pesquisa. Nos dois casos, a população marginalizada e os negros são vistos pelas óticas da “ideologia autoritária” ou pelo “imaginário das elites”, restando muito pouco de autonomia ou alternativa política àqueles grupos.

<sup>155</sup> Na coletânea organizada por Hagen e Moreira (1995), temos seis exemplos de pesquisas realizadas no início daquela década, sobre “outros lugares” – ruas, becos, vielas e espaços privados – de Porto Alegre, e outros personagens – mulheres, famílias, policiais, moleques – reconhecidos como “populares”, que demonstravam a riqueza das novas perspectivas historiográficas encampadas por jovens historiadores.

<sup>156</sup> Segundo memória de Sandra Pesavento (2008, p. 11), considerada a principal fundadora do GT História Cultural, “87% da produção científica do Brasil, contabilizadas teses e dissertações, livros e artigos de revistas especializadas, além de palestras e conferências, como também comunicações em congressos e simpósios”, insere-se nesse campo de pesquisa.

Ilhota, Colônia Africana, Cidade Baixa –, e em identificar mecanismos de construção da etnicidade para refletir sobre aspectos culturais e políticos que os remetiam a vínculos com o continente originário. Embora a maioria das pesquisas se voltasse para a capital, trouxeram à tona uma série de novas organizações políticas e a manutenção de velhas organizações religiosas que conviveram com a modernidade dos bondes, cinemas e câmaras fotográficas. A organização como operários ou católicos, por meio de associações trabalhistas ou irmandades, assim como as fundações dos blocos carnavalescos, foram entendidas como espaços de reivindicação política e de exercício das sociabilidades negras, o que me despertou para pesquisas deste tipo.<sup>157</sup>

Conforme demonstrei no correr do texto, o primeiro trabalho acadêmico a deter-se sobre a imprensa negra brasileira foi o escrito pelo francês Roger Bastide e, do mesmo modo, foi o sociólogo paulista Fernando Henrique Cardoso aquele que nos trouxe a riqueza do jornal *O Exemplo* para a história do jornalismo gaúcho. Também não deve causar surpresa, além destes “estrangeiros” metidos na nossa história, que a imprensa negra sul-rio-grandense foi muito pouco utilizada como fonte histórica. As publicações dirigidas aos negros dos séculos XIX e início do XX são ainda ilustres desconhecidas dos pesquisadores profissionais, apesar de serem francamente manuseadas por iniciantes que se aventuram na construção de outra historiografia para o Estado. Talvez pelo fato dos jovens envolverem-se mais facilmente com as mudanças sociais e engajarem-se em atividades políticas, processo que o país vive atualmente, alguns se têm interessado pela imprensa negra.<sup>158</sup>

A partir do início das discussões sobre a implementação das políticas de ações afirmativas, a imprensa negra começou a ser vasculhada em universos de pesquisas cada vez mais próximos da nossa realidade. Os objetivos políticos dos autores, geralmente, são explícitos em demonstrar as organizações sociais e as formas de resistência política que os periódicos assumiram na disputa recente pela definição de novos papéis sociais destinados aos negros. Cito como exemplos os conteúdos dos trabalhos apresentados por Santos (2007) e Campos (2006), que se

---

<sup>157</sup> Nesse sentido, ver os seguintes trabalhos: Lazzari (1998); Kerting (1998); Germano (1999); Mattos (2000).

<sup>158</sup> A imprensa negra sul-rio-grandense tem sido utilizada em outras áreas do conhecimento além da História e tornado-se fonte principal de pesquisa para iniciantes na vida acadêmica. Cf. CAPRARA, 2007; ALVES, 2005; CAMISOLÃO, 2004.

detiveram na imprensa negra de Porto Alegre produzida entre os anos de 1970 e 1980.

As trajetórias intelectuais e políticas dos dois pesquisadores têm demonstrado vinculações estreitas com os movimentos sociais negros, o que até bem pouco tempo atrás era desaprovado no meio acadêmico brasileiro. Atualmente, essas experiências bem-sucedidas de pesquisas, comprovam que a renovação historiográfica vivida no país é reflexo de intensa mobilização social, do mesmo modo que a maior entrada dos negros no mundo universitário reflete a diversidade étnica e complexidade da história da população brasileira.

Por outro lado, quando a reflexão histórica é realizada por militantes não acadêmicos, como foi o caso do artigo de Moraes (2000, p. 99), o risco de cair nas armadilhas interpretativas do “fator econômico”, proposta por leituras precipitadas de segunda mão e que levam a repetir *ad infinitum* a ladainha do “[...] baixo poder aquisitivo do povo negro [que] não lhe permitia ou permite adquirir periodicamente o exemplar de um jornal ou revista” é muito grande. Essa justificativa é usada geralmente para sustentar a hipótese mal provada da baixa circulação e das experiências breves da imprensa negra gaúcha. O autor desconhecia ou não considerou as diversidades das propostas editoriais, as disputas políticas internas e as estratégias diferenciadas que impulsionaram os redatores espalhados pelo Estado.<sup>159</sup>

No ano de 1999, para a construção do seu mestrado em História Liane Müller voltou-se ao jornal *O Exemplo*. Ela estava interessada em um grupo de negros letrados de Porto Alegre vinculados à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário desde 1870. Segundo sua interpretação, depois da Abolição muitos daquele grupo e seus

---

<sup>159</sup> O “fator econômico” é colocado, desde a pesquisa pioneira de Roger Bastide, como o principal impedimento para a reprodução das publicações negras, o que se tornou uma “armadilha histórica” que de forma recorrente tem apanhado alguns intelectuais do movimento negro. Isso se dá por dois motivos: primeiro, porque remete apenas aos negros a responsabilidade para a resolução dos problemas que identificam, quando a pobreza e o preconceito são questões sociais que dizem respeito a toda a nação; segundo, porque dificulta o reconhecimento pelos negros das suas principais lideranças intelectuais, indivíduos que ascenderam socialmente vinculados à imprensa negra e nem por isso afastaram-se das suas comunidades de origem. A partir dessas perspectivas de análise, podemos combater dois mitos sobre o negro no Brasil: primeiro, são os únicos responsáveis por criar seus problemas; segundo, quando ascendem socialmente, esquecem das suas origens. As dificuldades econômicas para a manutenção dos jornais foram mecanismos que serviram não apenas para desarticular pessoas em seu entorno, deu também condições para a rearticulação de novos grupos na disputa pelo mercado editorial ou para a iniciativa privada com o objetivo da fundação de outros periódicos. Por outro lado, deve-se levar em consideração que o quadro socioeconômico mudou ao longo da trajetória da imprensa negra. Desde a abolição aos anos iniciais do século XX, houve um processo de proletarianização da população brasileira em que muitos negros tiveram acesso ao emprego, à educação e à casa própria, processo que se refletiu na fundação e na manutenção dos jornais.

descendentes foram responsáveis pela fundação de uma série de sociedades recreativas e beneficentes na cidade. Por meio de estratégias que visavam ampliar seus direitos e defender seus interesses, eles deram origem a uma geração de intelectuais que se envolveriam, entre outras atividades, com a fundação do jornal *O Exemplo*.<sup>160</sup>

O seu problema de pesquisa era mostrar como se mantiveram os laços de solidariedade, compadrio e parentesco que se estenderam por mais de um século, já que o jornal foi fundado em 1892. A pesquisa foi limitada entre 1889 e 1920 e voltou aos anos de fundação da Irmandade para demonstrar que o aprendizado burocrático e religioso e as estratégias de ascensão social iniciadas com os irmãos do Rosário serviram aos fundadores das associações posteriores. A solidariedade e a união em torno dos objetivos comuns naquela época, como a libertação dos escravizados, por exemplo, foi colocada em prática pela geração do pós-abolição na luta contra o preconceito e pelo direito à educação.<sup>161</sup>

Esse trabalho acadêmico foi um marco ao trazer para o conhecimento público o grande número (72) e a diversidade de atuações – culturais, bailantes, educativas, esportivas, beneficentes – das organizações negras da cidade de Porto Alegre. Foi a primeira pesquisa que deteve-se, não de forma exclusiva, mas com um pouco mais de atenção sobre a imprensa negra da capital. Voltou-se ao jornal *O Exemplo*, nos exemplares de 1892 a 1920, mostrando os fundadores, as principais temáticas abordadas no hebdomadário e os projetos – educação, moralidade, combate ao preconceito – levados a cabo por aqueles intelectuais. Ela descreveu uma ampla rede de sociabilidades entre os negros letrados e a comunidade negra porto-alegrense que se afirmavam como grupo na garantia dos direitos civis, mas preocupou-se pouco com as relações estabelecidas fora desses limites.

---

<sup>160</sup> Cf. MÜLLER, 1999.

<sup>161</sup> Aliás, essa foi uma das perspectivas apontadas por Fernando Henrique Cardoso, ao sugerir que a “pequena burguesia negra” que ele via organizada em torno do jornal *O Exemplo*, era descendente de negros artesãos (principalmente alfaiates e pintores) que desde o século XIX ascenderam socialmente e mantiveram laços familiares. Em nota número 57, desenvolvida no final das páginas 268 e 269, Cardoso (1977) afirmou que fez entrevistas com “membros mais idosos do grupo negro” e obteve a confirmação de que estavam mais bem situados socialmente devido à organização familiar, aos laços de sociabilidade e à condição social de seus ancestrais. No arquivo particular de Dario Bittencourt, obtive a confirmação de que Cardoso o havia procurado para pesquisar *O Exemplo*, e que inclusive havia levado a coleção do jornal porto-alegrense para retirar cópias em São Paulo, o que nos dá uma idéia de qual “pequena burguesia negra” ele estava falando. Eram pessoas como Dario que haviam usado como principal estratégia de mobilidade social o acesso à educação e o desenvolvimento profissional por meio do estudo.



No correr da tese, lançando mão de uma parte da coleção de *O Exemplo*, referente aos anos de 1921 a 1930, que não foi trabalhada pela autora, além de outros jornais da imprensa negra rio-grandense, vou voltar a discutir a origem do jornal e alguns aspectos deixados de lado naquela pesquisa. A intenção vai ser demonstrar que as “balas de artilharia” sugeridas no título da dissertação em foco, foram lançadas pelo jornal *O Exemplo* em outras direções e chegou mais longe do que o analisado no mestrado citado.

Os negros letrados que se aglutinaram ao redor do semanário mantiveram laços estreitos com outros intelectuais fora do eixo da comunidade negra da cidade e foram vinculados a outras irmandades religiosas além do Rosário. Eles estiveram envolvidos com experiências jornalísticas no interior do Estado e fora dele, também estabeleceram vinculações políticas muito estreitas com os grupos dominantes desde a fundação do jornal. Eles estiveram comprometidos com os ditames políticos do Partido Republicano Riograndense por meio do qual estabeleceram ampla rede de relações sociais e favores.<sup>162</sup>

Vou passar para os próximos subcapítulos da história da imprensa negra no Rio Grande do Sul e trazer outros exemplos jornalísticos que a partir desta tese, espero, componham um quadro mais rico e complexo da participação negra no Estado. Os jornais *O Astro*, *O Succo*, *A Liberdade* e *A Hora* até hoje eram desconhecidos da historiografia da imprensa sul-rio-grandense, assim como as trajetórias de vida e os nomes de muitos daqueles que trabalharam para que esses jornais chegassem até nós.

---

<sup>162</sup> Müller (1999, p. 133-134), em nota de rodapé número 47, desenvolveu a ideia de que no início do século XX, os negros “sentiam-se desamparados e, mais do que isso, discriminados por aqueles que haviam prometido igualdade”. Ela citava *O Exemplo* e dizia que a cada 13 de maio, entre suspiros, os negros deixavam nítida a decepção com a República e a saudade do Império. Eu reitero que eles eram, sem sombra de dúvida, críticos da República, também reverenciavam o 13 de maio, a Lei Áurea e a princesa Isabel, mas nem por isso nos levam a concluir que tinham “saudade do Império”, como a autora afirmava. Como eram partidários do Partido Republicano Rio-grandense, criaram uma memória que celebrava anualmente a República, mas estavam voltados ao presente em que buscavam inserir-se como cidadãos brasileiros. Aquela efeméride foi permeada por vários significados, inclusive com a aclamação pública da “Redentora”, mas também se tornou dia de denúncia do racismo e de reivindicação pela igualdade de direitos. Conforme Zubarán (2008), as “comemorações da liberdade” que incluíam a Lei do Ventre Livre e a Abolição, foram momentos para rejeitar estereótipos racistas e para propor novos significados à escravidão e à abolição no sentido de constituir elos identitários de resistência ao processo instituído na diáspora africana.

### 3.3 Jornais negros: órgãos críticos e noticiosos

Nesta parte da tese vou deter-me na identificação dos elementos comuns que caracterizaram os jornais negros sul-rio-grandenses. O objetivo é definir certa unidade conceitual aos exemplares que se encontravam dispersos no Estado. Inicialmente, são elencadas as particularidades daquelas publicações que tipificaram o que entendo como imprensa negra, e, logo depois, desenvolvo reflexões comparativas entre os periódicos. Finalmente, são analisados alguns casos de preconceito e discriminação raciais e as estratégias políticas que os redatores desenvolveram para a manutenção dos jornais e uma melhor interlocução com os leitores.

O paradigma que persegui e que me ajudou na delimitação espaço-temporal da pesquisa foi o jornal *O Exemplo*, fundado em Porto Alegre, em 1892, e que se manteve, com pequenos intervalos, até o início de 1930. A escolha d'*O Exemplo* como modelo ajudou-me na identificação e interlocução com as demais fontes, o que justifica-se pelo ineditismo da proposta política levada a cabo pelos envolvidos com o semanário. O jornal foi fundado para posicionar-se contra o preconceito racial vigente na sociedade gaúcha e para pugnar pela “instrução”, projeto que foi iniciado quatro anos após a escravidão e se cumpriu durante toda a existência do jornal. Também se tornaram motivos suficientes para o meu interesse pelo *O Exemplo* o acesso a boa parte dos seus exemplares, o contato com o amplo círculo de pessoas que se formou ao seu redor e a quase inexistência de pesquisas com esses documentos.<sup>163</sup>

No percurso da pesquisa, o que sempre foi uma hipótese de trabalho na minha trajetória acadêmica constituiu-se como uma realidade – a existência de publicações escritas e dirigidas para os negros gaúchos nas cidades em que se concentraram numericamente no final do século XIX e início do século seguinte. Encontrei

---

<sup>163</sup> *O Exemplo* teve o seu primeiro número publicado em Porto Alegre, em 11 de dezembro de 1892, funcionando até 1897. Voltou a circular em 5 de outubro de 1902, foi suspenso em janeiro de 1903 e retornou em 13 de maio de 1904, indo até 1905. Depois desse lapso de tempo, o jornal permaneceu na ativa de 1908 a 1910, renasceu nos anos de 1911 a 1914, quando sofreu a última interrupção, para voltar a circular em 2 de janeiro 1916, mantendo-se de forma contínua até 2 de janeiro de 1930. Esse último período, referido pelos redatores como “nova fase”, tinha o dia 2 de janeiro de 1916 como data comemorativa do aniversário de fundação do semanário. O início do ano era uma data privilegiada para dobrar o número de folhas, que geralmente eram quatro, com a divulgação das festividades e saudações pessoais de prosperidade. Talvez por isso, além de festejar a “nova fase” de consolidação do grupo redatorial, o dia 2 de janeiro era aproveitado para fechar mais um ano de trabalho e abrir outro. No entanto, devo ratificar que jamais eles deixaram de lembrar o dia 11 de dezembro de 1892 como a data original de fundação do jornal, nesse dia sempre revenciavam os fundadores e o “programa” originários.

exemplares raros de periódicos da imprensa negra sul-rio-grandense publicados até os primeiros trinta anos do século XX, espalhados por boa parte do Estado. O jornal *A Navalha* – “Órgão Crítico e Noticioso”, por exemplo, deixou rastros apenas da cópia da primeira página de uma edição de 3 de junho de 1939, que trazia a manchete sob o título de “Miss da raça” e noticiava a coroação da rainha do carnaval do Clube Farroupilha, tradicional associação negra da cidade de Santana do Livramento.<sup>164</sup>

Além dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, tive acesso a toda a coleção do jornal *O Astro* – “Órgão Crítico, Humorístico e Literário” – fundado em Cachoeira do Sul como um projeto político e editorial que durou de 13 de maio de 1927 a 13 de maio de 1928.<sup>165</sup> Encontrei um exemplar de *A Liberdade* – “Verdade, Direito, Justiça” –, da cidade de Bagé, onde foi fundado, em 1919. A partir de 1921, o jornal *A Liberdade* passou a ser publicado em Porto Alegre, onde tive a oportunidade de comprovar a sua existência até o ano de 1925.

Também encontrei um exemplar de *A Tesoura* – “Crítico, Humorístico e Noticioso” – que era um mensário publicado em Porto Alegre, fundado em 1924, e que deixou-nos notícias até o final do ano seguinte. Tive acesso a dois números de *O Succo* – “Órgão Crítico, Humorístico e Noticioso” –, que foi um quinzenário publicado em Santa Maria a partir de 1922, sobre o qual encontrei registros em 1925. Finalmente, coloquei as mãos em dois volumes do jornal *A Hora* – “Hebdomadário Literário, Noticioso e Crítico” –, que foi publicado na cidade de Rio Grande a partir de 1917 e que deixou “rastros” até o ano de 1934. Todas as publicações deixaram registros

---

<sup>164</sup> Desloquei-me para a região da fronteira do Estado e pesquisei no maior acervo de periódicos do século XIX, a Hemeroteca do Museu Folha Popular que depois da morte do principal criador e responsável foi transformada em Biblioteca Ivo Caggiani. Encontrei uma reportagem sobre a eleição da rainha do carnaval do Clube Farroupilha, Talita Soares, em 1939, numa publicação do movimento negro da cidade onde foi reproduzida a capa do jornal *A Navalha*. Na reprodução, obtivemos a informação que o jornal foi fundado por Cândido Alves Maciel (Candinho) e estava no oitavo ano com a edição de número 87. O jornal *A Navalha* foi fundado em 1931 e estava em funcionamento naquele ano de 1939 (Conforme consultado em: *C. C. Zumbi dos Palmares*. Santana do Livramento, n. 2, mar. 1994. p. 6).

<sup>165</sup> Dois jornais foram anteriormente encontrados e pesquisados no Rio Grande do Sul, *O Exemplo* (MÜLLER, 1999) e *A Alvorada* (SANTOS, 2001). Outras publicações, como *A Cruzada* (Pelotas, 1905) e *A Revolta* (Bagé, 1925), foram citadas em bibliografias diversas como constituintes da imprensa negra gaúcha, mas não foram encontradas na presente pesquisa, o que obviamente não invalida qualquer pesquisa desse tipo. Ao contrário, deve servir de estímulo para pesquisas futuras. Acredito na existência de outras publicações com esse perfil que não foram ainda identificadas, conforme hipótese que defendo desde 2001. Nesse ano, tornei-me mestre em História Social junto à Universidade Federal Fluminense, e o resultado da pesquisa sobre o jornal *A Alvorada* (Pelotas, 1907-1965) foi publicado. Ver: Santos (2003).

impressos que me levaram a defini-las como constituintes do que entendo como imprensa negra sul-rio-grandense.<sup>166</sup>

Nesse sentido, destaquei cinco características que apareceram de forma descontínua naqueles jornais, mas que indicaram um grau aceitável para que no escopo dessa pesquisa fossem definidos como tais: primeiro, os periódicos eram fundados, escritos e mantidos por pessoas que se auto-identificavam como negras ou que se colocavam como muito próximas deste meio; segundo, tinham como leitores e alvos prioritários das publicações, embora muitas vezes não fossem os únicos, a população negra; terceiro, os jornais divulgavam assuntos de interesses dos negros e eram reconhecidos pelos leitores como defensores das suas questões; quarto, alguns redatores dos jornais mantinham contatos próximos entre si, trocavam exemplares e autorreferenciavam-se como “co-irmãos” que “colima[vam] o mesmo ideal pelo qual nos batemos”<sup>167</sup>; quinto, todos esses aspectos eram, de forma recorrente, divulgados pelos jornais de maior circulação. As publicações negras e os seus principais responsáveis eram representados na “grande imprensa”, quando dos lançamentos ou pela passagem das datas comemorativas das fundações, como pertencentes àquela parcela populacional.

É necessário ter em mente que todas essas características que me levaram a definir esses periódicos como parte da imprensa negra sul-rio-grandense foram encontradas nos jornais, embora distribuídas em graus diferenciados, conforme as quantidades de exemplares que nos legaram. Os caracteres com os quais se identificavam são perceptíveis a partir do acompanhamento dos editoriais ou das notícias divulgadas nas colunas sociais, esportivas ou nos mexericos que tratavam do

---

<sup>166</sup> Toda a coleção de *O Astro* está depositada no Museu Municipal de Cachoeira do Sul. As demais publicações traziam nos cabeçalhos as seguintes informações: *A Liberdade* (Porto Alegre, 12/12/1925, n. 25, Ano VII; Redator Chefe: Dario Defreitas; Redator Secretário: Antonio Cruz); *A Tesoura* (Porto Alegre, 05/12/1925, n. 24, Ano II; Redator: Mário R. Dias; Gerente: Rufino S. da Silva); *O Succo* (Santa Maria, 13/07/1924, n. 59, Ano III; Redator: Vivaldino Ambrozio; Gerente: Francisco de A. Marques; e 05/07/1925, n. 80, Ano IV; Redatores: Diversos; Gerente: F. de A. Marques); *A Hora* (Rio Grande, 22/02/1925, n. 13, Ano III; Diretor Gerente: J. M. Furtado). O segundo exemplar de *A Hora* não traz a informação do dia e do ano na capa, mas tem uma poesia datada de 15/09/1932, na página 2 (Proprietários: Loretto, Farias e Passos; Colaboradores: Diversos). As informações estão conforme os impressos encontrados no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre (RS).

<sup>167</sup> A expressão exata que os redatores de *O Exemplo* usaram para saudar o recebimento do “colega” de Bagé, o jornal *A Liberdade*, que saiu com páginas duplicadas em virtude da comemoração que faziam à passagem da data da Abolição foi: “Essa nossa colega de Bagé que colima o mesmo ideal porque também nos batemos tenazmente, comemorando a data de 13 de maio, apresentou-se em oito páginas.” (*O Exemplo*, 29/05/1921)

cotidiano das pessoas. É preciso apurar o olhar nos detalhes de como os emissores e os receptores estabeleciam contatos e formas de comunicação entre si. Acompanhar os nomes de alguns indivíduos e das principais associações, verificar os endereços de moradia e dos campos de futebol, entre outros aspectos, e comparar com o que foi divulgado nos demais jornais. Dessa forma, pode-se atestar a identidade etnorracial dos redatores e o grau de legitimidade que tinham entre a população negra.

O mesmo grau de aferição não se pode garantir sobre o número de exemplares produzidos a cada edição dos jornais. A utilização do expediente que se deu com o cruzamento dos dados que identificavam a quantidade dos lugares públicos e privados por onde os jornais circulavam, somados aos anunciantes e demais pessoas que tiveram seus nomes divulgados, tornou possível obter uma amostragem da diversidade dos espaços e dos leitores. A partir desses dados, inferi que os periódicos eram produzidos de 200 a 1.000 exemplares, podendo variar um pouco para mais ou para menos, conforme a população negra de cada cidade e o ano da publicação.

Cada jornal tinha seus elementos diferenciadores e características próprias, eram produzidos por pessoas com interesses distintos em locais e lugares diversos, e tinham objetivos e públicos variados. No entanto, as linhas editoriais dos jornais pautavam-se pela crítica aos comportamentos de alguns negros e aos costumes preconceituosos das cidades em que circulavam, bem como pela divulgação das notícias que interessavam à população negra gaúcha. Nesse sentido, os periódicos eram trocados entre si e autorrepresentavam-se como “co-irmãos”, tinham seus redatores e representantes espalhados pela capital e pelo interior do Estado, em constante contato e troca de informações.<sup>168</sup>

Desde o final do século XIX, e cada vez mais no início do século seguinte, o jornalismo passou a ser visto como um ofício compatível ao de escritor. Talvez em busca desse *status* intelectual, alguns jornais da imprensa negra se definissem como “literários”. Foram os casos de *A Hora* – “Hebdomadário Literário, Noticioso e Crítico”, *A Alvorada* – “Literário, Noticioso e Crítico”, e *O Astro* – “Órgão Crítico, Humorístico e Literário”, que chegaram a divulgar poesias, contos e crônicas. Em

---

<sup>168</sup> Alguns dias depois da morte de Marcílio da Costa Freitas, um dos principais mantenedores d’*O Exemplo*, ocorrida em 6 de abril de 1928, o periódico *A Hora*, fez uma carta com menção de pesar aos “colegas” de Porto Alegre. Conforme os redatores do jornal *O Exemplo*, o documento teria sido transmitido por Aniceto Silva que era “correspondente” do jornal de Rio Grande e morava na capital (*O Exemplo*, 20/04/1928).

geral, esses escritos eram de autores negros e tinham espaços minoritários em relação a outros temas de maior relevância para o público leitor. Portanto, definir aqueles periódicos como “literários”, conforme foi discutido anteriormente, pode ser interpretado como uma tentativa de esvaziar o conteúdo político explícito que era divulgado nos editoriais.

Algumas publicações também ostentavam os epítetos de “humorísticos”, como foi o caso de *O Astro*, *A Tesoura* – “Crítico, Humorístico e Noticioso”, *A navalha* – “Órgão Crítico e Noticioso” e *O Succo* – “Órgão Crítico, Humorístico e Noticioso”, que costumavam fazer graça a partir das situações que eram criadas entre o público leitor. As cenas eram cotidianas e davam-se nos espaços públicos mais diversos, como as ruas, os campos de futebol, os bailes e as festas, e eram reproduzidas de maneira a se tornarem cômicas, mas carregavam um forte tom moralizador e de censura aos comportamentos vistos como desviantes ao que a sociedade indicava.

Por outro lado, praticamente todos os periódicos da imprensa negra analisados carregavam os subtítulos de “críticos e noticiosos”, como era comum na época. A diferença desses jornais estava na crítica aos comportamentos preconceituosos da sociedade, no reforço às prescrições sociais entre os negros e na divulgação de assuntos de interesse daquele meio, enquanto nas demais publicações a identificação como “críticos e noticiosos” geralmente restringia-se às questões políticas e sociais e aos discursos moralistas dirigidos aos costumes das “classes populares” em que os negros, quando identificados, apareciam como os principais personagens estereotipados.

Entre os jornais da imprensa negra, os únicos que se diferenciaram nos subtítulos foram *A Liberdade* – “Verdade, Direito, Justiça” e *O Exemplo* – “Jornal do Povo”. O primeiro buscava distinguir-se dos demais periódicos com palavras que remetiam à necessidade das pessoas seguirem as normas compreendidas tanto nos aspectos terrenos quanto divinos. No exemplar que analisei do jornal *A Liberdade*, encontrei um acentuado caráter assistencialista e católico em três artigos (“O natal das crianças pobres”; “A missão de Jesus Cristo” e “Porto Alegre vai morrendo...”). Eles me remeteram aos aspectos ecumênicos da cultura afro-brasileira que apareceram em boa parte dos artigos da imprensa negra sul-rio-grandense.<sup>169</sup>

---

<sup>169</sup> Parte considerável da população negra comungava nos credos da Igreja Católica naquela época, talvez por isso os redatores tivessem um discurso tão marcado pela ajuda ao próximo e colaborassem

Foi nesse periódico que encontrei uma das raras referências à religiosidade de matriz africana, salvo engano, referida como “missa pelo ritual africano”, que havia sido realizada pela passagem do sétimo dia de falecimento de Jacintha Dias.<sup>170</sup> Os aspectos contraditórios encontrados em um mesmo exemplar, embora em escalas diferenciadas, que iam do “ritual africano” à “missão de Jesus Cristo”, alertaram-me para as dificuldades da caracterização da imprensa negra a partir de sinais externos.

Conforme alertou Mira (1983, p. 120), ao refletir sobre a superficialidade do sincretismo negro-cristão: “Para a mentalidade negra não haverá uma visão dualista, não haverá contradição. Ainda que separados, ambos os mundos coexistirão dentro de si. Se há um sincretismo externo, não há um sincretismo interno, dentro da alma negra”.<sup>171</sup> Para os negros sobreviverem como grupos organizados, assim como na religiosidade de matriz africana, vários aspectos sociais tiveram que ser mascarados ou omitidos na relação cotidiana com o estereótipo e o preconceito racial. São os caracteres internos aos textos que nos aproximam de um melhor entendimento daquela realidade e aos públicos para os quais os jornais eram escritos. Nessa busca, até um simples anúncio comercial pode somar-se a outros elementos e nos dar uma informação valiosa, ou conduzir-nos para os desígnios insondáveis da alma humana que escapam ao escopo deste trabalho.

Em pleno carnaval de 1921, por exemplo, o semanário porto-alegrense trazia o anúncio da Casa Guarany, que fazia a sua propaganda desta forma: “Nesta casa encontra-se artigos da **costa**. [sic] Grande quantidade de ervas medicinais, cascas e raízes. Defumações completas. Sortimentos de louças de barro, frutas, etc. Rua

---

de forma tão efusiva para a melhoria das condições sociais dos “pobres”. Guerreiro Ramos obteve formação católica no interior da Bahia e assim definiu a cultura brasileira: “Humana, demasiadamente humana, é a cultura brasileira, por isso que sem desintegrar-se, absorve as idiossincrasias espirituais as mais variadas. E até compõe com elas a sua vocação ecumênica, a sua índole compreensiva e tolerante. A cultura brasileira é assim, essencialmente católica, no sentido de que nada do que é humano lhe é estranho.” Ele apresentava a sua compreensão da “negritude” a partir dos elementos que eram próprios da cultura brasileira, como o seu caráter miscigenado e a sua tradição católica. Era uma elaboração consciente da ideologia tradicional do país com respeito às relações raciais em que colocava o negro no centro do processo de construção do Brasil que os negros almejavam (Cf. RAMOS, A. G. Apresentação da negritude. In: *Quilombo*. Rio de Janeiro, ano II, n. 10, 1950, p. 11).

<sup>170</sup> A missa pelo “ritual africano” parecia ser uma atividade comum naquele período, tal a naturalidade com que era divulgada na coluna social do jornal. (“Missa”, *A liberdade*, 12/12/1925)

<sup>171</sup> Conforme Santos (2003), João Manoel Lima Mira, autor do livro citado, sofreu com o preconceito racial ao desejar tornar-se padre em Pelotas. Ele foi proibido de estudar em escolas daquela cidade, mas perseverou no seu ideal e tornou-se o “Padre Mira”, um dos expoentes negros do clero brasileiro. Mira ajudou a criar e a manter as Pastorais Negras Católicas, um dos braços do movimento negro mais consolidados no seio da Igreja Católica. Seu pai era José Facundo dos Santos Mira, um dos articulistas do jornal *A Alvorada* de Pelotas. Ele aparece no início do livro em foto ao lado do estandarte do *Clube Abolicionista*, fundado em 1881, por um dos seus ancestrais.

Jerônimo Coelho, 47.” Foi o único anúncio comercial que encontrei com informações sobre utensílios usados nos rituais afro-brasileiros, umbandista, para ser mais direto. O nome da casa comercial Guarany, indicava o sincretismo africano e indígena presente naquela sociedade.

Segundo Oro (2008), as religiões afro-gaúchas são hoje as que detêm maior longevidade e o maior número de terreiros e indivíduos, em termos proporcionais, ao resto do Brasil. A primeira casa de umbanda teria sido fundada na cidade de Rio Grande, em 1926, e foi trazida para Porto Alegre em 1932. Na umbanda do Rio Grande do Sul são cultuados os “pretos-velhos”, as “crianças” (Ibeji), as “falanges” africanas e os “caboclos” de origem indígena, entre os quais, um que leva o nome de Guarani.<sup>172</sup>

*O Exemplo* carregou a inscrição de “jornal do povo” apenas a partir da reedição em 13 de maio de 1904, e manteve-se até o final da publicação com o mesmo subtítulo. No mês de janeiro do ano anterior, o semanário havia parado de circular e a volta naquela data, além da inscrição como “jornal do povo” sugere ser uma estratégia editorial para obter mais leitores e não ser visto e identificado como um jornal específico dos negros. Há sinais visíveis nesse sentido, como o aumento significativo do número de anúncios comerciais e a utilização, pela primeira vez no jornal, da “gravura” de Aurélio Viríssimo de Bittencourt na capa, o que vamos entender melhor a partir da sua trajetória adiante.

A interpretação que sustento é ratificada a partir da identificação do periódico como “jornal do povo”, o que acentua a perspectiva política de que os redatores estavam construindo um “lugar” para o negro no Brasil a partir de dentro da história do país. Essa afirmação vinha expressa no “Compromisso da redação”, em que afirmavam:

Somos do povo explorado, do povo sacrificado, do povo esmagado ao peso de estultos preconceitos e vimos cheios de

---

<sup>172</sup> Cf. ORO, 2008, p. 129. Sobre as incongruências entre as datas em que a umbanda teria sido fundada (em 1926, em Rio Grande, e em 1932, quando chegou a Porto Alegre), e a diferença do ano do anúncio da Casa Guarany em 1921, deixo a discussão para os especialistas em religiões afro-gaúchas ou para futuras pesquisas que venham a ser realizadas sobre esse tema. O fato é que há uma diferença de cinco anos entre a data de fundação da umbanda em Rio Grande e o anúncio n’*O Exemplo*, bem como um lapso de tempo de onze anos entre o período em que a umbanda teria chegado na capital e a oferta comercial de produtos usados nos rituais umbandistas. De qualquer modo, o uso de ervas medicinais faz parte da cultura brasileira, tanto de matriz indígena quanto africana.



ânimo e de santa convicção, combater os prejuízos todos que tentam arruinar o caráter desse povo.<sup>173</sup>

Os redatores do jornal colocavam-se distantes de qualquer entendimento de que eram um “problema ou fardo” para a construção da nação, ao contrário tinham consciência de que constituíam o próprio povo brasileiro. Eles sabiam que eram parte essencial daqueles que haviam colaborado para a colonização e o desenvolvimento do país, desta forma identificavam-se como “jornal do povo” e era a partir dessa definição que queriam ser vistos e respeitados. Não vislumbravam qualquer perspectiva política separatista ou desvinculada do que entendiam como “povo”, expressão que continha caráter agregado das identificações etnoracial e classista. Os descendentes da escravidão esmagados “ao peso de estultos preconceitos”, aqui identificados como negros, somavam-se aos “explorados” e “sacrificados” que remetiam à condição de pobreza e ao trabalho manual. O resultado era o caráter do “povo brasileiro” que representavam e a compreensão de que a “questão racial” dizia respeito a todos os brasileiros.<sup>174</sup>

O conjunto das informações elencado acima foi o início da identificação daquelas publicações como imprensa negra, o que passou a ser comprovado nos editoriais de fundação, geralmente definidos como um “programa” a ser seguido que estabelecia o combate ao preconceito e a instrução como bandeiras de luta. O editorial de apresentação de *O Exemplo* trazia: “O nosso programa é simples e podemos exarál-lo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”.<sup>175</sup>

---

<sup>173</sup> As duas últimas páginas desse exemplar, quase a metade do jornal, estão praticamente cheias de anúncios comerciais. Esse número também trazia a informação de que a “gravura” da capa era obra do *atelier* de Hirtz & Irmão, sobre cópia de uma fotografia “trabalhada pelo já acreditado sr. Jacintho Ferrari”. (*O Exemplo*, 13/05/1904, p. 3 e 4)

<sup>174</sup> Por outro lado, os nomes dos jornais – *O Exemplo*, *O Astro*, *A Alvorada*, *A Liberdade*, *A Hora*, *A Revolta* e *A Navalha* – indicam certo tom messiânico e transformador da realidade. No caso dos três primeiros – definidos como exemplo, astro, raiz de um novo dia –, iluminariam e indicariam os caminhos a serem seguidos por aqueles que desejavam a libertação da pobreza e do analfabetismo. Os outros quatro periódicos pareciam sugerir por meio dos títulos – *A Liberdade*, *A Hora*, *A Revolta* e *A Navalha* – que o momento para a organização e a resistência à discriminação havia chegado. Os termos indicavam rupturas e mudanças que estavam embutidas nos significados dos seus próprios nomes, não eram apenas signos de identificação. As denominações escolhidas para os periódicos eram signos imersos em “relações de poder” no sentido foucaultiano, entrelaçados com outros tipos de relações (produção, parentesco, família, sexualidade), principalmente aquelas dispostas nos campos das disputas raciais.

<sup>175</sup> (*O Exemplo*. Porto Alegre, domingo, n. 1, 11/12/1892.)

A atividade jornalística iniciada com a fundação de um periódico, era entendida como um sacerdócio, uma vocação que desenvolvia-se por toda a vida. Os “homens de letras”, conforme os intelectuais se definiam naquela época, acreditavam estar imbuídos de uma missão pedagógica, civilizadora, e desejavam contribuir para incorporar à sociedade as camadas marginalizadas, vistas como perigosas ou ameaçadoras ao progresso. A pobreza e a falta de instrução eram as características mais representadas como se fossem comuns naquele público leitor. Combater esses “males” era um compromisso que se assumia a partir da definição de um “programa” que deveria ser seguido até o final da publicação. Inicialmente propostos como isentos e superior aos desígnios humanos, os “programas” dos jornais invariavelmente assumiam conotações comerciais, políticas ou doutrinárias.<sup>176</sup>

Em 13 de maio de 1927, portanto mais de trinta anos depois da fundação de *O Exemplo*, em Porto Alegre, o jornal *O Astro* de Cachoeira do Sul, trazia no seu primeiro número a definição de que era “simples órgão social do elemento de cor desta cidade”, e afirmava corresponder “a uma aspiração da nossa classe”, quando de sua fundação em data tão significativa para a população negra brasileira. A escolha do dia 13 de maio, efeméride geralmente muito comemorada com bailes e atividades culturais no meio negro, significava a definição do público-alvo preferencial dos redatores. A data também nos sugere o aproveitamento comercial daquele dia em que as pessoas estavam voltadas e reunidas para comemorar a libertação dos escravizados, ascendentes da maioria dos prováveis leitores a que o jornal se destinava.

A apresentação do “programa” de *O Astro* vinha colocada em quadro com bordas pretas no centro da primeira folha do jornal, e terminava com a seguinte exortação: “A classe agora que nos ampare.” Era a afirmação pública dos leitores que almejavam atingir com a publicação, os redatores buscavam o apoio para a perenidade da proposta editorial. Inicialmente dirigido para os negros da cidade de Cachoeira do Sul, o bimensário foi, ao longo do ano de existência – de 13 de maio de 1927 a 13 de maio de 1928 –, cada vez mais recheado com um número maior de “notas sociais”

---

<sup>176</sup> O jornal *A Alvorada*, que circulou na cidade de Pelotas e região de 5 de maio de 1907 a 13 de março de 1965, considerado o mais longevo da imprensa negra brasileira, em artigo comemorativo aos cinquenta anos de circulação, homenageava Juvenal Morena Penny. Aos 73 anos de idade, ele era um dos principais fundadores do hebdomadário e colaborou para definir o “programa” propagado no semanário no correr daqueles anos, a saber, “a igualdade de raça, o bem-estar do operário e a instrução obrigatória”. Ao longo do tempo, o jornal passou por várias fases. Finalmente, os novos donos estavam mais interessados em preencher suas páginas de propaganda e obter lucro, embora de vez em quando lembrassem do “programa” originário. (*A Alvorada*, 05/05/1957).

publicadas pela população da cidade de Rio Pardo. Naquele período, o quinzenário também circulou pelas principais cidades da região central do Estado, como Cruz Alta, Santa Maria e Santa Cruz, onde manteve “correspondentes” e assinantes.<sup>177</sup>

A referência à “nossa classe” nos casos de *O Exemplo* e *O Astro* pode ser lida como a “classe dos homens de cor”. A representação coletiva proposta pelos articulistas dos jornais buscava atribuir uma identidade étnica e cultural ao grupo e vinculá-los às comunidades negras das suas respectivas cidades. Mesmo consideradas as diferenças sócioeconômicas que se abateram sobre o Estado entre as datas das fundações dos jornais, ligar-se a uma identidade específica continuava sendo, desde o pós-escravidão até o início dos anos de 1930, uma das vias de integração possíveis naquelas sociedades com pluralidades étnicas e culturais consideráveis. O país ainda se debatia para a construção da nacionalidade, a identificação étnica era um vir a ser, mas a busca pela cidadania assumia cada vez mais contornos de valorização nas práticas sociais brasileiras.<sup>178</sup>

A definição pela “nossa classe” era uma tentativa de assegurar certa homogeneidade étnica aos fundadores dos periódicos, que embora letrados e em melhores condições sociais que a maioria, não deixavam de ser vistos enquanto negros. Também era uma maneira de se representarem como lideranças que serviriam de exemplos ou de astros que iluminariam os cérebros e os caminhos do público leitor. Os redatores dos jornais imbuídos da “missão civilizadora”, prática comum nos jornais da época, buscavam afinidades étnicas com os negros daquelas cidades que se pautavam pela hierarquia social e cultural.

Era muito comum naquela época a divisão social em “classes” de interesses de todo tipo ou por motivos os mais diversos. Assim, tinha a “classe dos

---

<sup>177</sup> Devido às manifestações recorrentes para que os assinantes pagassem as suas assinaturas, depreendo que essa era, junto com as publicações das “notas sociais” (anúncios de casamentos, mortes, nascimentos, jogos de futebol, festas), a principal fonte de renda para manutenção de *O Astro*. Ao longo de um ano, houve pouca publicação de anúncios comerciais. Ao que parece, eles eram restritos ao meio negro das cidades de Cachoeira do Sul e Rio Pardo, onde o bi-mensário mais circulava. Entre os anúncios, identificamos a “Lavanderia de Carlos Alberto da Costa”, especializada em lavar e passar “fatiotas e sobretudos” em Cachoeira (*O Astro*, 26/06/1927) Achei outro comercial muito parecido com aquele divulgado também em Porto Alegre, o que sugere que os negros letrados tinham a preocupação de se vestir bem e que o mercado da moda expandia-se entre eles. (*O Exemplo*, 12/08/1927) Conforme veremos no próximo capítulo, Carlos Alberto da Costa, que morava em Cachoeira, tinha vínculos de amizade e compadrio muito próximos com os responsáveis pelos dois jornais.

<sup>178</sup> Nesse sentido, ver os instigantes artigos sobre a formação da cidadania e da nação brasileira, em: CARVALHO, 2007.

comerciantes”, a “classe dos homens de letras”, “a classe dos tipógrafos”, “a classe dos operários”, entre outras. As “classes perigosas”, por exemplo, eram apontadas pela elite intelectual e política como sendo formada pelos pobres, iletrados, rudes e sem instrução. Portanto, estavam propensos ao crime, ao ócio e à contravenção.

Desde o Império, a elite política legislava para que os “homens de cor livres, libertos e de cor preta” não formassem “classe separada”, do mesmo modo que os escravos não tinham o direito de associar-se de forma independente. Segundo eles, aquelas classes podiam criar os “inconvenientes dos antagonismos social e político” que não existiam na época. Afinal, eles tinham o “direito” de fazer parte de qualquer associação nacional, como convinha à harmonia e ao bom relacionamento que existia entre os brasileiros. Naquele tempo, os termos *preto*, *pardo*, *mulato*, *crioulo*, *negro*, cunhados originalmente pelos senhores para designar os escravizados e os libertos, eram utilizados de forma confusa por toda a sociedade brasileira.<sup>179</sup>

A maneira como os intelectuais negros entendiam a necessidade da formação da “classe dos homens de cor” era muito próxima da que foi descrita por Thompson (1987, p. 10), no início da segunda metade do século XX. Ele estava interessado na formação do movimento operário inglês e descreveu o “fazer-se” da classe da seguinte forma:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus.

A preocupação de Thompson, imerso no revisionismo marxista, era ainda determinada por ideias em torno das “relações de produção”, enquanto a minha intenção é definida na busca por categorias explicativas da identidade negra no quadro das relações raciais brasileiras. O conceito de identificação, conforme usado por Hall (2000), parece-me uma saída adequada para rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas. Embora construída sobre uma base comum que reconhece as

---

<sup>179</sup> Com essas expressões, o Conselho de Estado do Império, em parecer de três de seus conselheiros, datado de 16 de janeiro de 1875, indeferia, devido a irregularidades na elaboração do estatuto, a organização da Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor do Rio de Janeiro. O documento foi citado em Gomes (2005, p. 8-9).

mesmas origens, ideais e características culturais que são partilhadas por pessoas ou grupos, a identificação é um processo de articulação incompleta das identidades étnicas que se define na contingência das disputas. Como as identidades são construídas dentro e não fora dos discursos, a tentativa é de circunscrevê-las no interior do jogo das diferenças naquela sociedade racializada. Tanto aqueles que se assumiam como “negros” assim como os que se identificavam como “brancos” definiam-se como tais conforme o interesse e a situação em que a lógica da distinção era necessária. Nesse sentido, a organização enquanto “classe” proposta por aqueles intelectuais estava mais preocupada em dar sentido para a identificação etnorracial como descendentes da escravidão do que em contemplar o viés das disputas entre detentores dos meios de produção e aqueles que possuíam apenas a força física.

No início do século XX, a autodenominação como negros em substituição às várias denominações anteriores já era possível, ainda que em construção, ao passo que no final do século anterior era uma proposta em discussão entre os redatores de *O Exemplo*. Nesse caso, a referência à cor da pele vinha repleta de significados que comumente remetiam à indeterminação da “classe dos homens de cor”, “pardos”, “mulatos” e afins. Embora houvesse o reiterado discurso político pela unidade étnica em busca de objetivos comuns, a diferença étnica e social teimava em aparecer.

Os redatores de *O Astro* exortavam para a “solidariedade” étnica e social como o primeiro dever para aqueles que se aglutinavam em torno de qualquer ideal. Em 1927, eles chamavam a atenção da “nossa classe” para a organização e a unidade política, assim como haviam feito aqueles que fundaram *O Exemplo* no final do século anterior. Nos dois lançamentos dos jornais, num lapso temporal de 35 anos entre eles, havia a exortação para a necessidade da união em torno de um ideal comum. Assim, vejamos:

Na nossa classe que viveu tanto tempo sob a opressão e ainda vive relegada a uma situação humilde na comunhão nacional. [...] Na nossa classe que é laboriosa por excelência, há representantes da maioria das atividades. Há proprietários, funcionários, artistas, operários. Há os que são mais e os que são menos favorecidos pela fortuna. [...] Acreditemo-nos todos iguais. Não vejamos em nuances de cor motivos de separação. Não distingamos o mais claro

do mais escuro. Já que somos todos de cor, tenhamos orgulho em confessar que somos negros.<sup>180</sup>

A hierarquia econômica e de pigmentação da pele era vivida na sociedade toda e reproduzia-se também naquele meio. Os negros cachoeirenses debatiam-se entre o dilema da indefinição etnorracial que separava os “homens de cor” numa grande variedade somática e, entre as diferenciações em termos de condições sociais e econômicas.<sup>181</sup>

Os proprietários dos pequenos estabelecimentos comerciais e os funcionários públicos, em função da melhor situação econômica, buscavam certas condições de destaque em relação aos artífices e operários. Essa divisão social podia ser concernente com a cor da pele mais clara entre a maioria dos primeiros, e mais escura entre aqueles que formavam a maior parte da base da pirâmide social, mas não era entendida como um limite para a unidade política em torno da solidariedade étnica que buscavam. Os negros, como de resto toda a sociedade, organizavam-se em clubes sociais e associações culturais diferenciadas, principalmente a partir das condições financeiras, mas isso não devia inviabilizar a identificação étnica.

Ao contrário, a aposta dos donos e principais redatores do jornal *O Astro*, José de Farias e Manoel Eteçildes da Silva, era que a experiência da “opressão” compartilhada na escravidão podia sedimentar forças para a construção de identidades alternativas depois da Abolição e superar os estereótipos atribuídos aos negros.<sup>182</sup> A

---

<sup>180</sup> “Solidariedade”. (*O Astro*, n. 4, 26/06/1927.)

<sup>181</sup> Nos anos de 1920, a cidade de Cachoeira do Sul passou por uma série de transformações urbanas, principalmente na parte central, resultado do enriquecimento produzido pelo arroz irrigado. Embora a maioria da população se espalhasse no meio rural, a sociedade cachoeirense pautava-se pelo comportamento e pela ideologia da “elite branca” de origem açoriana, alemã e italiana que ocupava o centro e os principais bairros. Segundo Selbach (2007), a elite dividiu os lugares de circulação centrais da cidade entre próprios e impróprios para pobres e negros e locupletou-se dos bens produzidos na “capital do arroz”. Geralmente aos subalternos e pobres, na sua maioria negra e mestiça, restavam as bordas da cidade, o acesso ao emprego público, a iniciativa no pequeno comércio ou o trabalho nas colheitas e no beneficiamento do arroz. Tanto os empregos nas fazendas agrícolas como no meio urbano eram insalubres e malremunerados. A mentalidade construída naquele tempo deixou marcas profundas nos cachoeirenses, nostalgia e preconceito racial entre boa parte dos “brancos”, sentimentos contraditórios entre os negros que vão da acomodação à busca da integração na sociedade. A divisão social e etnorracial presente na cidade levou uma parte considerável dos negros cachoeirenses a realizar uma migração voluntária em busca de melhores condições sociais e econômicas na capital do Estado ou nas principais cidades da região.

<sup>182</sup> Os estereótipos sobre os negros que eram mais comuns nas obras dos escritores naturalistas e realistas brasileiros, segundo Bastide (1972), eram: o “negro bom” (calmo e submisso); “negro ruim” (cruel e com a sexualidade exacerbada); “africano” (bruto, feio, supersticioso, feiticeiro); “crioulo” (astucioso e enganador); “mulato livre” (pretensioso, vaidoso, pernóstico). As mulheres descritas pelos escritores como “mulata” e “crioula” eram representadas a partir dos estereótipos que remetiam

maioria deles ainda vivia relegada a uma “situação humilde na comunhão nacional” quase quarenta anos depois da Abolição. As condições sociais não eram de pobreza para todos, muitos deles haviam conquistado educação e emprego e colocavam-se em posição de vanguarda ao perceber o preconceito racial como o obstáculo maior a ser superado.<sup>183</sup> Eram essas lideranças que evocavam a tradição comum dos negros que haviam atravessado o Atlântico, passado pelo processo escravista e que buscavam organizar-se diante daquele mundo que parecia desestabilizar qualquer instância de igualdade.

Segundo Paul Gilroy, um dos autores que abordei no capítulo anterior, na recorrência da recuperação das memórias coletivas sobre a experiência da escravidão e nas lutas cotidianas contra a discriminação racial, fundamentavam-se politicamente as identidades culturais dos afrodescendentes na diáspora. De acordo com essa leitura, os negros cachoeirenses estavam conectados com aquele processo transatlântico na luta pela construção de novas identidades na modernidade brasileira. O processo que adveio da mestiçagem e que havia estabelecido a distinção entre “o mais claro do mais escuro” não devia ser impedimento para a unidade em torno de objetivos comuns.

O hibridismo da cor e, mais do que isso, a realidade cotidiana da diferença, era motivo imperioso para que se aglutinassem em torno de uma categoria etnoracial específica. Embora houvesse a ascensão social de alguns negros letrados e a permanência das “nuanças de cor” da pele dentre eles, para as lideranças que deixaram registrado seus desejos nos jornais, era fundamental que todos se vissem como iguais em busca da solidariedade étnica e da união em torno da identidade cultural negra brasileira.

### **3.4 Combate à sombra da lei: leitores e jornalistas negros**

Na perspectiva da propalada e almejada “comunhão nacional”, proposta pela elite intelectual brasileira logo depois da Abolição como substrato para a construção da

---

à sexualidade, beleza, esperteza e voluptuosidade. Esses estereótipos sobre os escravizados e seus descendentes reproduziram-se na primeira metade do século XX.

<sup>183</sup> O jornal *O Astro* era publicado pela “Empreza Farias & Silva”, cujos donos eram José de Farias e Manoel Etecildes da Silva. O primeiro era funcionário do Banco do Brasil, e o outro, funcionário da Repartição Gráfica dos Correios.

nacionalidade, que era definida em termos próximos à “democracia racial” do início do século XX, as distinções entre aparência física, descendência biológica e diferenças sociais confundiram os brasileiros por todo o lapso de tempo no qual se deteve essa pesquisa. Apenas recentemente foi definido que alguns traços somáticos, como cor da pele, formato do nariz, espessura dos cabelos e tamanho dos lábios, dentre outros sinais adquiridos e adscritos, só adquirem significados no interior de uma ideologia preexistente que seleciona algumas marcas classificatórias em detrimento de outras.

Nessa direção, “cor” e “raça” eram termos muito próximos naquela realidade do final dos anos de 1800 e nas décadas iniciais do século seguinte. Existia uma hierarquia classificatória que adicionava conhecimentos cientificistas, caracteres somáticos e situação sócioeconômica em que aqueles nomeados de “brancos” eram concebidos como sendo melhores que os “pretos”, “homens de cor” ou “negros”. Essas últimas categorias remetiam a pessoas com experiências diferentes situadas em lugares e tempos diversos, mas carregavam como fundamento de identificação uma lógica que os remetia à mesma origem no processo escravista. Por causa disso, as classificações em “cores” ou “raças” funcionavam como critérios e marcas classificatórias que definiam os lugares sociais a serem ocupados de forma naturalizada.<sup>184</sup>

A partir do parágrafo citado abaixo, extrato do editorial do primeiro número d’*O Exemplo*, pode-se verificar o ímpeto transformador e a proposta arrojada dos negros letrados imbuídos de reivindicações sociais e de um projeto coletivo que visava mudar aquela situação:

Diante dessa espécie de torpor, dessa letargia, desse marasmo intelectual em que no nosso meio social têm vivido espíritos aliás aproveitáveis, tivemos a justa aspiração de arrancá-los a essa indolência moral para que juntamente conosco consagrassem uma parte dos seus labores, posto que diminuta, à grandiosa empreitada do porvir e apreciação do presente.<sup>185</sup>

A mensagem acima estava contida num parágrafo que pode ser caracterizado como um diagnóstico daquela realidade, marcada pelo “torpor, letargia e marasmo

---

<sup>184</sup> As cores das pessoas ainda hoje funcionam como uma imagem figurada de “raça” na medida em que resultam de significados construídos, histórica e socialmente, no interior de uma ideologia racista preexistente em que a simples definição de cor ou raça, geralmente remete a um mesmo grupo etnoracial subalternizado. Cf. GUIMARÃES, 1999, p. 44.

<sup>185</sup> (*O Exemplo*, 11/12/1892.)



intelectual”, em que os redatores visualizavam o público leitor do semanário. Mais do que isso, era uma realidade que eles tinham a pretensão de mudar, na qual o problema da falta de “instrução” era identificado como um dos mais graves a atingir a população negra. O objetivo era retirar da “indolência moral” aqueles “espíritos” que faziam parte do meio social em que viviam e com os quais pretendiam compartilhar conquistas e transformar cotidianos. Com os pés firmes naquele presente que se justificava pelo passado, mas com os olhos voltados ao futuro, os emissores daquele discurso buscavam inicialmente interlocutores junto ao meio social do qual diziam fazer parte.

Os receptores aos quais foi dirigida a mensagem veiculada no jornal formavam uma parcela dos porto-alegrenses, e eram representados como sujeitos à apreciação moral do restante da sociedade em que estavam imersos o que amplia o quadro da recepção do jornal para além do grupo imediato a que se dirigia. Os redatores não escreviam apenas para os seus pares de letrados e demais leitores do meio social a que diziam pertencer. Eles escreviam também para os colegas jornalistas e para os moradores da cidade que eram convidados a ver os negros de outra perspectiva não mais restrita aos preconceitos da época anterior. Os negros letrados mostravam-se preparados, e buscavam trazer os “irmãos da raça” para o aprendizado do cultivo das “letras” e da “ciência”, que eram entendidas pela elite intelectual como os principais mecanismos que levariam o Estado, mais do que o país, para o conclave dos povos civilizados.

Segundo Silveira (2005, p. 120), no último quartel do século XIX e no início do século seguinte, o nosso Estado era tido do seguinte modo:

“Visto como exceção etnológica, o Rio Grande do Sul figurava nas reflexões sobre o Brasil mediante descrições que faziam com que ora parecesse cercado pela aura de uma ilha ariana em meio a um mar de mestiços, ora como um risco ou, no mínimo, um desafio à unidade nacional.”

A narrativa identitária construída pelos intelectuais sul-rio-grandenses reforçava aquelas representações propostas pelos intelectuais do centro do país, tanto em termos de constituir-se no Estado mais europeu do Brasil, como no sentido de ter características mais próximas com os países platinos do que com o restante da nação. Embora descritas como sendo exclusividade do “centauro dos pampas”, a “exceção etnológica” do Rio Grande do Sul com relação aos demais estados do Brasil, não escapou do cientificismo dos discursos médicos, criminológicos e eugênicos, que

passaram a fazer parte dos debates intelectuais gaúchos sempre em franco diálogo com o que grassava no centro do país. O cultivo das letras e da ciência, assim como da civilização e do progresso, eram paradigmas europeus que se espalhavam pelo mundo todo.

Aquele diagnóstico da realidade era caracterizado, dentre outras palavras, pelo baixo nível de consciência, inatividade e indiferença a estímulos exteriores, e definia-se em termos muito próximos dos discursos científico, médico, higienista e criminológico da época. Os indivíduos nasceriam com predisposições atávicas hereditárias, geralmente definidas em termos raciais e geográficos que, no caso dos descendentes dos povos africanos, limitariam o entendimento da realidade e o acesso a melhores condições sociais. As expressões que os redatores do jornal *O Exemplo* se utilizaram, como “marasmo intelectual”, “torpor”, “letargia e indolência moral”, eram expressões com livre trânsito naquela sociedade, geralmente usadas pela elite letrada como atributos que representavam os “pobres da cidade” de forma estereotipada.<sup>186</sup>

A partir de preceitos orgânicos e naturalistas definidos em termos de um organismo vivo, sujeito a doenças e infecções que levavam à prostração e à decadência moral, os pobres eram descritos como elementos nocivos ao convívio social. Devo ressaltar que essa concepção ideológica não se restringia apenas ao plano do discurso, era posta em prática pela sociedade hegemônica representada no Estado positivista, reconhecido como o agente público que deveria tomar medidas profiláticas que resguardassem a ordem, o progresso e a civilização.<sup>187</sup>

Os articulistas do jornal *O Exemplo*, imersos naquele ambiente em que africanos e descendentes eram associados à vagabundagem e ao crime, utilizavam-se do mesmo vocabulário da elite, embora tivessem a pretensão de superar os estereótipos atribuídos ao descrever os “irmãos de cor” de forma otimista como “espíritos

---

<sup>186</sup> Segundo Pesavento (1994), os “pobres da cidade” de Porto Alegre, no período em foco, eram operários, prostitutas, ladrões, criminosos, vagabundos e negros, ou seja, todos aqueles indivíduos ou grupos que foram alçados à tona a partir da abolição e que eram descritos nos jornais da época como sendo um problema ou “questão social” para ser resolvida. Embora considere a multiplicidade dos protagonistas da questão social, ela usou a categoria de *subalternos* para agrupar personagens tão díspares, numa tentativa de escapar ao conceito de classe, o que redundou numa grande confusão entre populares, libertos e proletários, reduzidos, mais do que a um mesmo conceito, aos mesmos limites impostos a grupos que tiveram origens étnicas e sociais e opções de inserção social completamente diferenciadas.

<sup>187</sup> Para Schwarcz (1993, p. 58), civilização e progresso eram termos correntes na época, entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais pelos quais todas as sociedades deveriam passar do estágio mais simples ao mais complexo em direção à evolução da humanidade.

proveitáveis”. Eles demonstravam certo otimismo ao lançarem a proposta de um projeto futuro no qual se acreditava em tempos melhores, com acesso à educação, ao mercado de trabalho assalariado e aos direitos civis. Estavam em processo de adaptação ao período inicial da recém-conquistada liberdade e a intenção era mostrarem-se distantes da escravidão. Tinham uma memória do cativo, mas era a partir das perspectivas abertas pela Abolição que eles se apresentavam à classe dos letrados da capital. Outros tempos exigiam novos termos e atributos sociais reconhecidos para entrar na arena das disputas.

O objetivo era construir uma imagem pública positiva sobre os negros, e para isso eles deveriam ter um veículo de representação política que era o jornal. Nesse sentido, era fundamental o domínio dos códigos da leitura e da escrita e maior conhecimento dos direitos civis para buscar a igualdade perante a lei. Como os demais brasileiros, eles demonstravam-se sujeitos às regras sóciojurídicas da época e era a partir dessa condição que exigiam o direito à igualdade de tratamento. Por exemplo, entre os vários casos de perseguições policiais e atitudes racistas divulgadas no jornal, destaco o relato da invasão ao salão do Floresta Aurora na véspera do natal. O “vexame” teria sido realizado por um grupo de rapazes embriagados que pertenciam a “alta sociedade” da capital. Os redatores d’*O Exemplo* chamavam a atenção para o descaso das autoridades policiais que: “[...] não respeitaram nosso direito de equidade negando-nos aquilo que, como cidadãos temos direito – a igualdade perante a lei e o respeito inquebrantável à nossos direitos civis”.<sup>188</sup>

O vexame maior parece não ter sido apenas a atitude dos rapazes que entraram, sem convite ou autorização, naquele espaço tradicional dos negros porto-alegrenses, mas a desconsideração dos policiais. Ao que parece, os homens da lei nada fizeram para proteger as famílias negras que estavam reunidas para comemorar a data natalina, ao serem chamados para intervir no acontecido, os policiais teriam se omitido e até reforçado os insultos sofridos pelos negros.

Aqueles que escreveram o editorial de fundação d’*O Exemplo* admitiam a condição simples e recém-letrada, demonstrando certo ar de humildade forçada que era comum entre os pretendentes aos foros da intelectualidade da época. Eles possuíam “conhecimentos” que já lhes davam condições de destaque em relação à grande maioria da população analfabeta de Porto Alegre e apontavam uma das principais

---

<sup>188</sup> “Mais um vexame”. (*O Exemplo*, 01.01.1893.)

estratégias para a ascensão social daquele grupo – a instrução. Ao afirmarem o objetivo de aperfeiçoarem os “nossos medíocres conhecimentos”, ratificavam, com o uso do pronome, a escolha por um grupo social específico – negros letrados que possuíam certo conhecimento e que desejavam aprimorá-lo. Igualmente, eles adiantavam uma das principais preocupações da imprensa negra brasileira ao longo de boa parte do século XX: o problema da falta de acesso à educação.

A “instrução”, entendida como a capacidade de saber ler, contar e escrever tinha também a acepção de aprimoramento técnico necessário para ocupar o mercado de trabalho. O músico, o carpinteiro, o pedreiro, o marceneiro, o sapateiro, o alfaiate, o agricultor, todos enfim precisavam dos “conhecimentos” advindos da instrução primária que fosse para melhorar seus afazeres cotidianos. Para todos que faziam parte da “classe popular”, a instrução representava a perspectiva para a superação das barreiras que os restringia aos afazeres como artífices ignorantes e que os impedia de conquistar outros espaços laborais mais modernos. Cabe lembrar que essa não era uma “estratégia étnica”, conforme veremos no próximo capítulo, exclusiva dos negros, muito menos representava a única alternativa de mobilidade social.<sup>189</sup>

Aos negros, a instrução significava a possibilidade de superar as condições de trabalhador braçal que remetia à escravidão, também se abria a perspectiva de ocupar uma posição social como “homem letrado”, que era um lugar social representado na imprensa negra como intangível ao preconceito. A instrução mostrava-se como um passaporte para a mobilidade social e para o conhecimento dos direitos civis, descrita muitas vezes como uma das estratégias políticas disponíveis aos negros. Por outro lado, foi preciso que os jornalistas negros fundamentassem mecanismos sociais para que os periódicos se reproduzissem como meio de defesa dos seus interesses.

---

<sup>189</sup> Embora alguns grupos de imigrantes fundassem seus próprios jornais e construíssem suas escolas, entre eles a questão da “instrução” não era tão recorrente como para a imprensa negra. A divulgação dos temas e dos problemas nos periódicos dos imigrantes, compostos por comunidades que em geral tinham maior diversidade cultural, política e sócio-econômica entre seus membros, era responsabilidade exclusiva das pessoas e das questões que interessavam ao grupo hegemônico que os mantinha. Por exemplo, dentro da comunidade italiana de Porto Alegre, foi fundado o jornal *Liberdade* que era definido como “Periódico Anti-fascista Ítalo-brasileiro” e, como o subtítulo indicava, voltava-se contra o “truculento fascismo” que imperava na Itália de Benito Mussolini. No artigo intitulado “O jornalismo da mussolândia colonial”, os redatores da *Liberdade* acusavam os dirigentes do jornal *Tribuna D’Itália* de defensores do fascismo e representantes dos “graudos della colonia italiana”. Esse exemplo nos mostra as fissuras políticas e sociais dentro do que geralmente é representado como a “colônia italiana” do Estado, como se esse fosse um grupo homogêneo em termos culturais e políticos. *Liberdade*. Porto Alegre, n. 1, 10 de junho de 1927.

Nesse sentido, os assinantes deveriam pagar as mensalidades para que os jornais continuassem desenvolvendo o seu “programa”, o que se constituía como um gesto repleto de significados que não pode ser entendido como uma simples opção. Havia uma grande quantidade de publicações para escolha e, portanto, colocar-se como assinante ou leitor da imprensa negra era assumir a possibilidade de ser visto e reconhecido como tal, o que pode ser compreendido como um gesto político que identificava aqueles que constituíam a “classe” negra. As vendas avulsas eram realizadas nos eventos sociais, nas redações dos jornais e em alguns estabelecimentos comerciais, lugares que podiam preservar o anonimato do comprador-leitor naquela sociedade em que os partidos políticos dividiam o Estado, mas é plausível acreditar que a maior fonte de renda para manutenção dos jornais vinha das assinaturas que ratificavam a opção do leitor pela publicação específica do meio negro.

Roger Chartier há algum tempo nos alertava sobre a história das práticas de leitura em objetos impressos e a multiplicidade de “aptidões e expectativas” que rondam um único texto. O leitor está dotado de uma série de variáveis que vão desde a idade (criança, jovem, velho), passando pelos gêneros (masculino, feminino), até a capacidade de entendimento do próprio texto (alfabetizado ou incapaz de compreender um texto), entre outras, o que proporciona certo grau de autonomia ao ato de ler. Assim, a leitura entendida como a capacidade de interpretar e dar significados diferentes ao mesmo texto, não é simplesmente algo que está inscrito no próprio artefato impresso que é dado a ler.

Segundo Chartier (1992, p. 214), “[...] ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores [...]”, mas que traz em si elementos explícitos e implícitos inscritos nos textos que nos indicariam quais são as leituras/interpretações autorizadas pelos escritores. Não apenas os textos, mas também as “leituras possíveis” estariam costuradas aos níveis do entendimento de um grupo de leitores/produtores ou “comunidades interpretativas”, cujos membros compartilhariam as mesmas perspectivas de leituras e estratégias de interpretação.

As divulgações das listas com os nomes daqueles que haviam deixado de pagar as mensalidades, semestralidades ou anuidades, bem como os apelos para que os assinantes pagassem suas assinaturas, eram recorrentes nas páginas dos jornais. Os valores cobrados pelos exemplares também nos dão algumas pistas de que o poder

aquisitivo dos leitores da imprensa negra era baixo.<sup>190</sup> Mesmo consideradas as diferenças dos anos das publicações, que são próximos para variarem em termos de condições macroeconômicas, ou em termos de variações sócio culturais entre a capital e o interior do Estado, os valores cobrados por cada jornal eram pequenos.

Os únicos periódicos que diferiram de forma considerável no preço do exemplar foram *O succo*, que era o mais caro, e *O astro*, que era o mais barato. Os demais jornais mantiveram valores muito próximos. Em todas as publicações, independente da linha editorial definida pelos redatores e do público-alvo dos jornais, bem como das formas de distribuição e do número de anunciantes de cada um deles, os valores cobrados por exemplares ou por assinaturas sugerem um leitor empobrecido. Embora os jornais fossem produzidos por negros letrados e em melhores condições sociais que a maioria dos leitores, a imprensa negra sul-rio-grandense era dirigida para um público com baixo poder aquisitivo e com nível de escolarização precária.<sup>191</sup>

A partir da “segunda fase”, principalmente, o jornal *O exemplo* passou a ter um número expressivo de anúncios comerciais, que correspondiam aos laços de sociabilidade e respeito que o semanário e os seus responsáveis haviam construído em vários anos de atividade. Essa penetração social, nos meios intelectuais, político partidário e no comércio da capital sugerem uma circulação ampliada na cidade de Porto Alegre, que ia além dos limites do meio negro, o que deve ter ajudado na perenidade do jornal.

---

<sup>190</sup> A divulgação dos valores para os pagamentos “adeantados” vinham em lugar de destaque na capa ou logo na segunda página em quadros bem definidos. Os valores eram os seguintes: *O astro* divulgava na capa o valor anual de 1927, em 8\$000,00, e semestral, de 5\$000,00, o que sugere que os 12 exemplares, dividido pelo valor do semestre, era bem baixo se comparado com *O succo*, que foi vendido dois anos antes por 1\$000,00 ao mês. Nesse caso, o assinante receberia dois exemplares que dariam o valor de 500 réis cada um. Já o semanário *A hora*, no ano de 1925, tinha o valor anual estabelecido em 10\$000. O semestre saía a 5\$000, a mensalidade a 1\$000, e o número avulso era vendido a 300 réis. *A hora* também tinha valores diferenciados “para fora” da cidade de Rio Grande, em 11\$000 ao ano, e 6\$000 por semestre. Esses valores eram muito próximos do jornal vendido na capital, onde o semanário *O exemplo* saía a 10\$000 por ano, 5\$000 por semestre, 3\$000 por trimestre e 200 centavos de réis o avulso. O jornal *O exemplo* ainda tinha a opção de ser distribuído “no interior”. Nesse caso, os valores eram de 12\$000 a anuidade, 6\$000 o semestre e 4\$000 o trimestre.

<sup>191</sup> Para termos uma ideia comparativa do valor da mensalidade daqueles jornais com o preço de um artigo de primeira necessidade, *O exemplo* deu-nos a informação de que o preço do pão estava 1\$400 o quilo no balcão das padarias e 1\$200 para os revendedores. O anúncio desses valores, segundo os redatores, era resultado de mobilização pública que teria entregado documento ao intendente municipal solicitando a diminuição do preço do pão, que chegava a 1\$800 em algumas padarias da capital. Portanto, era bem mais caro comprar um quilo de pão em Porto Alegre do que assinar por um mês a maioria dos jornais negros do Rio Grande do Sul. A esse respeito, ver: “O preço do pão”. (*O exemplo*, 13/09/1925.)

Por outro lado, os redatores mantiveram o valor do exemplar em bases compatíveis com os demais jornais da imprensa negra do Estado e não abandonaram o “programa” inicial. A linha editorial do semanário primava pelas ideias ditadas pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), o que na maioria das vezes era pautada pela propaganda partidária e pela reverência aos próceres republicanos. Devo ressaltar, no entanto, que a apologia ao Partido não significava deixar de fazer algumas críticas veladas ao comportamento dos intendentos municipais e da elite política e comercial do Estado quando ao descaso com as “classes populares”, principalmente, quando o assunto era o preconceito racial que sofriam os negros.

Nessa direção, os jornalistas negros buscavam mais que leitores vistos como consumidores para seus produtos, também visavam o apoio das “classes populares” e a soma de um número cada vez maior de “soldados” para as fileiras partidárias. A concepção do “soldado-cidadão”, que foi criada e propagada pelos positivistas republicanos, era constantemente repisada no jornal. Esse tipo ideal seria formado no processo educacional de matriz positivista, informado pelos meios de comunicação do PRR e recrutado entre aqueles que tinham consciência dos seus direitos e deveres.

Eles deveriam manter-se preparados e dispostos a pegar em armas para defender a República, proposta desde a fundação do PRR, e que era assumida como linha editorial do jornal. Os artigos falando em disciplina, moralidade, ciência, trabalho e educação eram semanais, e se coadunavam com as ideias autoritárias e positivistas defendidas pelos republicanos sul-rio-grandenses que buscavam a incorporação do proletariado negro à sociedade.

A aproximação dos redatores d’*O exemplo* com as ideias proferidas pelas lideranças do PRR deu-se por motivos que se remetiam à defesa da abolição da escravidão no século XIX. Nesse período, alguns negros letrados do Estado, como foram os casos de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Antônio Baobá, Arthur Rocha, Rodolfo Xavier, Paulino de Azurena, dentre outros abolicionistas negros que veremos no correr da tese, vislumbraram nos ideais republicanos a possibilidade de conquistar a abolição no Rio Grande do Sul.<sup>192</sup>

---

<sup>192</sup> José Paulino de Azurena (1861-1909) foi tipógrafo, jornalista e cronista do jornal *Correio do povo*. Nesse periódico ele trabalhou de 5 de março de 1899, até a sua morte, em 27 de junho de 1909. Ele tinha como padrinho de casamento e “mestre” o velho Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Aos 21 anos, Paulino de Azurena, depois de ser aprendiz de tipógrafo, começou a exercitar-se como escritor na *Revista literária*, coordenada pelo amigo de sempre, Aurélio, até chegar à atuação destacada como o cronista *Leo Pardo* da coluna “Semanário do *Correio do povo*”. Antonio Baobá (1858-1907) foi

Desde a fundação do Partido Republicano, realizada em São Paulo, no ano de 1870, eles passaram a reproduzir os argumentos de alguns dos principais militantes republicanos favoráveis à abolição. O PRR foi fundado no Estado em 1882, por jovens com instrução superior distantes da elite política da época e que defendiam o final da escravidão, o que logo teve apelo militante aos jovens negros. Depois da Proclamação da República inclusive, o PRR passou a se colocar acima dos interesses particulares, capaz de aglutinar demandas políticas diversas e se manter hegemônico no poder de 1892 até 1929. Segundo Celi Pinto (1986), a doutrina positivista de Augusto Comte foi o elemento ideológico fundamental para a perenidade do PRR, tanto na hegemonia política quanto na manutenção do poder de mando no Estado. Condições que deram, por um lado, subsídios para o partido criar um Estado autoritário e lhe garantir a hegemonia política, por outro, despertar o vivo interesse político-partidário entre os negros.

Portanto, os redatores do jornal *O exemplo*, desde a fundação até o final do periódico, mantiveram-se concernentes com o credo positivista do principal partido no Estado naquele período. As demais publicações da imprensa negra sul-rio-grandense, também demonstraram pendões para o lado dos republicanos, há subsídios nos jornais, que serão desenvolvidos no próximo capítulo, os quais nos possibilitam afirmar que tinham interesses corporativistas no sentido de se locupletarem da máquina pública. Alguns dos principais envolvidos com a fundação e a manutenção dos jornais tiveram relações próximas com políticos e administradores vinculados àquele partido e a partir disso ocuparam uma série de cargos públicos.

Convido o leitor para voltar às considerações de Roger Chartier e atentar, novamente, para os leitores dos periódicos que vislumbramos sob a rubrica da imprensa negra. Nessa linha de pensamento, sabemos que era pequeno o número de negros letrados no Brasil no período em foco e que havia uma tradição de matriz africana que aproximava a leitura da oralidade. A tentativa de uma escrita linear e objetiva entre os redatores negros, que remetia à “racionalidade européia”, geralmente

---

escravizado e, quando liberto, tornou-se líder trabalhista em Pelotas. Em 1887, ele associou-se ao *Clube republicano* da cidade e participou da diretoria da *S. B. Feliz Esperança* (1880-1917) e da *Fraternidade artística* (1881-1911). Foi membro da *Liga operária* no início desta entidade, em 1890, e fundador da *União operária internacional*, em 1895, composta, dentre outras classes, pelos chapeleiros, que era a sua profissão.



redundava em textos que reproduziam o universo lingüístico mais comum aos negros, em que o diálogo era mais importante que a escrita.

Na coluna de mexericos d'*O succo*, que tinha como título, “A Lavandeira (sic) e a Patrôa”, assim conversavam as duas personagens:

“ – Tu hoje está que parece cobra! – Cobra, ficou uma teteia da V.P. que saiu no Succo! – Mas, porque?/ – Não sei porque, certas dengosas têm costume de gabar-se que namoram certos almofadinhas que nem lhe ligam./ – Mas quem é esta gavolinha?/ – Eu não sei qual é esta melindrosa que mora na segunda quadra do Commercio, que anda bancando com os caixeiros./ – Então é branco com preto?/ – Sim, branco com preto já sabe!.../ – Sabe o que? ah! ah! ah! tu está que nem se pode./ – ‘Quá, quá é o tempero, Comigo tem coaiada. O homem sem dinheiro pra mim não vale nada!’/ – Oh, diz outro que eu te pago./ – Eu gosto das candongas. ‘Dou um dente por fandango Mas queira-me bem de graça Que por dinheiro é chalaça’”<sup>193</sup>.

A “patroa” iniciava o diálogo e a “lavandeira” respondia, assim sucessivamente, até o final da extensa conversa que reproduzi apenas a parte final. O diálogo demonstrava o tempo todo que a “patroa” desconhecia o universo em que vivia a “lavandeira”, ela ofereceu até dinheiro para que a empregada revelasse seus segredos. Essa, por sua vez, aproveitava para tripudiar em cima da “patroa” com as suas “fofocas” e picardias, além de criticar a atitude da “melindrosa” que teria se envolvido com “branco”. A “lavandeira” parecia gostar mesmo era dos mexericos, intrigas, bailes e não venderia os seus segredos por tão pouco.

O diálogo entre os personagens representava duas concepções de mundos diferentes, talvez uma metáfora sobre dois universos: os “negros” pobres, suas linguagens, comportamentos e seu cotidiano; os “patrões” com seu cotidiano e sua lógica capitalista. Os dois mundos, assim como os personagens, conviviam muito próximos e dialogavam entre si, mas quando o assunto era reconhecer as diferenças, pouco se entendiam. Alguns textos como esse, ao contrário, demonstrava que havia uma sintonia fina entre os produtores e os receptores da imprensa negra, era um código cifrado e entendido apenas por iniciados, que era transmitido e captado por aqueles que passavam diariamente por situações muito parecidas.

---

<sup>193</sup> Conforme original divulgado no jornal. (O Succo, 13 de julho de 1924.)

Os redatores usavam diversos signos que muitas vezes só se mostravam ao diálogo entre os emissores e os receptores da imprensa negra. Alguns textos se identificavam *a priori* com símbolos que remetiam a um público leitor específico, e carregavam consigo as marcas de quem eram os “leitores autorizados” a decifrar. Também os relatos das atitudes preconceituosas e discriminadoras contra os negros são exemplos do que acabei de anunciar, eram comuns nas páginas dos jornais da imprensa negra e trazem uma série de informações que tipificaram a sintonia entre os emissores e os receptores daquelas notícias.

Nesse sentido, acompanhe o que ocorreu com o proprietário do jornal *A Liberdade*. Ele foi tomar um café em um conhecido estabelecimento do centro de Porto Alegre e um dos atendentes lhe disse que passasse para “outro lugar mais oculto do estabelecimento”. Segundo o relato do jornal, Juvêncio Joaquim de Lima teria protestado e se retirado em seguida para lamentar-se com os colegas de *O exemplo*, que logo o acalmaram. Na redação do jornal, ele foi informado que os “caixeiros do Café América” lhe prestaram um serviço, pois Juvêncio podia ser confundido: “[...] com algum desocupado vendedor de cautelas do jogo do bicho, cujo quartel general todos sabem estar ali estabelecido, tanto que pessoas de certo conceito evitam lá penetrar [...]”.<sup>194</sup>

O título da manchete que anunciava aquele ocorrido era: “O Café América quer se dar a importância”, o que mostra o quanto aquele lugar já era conhecido entre os negros, não apenas como um espaço comercial onde eram mal recebidos, mas também um lugar moralmente condenado por ser uma das sedes do jogo do bicho da cidade. Além disso, ao informarem que: “[...] o proprietário, estrangeiro audaz e provocante dá ordens, aos seus caixeiros de que somente sirvam homens de cor nos lugares escuros de seu escuro estabelecimento [...]”. Os redatores do jornal justificavam, em parte, a origem do mau atendimento em função do proprietário do Café América ser estrangeiro, portanto, ele desconhecia os hábitos “civilizados” de Porto Alegre.

Juvêncio Joaquim de Lima era natural de Bagé e estava em Porto Alegre para avaliar as condições para a instalação do seu jornal, *A Liberdade*, que já era conhecido no interior do Estado. Ele queria se mudar para a capital e talvez desconhecesse os lugares da cidade que eram próprios, ou não, para a circulação dos negros. A recepção

---

<sup>194</sup> (O exemplo. 06/02/1921).

que lhe deram no Café América não foi nada agradável. Como ele podia ter ido “penetrar” em local onde os negros não eram convidados para entrar? Caso entrassem, de forma desavisada como parece ter sido o seu caso, eram conduzidos a tomar o café em local que não chamassem muito a atenção sobre os seus traços negroides.

Naquela oportunidade, os redatores d’*O exemplo* não deixaram por menos e afirmaram que um ato como aquele “[...] põe em evidência a estupidez grossa de certos indivíduos que ao fazerem certas relações não distinguem os indivíduos pelo que eles possam ter de apreciáveis em si, mas simplesmente pela cor da epiderme [...]”. Eles demonstravam a inconformidade com os caixeiros do café, que não distinguiam quem sabia ler e escrever, se tinha emprego ou uma melhor condição social, se era do interior ou da capital, se conheciam ou não os códigos da cidade grande.

A “estupidez grossa” daqueles indivíduos, talvez alertado pelo estrangeirismo do proprietário do Café, fazia relação direta entre o fenótipo negro e a condição social de pobreza. Tão logo o indivíduo era visto e identificado como negro naquele ambiente comercial, provavelmente pelo desconhecimento se era rico ou pobre, era convidado a ocupar um espaço reservado no café – independente de a pessoa portar qualquer outra distinção. No fundo, os redatores pareciam lamentar a falta de sensibilidade daqueles indivíduos que não distinguiam Juvêncio Joaquim de Lima, negro letrado e dono de um jornal em Bagé, assim como eles mesmos, de qualquer outro negro pobre e analfabeto.<sup>195</sup>

Os relatos das situações preconceituosas como a que viveu Juvêncio eram comuns nas páginas dos jornais da imprensa negra. Para não serem acusados de levantarem um problema que não existia ou de estimularem a revolta, os jornalistas negros geralmente justificavam os ocorridos de forma a serenar os ânimos dos mais exaltados. Em dois casos, pelo menos, constatamos que os atos foram praticados em lugares descritos como “ambientes baixos e de terceira ordem” e, acima de tudo, os

---

<sup>195</sup> Juvêncio Joaquim de Lima costumava exibir-se na capa de *A Liberdade* como “Diretor Gerente e único responsável” pelo jornal. Como redator e proprietário daquele periódico fundado em Bagé, na sua viagem para Porto Alegre passou por Santa Maria e foi recebido na Sociedade União Familiar. Já na capital visitou a redação de *O Exemplo* (30/01/1921) e na volta para Bagé passou em Cachoeira do Sul. (*O Exemplo*, 27/02/1921) Na sua cidade natal, Juvêncio comunicou que não iria publicar o jornal até “instalar as oficinas gráficas do modesto semanário que venho sustentando com inúmeras dificuldades” em Porto Alegre. (*O Exemplo*, 08/05/1921) A intenção de Juvêncio nesse périplo pelo Estado era definir a melhor cidade para a reinstalação do seu jornal. Ele se decidiu por Porto Alegre, onde havia passado algumas semanas avaliando o local adequado para a redação e o público alvo do seu empreendimento jornalístico, o que seria levado a cabo na capital a partir do início do ano seguinte.

proprietários eram representados como “estrangeiros”. Portanto, eram espaços em que, apesar de públicos, as “pessoas de bem”, diga-se, os negros letrados, não deviam circular. Os atendentes e os donos desconheciam os hábitos “civilizados” dos brasileiros.

A partir de algumas manifestações de apoio, divulgadas em outros órgãos da imprensa, pode-se perceber que o preconceito e a discriminação racial, principalmente quando produzidos por imigrantes e demais estrangeiros em datas que lembravam a escravidão, não eram bem-vindos por uma parte da sociedade gaúcha. As manifestações contrárias às discriminações cotidianas não eram de exclusividade dos negros, mas eram eles que se mobilizavam contra qualquer ato racista, divulgavam o acontecido e propunham boicotes àqueles estabelecimentos comerciais que se notabilizavam publicamente.<sup>196</sup>

Conforme entendo, as fronteiras entre a discriminação e o preconceito são distintas. No caso descrito sobre o que ocorreu com Juvêncio, ele não foi impedido de entrar no Café América, tomar o seu café ou sofreu qualquer injúria racial. Portanto, ao que parece, ele passou por uma situação de preconceito racial ao ser conduzido para um local diferente das outras pessoas que estavam naquele mesmo ambiente. No caso dos músicos que teriam sido retirados da mesa de refeições pelo dono do Hotel Chiera, parece não haver dúvida de que eles sofreram discriminação racial, pois foram impedidos de continuar no mesmo espaço que os demais componentes da Orquestra do Centro Musical.

A discriminação, o racismo e o preconceito racial assumiram conotações variadas na história do Brasil. Muitas vezes as fronteiras entre os termos foram percebidas como tênues, e em outros momentos os limites foram vistos como estanques. Naquele período, notei que na maioria das vezes eles estavam preocupados com o “preconceito de cor”, o que talvez hoje definíssemos como racismo e discriminação racial. O que eles descreviam sob aquele termo definia-se em função da

---

<sup>196</sup> “Pouca vergonha”, “Atitude reprovável” e “O preconceito de cores em ação” foram as manchetes que o jornal *O Exemplo* divulgou, sobre o fato ocorrido em Bagé dias antes do 13 de maio. O proprietário do Hotel Dantas, senhor Dantas Chiera, teria convidado dois músicos da Orquestra do Centro Musical a se “retirarem da mesa por motivo de serem de cor preta”. Luiz Pereira e Olegario Casanova eram componentes da referida Orquestra de Porto Alegre e, em turnê por Bagé, teriam deixado a mesa de refeições e as dependências do hotel junto com os demais componentes. Segundo o jornal *A Notícia*, que era publicado em São Gabriel, de onde os redatores porto-alegrenses reproduziram algumas partes da informação, aquele “procedimento foi muito comentado e reprovado, tendo a raça etiópica de Bagé distribuído um boletim, verberando o gesto antipático do proprietário do hotel, que aliás, é estrangeiro”. (*O Exemplo*, 15/05/1921 e 22/05/1921)

cor e, nesse sentido, ocultava a “raça” que se escondia sob a miscigenação, mas de qualquer forma remetia-se à escravidão. A imprensa negra registrou vários exemplos de pessoas que foram impedidas de entrar ou circular em locais públicos, elas eram identificadas pelo fenótipo racial como preta, parda, mulata, negra, não porque eram pobres ou estavam mal vestidas. Era o estigma da escravidão, juntamente com os estereótipos sociais e os caracteres adscritos que os negros estampavam, que remetiam à condição de inferioridade. Portanto, a cor e as características fenotípicas eram distinções que tanto o negro pobre quanto o negro rico carregavam.<sup>197</sup>

A maioria dos casos era descrita como “preconceito de cor” pela imprensa negra. Talvez fosse uma maneira que os redatores encontraram para diminuir os impactos daquelas ocorrências nos meios negros. Podia ser uma estratégia discursiva cujo objetivo era proteger os leitores dos estereótipos e das barreiras sociais e psicológicas que podiam desenvolver-se nas cabeças de carapinhas. O esforço dos jornalistas era despendido no sentido de estimular a comunidade negra para continuar trabalhando e buscar a instrução para seus filhos, e não antecipar ou reproduzir problemas sociais de cuja existência todos sabiam. Nessa direção, mantinham certo tom irônico e otimista no sentido de que os “preconceitos de cor” eram atos isolados que não comprometiam os “nossos foros de fraternidade e civilização”. Eles encontravam formas discursivas para desqualificar as pessoas e as suas atitudes preconceituosas sem atribuir o problema à estrutura da sociedade. O objetivo parecia ser o de não impedir os negros de vislumbrar um futuro em que atitudes como aquelas que enfrentavam todo dia certamente iriam desaparecer.<sup>198</sup>

Não foi possível definir qualquer parâmetro de aferição, comparação e interpretação na nossa fonte de pesquisa que tornasse possível determinar o grau de propensão individual que os motivassem a se colocarem contra o preconceito reinante. A experiência vivida na escravidão; uma maior ou menor pigmentação da pele; a caracterização fenotípica que os aproximasse de um tipo ideal negro ou a fricção étnica

---

<sup>197</sup> Para saber mais informações sobre esses conceitos, ver Guimarães (2008).

<sup>198</sup> Vistos pelos olhares revoltados que temos atualmente, aquele discurso pode parecer de acomodação e resignação aos atos preconceituosos recorrentes naquele tempo. No entanto, mostram estratégias sutis de sobrevivência mais do que resistência direta. Não esqueçamos que a resistência pode levar à morte, à extinção. Por outro lado, a sobrevivência tem por princípio a manutenção e a reprodução da vida, portanto, é perene. Talvez a formação católica cristã de boa parte dos redatores da imprensa negra justificasse as atitudes conciliadoras. Mais do que a revolta “contra fatos aviltantes para a nossa nacionalidade”, eles buscavam a harmonia das relações raciais e a superação do racismo e do preconceito.

detonada nas disputas por melhores condições sociais e econômicas. Todos esses eram elementos diversos que geralmente conjugavam-se quando da definição das posições a serem tomadas contra, a favor, ou a simples omissão em relação ao racismo reinante.

A soma de uma ou mais daquelas circunstâncias pessoais de convívio com o racismo e o preconceito, ou a inexistência dessas experiências diretas e o simples conhecimento daquela realidade era o que na maioria das vezes levava os jornalistas a assumirem posicionamentos antirracistas e a veicularem os casos ocorridos nos jornais. A conclusão fundamental é que todos aqueles que se identificavam com a “classe dos homens de cor” e que partiam em sua defesa tinham uma formação intelectual mínima como base. Eles sabiam ler e escrever e deixaram seus registros. As experiências pessoais concomitantes com as dos demais negros despertava-os para o sentimento da revolta coletiva contra aquela sociedade racialmente dividida.

Os espaços das redações dos jornais invariavelmente se constituíram em lugares de encontros quase diários, microcosmos intelectuais para o debate das principais questões daquele tempo. Esses lugares, geralmente localizados em pequenas salas nos centros das cidades, serviam não apenas para elaborar e discutir os textos que seriam divulgados ou mesmo para imprimir os jornais. Também eram usados para as vendas dos jornais e para as festas íntimas comemorativas das fundações dos periódicos, aniversários dos redatores e demais colaboradores.<sup>199</sup>

As salas das redações e oficinas constituíam-se em espaços de sociabilidade onde, no período do carnaval, recebiam os representantes dos blocos carnavalescos e os tradicionais “assaltos” que iniciavam as “festas de momo”. No dia a dia, serviam de refúgios aos visitantes (parentes ou amigos) que passavam em viagens para o interior ou para a capital, ou em simples “footings” pelas principais ruas das cidades. Monteiro (2006, p. 21) nos alertou que: “[...] a cidade é uma realidade plural e polifônica, pois os diferentes sujeitos e grupos sociais se apossam desse espaço, o experienciam e

---

<sup>199</sup> A redação de *O Astro* era localizada na Rua Saldanha Marinho, número 67. O jornal era impresso nas oficinas tipográficas de João Möller (Rua 7 de Setembro, 151 A), que era um dos proprietários do jornal *O Comércio*. Os dois jornais localizavam-se em ruas próximas no centro de Cachoeira do Sul. *O Astro* era um pequeno semanário voltado aos negros da cidade, ao passo que *O Comércio*, como o subtítulo indicava, era “Órgão comercial, noticioso e literário” da elite cachoeirense. Foi nesse periódico, na sua edição de 18 de maio de 1927, portanto, passados três dias do lançamento de *O Astro*, que obtive pela primeira vez a confirmação da identidade étnica do quinzenário dos negros da cidade. A publicação dos irmãos Möller divulgou o lançamento do jornal *O Astro* da seguinte forma: “É defensor dos interesses e órgão social do elemento de cor desta cidade”. Foi essa a comprovação que eu precisava para envidar esforços para pesquisar no jornal da imprensa negra cachoeirense. (*O Comércio*, Cachoeira do Sul, 18.03.1927.)

produzem uma memória escrita que explica o construir-se desses grupos sociais [...]”. O espaço urbano é um local privilegiado para se estabelecer redes de pessoas que podem vir a compor relações sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas que contemple diferentes vozes e experiências.

Nas salas das redações, assim como nas oficinas tipográficas dos periódicos voltados aos negros do Rio Grande do Sul, havia trocas de serviços, ideias e experiências entre redatores e leitores que poderiam servir a todos. Conforme procurei demonstrar, eram territórios demarcados espacialmente que davam base material para a articulação de uma identidade negra em construção.<sup>200</sup>

Aqueles espaços constituíram-se em territórios políticos, o que se entende hoje, grosso modo, como um “território negro urbano”, onde a maioria que circulava se identificava com o universo simbólico, representado por signos e valores afro-brasileiros. Era nesses espaços livres da vigilância moral e da repressão física que os “homens de cor” podiam assumir-se como negros, sentiam-se à vontade para desabafar e fazer denúncias das situações em que sofriam perseguições devido à cor da epiderme. É bem provável que as redações e as tipografias da imprensa negra façam parte dos poucos lugares públicos das cidades em que os negros conversavam sobre o preconceito e, a partir disso, iniciavam o processo para a denúncia pública da discriminação racial que sofriam.

A noção de “território” procura captar os movimentos sociais e políticos em que os letrados negros estavam imersos, seus principais questionamentos e interlocutores, muito mais do que os espaços fixos.<sup>201</sup> Os “territórios negros” (campos de futebol, ruas, vielas, bairros, sedes sociais de clubes e associações culturais) não foram definidos pelo seu exclusivismo de ocupação pelo grupo negro, mas em virtude

---

<sup>200</sup> O periódico cachoeirense narrava a situação pela qual passara o “andarilho patricio” Odilon Moreira da Silva, que na travessia entre as cidades de Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro, ao chegar na cidade de Cachoeira do Sul, não teria sido aceito no *Hotel Rosa*. Segundo os redatores, Odilon foi até a redação d’*O Astro* para protestar sobre o “intransigente preconceito” que ele havia sofrido unicamente em “razão de ser homem de cor”. É provável que Odilon não encontrasse um único lugar na cidade para conversar e protestar sobre o ocorrido. A redação e os redatores do jornal tornaram-se referências para ele, que apenas passava por Cachoeira do Sul, mas que encontrou naqueles o apoio e a referência étnicorracial que precisava. Cf. “Por ser de cor.”. (*O Astro*, 26.06.1927).

<sup>201</sup> Embora reconheça os estudos, especialmente os realizados por antropólogos, que se debruçaram sobre os “territórios negros” urbanos e rurais, geralmente circunscritos às territorialidades demarcadas pela revalorização e preservação de práticas culturais e para a afirmação das ancestralidades africanas, uso “território” conforme proposto por Milton Santos, para quem este não se constitui como um conceito *a priori*, que identifica um território ocupado por pessoas e fixo no tempo, mas se torna utilizável a partir da prática ou da representação cotidiana que dele fizemos. Cf. SANTOS, 1985.

da proeminência das representações que foram reproduzidas na imprensa negra.<sup>202</sup> Tenho como certo nesta tese que a população de origem africana construiu suas singularidades étnicas e culturais no Brasil em contato íntimo com os demais grupos imigrantes. Não constituíram uma cidadania paralela que escapasse aos limites impostos a todos, muito menos ficaram completamente presos a qualquer determinação. Como outros agrupamentos humanos, tiveram indivíduos que se rebelaram ou usaram a criatividade para transpor as fronteiras étnicas e culturais, assim como outros que se acomodaram e viveram a sua realidade sem se importarem com a alheia.

Os jornais de grande circulação acompanharam o desenvolvimento das cidades e constituíram-se, por um lado, como reflexos das várias questões políticas e sociais daqueles universos de convivências. Por outro, tornaram-se produtores de valores e posturas para públicos diferenciados, assim como a imprensa negra foi constituída a partir de interesses diversos e dirigida para leitores distintos. As diferenças com os demais periódicos é que os jornais negros dirigiam-se para leitores específicos que, embora situados no quadro das possibilidades determinadas pela sociedade gaúcha, tinham uma história comum que os remetia ao processo escravista. Portanto, de forma prioritária, mas não exclusiva, tratavam das questões de interesse da parcela populacional representada por famílias negras que buscavam sair da pobreza, por negros letrados e pelos demais leitores que circulavam naquele meio.

As estratégias de interlocução com os leitores, criadas pelos redatores negros, eram parecidas com as demais órgãos da imprensa local. A diferença é que os jornais negros voltavam-se para as críticas ao preconceito e à discriminação raciais vigentes e ao comportamento daqueles que se desviavam dos rumos traçados pela sociedade. Concomitante, noticiavam o cotidiano das festas, lutos e demais reuniões daquela população, além de divulgar questões sociais e políticas que envolviam todos os cidadãos. Afinal, divulgar questões como as que viemos tratando até aqui e várias outras que serão tratadas a seguir não eram problemas nacionais? Sem sombra de dúvida que eram.

---

<sup>202</sup> Cada vez que os historiadores se aproximam ainda mais daqueles espaços urbanos que eram considerados como “territórios” específicos de um determinado grupo, vislumbramos a riqueza dos universos étnicos e culturais que se escondiam. Conforme Rosa (2011), a Colônia Africana, reconhecido como um dos mais tradicionais “territórios negros” de Porto Alegre, foi um dos últimos bastiões do exclusivismo racial que foi derrubado.



Os jornalistas negros não estavam isolados ou imunes aos apelos da sociedade, como nos sugeriu Roger Bastide ao definir imprensa negra como “[...] a imprensa que só trata de questões raciais e sociais, que só se interessa pela divulgação dos fatos relativos à classe da gente de cor”.<sup>203</sup> Para ele, as publicações dos negros eram no máximo uma “imprensa adicional” que se somava às informações veiculadas nos grandes jornais. Bastide não dedicou o tempo necessário para perceber melhor como se deram as interlocuções entre os jornalistas negros e os seus leitores, e como eles utilizaram a seu favor o aprendizado adquirido no trabalho na “grande imprensa”. Muitos negros trabalharam nas oficinas e redações dos grandes jornais, eles divulgaram muitas das suas atividades culturais e festivas nesses órgãos, no que eram maneiras de se sentirem parte daquele universo, além de se afirmarem como grupos organizados.<sup>204</sup>

Os jornais da imprensa negra eram dirigidos para as famílias negras, tal era a proporção diversificada de mulheres, crianças, jovens, homens, velhos, aposentados, recém-nascidos, meninas que apareceram nas páginas em situações as mais diversas. Todos os jornais da imprensa negra sul-rio-grandense foram fundados menos de quarenta anos depois da Abolição, e boa parte dos redatores teve experiências ou conheciam, por intermédio dos parentes e amigos, como havia sido aquele período. Eles sabiam das dificuldades que os escravizados haviam sofrido e viviam momentos plenos de esperanças para o futuro. As temáticas voltadas para a educação, moralidade e ao combate ao preconceito e à discriminação praticamente não variaram nos anos de 1892 a 1930. Os jornalistas continuaram produzindo textos que remetiam aos problemas sociais e às relações raciais durante todo aquele período. Por outro lado, notei modificações em termos técnicos na elaboração dos jornais, como o aumento no tamanho das folhas de impressão, melhor qualidade do papel, maior incremento e diversidade dos tipos gráficos.

Ao colocar os olhos no jornal *A Tesoura* o que logo me chamou a atenção foi a qualidade do papel e da impressão. A folha de rosto era vistosa com o nome do

---

<sup>203</sup> Cf. BASTIDE, op. cit., p. 51.

<sup>204</sup> Os jornais do Rio Grande do Sul, no período pós-abolição, trazem uma série de informações importantes sobre o cotidiano e a organização social dos negros. O jornal *A Federação*, por exemplo, em 1922, anunciava o falecimento de Macário Souza da Silveira, que era fundador do Centro Cívico José do Patrocínio e teve o féretro coberto pelos estandartes do *Football Club União* e do *Bloco das Tesouras*, que eram instituições sociais e esportivas dos negros de Porto Alegre. Nesse sentido, são muitos os trabalhos nos jornais do Estado que aguardam os futuros pesquisadores.

periódico ao centro em tipos grandes em negrito, as três colunas de textos que eram praxe em publicações daquela época vinham bem divididas no papel. No lado esquerdo, estava o título do artigo – “Chegando...” – que nos recepcionava e logo nos envolvia numa viagem muito bem narrada ao Rio de Janeiro. No outro, tinham informações de fácil leitura e ilustradas com um buquê de rosas que indicava a coluna – “Carnet Social” – que tratava dos aniversários, enfermos, contratos nupciais e enlaces matrimoniais.<sup>205</sup>

Num primeiro momento, tanto esmero e organização haviam me sugerido um jornal dirigido a um público melhor aquinhado de dinheiro e conhecimentos, mero preconceito do historiador acostumado com o jornal *O Exemplo*. Detendo-me em outras informações que trazia *A Tesoura*, percebi que era um mensário e tinha elementos que indicavam ser dirigido a uma camada popular com poucas condições de comprar uma publicação semanal, talvez por isso tivesse a periodicidade mensal. O periódico tinha como assinantes e anunciantes nas colunas sociais e esportivas um público formado por operários da construção civil, auxiliares de tipógrafo, pintores, trabalhadores do comércio local, funcionários da viação férrea, entre outros.

Por outro lado, o mensário não possuía propaganda ou anúncio, símbolos das relações capitalistas e de compadrio que geralmente se estabeleciam entre donos de comércios diversos e os administradores dos jornais. Aos poucos, fui descobrindo que *A Tesoura* mantinha-se em atividade na medida em que os redatores estabeleceram uma relação muito próxima com os seus leitores e demais colaboradores. Era uma ampla rede de sociabilidades que se espraiava pelos times de futebol, pelos clubes sociais e bailantes, e pelos territórios negros da cidade.<sup>206</sup>

---

<sup>205</sup> Eu estava acostumado com a longa pesquisa no jornal *O Exemplo*, em que tudo me sugeria mais praticidade na disposição dos textos e anúncios, e menos esmero na elaboração dos textos e na colocação de ornamentos extratextuais. No artigo citado, por outro lado, Oswaldo Garcia narrava a sua deslumbrante chegada de navio ao Rio de Janeiro. Segundo ele: “O dia continua risonho e belo. Ante a beleza da capital, os olhos dos passageiros quedan imóveis, como que esquecidos de pestanejar.” Ele parecia ser um escritor regular do jornal que fora a passeio ou trabalho pela primeira vez à “cidade maravilhosa”. O artigo vinha assinado daquela cidade e com a data de 16 de outubro de 1925 (*A Tesoura*, 05.12.1925).

<sup>206</sup> A riqueza das informações que nos trouxe *A Tesoura* em um único exemplar foi muito grande. Nesse sentido, nos vários espaços de divulgação social e de mexericos, fazia referência aos seguintes times de futebol: *F. B. C. União*, *S. C. 1º de Novembro*, *Sport Club Bento Gonçalves*, *Operário S. C.*, *S. C. Riograndense*, *S. C. Palmeira*. As associações culturais, blocos e clubes bailantes também foram citadas, como: *C. C. Feminino Princesa Isabel*, *Bloco Rosa*, *Sociedade Liberdade Gaúcha*, *S. B. 24 de Julho*, *Sociedade bailante Trio Chic* e os “baile da Estrella”, “baile da R. Juvenil”. Também apareceram dois lugares onde se realizaram algumas festas, como o *Salão Modelo* e *Sociedade Floresta Aurora*, e alguns lugares e ruas da cidade onde moravam ou se reuniam aqueles que eram

Nesta direção, eles me informaram que haviam realizado no “[...] popular e preferido Cinema Garibaldi o ansiosamente esperado festival em benefício desta folha [...]”. Ao que parece, o evento tinha sido um sucesso e havia se transformado em “[...] atestado frisante e insofismável da grande simpatia que desfruta[va] ‘A Tesoura’ no meio social em que circula[va]”.<sup>207</sup> Em nota publicada e assinada como “direção desta folha”, Mario Dias e Rufino da Silva agradeciam ao proprietário do Cinema Garibaldi, às “distintas torcedoras que encarregaram-se das passagens das localidades” e às “simpáticas sociedades”, entre outros, que lhes prestaram seus auxílios. Os redatores do jornal *A Tesoura* demonstravam ter uma relação próxima com os blocos carnavalescos populares da cidade, dentre eles: o *Bloco Tesouradas*, o *Bloco das Tesouras* e o *Centro das Tesourinhas* (feminino).

Nesse sentido, acredito que os fundadores do mensário mantiveram relações de amizade e parentesco com boa parte daqueles que mantinham os referidos blocos de carnaval.<sup>208</sup> Aquelas informações indicaram-me a importância que o jornal tinha no meio popular porto-alegrense, não restrito a um lugar da capital, mas que se espalhava pelos arrabaldes, não restrito a uma associação, mas envolvidos com várias sociedades esportivas e sociais. Ao contrário do jornal *O Exemplo*, que se dirigia mais a uma “elite negra” que aqui assume uma definição bem limitada ao universo de possibilidades criadas no meio negro, e que frequentava a *Sociedade Floresta Aurora* (1872), a *Sociedade Satélite Porto Alegrense* (1902) e a *Sociedade Recreativa e Beneficente Prontidão* (1925), clubes reconhecidos como locais de circulação e afirmação étnica dos negros letrados e melhor posicionados socialmente.<sup>209</sup>

---

representados no jornal, como foram os casos da Ilhota, “cidade baixa”, “zona Sant’Anna”, “zona V. Ayres”, “zona Rio Branco”, rua Arlindo, rua Independência, “avenida Laranjeira”.

<sup>207</sup> O festival foi composto de “belas películas” e da presença do poeta Ferreira Brito e dos atores José Ribeiro e Mario Santos (conhecido como Apache), que “mantiveram a plateia em constante hilariedade”, segundo o jornal. Também subiu ao palco o “apreciado casal Santos”, formado pelos irmãos Carlos e Ondina, que “entoaram o samba final” da noite. O poeta Ferreira Brito parecia ser “figurinha carimbada” no meio negro popular de Porto Alegre. Ele tinha uma coluna no *A tesoura*, intitulada “Rimando à Toa”, na qual assinava como “Dr. Fer-Rito”. Ele, algumas vezes, assinou poesias, dirigiu e encenou peças de teatro que foram divulgadas também n’*O Exemplo*. Cf. “O nosso festival” e “O festival da “Tesoura” [poesia]. (*A Tesoura*, 05.12.1925, p. 2 e 3).

<sup>208</sup> No carnaval de 1935, o jornal *Correio do Povo* anunciava que o “veterano Bloco dos Tesouras”, um dos mais tradicionais e simpáticos conjuntos do carnaval popular da cidade, passou pela rua dos Andradas com mais de 70 figurantes. Cf. GERMANO, 1999, p. 137.

<sup>209</sup> A Associação Satélite Prontidão, que existe ainda hoje em Porto Alegre, foi constituída em 30 de setembro de 1956 pela fusão da Sociedade Satélite Porto Alegrense e da Sociedade Recreativa e Beneficente Prontidão.

Alguns desses indivíduos, como pretendo mostrar no próximo capítulo, constituíram-se como exemplos ou quadros políticos, na medida em que se tornaram pequenos comerciantes, profissionais liberais, ou vincularam-se ao funcionalismo público, como boa parte dos jornalistas da imprensa negra meridional, e passaram a ocupar posições de lideranças no meio negro. Aqueles que se mantiveram em torno d'*O Exemplo* criaram condições materiais e capital cultural para circular pelo Estado e distribuir exemplares e informações, ou se fixar no interior e se tornar “agente” ou “representante” do periódico. Em algumas cidades, eles fizeram parte do que entendemos, *grosso modo*, como uma “classe média baixa negra”, que se utilizava das influências pessoais e políticas de que a maioria dos membros de sua comunidade de origem étnica estava excluída.

Os redatores da imprensa negra eram em geral pessoas melhor situadas socialmente e que se colocavam em papéis de lideranças. As possibilidades para a mobilidade sócio-econômica e para a integração social apontadas por eles iam em direção a um futuro de construções coletivas e de esperanças por melhores tempos. A troca de exemplares entre eles transcendia a necessidade do reconhecimento como “homens de letras” no meio intelectual sul-rio-grandense. Era uma prática comum em que pouco interessava a condição social dos jornalistas ou a linha editorial das publicações, a troca de exemplares entre si, fazia parte da dinâmica intelectual da época.<sup>210</sup>

Embora existissem diferenças sócio-culturais entre os públicos-alvos dos jornais, essa diversidade de trajetórias e experiências da maioria não se refletiu em estratégias diferenciadas para mudar a realidade que vivenciavam. Havia certa unanimidade nas estratégias políticas para a integração social na medida em que os redatores demonstravam certo consenso entre eles para o incentivo à educação, para o combate ao preconceito e para o controle moral. Os redatores e jornalistas negros

---

<sup>210</sup> Encontrei várias referências das trocas dos jornais entre os redatores negros. Nessa direção, ressalto dois exemplares que traziam informações a esse respeito em letras bem escritas à tinta nas primeiras páginas. Num dos originais estava escrito na capa o local para onde o exemplar deveria ser remetido: “Redação d’O Succo Sta. Maria”. Cf. (A Tesoura, Porto Alegre, 05.05.1925). Na capa de outro exemplar faltava um pedacinho da folha, mas foi possível identificar que era dirigido para a redação “d’O Succo Santa Maria”. Cf. (A Hora, Rio Grande, 22/02/1925). Ambas as informações levaram-me a concluir que aqueles exemplares deveriam ser remetidos da capital e do interior para a redação do jornal *O Succo* em Santa Maria, o que despertou-me para a possibilidade dessa publicação ter alguma ligação com os outros jornais que eu já conhecia. Imediatamente comecei a pesquisar e a buscar o acesso a um exemplar que fosse do jornal *O Succo*. Para minha felicidade, encontrei dois números desse periódico no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre.

empreenderam um significativo esforço material e psicológico para modificar a situação em que viviam e voltar-se para a construção da solidariedade étnica e para a identificação racial como negros.

Nesse sentido, buscaram superar as condições que os prendiam ao passado, geralmente, descrito como uma “herança atávica da escravidão” e pariram para a conquista de novos lugares sociais e de representação naquela na sociedade gaúcha.

#### 4 O PASSADO NOS CONDENA: INTELLECTUAIS E POLÍTICA

No capítulo ora em voga, vou cruzar os dados biográficos dos principais redatores que fundaram e mantiveram o semanário *O Exemplo* e de outros intelectuais que escreveram na imprensa negra gaúcha. O objetivo é identificar as estratégias políticas que eles usaram com vistas à integração e à mobilidade social depois da abolição.

Nesta direção, destaquei os seguintes mecanismos sociais que eles colocaram em prática para superar os obstáculos sócio-econômicos que visualizavam na sociedade porto-alegrense: o desenvolvimento da capacidade intelectual via educação regular e técnica e a fundação do jornal como veículo de representação política; a composição de redes de comunicação jornalística que se dirigiam ao interior do Rio Grande do Sul e que extrapolavam as fronteiras do Estado e do país; a adequação ao comportamento social por meio do cumprimento das leis e da organização das associações culturais, formais e não-formais voltadas aos negros; o seguimento dos valores estéticos (vestimenta, higiene, corte de cabelo, penteado) dominantes na sociedade; a inserção em malhas de sociabilidades prescritas pela cultura e etnicidade, assim como a integração social a partir dos desígnios da política e da religiosidade católica.

Devo ressaltar, antes de seguir na apresentação do capítulo, que alguns indícios que apareceram no jornal *O Exemplo*, conforme já mostrei, me alertaram para a religiosidade de matriz africana. Ela provavelmente deve ter sido cultuada entre alguns redatores do semanário, entretanto, as informações que deixaram não foram suficientes para que se pudesse chegar a alguma conclusão.

Na capa do hebdomadário datada de dezembro de 1902, por exemplo, os redatores (Espiridião Calisto e Tácito Pires) e o gerente (Vital Batista) do jornal nomearam de “Batida nojenta” a crônica em que narravam a invasão policial a uma residência localizada na Rua Fernando Machado, número 94. Eram onze horas da noite quando os três “casualmente”, passavam pela referida rua e viram a atitude criminosa dos agentes da lei que naquele momento prendiam a dona da referida moradia. Ela era conhecida pelo nome de Maria Brochado e estava reunida com alguns vizinhos, que foram representados pelos cronistas como “filhos de africanos”. Segundo o semanário,

no dia cinco daquele mês e ano, as pessoas foram surpreendidas no endereço quando se entregavam ao ofício do culto dos “costumes e crenças” que herdaram de seus pais.<sup>211</sup>

Não há dúvida de que os redatores e o gerente d’*O Exemplo* estavam falando sobre algum culto religioso que tinha a origem teológica no continente africano, eles deixaram o registro do lugar e das pessoas com quem deviam ter alguma familiaridade, e em nome dos quais se colocaram frontalmente contrários às atitudes invasivas dos órgãos repressivos do Estado, mas posicionaram-se como interlocutores estrategicamente distantes do acontecido, numa narração rara do universo religioso afro-brasileiro divulgada no jornal.<sup>212</sup>

Naquela sociedade, os recursos possíveis para a aceitação social e para a busca do respeito, passavam muito próximos dos desígnios da dedicação ao trabalho e da vinculação às irmandades católicas. Também eram ditados pela aproximação aos grupos de intelectuais, pela realização de concursos públicos e pelo apadrinhamento político ligado ao PRR. Durante boa parte da existência do periódico, os jornalistas estavam atentos ao que acontecia no Brasil e na diáspora africana, principalmente na experiência das relações raciais que vinha dos Estados Unidos, era uma forma de mostrarem-se “civilizados” e bem informados sobre o que acontecia no mundo.

Por outro lado, eles construíram canais de mútua ajuda que facilitaram as trocas das experiências pessoais e coletivas. Eram nas redações dos jornais e nos demais espaços do meio negro, onde os exemplos daqueles que conseguiram ascender, tornaram-se expedientes importantes para a superação da condição de inferioridade entre os negros que procuravam trilhar os mesmos caminhos. As lideranças negras buscaram a legitimação das suas trajetórias profissionais ascendentes no retorno ao convívio no meio negro, eram nestes espaços sociais onde eles encontraram a principal base de sustentação para a manutenção dos periódicos, e onde fortaleceram a convicção das principais reivindicações sociais que foram divulgadas nos jornais.

---

<sup>211</sup> (O Exemplo, 05.12.1902)

<sup>212</sup> A referida rua era denominada oficialmente por Rua Coronel Fernando Machado, estava localizada no Centro de Porto Alegre, e tinha também a designação popular de *Rua do Arvoredo*, como ficou conhecida desde os primeiros anos de urbanização da cidade. Desde a sua origem no século XVIII, até a troca de nome em 1870, a Rua Fernando Machado foi ocupada sempre por pessoas de “condições modestas”. No início do século XX, havia alguns trechos de estreitamentos no curso da rua que se dirigiam para a várzea do “rio” Guaíba e locais que eram maculados pela prostituição, principalmente aqueles lugares que ficavam próximos ao “famigerado” *Beco do Céu*, que movimentava os plantões policiais da madrugada. Cf. COSTA FRANCO, 2006, p. 169.

O acompanhamento das memórias dos intelectuais negros que se postaram nas trincheiras da imprensa negra sul-rio-grandense, principalmente aqueles que se mantiveram entorno d'*O Exemplo*, serviram como mote para a reflexão sobre as “estratégias étnicas” que usaram no processo de superação dos “traumas da escravidão” com vistas ao melhor escalonamento social e político.

Para finalizar esta introdução aos textos que seguem retomo o título deste capítulo para refletir que o passado, na medida em que os intelectuais negros eram representados como descendentes dos escravizados, até podia proferir sentenças condenatórias contra a maioria dos negros às condições de párias sociais, conforme descrito pelos pensadores brasileiros da época, mas não inviabilizou a ascensão social e a capacitação intelectual e política de alguns dos seus representantes. A história dos escravizados não condenou os seus descendentes de forma inexorável às piores condições sociais, antes disso, foi a recuperação de uma versão do passado que os representou como culpados pelos crimes que não cometeram.

Eles foram regularmente responsabilizados pela sua condição social precária, pelo fracasso escolar e até mesmo por se escravizarem entre si. A historiografia brasileira teve caráter fundamental neste processo ao deter-se principalmente na escravidão ligada ao eito, ou quando reproduziu no pós-abolição o quadro descrito como de “anomia social”. Os historiadores condenaram os negros a manterem-se presos em condições de escravizados da sua própria memória, deixando de investigar o processo de integração e mobilidade social e, ainda menos o protagonismo intelectual que imperou também entre esta parcela da população brasileira.<sup>213</sup>

---

<sup>213</sup> O conceito de memória é aqui utilizado a partir da concepção de que ela é uma representação seletiva do passado construída pelo indivíduo inserido no contexto familiar, social, nacional. Portanto toda a memória é por definição coletiva, embora se constitua como um elemento essencial da identidade do indivíduo, da sua percepção sobre si e dos outros. Os aspectos que são recorrentes e repetidos por um grupo, e que tenham aceitação no mesmo ou fora dele, constituem a manifestação do que se entende como memória coletiva. Nesse sentido, o autor da tese está consciente que faz parte da memória coletiva construída pelo grupo negro “diretamente sensibilizado pelas questões do passado”, e busca ultrapassar a oposição entre história e memória admitindo que os negros deixaram registros de sua própria história. Eles estavam voltados para a construção de uma identidade coletiva, e cabe ao historiador exumar e tornar inteligível essa memória aos seus contemporâneos, por meio de filtros conceituais e o cotejamento de literatura selecionada. Cf. ROUSSO, 2002, p. 96.



#### 4.1 “Estratégias étnicas” e trajetórias intelectuais

No período posterior à escravidão, para que os descendentes dos escravizados, aqui reconhecidos como negros, mulatos e mestiços, se unissem em busca de melhores condições de moradia, educação e trabalho, bem como para a superação do preconceito e da discriminação raciais vigentes, eles deveriam nomear e construir suas próprias identidades étnicas. Este foi o resultado de um processo que iniciou com a conquista da liberdade individual, passou pela supressão das necessidades básicas de sobrevivência e chegou à assunção de comportamentos e organizações socialmente aceitáveis, como: a fundação de escolas étnicas, de clubes sociais e associações culturais e beneficentes, a comemoração das datas e festividades cívicas e a publicação de jornais voltados ao grupo. Todas estas iniciativas foram nomeadas de “estratégias étnicas” para ressaltar as características comuns entre os vários grupos étnicos que participaram do processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, que embora tivessem alguns pontos de contatos em termos de condições sociais e de acúmulo de capital simbólico e material, tiveram resultados finais muito diversos entre si.<sup>214</sup>

A utilização das “estratégias étnicas” parecidas entre os imigrantes e os descendentes dos escravizados não indicam condições iguais de integração social, muito menos apontam perspectivas de assimilação cultural ou possibilidades de ascensão entre eles, antes, são indícios da moldura institucional e legal a que todos estavam submetidos. O projeto imigratório brasileiro inicialmente voltado à ocupação de terras públicas foi motivado pelos debates sobre o fim do tráfico de africanos, e depois se voltou para a ocupação das terras ditas “improdutivas” e para a necessidade da regulamentação fundiária.

---

<sup>214</sup> Weber (2008) definiu o processo que resultou na fundação e na institucionalização social daquelas organizações como “estratégias étnicas”, que foram desenvolvidas por “grupos étnicos” (espanhóis, negros, alemães, palestinos, poloneses, entre outros) com vistas à integração na sociedade do Rio Grande do Sul. Ela deixou, no entanto, pouco espaço para a reflexão sobre as desigualdades das condições de partida para a criação e a manutenção dos mecanismos de integração social entre as etnias, além de superestimar o ponto de chegada do grupo étnico negro. A “elite negra letrada” que foi objeto da sua reflexão, ao contrário dos imigrantes europeus, não conseguiu manter a grande maioria das suas conquistas sociais, como foram os casos dos clubes, jornais e associações culturais. A construção da etnicidade negra foi resultado de um processo de escravização em que num primeiro momento tornou-se imperiosa a superação dos estereótipos, da discriminação e do preconceito racial, para criar uma história comum que fundamentasse laços identitários a partir de novas bases culturais plasmadas no Brasil. Aos imigrantes, por sua vez, foram permitidas certas condições materiais e simbólicas que fortaleceram as bases culturais que trouxeram das origens europeias.

Naquele processo, enquanto os colonos europeus ganhavam terras e melhores condições de trabalho, os libertos, emancipados, “nacionais” ou qualquer outra categoria social que fosse associada à cor ou à “raça” negra tiveram seus direitos sociais limitados. Os limites muitas vezes não estavam nas leis, mas eram ditados por atitudes cotidianas que reproduziam a aversão e os estereótipos criados em relação aos descendentes dos escravizados.

No correr da pesquisa encontrei vários exemplos sobre o que entendo como limites sociais para a integração e a mobilidade social dos negros, para exemplificar cito um caso sobre os maus tratos dos professores sobre os seus alunos:

Aqui, nas aulas públicas, as crianças de cor preta, são uma espécie de boneca de lustrador que somente vão à escola para polir os bancos: os professores nada ensinam aos negrinhos e aproveitam-nos muito bem como seus criadinhos [...]<sup>215</sup>

O artigo era um manifesto favorável à alfabetização escrito por um autor que não fazia parte do corpo redatorial do periódico, ele servia-se do mesmo para comentar as condições em que se encontravam as crianças negras que se submetiam às condições estabelecidas nas “aulas públicas”. As “crianças de cor preta” sofriam com o descaso dos professores com relação ao seu aprendizado, e eram submetidos aos estereótipos que os remetiam à condição de “criadinhos” ou meninos de recados daqueles educadores. É possível questionar quais as capacidades intelectuais e de aprendizagem, dentre outros aspectos psicológicos, que desenvolveriam as crianças que passaram por situações em que foram representadas como “bonecas de lustrador” dos bancos escolares daquela época. A partir da visão distanciada no tempo e no espaço em que ocupo como historiador posso inferir, informado por pesquisas recentes, que aquele ambiente escolar era inibidor e desfavorável ao sucesso escolar das crianças negras.<sup>216</sup>

Havia condições de causa e efeito que aproximavam imigrantes e negros, os primeiros ligados à civilidade e ao trabalho livre, os segundos à essencialidade de

---

<sup>215</sup> “As aulas públicas.” Lindolfo Ramos (O Exemplo, 18.12.1904)

<sup>216</sup> As pesquisas sobre os problemas enfrentados por crianças e adolescentes negros no cotidiano escolar, têm demonstrado a necessidade de avanços urgentes quanto às práticas pedagógicas contemporâneas. Novas propostas e paradigmas educacionais estão sendo concebidos para minorar os *déficits* de rendimento e de abandono escolar entre os jovens negros brasileiros. A sala de aula tem sido entendida como um local privilegiado para o aprendizado do respeito à diferença, para a definição das identidades étnicas e para a mobilidade em direção às melhores universidades. Cf. Orientações..., 2006.

natureza biológica e ao trabalho servil. Os imigrantes por seu caráter alienígena e os negros pelas marcas da escravidão, ambos enfrentaram condições próximas para obter o reconhecimento como cidadãos plenos, mas tiveram resultados bem diversos no processo de integração à nação que se concebia. A diversidade das culturas e das origens étnicas que comportavam cada um dos grupos, somadas às reivindicações diferenciadas em termos de direitos políticos e sociais, solaparam as idéias dos construtores da nação que tinham a intenção de criar uma identidade nacional como brasileiros.

A República foi muito mais seletiva do que o Império na determinação dos imigrantes ideais, pois tanto instituiu mecanismos para evitar os “enquistamentos étnicos” com a criação das colônias mistas voltadas para o “abrasileiramento”, como proibiu a entrada de imigrantes africanos e asiáticos a partir de 1890. Conforme alertou Gomes e Cunha (2007, p. 15), quando pensavam o pós-abolição no Brasil e o uso da categoria “quase-cidadão”: “É no plano da liberdade e da igualdade que florescem os mecanismos mais perversos, porque envoltos em retóricas fluídas, de preterição e evitação”. A liberdade e a igualdade proposta pelos republicanos, quando analisadas a partir das relações raciais cotidianas naquele período, podem ser interpretadas como um engodo retórico que não saiu do plano conceitual, embora motivassem os negros para a ação política. São essas considerações que me levam também a discordar de Seyferth (2007) quando usa a categoria de “quase-cidadão” para os imigrantes alemães com fundamento na estrutura legal que os condicionava à nacionalidade brasileira.<sup>217</sup> A herança européia trazida pelos imigrantes para compor o Rio Grande do Sul ajudou a acentuar a figura mítica do gaúcho e a relegar a contribuição negra ao esquecimento.<sup>218</sup>

---

<sup>217</sup> Para Seyferth (2007, p. 79) os imigrantes do Vale do Itajaí, imaginados como “civilizadores brancos” daquela região de Santa Catarina, também podiam fazer parte da definição de “quase-cidadãos” inicialmente proposta para os negros. A categoria de “quase-cidadão” remete aos problemas da assimilação à nacionalidade e à interface com a “questão racial”, o que segundo a autora aproximaria as experiências dos imigrantes e dos negros em relação às dificuldades para acessar os recursos legais instituídos na Primeira República. A ideologia racista e excludente construída sobre os negros e que dificultou o acesso à cidadania plena, foi distribuída de maneira desigual a partir de formas de subordinação, humilhação e dominação que atingiram essa população. Esses aspectos foram considerados por Gomes e Cunha (2007), quando da definição original do termo “quase-cidadão”, mas não foram levados em conta pela autora quando resolveu aproximar as duas experiências.

<sup>218</sup> A mitologia sobre o gaúcho, referido como o “centauro dos pampas”, foi construída na determinação da origem portuguesa, indígena e espanhola, e a partir do século XX, passou a incluir os imigrantes italianos e alemães, tornando invisível a herança africana na construção cultural e econômica do Estado. Cf. OLIVEN, 1996.

As “estratégias étnicas” usadas para a integração à nacionalidade, no caso dos jornalistas envolvidos com a manutenção da imprensa negra sul-rio-grandense, foram definidas a partir de formas institucionalizadas de expressão identitária. A mais visível e organizada de todas as instituições negras criada para sedimentar a etnicidade foi a imprensa negra, mas também tivemos a organização dos clubes sociais, os times de futebol e variadas associações culturais que serviram como refúgio às perseguições raciais e para o reforço das construções identitárias.

A partir desta parte da tese vou destacar alguns dos principais responsáveis pela fundação e manutenção do semanário *O Exemplo*, e acompanhar as suas relações parentais, amizades, vinculações políticas, formações escolares, interesses e sociabilidades. Isso foi possível, sobretudo a partir das informações deixadas nas páginas do periódico quando da passagem das datas comemorativas (aniversários, casamentos, batizados, noivados, participação em atividades culturais ou festivas) e de lutos (mortes, sepultamentos e missas). Nesses momentos, boa parte dos redatores escreviam artigos rememorativos sobre as trajetórias associativistas e intelectuais dos homenageados. Para a identificação visual daqueles atores, também tive o auxílio luxuoso das fotografias de alguns dos envolvidos com a publicação que estão em anexo na tese.

Ao acompanhar e desenhar a circulação e os contatos estabelecidos nos meios intelectuais, profissionais, esportivos, carnavalescos e religiosos dos redatores negros, pude comprovar o grau de legitimidade que alcançaram não só entre os seus, mas perante toda a sociedade porto-alegrense. A ascensão social e o reconhecimento público eram objetivos a ser conquistados com a superação do preconceito e da discriminação raciais vigentes. Esses atos arbitrários foram percebidos como obstáculos sociais que deixaram incompleto o processo de integração social dos negros que procuravam meios para melhorar de vida, o que levou alguns intelectuais a retornarem ao convívio no meio negro e a envolverem-se com as questões do seu grupo de origem. Foram nos espaços sociais e esportivos do meio negro onde eles assumiram papéis de protagonistas e lideranças que iam de oradores, secretários e até presidentes dos clubes recreativos, culturais, bailantes, times e associações de futebol.

O jornal *O Exemplo* divulgou os seguintes nomes no primeiro número: **Alfredo Cândido de Souza, Arthur Ferreira de Andrade, Arthur Pinto Gama, Theodoro Camilo Laurindo, Marcílio Francisco da Costa Freitas, Aurélio Viríssimo**

de **Bittencourt Júnior**, **Sérgio Aurélio de Bittencourt**, **Esperidião Calisto** e **Florêncio Calisto**.<sup>219</sup> Ao longo da existência do jornal outros nomes de indivíduos também foram reverenciados como “companheiros”, “beneméritos” ou “benfeitores” do periódico nas datas dos aniversários ou quando da passagem do dia da fundação.

Aurélio Viríssimo de Bittencourt foi um dos personagens mais lembrados como uma das pessoas que havia contribuído do seu bolso, quando da criação e nos momentos de maior dificuldade financeira do semanário. Ele era um negro letrado, filho de uma escrava liberta, que iniciou a vida na capital como aprendiz de tipógrafo e tornou-se abolicionista, jornalista e burocrata. Foi provido como amanuense em 1868, com pouco mais de 18 anos e dedicou a vida ao serviço público para tornar-se personagem importante na administração do Estado. Ao longo de sua trajetória Aurélio acumulou considerável capital cultural e bens materiais, resultado do seu trabalho e da circulação entre pessoas da elite intelectual e política de Porto Alegre. Ele assumiu o cargo de secretário da presidência do estado, em 17 de junho de 1892, tão logo Júlio Prates de Castilhos entrou no Palácio do Governo do Rio Grande do Sul.

Aurélio era considerado o principal “benemérito” ou “benfeitor” para aqueles que estiveram envolvidos com a fundação e a manutenção d’*O Exemplo*, durante toda a existência do jornal ele foi representado como o “Mestre” ou o “velho”, termos que dão mostras da importância da sua trajetória no meio negro porto-alegrense. Em 13 de maio de 1904, segundo o editorial do semanário, ele foi saudado como: “[...] o maior atleta na luta pela conquista de nossos direitos civis e políticos”. O artigo foi escrito por Esperidião Calisto, um dos principais fundadores do jornal, que lembrava que Aurélio não havia temido descer um degrau sequer de sua posição oficial ao colaborar para a manutenção do jornal.

Segundo Calisto, ele “ofereceu a esses lutadores o recurso pecuniário de sua bolsa e a sábia experiência adquirida em prélios de idênticas condições”.<sup>220</sup> O entendimento daquele grupo de que Aurélio era o principal “benfeitor” d’*O Exemplo*, foi facilitado pelo fato dele ser pai de dois dos principais fundadores do jornal (Aurélio

---

<sup>219</sup> Os nomes grafados em negrito estão conforme divulgados originalmente na primeira edição do jornal. A complementação dos nomes deu-se com o cruzamento dos mais variados documentos, como os próprios jornais, memórias e biografias que serão apontadas no momento oportuno em que trato da trajetória profissional e intelectual de cada um.

<sup>220</sup> “13 de Maio de 1904. Tenente-coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt.” (O Exemplo, 13.05.1904)

Júnior e Sérgio de Bittencourt) e avô do último diretor (Dario de Bittencourt), mas também por outros aspectos da sua biografia.<sup>221</sup>

O hebdomadário *O Exemplo* foi fundado em 11 de dezembro de 1892, portanto, quase seis meses depois que Aurélio assumiu maiores responsabilidades no Governo estadual e prestígio junto à sociedade gaúcha. O investimento que ele fez no jornal não foi apenas financeiro, foi também político. Aurélio havia iniciado sua vinculação partidária junto ao Partido Liberal em 1869, e depois da abolição tornou-se republicano, o que nos estimula a pensar que a fundação do semanário dirigido aos negros republicanos de Porto Alegre, foi um reforço na sua ascensão profissional e colaborou para legitimar a sua opção partidária. Os jovens militantes do PRR eram representados como bacharéis e positivistas, que apontavam para alguma possibilidade de mudança em relação às lideranças do outrora forte Partido Liberal, que sob a monarquia mantivera a hegemonia política nas mãos da oligarquia agrária. A mudança partidária era muito comum naquela época de disputas ferrenhas pelo controle do estado, bastava aos novos ingressantes mostrar lealdade e trabalho ao partido. São essas considerações que evocam a compreensão de que Aurélio ajudou a fundar *O Exemplo* como extensão dos seus interesses partidários, juntamente com a sua trajetória abolicionista e a sua vinculação ao meio negro da cidade.<sup>222</sup>

Mesmo ao ocupar cargo importante no governo estadual Aurélio nunca deixou de circular no meio negro, como devoto do catolicismo ou envolvido em manifestações populares, manteve firme a liderança intelectual e religiosa entre a

---

<sup>221</sup> Aurélio Viríssimo de Bittencourt nasceu na cidade de Jaguarão, em 1849, e morreu em Porto Alegre no ano de 1919. Ele iniciou a carreira no meio jornalístico da capital no jornal *O Mercantil*, em 1864, depois passou para o *Jornal do Comércio*, onde ocupou todas as funções até tornar-se um dos acionistas. Aurélio foi um dos principais responsáveis pela fundação do jornal do Partido Liberal, *A Reforma* (1869), e foi ainda membro fundador do Partenon Literário, em 1868. Ele participou da Sociedade Dramática Ginásio do Comércio (1867-1870), Sociedade Ensaio Literários (1872), e da primeira Academia Rio-Grandense de Letras em 1901. Ele foi escrivão e prior das Irmandades do Rosário e do Divino Espírito Santo. Aurélio destacou-se também como abolicionista, nesse sentido, ele participou da fundação do Centro Abolicionista, em 1883. Como alto funcionário da Secretaria do Governo da Província, depois de uma carreira iniciada como amanuense, Aurélio tornou-se secretário particular de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Cf. MOREIRA, 2009 e MÜLLER, 1999.

<sup>222</sup> Além da competência na Administração Central do Estado, corroborada por larga trajetória burocrática, é possível que Aurélio de Bittencourt e Júlio de Castilhos tenham se cruzado nos ambientes intelectuais e políticos de Porto Alegre. A diferença de idade do primeiro para o segundo era de onze anos, ambos foram ativos abolicionistas e participaram da vanguarda cultural gaúcha, representada pelo Partenon Literário. Nesse sentido, colhi a informação em dois artigos que Castilhos publicou no jornal *A Federação*, nos dias 16 e 20 de dezembro de 1884, em que cobrava a coerente utilização do “produto da quermesse” que havia sido angariada pelo Centro Abolicionista. Conforme informação reproduzida acima, Aurélio fazia parte da direção do Centro Abolicionista. Cf. BAKOS, 2006, págs.156-159.

população negra da capital.<sup>223</sup> Naquele artigo citado, Calisto lembrava que desde moço ele prestigiava as sociedades da sua raça como a Sociedade Floresta Aurora, onde teria sido sócio benemérito. Aurélio estimulava com o seu exemplo político e abnegação católica para a organização de instituições religiosas ou recreativas no meio negro, a sua intenção era que os negros superassem o preconceito e o complexo de inferioridade e se integrassem à sociedade.

O periódico *O Exemplo* cada vez mais a partir do início do século XX, passou a ser um veículo voltado para a defesa dos ideais republicanos, muitos dos seus redatores receberam patentes militares da Guarda Nacional e o próprio Espiridião Calisto fez campanha política e vinculou-se aos grêmios do PRR espalhados pela cidade.<sup>224</sup> A “sábia experiência” do “velho marechal do jornalismo rio-grandense”, conforme afirmara Calisto sobre a trajetória jornalística de Aurélio, foi definitiva para a fundação do semanário e o entrincheiramento daquele grupo em defesa dos republicanos e combate ao preconceito fortificado nos costumes da capital. Até os últimos exemplares do periódico ele foi reverenciado como o “Mestre”, o exemplo que deveria ser seguido, aquele que havia demonstrado o caminho para que os negros ascendessem socialmente e tivessem o respeito e a admiração de toda a sociedade. As iniciativas associativistas de Aurélio e a sua solidariedade étnica ajudaram na criação e na manutenção do periódico, somava-se a isso o fato de que seus filhos, jovens candidatos a escritores, e outros negros letrados buscavam um meio para divulgar as suas produções literárias. Sem dúvida que esses foram objetivos secundários para a fundação do semanário, as principais questões dirigiam-se para a reivindicação de melhores condições sociais aos negros da capital.

Alguns dos redatores negros que conquistaram melhores condições de sobrevivência, por meio da educação e do acesso ao funcionalismo público,

---

<sup>223</sup> Em carta a Júlio de Castilhos, datada de 06 de janeiro de 1899, Aurélio relatava que havia recebido na noite anterior a visita na sua casa dos ternos das *Bahianas*, das *Bahianinhas* e do *Club Menelik*, e que enquanto uns comiam na varanda, outros dançavam e cantavam na sala. Nessa missiva, escrita logo pela manhã ao chegar ao Palácio do Governo, ele afirmava: “Presumo que vou ter um dia de lombeira, mas não desertarei ao meu posto.” São passagens como essa, transmitidas na informalidade da carta, que nos mostram a vinculação de Aurélio ao meio popular do carnaval da cidade e a amizade que tinha com o Presidente da Província. Cf. MOREIRA, 2009, págs. 128-129.

<sup>224</sup> Espiridião Calisto nasceu em 13 de dezembro de 1864. Ele foi presidente do Centro Republicano Júlio de Castilhos e terminou a vida como funcionário da Junta Comercial de Porto Alegre. Também foi representante do Grêmio José do Patrocínio, na festa realizada por ocasião da passagem do dia 13 de maio de 1910. Em 1929, ele era o presidente do Centro Cultural José do Patrocínio, fundado em 1921, ano em que ele já fazia parte da direção. Cf. (O Exemplo, 09.04.1922) e “A Espiridião Calisto”, texto assinado por Arnaldo Dutra. Cf. (O Exemplo, 02.01.1929).

mantiveram-se ao redor do periódico e ratificaram a proposta inicial do grupo até o final da publicação. As experiências e as conquistas sociais dos mais velhos mostravam os caminhos para a ascensão social que deveriam ser seguidas pelos mais jovens. Espiridião Calisto era barbeiro e cedeu com a aquiescência do pai e a colaboração do irmão Florêncio, o pequeno quarto que tinha atrás do local de trabalho da família para o nascimento do periódico. O endereço do *Salão Calisto*, reputado espaço que “escanhoava os queixos de muita gente boa e aplicava sanguessugas hamburguesas nos sangues viciados dos enfermos”, estava localizado na principal rua da capital.

A Rua dos Andradas, 247, popularmente conhecida como Rua da Praia, pois ligava as margens do antigo “rio” Guaíba ao centro da cidade, vinha estampada nos primeiros exemplares do jornal como “escritório do diretor de redação”. O centro era o local privilegiado para a circulação das pessoas rumo ao comércio e às repartições públicas da capital do Estado. A Rua da Praia era a sua principal via de circulação de pessoas e mercadorias e espaço social reconhecido pelas manifestações políticas, reuniões cotidianas nas redações dos grandes jornais e encontros amistosos nas livrarias, confeitarias e cafés.<sup>225</sup>

Aqueles que se lançaram à faina de elaborar o “valeroso órgão de imprensa” tiveram naquele endereço a sua primeira sala de redação e oficina. Segundo memória de um dos fundadores do jornal, as boas e amistosas palestras daquele grupo, “[...] invariavelmente recaiam em comentários acerca do malfadado preconceito de cores, então odiosamente enquistado nos hábitos da população desta leal e valorosa cidade, já a esse tempo usufruidora dos foros de civilizada”.<sup>226</sup> Embora lembrasse do “aparecimento” do jornal que havia acontecido há mais de trinta anos, a memória de Marcílio da Costa Freitas mantinha-se lúcida. O articulista nos sugere que para a capital atingir “foros de civilizada”, era necessário bem mais do que a cidade crescer, urbanizar-se e modernizar-se. A população de Porto Alegre deveria desenvolver hábitos sociais mais requintados, como superar o hábito do malfadado “preconceito de cores”.

---

<sup>225</sup> Para um melhor entendimento sobre a “territorialidade negra urbana” em Porto Alegre e os significados do centro e da Rua da Praia para a população negra, ver: BITTENCOURT Jr., 2010. Embora, conforme discuti no capítulo anterior, o meu entendimento sobre os “territórios negros” da cidade seja amplo no sentido de abarcar outros espaços sociais e de ratificar a convivência entre os diversos grupos étnicos.

<sup>226</sup> “O aparecimento d’O Exemplo”. Artigo de Marcílio da Costa Freitas. (O Exemplo, 02.01.1928)



No final do século XIX a capital era habitada por cerca de 60.000 habitantes que davam ares movimentados ao centro urbano com maior concentração de órgãos do serviço público e administrativo do Estado. A cidade de Porto Alegre espraiava-se pelos arrabaldes, surgiam os arraiais, os subúrbios e a necessidade de novos serviços urbanos como transportes públicos, iluminação, esgotos, segurança pública e equipamentos de educação para o povo. O “imaginário social”<sup>227</sup> dos porto-alegrenses que foi capturado nos jornais e documentos policiais, apontava os negros e os mestiços como potenciais criminosos e degenerados, eles estavam situados no mais baixo plano da espécie humana.

O jornal foi fundado para combater o imaginário social construído sobre o negro, o que se deu depois da consolidação do *Salão Calisto* como local de encontro para palestras diárias que serviram para unir trajetórias pessoais e interesses diversos. Calisto junto com Arthur Pinto Gama, que também havia nascido em 1864, eram os mais velhos dos fundadores d’*O Exemplo*. Eles estavam com 28 anos de idade quando da fundação do semanário, ambos tinham profissões definidas e posições mais diretas contra o preconceito racial, já haviam inclusive estabelecido algumas estratégias pessoais para superá-lo. Os dois acompanharam as mudanças urbanas, sociais e políticas do país, do estado e da cidade, haviam passado pela escravidão, pelo processo que instituiu a Abolição e a República. Ambos sabiam, portanto, das dificuldades que deveriam ser enfrentadas na sociedade para a conquista da liberdade no exercício das expressões culturais de matriz africana e os caminhos para a garantia e o acesso aos direitos civis proclamados.<sup>228</sup>

Arthur Pinto Gama, assim como Aurélio Viríssimo de Bittencourt anteriormente citado, foi um dos primeiros do grupo fundador do jornal a conquistar o

---

<sup>227</sup> Conforme Pesavento (2004, p. 179) o imaginário era “um conjunto de representações coletivas que dá sentido à realidade”, tornava a realidade inteligível a partir de imagens, palavras, ideias e práticas. Para compor aquele “imaginário” da cidade de Porto Alegre a autora se serviu da memória de um cronista de antanho, Antonio Álvares Pereira Coruja (1806-1889) e do historiador Augusto Porto Alegre, autor de “A fundação de Porto Alegre”, publicada em 1906.

<sup>228</sup> Espiridião Calisto em artigo sobre a festa da Noite de Reis de 1905, reclamava do abandono a que os negros foram relegados pela polícia da capital depois da abolição, segundo ele: “Quando a tradição envolvia a pretos e brancos na faina recreativa de reproduzirem as homenagens dos magos ao nascimento do Menino Deus, os ternos eram ouvidos a distância com o respeito silencioso das grandes comemorações, porém agora que só a gente de cor tomou a si o glorioso encargo, é preciso um pretexto para desmoralizar os nossos créditos para justificar as violências que nos façam”. “Noite de Reis”. (*O Exemplo*, 08.01.1905) Nesse exemplar ainda tinham afirmações contra os “costumes dos negregados escravocratas que perduram até nas redações dos jornais” que era assinada com: “Nós, os descendentes de africanos” e, a divulgação dos cânticos que teriam sido apresentados pelos ternos *Menelik*, *Club Magos do Oriente* e *Bahianinhas*.

acesso ao emprego público por concurso. É provável que Pinto Gama, como fez Aurélio, também tenha colaborado financeiramente para a fundação d' *O Exemplo*, pois foi saudado como “companheiro” quando da sua morte.<sup>229</sup> Espiridião Calisto, inclusive, deixou registro sobre a aula primária na capital que, era proferida por professor público que separava as crianças negras em quarto contíguo à sala em que aprendiam os estudantes brancos. Segundo ele, além da segregação em espaços separados, o local em que ficavam os estudantes negros era mal iluminado, o que “estabelecia o preconceito escolar, tendo por base a cor, nos afugentando das aulas públicas!”. Calisto usava o argumento do “preconceito escolar” como justificava para que a comunidade negra se organizasse e criasse as próprias escolas, o que não era consenso entre os articulistas do semanário.<sup>230</sup>

Os artigos de Espiridião Calisto e Miguel Cardoso nasceram no meio de uma polêmica estabelecida no jornal, que buscava estimular o meio negro a buscar mecanismos sociais para escolarizar seus filhos. A perspectiva apontada por Miguel Cardoso considerava que os casos individuais da ascensão social de algumas “pessoas de cor”, justificariam a inexistência do “preconceito de raças” na população gaúcha e a nulidade da existência de escolas específicas para os negros. Por sua vez, Calisto utilizava-se de exemplos pontuais que tipificavam a sociedade gaúcha como racista, e reforçava o seu argumento de que os negros deveriam tomar a iniciativa na fundação de escolas para os seus filhos. Segundo ele, só a partir da existência de escolas exclusivas os negros teriam melhores condições de superar o “preconceito escolar”, o que seria conquistado não de maneira individualista, mas como um grupo organizado que tomava a iniciativa para resolver os seus próprios problemas.

---

<sup>229</sup> Arthur Pinto Gama foi escrevente do Arsenal de Guerra, escriturário da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana e “praticante da Pagadoria Provincial”, órgão que depois da República foi transformado em Tesouro do Estado. Ele chegou a ser diretor de uma das seções do Tesouro até aposentar-se em 1921, na época ele possuía 37 anos de serviço público. Pinto Gama morreu aos 58 anos, em 11 de fevereiro de 1922. Cf. (*O Exemplo*, 12.02.1922); (*O Exemplo*, 19.02.1922) e “Arthur Gama” (*O Exemplo*, 13.08.1922)

<sup>230</sup> A polêmica sobre a necessidade ou não dos negros criarem suas próprias escolas iniciou com três artigos escritos por Miguel Cardoso. Os artigos de Cardoso levaram os títulos de “Atualidades I, II e III”, o que foi rebatido por artigo de Espiridião Calisto sob o título de “Pelo Dever”. Os argumentos de Cardoso que eram contrários à organização dos negros em escolas separadas, foram reafirmados com o artigo “Por Coerência”, que foi finalmente contestado por Calisto em, “Ainda pelo Dever”. No artigo de Oliveira Silveira, intitulado “Três coleções preservam jornal da comunidade negra”, publicado no jornal *Correio do Povo*, teve a indicação do debate estabelecido no periódico *O Exemplo*, entre os meses de março e abril de 1893. Cf. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 08 de outubro de 1972.

Esse foi um debate inicial no interior do hebdomadário que logo foi superado, e encaminhou-se em direção à opinião esposada por Calisto, tornando-se uma das principais diretrizes editoriais do semanário. Nesse sentido, os redatores do jornal passaram a apoiar as iniciativas da população negra para a criação de espaços voltados à alfabetização, o que se deu de forma paralela à exigência para que o Estado também tomasse essa iniciativa. Devido às trocas de experiências com os mais velhos, na família ou no grupo que se encontrava no *Salão Calisto*, eles entenderam que a instrução era o principal meio para a mobilidade social e a integração na sociedade de classes que se formava. Conforme vou mostrar a partir de agora, era por meio da instrução que eles teriam condições de realizar o concurso público, considerado uma das formas de abreviar o percurso que poderia levar ao emprego em algum órgão do governo, à estabilidade financeira e ao respeito das pessoas.

Marcílio Francisco da Costa Freitas que era considerado mais um “companheiro” e “benemérito” do jornal, vinha definido no primeiro número d’*O Exemplo* com o cargo de “editor gerente”. Segundo sua memória transcrita em artigo no semanário, ele havia adquirido “rudimentares estudos na extinta Escola Normal” de Porto Alegre, e empregou-se como aprendiz de tipógrafo no jornal *O Mercantil*. No ano da fundação do jornal *O Exemplo* ele era “artista gráfico” nas oficinas do periódico *Folha Nova*<sup>231</sup>, e depois ele tornou-se revisor do *Jornal do Comércio* e do *Correio do Povo* e usou o conhecimento que possuía inicialmente para compor os primeiros números do “jornalzinho dos negros”.<sup>232</sup>

No século XIX, era muito comum a ascensão social que iniciava como aprendiz de tipógrafo, profissão que muitos jovens principiavam logo depois dos 10 anos de idade, alguns chegavam a revisor de provas e, em raros casos, uns poucos atingiam a condição de escritores ou donos da sua própria gráfica ou jornal. Conforme já demonstrado, foram os casos de Aurélio Viríssimo de Bittencourt que foi um dos acionistas do *Jornal do Comércio*, e do jornalista e editor Francisco de Paula Brito que

---

<sup>231</sup> Nas “Notas” do primeiro número do jornal, foi anunciado que *O Exemplo* custava 500 réis por mês, e as pessoas que não tivessem o interesse de assiná-lo deveriam devolvê-lo no escritório da redação. Também foi noticiado nessa coluna que a “comissão de redação” do jornal era composta por: Aurélio Bittencourt Filho, Sérgio Bittencourt, Arthur Andrade e Alfredo de Souza. Finalmente, a mesma coluna ainda trazia a informação que as reclamações deveriam ser dirigidas para a “direção material”, composta por: Alfredo de Souza, que trabalhava na farmácia da Santa Casa, e Marcílio Freitas, nas oficinas da *Folha Nova* e a Espiridião Calisto, no Salão Calisto, localizado na rua dos Andradas, número 247.

<sup>232</sup> “O aparecimento d’*O Exemplo*”. Artigo de Marcílio da Costa Freitas. (*O Exemplo*, 02.01.1928)

foi o dono do jornal *Marmota Fluminense*. O maior escritor do Brasil, pouco conhecido como José Maria Machado de Assis, foi um jovem “protegido” pelo promissor dono de jornal de nome Paula Brito. Machado de Assis iniciou a vida laboral aos 15 anos de idade como aprendiz de tipógrafo, em 1855, no jornal *Marmota Fluminense*, também foi nesse periódico que ele publicou seus primeiros textos. O apoio que recebeu de Paula Brito ajudou para que ele desenvolvesse a carreira literária, bem como para a sua iniciativa em fundar a Academia Brasileira de Letras e tornar-se um dos principais escritores da língua portuguesa.<sup>233</sup>

Nesse sentido, os redatores que se articularam ao redor do jornal *O Exemplo* não foram os únicos, nem constituíram casos excepcionais no processo que levou alguns negros ao ápice da pirâmide social. Num primeiro momento, a instrução, a capacidade intelectual e a articulação política de cada indivíduo, contavam muito no processo inicial de mobilidade, o que logo depois devia somar-se a outros mecanismos que facilitavam o percurso e a manutenção da conquista ascensional. Como quaisquer outros grupos étnicos, eles colocavam-se da melhor forma possível no interior das disputas materiais, onde procuravam o reforço afetivo e material nas relações parentais, de amizade e de compadrio que a sociedade apresentava. Os limites para a iniciativa voltada à ascensão social dos negros eram definidos em boa parte, pelo preconceito e pela discriminação racial, o que tornava-se obstáculos que deveriam ser superados com a articulação de todas as forças individuais e políticas possíveis.

Marcilio Freitas lembrava, em janeiro de 1928, das dificuldades que deveriam ser superadas por aqueles que passaram por: “vexames de toda ordem que sofriam a cada passo os descendentes da raça negra. Não podiam dar bailes sem licença da polícia e por ocasião dos festejos carnavalescos eram imensamente ridicularizados”.<sup>234</sup> A lembrança de Marcilio voltava no tempo e destacava que enquanto parte da sociedade usava o limão de cheiro e a bisnaga para brincar o entrudo, aos negros sobrava a farinha finíssima do polvilho e a água em seguida. Ele justificava a necessidade da fundação do jornal e mostrava-se ciente que depois da abolição os

---

<sup>233</sup> Machado de Assis (1839-1908) foi aprendiz de tipógrafo e revisor nas oficinas do jornal *Marmota Fluminense*. Nesse periódico, em 12 de janeiro de 1855, ele publicou o poema “Ela”. Em 1861, Machado de Assis teve Paula Brito como o primeiro editor dos seus dois livros: *Queda que as mulheres têm para os tolos*, uma tradução e, *Desencantos*, esse último definido como uma “fantasia dramática”. Pelo apoio recebido de Paula Brito para a iniciação profissional e literária, Machado de Assis o teria em larga conta como amigo e mestre. Cf. GONDIN, 1965.

<sup>234</sup> (O Exemplo, 02.01.1928).

negros continuavam alvos prediletos da polícia e das “brincadeiras” desenvolvidas entre os brancos.

A prática da farinha e da água jogada sobre os homens e mulheres vistos como mais pretos, era um ritual carnavalesco que remetia à escravidão, quando os escravizados eram tornados brancos pelo uso daquele recurso. A intenção do articulista era que aquelas práticas fossem superadas, tanto pelos negros que participavam da festa de forma humilhante, como pelos brancos que se utilizavam dos mesmos expedientes vistos por ele como já ultrapassados. Marcílio questionava as distinções que remetiam às situações vexatórias anteriores, ele sabia por sua própria experiência que tanto a necessidade de pedir autorização para realizar bailes, quanto a participação dos negros no carnaval não se reduzia aos papéis de serem ridicularizados.<sup>235</sup> Os negros geralmente encontravam expedientes criativos para fugir às regras impostas, mas depois da abolição passaram a ter seus direitos assegurados pela Constituição republicana aprovada em 1891, portanto deveriam buscar mecanismos sociais e estratégias legais para garantir o cumprimento da Lei.

Marcílio reforçava o seu argumento para a fundação do hebdomadário ao citar o escândalo que havia sido no meio negro o caso de Justino Coelho da Silva Júnior que, ao se classificar para ocupar cargo no serviço público estadual, foi surpreendido com a anulação do concurso por Gaspar da Silveira Martins sem “razões plausíveis”.<sup>236</sup> Descrito por Marcílio como um “cidadão de cor parda”, Justino havia concorrido com 33 candidatos a uma vaga na Secretaria de Governo, nesse concurso ele teria sido o único aprovado e logo após viu o pleito anulado. Esse foi então mais um motivo para que o grupo de intelectuais negros lançasse o semanário *O Exemplo* no seio da imprensa sul-rio-grandense. O jornal era a síntese dos ideais que perseguiram,

---

<sup>235</sup> Marcílio da Costa Freitas nasceu em 1876, portanto é possível que tivesse visto, participado ou sabia como eram realizados os entrudos durante a escravidão. Nos dias das brincadeiras, os escravos e os libertos faziam parte do entrudo como vendedores de alimentos e bebidas, realizavam a limpeza da festa e também jogavam entre si, limões, farinha e água. Embora os escravos fossem proibidos de brincar, eles deveriam apenas trabalhar para o restante da sociedade, eles burlavam a vigilância causando o riso entre os policiais e a ira dos conservadores e realizavam de certa forma, o seu próprio carnaval. Nesse sentido, Marcílio apelava para um outro momento em que os negros não deveriam comportar-se ou serem vistos e tratados como no período da escravidão. Ver: LAZZARI, 1998.

<sup>236</sup> Gaspar da Silveira Martins (1835-1901) foi deputado, senador, ministro da Fazenda e Conselheiro de Estado durante a Monarquia. Ele foi Presidente da Província do Rio Grande do Sul, de 24 de julho a 06 de novembro de 1889. Ao voltar do exílio imposto aos monarquistas pelos republicanos, em 1892, Gaspar Martins fundou o Partido Federalista no Estado. Foi nesta posição que ele tornou-se o principal oponente de Júlio de Castilhos e um dos principais pivôs da Revolução Federalista, como ficou conhecida a guerra civil que se abateu sobre o Rio Grande do Sul, de fevereiro de 1893, a agosto de 1895.

eles estavam revoltados com os insólitos procedimentos contra a “raça” e decidiram tomar a sua defesa e dar combate ao preconceito.

Não era à toa que a memória de Marcílio havia selecionado aquele fato, quase quarenta anos depois do acontecido. Os redatores procuravam afirmar a capacidade intelectual dos negros com a divulgação de exemplos de pessoas que haviam conseguido, por meio da busca da instrução e do aperfeiçoamento do conhecimento, melhorar suas vidas. Eles tornavam públicas as perseguições que sofriam o que desmerecia aquela cidade como “fórum de civilidade” ou digna do título de “leal e valorosa”, ao mesmo tempo em que demonstravam que o acesso ao funcionalismo público podia tornar-se uma das formas de ascensão profissional possíveis aos negros.

237

Segundo Marcílio, Justino não se convenceu do resultado do concurso, realizou outras seleções públicas e aposentou-se como carteiro. Ele tornou-se um exemplo de pessoa persistente contra o preconceito, que foi reconhecida como bem sucedida no meio negro da cidade e que se encontrava próxima no tempo e no espaço. Justino estava vivo, podia lembrar e contar a sua trajetória para que outros fizessem o mesmo, não era um personagem de outro tempo e lugar como José do Patrocínio, por exemplo.

Ao longo da existência do periódico manteve-se a discussão sobre o preconceito racial no Estado, a tendência foi de considerá-lo existente, embora observado com graus diferenciados conforme a experiência e a trajetória pessoal de cada articulista. Geralmente os mais antigos e que haviam vivido um maior tempo sob o regime da sociedade escravista, tinham a inclinação para perceber e manifestar-se contra os acontecimentos que envolviam os “preconceitos de cores”. Nessa direção, também alguns daqueles cronistas que eram fenotipicamente mais escuros, como foi o caso de Espiridião Calixto que teve foto divulgada n’*O Exemplo*, mantiveram uma postura combativa com relação ao preconceito racial e buscaram outros meios e estratégias para a mobilidade social.<sup>238</sup>

---

<sup>237</sup> O título de cidade “leal e valorosa” foi outorgado por D. Pedro II, em 1841, quando os porto-alegrenses demonstraram fidelidade ao Império contra as investidas farroupilhas. Na memória de Marcílio essa era uma honraria que cabia também aos negros que lutaram na defesa da capital, o que de certa forma representava uma condição de igualdade, nem que fosse perante o inimigo ou à morte, já que diante dos direitos civis e das condições sociais os negros eram tratados de forma desigual.

<sup>238</sup> Rodolfo Xavier (10.03.1874-25.02.1964) foi um dos fundadores e o principal articulista do jornal *A Alvorada*. Até o final da vida ele foi um combativo militante na defesa do operariado e da “raça

Naquele período em que a integração social e a participação política eram limitadas, a marginalização e a exclusão não eram dirigidas apenas aos negros, mas ao conjunto das classes populares. O espaço público era partilhado por todos e servia como arena para confrontar e expor as diferenças, eram nas praças, becos, ruas, campos, praças, teatros e cafés, em que se nomeava e ridicularizava o “outro”. Por outro lado, também eram nos espaços públicos em que se consagravam as práticas convenientes ditadas pela moral e pelos bons costumes reproduzidos da elite econômica, política e intelectual.

A Proclamação da República que descortinara as preocupações com a cidadania, não criou estratégias de acesso aos direitos civis conforme os interesses dos “subalternos”. Afinal eram tempos de disputas políticas acirradas entre republicanos e federalistas, e as perseguições partidárias do mesmo modo que os apadrinhamentos políticos eram moedas correntes. Os jovens bacharéis republicanos que assumiram o poder no Estado encabeçados por Júlio Prates de Castilhos, seguiam a cartilha dos positivistas – ordem social e progresso econômico – acima de tudo. Essa cartilha passou a ser aplicada à partir de 1892, com o rigor científico e o autoritarismo necessários à jovem república sul-rio-grandense, conforme entendido pelos positivistas que passaram a fazer o seu próprio uso dos direitos sociais e políticos.

As motivações políticas e partidárias republicanas que foram iniciadas na defesa da abolição e da república incrementaram o meio jornalístico, e foram fundamentais para a fundação e o aprimoramento técnico dos periódicos no Rio Grande do Sul. Os políticos e os jornalistas republicanos, por outro lado, não tiveram o mesmo ímpeto para resolver as principais questões sociais, mas deram o impulso inicial para que os negros se inserissem socialmente a partir de novos lugares sociais.<sup>239</sup> Conforme foi mostrado, o final da escravidão e a proclamação da república

---

etiópica” da cidade de Pelotas. Xavier era filho de mãe escrava e deve ter se livrado da escravidão pela Lei do Ventre Livre de 1871, o que ajuda a entender, mas não explica, a sua insistência contra as atitudes racistas que chegavam ao seu conhecimento. A sua trajetória intelectual como jornalista deteve-se na construção de estratégias políticas para os negros pelotenses por meio do movimento operário, nesse sentido, enfrentou publicamente o racismo e a discriminação reinantes na cidade e região.

<sup>239</sup> O jornal *A Federação* (1884-1937) era o órgão de propaganda do Partido Republicano Riograndense. O periódico foi fundado por Julio de Castilhos e Borges de Medeiros e já nasceu abolicionista. O jornal mantinha nas suas colunas referências elogiosas aos principais redatores de *O Exemplo*, principalmente nas datas comemorativas de fundação do “jornalzinho dos negros”, conforme se referiu algumas vezes. Entre os dirigentes e os trabalhadores das duas publicações, existiam laços profissionais, de amizade e compadrio que iam além das vinculações políticas e hierárquicas. Nesse sentido, Agostinho José Lourenço, definido como “gerente” do jornal *A*

não trouxeram a “liberdade” desejada aos descendentes da senzala. O direito de ir e vir foi regulado por códigos e posturas municipais, as atividades voltadas para as festas e cultos religiosos foram perseguidas pela polícia, do mesmo modo que os concursos públicos podiam ser impugnados por motivos inconfessos.

A fundação de jornais constituía um canal informal de participação social e política que de certa forma extravasava os anseios participativos, ao mesmo tempo em que reivindicava melhores condições de vida para aquela população. Muitos daqueles que fundaram *O Exemplo* sofreram as influências dos abolicionistas e dos republicanos de primeira hora, os redatores negros fizeram a opção política e a reverência necessárias aos grandes chefes republicanos. Era parte da troca de favores recompensada com o pagamento pela publicação dos editais da Intendência Municipal, com a circulação do jornal nos meios comerciais da cidade e o reconhecimento do principal órgão de imprensa dos republicanos quando das datas festivas do semanário.

A memória de Marcilio continha elementos que foram reafirmados ao longo de toda a existência do hebdomadário, em outro sentido, também foram questionadas muitas das suas afirmações, o que se deu com o acompanhamento de sua trajetória profissional e alguns dos seus artigos. Aos 16 anos de idade ele era o mais jovem entre todos os fundadores do semanário, tão logo chegou à maioria ele fez concurso para carteiro seguindo conselho do “companheiro” de labuta Arthur Ferreira de Andrade que era o diretor de *O Exemplo* quando do início da aventura periodista e teria sido um dos primeiros entre eles a conquistar emprego público.<sup>240</sup>

Marcilio seguiu carreira no funcionalismo público e chegou a ser escriturário da Secretaria da Fazenda, cargo em que obteve maior estabilidade financeira e deu-lhe condições de tornar-se um dos maiores responsáveis pela manutenção do hebdomadário. A partir da “nova fase” do jornal, iniciada em 1916, ele ocupou o cargo de “presidente do núcleo mantenedor” do jornal, criado para administrar a redação e a tipografia que compraram. O grupo mantenedor d’*O Exemplo*, de 1916 a 1930, foi

---

*Federação*, cargo que ocupou de 1906 a 1910, era pai de Antonio Lourenço que foi apresentado para fazer parte do corpo de redatores do d’*O Exemplo*, em 1923, nele se mantendo até o final da publicação do semanário. (O Exemplo, 04.02.1923)

<sup>240</sup> Arthur Ferreira de Andrade (1871-11.03.1925) quando morreu aos 54 anos de idade, era considerado um modelo de retidão moral e de dedicação ao estudo para todos os seus companheiros de labuta na redação de *O Exemplo*. Ele estudou no “modelar” Colégio Gomes de Porto Alegre e, no ano de 1892, quando da fundação do jornal, Andrade tinha 21 anos e já era concursado na Repartição dos Correios onde se aposentou no cargo de 2º oficial. Antes da aposentadoria, ao que parece, ele formou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre e era orador do Clube de Oficiais da Guarda Nacional, o que reforçava seus vínculos partidários com o PRR. (O Exemplo, 15.03.1925)



formado, entre outros, por: Alcides das Chagas Carvalho, Júlio da Veiga Rabello, João Batista de Figueiredo, João Batista da Silva Júnior, Felipe Batista da Silva, Júlio da Silveira, Clemente Gonçalves de Oliveira, Dario de Bittencourt, Antonio Gonzaga, Antonio Lourenço, Carlos Alberto da Costa e Ulysses Alvaro de Barros.

Eles eram geralmente citados como “companheiros” e se mantiveram ao redor do semanário naquele período. As denominações como os redatores definiam aqueles que circulavam ao redor do jornal geralmente eram no singular e se dirigiam a uma pessoa específica. A forma de tratamento definia uma hierarquia social dentro daquele grupo. Nesse sentido, “companheiro” era a pessoa mais próxima do círculo diretamente responsável pela fundação e manutenção do semanário - diretor, redator, gerente - vinculados ao “núcleo mantenedor” do jornal a partir de 1916. Esta denominação, na maioria das vezes, não se confundia com a de “auxiliar” que era a pessoa envolvida com o trabalho subalterno realizado na tipografia ou na distribuição do periódico.

Também tinha o “articulista” que possuía uma coluna na folha e a mantinha de forma regular, e o “colaborador”, termo que se referia a todos aqueles que escreviam para o jornal sem regularidade, de forma eventual. Ainda apareciam nas páginas d’*O Exemplo* as figuras dos “correspondentes” que enviavam notícias e artigos de outras cidades; o “agente” que era o responsável pela cobrança do pagamento das assinaturas na capital ou no interior e, finalmente, o “favorecedor” que era uma das peças chaves no processo de manutenção do periódico. Esta era a pessoa que tanto pagava para receber a publicação em sua casa como para anunciar no jornal, e era tratada com pompas e circunstâncias.

Até os últimos dias de sua vida, Marcilio teria contribuído com o seu esforço intelectual, moral e financeiro para que o seu “filhinho”, como ele tratava carinhosamente o semanário, não se desviasse do “programa” de fundação. Tanto trabalho e esforço, e diria eu – alegrias, amizades, realizações, posições sociais, conquistadas com os companheiros e por intermédio do periódico – lhe renderam a glória maior de ser imortalizado com foto e texto de capa no número derradeiro do jornal *O Exemplo*, datado de 02 de janeiro de 1930.<sup>241</sup>

---

<sup>241</sup> Este último período, iniciado em 1916, reconhecido pelos redatores como “nova fase”, embora mantivesse o mesmo programa inicial, passou a ser administrado por um grupo formalmente organizado como sociedade anônima. O aniversário de fundação do jornal passou a ser comemorado

O periódico foi usado por ele como espaço privilegiado para a defesa dos interesses da sua categoria profissional, como no artigo que escreveu sobre “A promoção dos funcionários da Fazenda”, em que apresentava as principais definições do projeto que definiria as formas de acesso aos cargos daquela pasta. Ele também aproveitava a circulação do jornal para divulgar as atividades da *Irmandade do Espírito Santo* do qual fazia parte, tecer artigos elogiosos à “classe comercial” da cidade e demonstrar o seu posicionamento político favorável aos republicanos gaúchos. Ele carregava com orgulho os títulos de major e depois de capitão que lhe foram concedidos como honrarias militares por se alistar nas hostes republicanas.<sup>242</sup>

A utilização das páginas d’*O Exemplo* para tratar dos interesses de alguma categoria ou divulgar assuntos pessoais também foi utilizada por outros envolvidos com a manutenção do jornal. Dario de Bittencourt, por exemplo, que o era o “diretor da redação” desde 1920, tão logo se formou em Direito pela Faculdade de Porto Alegre, em 26 de dezembro de 1924, passou a divulgar o seu nome e o endereço profissional no semanário. Conforme mostrarei no último subcapítulo, a partir do início de 1930, Dario vai tornar-se um dos principais militantes do integralismo no Estado, o que vai por um lado, finalizar a divergência política que ele havia iniciado com os colegas de redação do periódico e, por outro, definir o início de novas estratégias para a ascensão profissional dos negros.<sup>243</sup>

Dentre os responsáveis pelo jornal *O Exemplo*, também foi o caso de Clemente Gonçalves de Oliveira que era “vice-presidente do Grupo Mantenedor” desde 1925, e ocupou o cargo de “gerente” do jornal a partir de 1928, ele também usou as páginas do semanário para defender seus interesses. Ele era Oficial de Justiça e reclamava da falta de aumento salarial, manifestava-se contra o governo de Washington Luis que havia negado melhores condições aos funcionários públicos federais, e estimulava por meio do jornal os seu colegas para que se abstivessem nas

---

no dia 02 de janeiro, data em que aumentavam o número de páginas, geralmente de quatro para dez, e recheavam de textos rememorativos e anúncios comerciais. (*O Exemplo*, 02.01.1930)

<sup>242</sup> Ele participava do *Clube Militar de Oficiais da Guarda Nacional* e do *Clube Republicano Júlio de Castilhos*. No artigo “Legítima alegria” Marcílio elogiava de forma veemente a prosperidade do Estado que era presidido pela probidade exemplar do “varão ilustre e benemérito rio-grandense Borges de Medeiros” que comandou o governo durante um quarto de século. Aliás, a capa do jornal, com artigo e foto, já tecia loas à posse do candidato do PRR, que era o senhor Getúlio Dorneles Vargas, ao cargo de Governador do Estado no início daquele ano. (*O Exemplo*, 29.01.1928)

<sup>243</sup> Uma vez formado na Faculdade de Direito, Dario Bittencourt dirigiu-se para a advocacia militante na defesa do Direito do Trabalho e para o exercício do magistério, em detrimento de um convite para assumir um cargo público como fizera seu pai na função de juiz, conforme veremos no último capítulo.

próximas eleições ao Governo Federal. As vinculações partidárias divergentes, bem como os laços de amizade ou de compadrio entre os redatores do jornal, não inviabilizavam que cada um defendesse e divulgasse os seus objetivos particulares. Ao contrário, o ambiente intelectual e afetivo criado ao redor do semanário parecia ser um estímulo para que todos assumissem suas convicções pessoais.<sup>244</sup>

Antonio Gonzaga foi outro dos redatores do jornal que se manifestava em defesa dos interesses de sua “classe”. Ele era marceneiro de profissão e considerado “um dos mais cultos proletários porto alegrensês” que de forma recorrente publicava artigos favoráveis às demandas dos operários.<sup>245</sup> A necessidade de moradias adequadas, os preços altos dos alimentos e dos aluguéis, as dificuldades de transportes e os aumentos salariais eram temas que ele discutia por meio das páginas d’*O Exemplo*. Antonio Gonzaga era um discípulo assumido do líder operário negro Francisco Xavier da Costa, que deixou de ser socialista no início da década de 1910, para ser Conselheiro Municipal vinculado ao PRR quase até a sua morte. Nessa condição de amigo e discípulo do líder operário negro de maior expressão política do principal Partido do Estado, Antonio entrou no corpo redatorial do semanário como “cronista esportivo” e afirmou-se como um articulista em defesa do operariado da capital.<sup>246</sup>

Portanto, usar o jornal para defender interesses de grupos futebolísticos, religiosos, classistas, partidários ou mesmo sucumbir a alguma vantagem material tornou-se uma prática comum na redação d’*O Exemplo*. Ao olhar rápido ou desavisado de algum curioso da imprensa negra poderia sugerir que os redatores se desviavam do

---

<sup>244</sup> Marcílio da Costa Freitas era padrinho do filho de Clemente Gonçalves. Clemente por sua vez, era Oficial de Justiça do Fórum Federal, conforme nomeação anunciada em 1922, e vice-presidente do “Grupo Mantenedor do jornal” desde 1925, e gerente conforme anunciado em 1928. (*O Exemplo*, 02.01.1922 e 15.01.1928).

<sup>245</sup> Expressão que foi utilizada pelo jornal quando Antonio Gonzaga foi apresentado para fazer parte do corpo redatorial. (*O Exemplo*, 06.01.1921)

<sup>246</sup> Antonio Gonzaga era um discípulo do líder operário, litógrafo e jornalista Francisco Xavier da Costa (187?-1934), que foi socialista e o primeiro negro e operário a fazer parte do Conselho Municipal nas gestões de 1912-1920 e 1928-1930. Coincidentemente ou não, foi nesse primeiro período em que Antonio Gonzaga passou a fazer parte do jornal *O Exemplo* e Xavier passou a defender as ideias veiculadas pelo PRR, ele teve o seu nome divulgado no semanário inclusive com a publicação de alguns artigos sobre o seu mandato. Xavier voltava-se para a defesa dos grupos populares diante do crescimento urbano da cidade, pela concessão de benefícios aos funcionários municipais e na divulgação dos nomes dos “grandes vultos” sul-rio-grandenses, principalmente, aqueles que fizeram parte do PRR. Em “Carta Aberta ao Prezado Mestre e Amigo e distinto operário Francisco Xavier da Costa” Antonio agradecia em nome da União Padeiral, o direito ao descanso dominical conquistado no Conselho Municipal por Francisco Xavier, ele fechava o documento com “vosso discípulo e amigo”. (*O Exemplo*, 22.01.1928) Para saber mais sobre a rica trajetória do líder socialista definido pelo autor como “mulato”, ver: SCHMIDT, 2004.

“programa” fundador ou do público leitor inicialmente definido. Na minha interpretação denotava a ampliação do universo daqueles com os quais o semanário dialogava e a busca de novas alternativas para a integração social dos negros. Afinal, nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Porto Alegre passava dos cem mil habitantes e o cenário da modernidade impunha-se em todas as direções.

O jornalismo se modernizou buscando uma maior independência dos ditames doutrinários, e o jornal *O Exemplo* passou a ter oficina própria e um novo formato tablóide com artigos que procuravam cobrir um número maior de questões. Dentre outros nomes da intelectualidade gaúcha que escreveram no semanário estavam Dante Laitano, Jorge Bahlis e Walter Spalding que denotavam o interesse dos redatores para que o jornal atingisse um público leitor mais diversificado e obtivesse a credibilidade no meio intelectual do Estado. Nos anos de 1920, o semanário passou a contar com uma série de “representantes” nas principais cidades do interior do Estado, e a reproduzir artigos dos principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Evaristo de Moraes foi um dos articulistas que tiveram seguidas vezes seus textos reproduzidos no semanário de Porto Alegre. A partir do Rio de Janeiro, os seus artigos geralmente eram sobre as experiências que havia vivido na escravidão e sobre os direitos trabalhistas, também tratava dos temas da cidadania dos negros, da ascensão social dos “mulatos”, do positivismo e da política republicana. Ele era um crítico contundente da sociedade em que vivia, nesse sentido, ele traçava algumas continuidades sociais e políticas do período da escravidão com aquilo que observava na capital da República. Nessa cidade, ele atuou por quase 70 anos como abolicionista “tribuno da República” e defensor das causas impossíveis.<sup>247</sup>

---

<sup>247</sup> Evaristo de Moraes (1871-1939) foi um intelectual negro carioca muito conhecido em todo o país. Ele foi abolicionista e republicano, e atuava como jornalista e advogado dos operários e das prostitutas da capital do país. Dentre os seus textos publicados n’*O Exemplo*, destaco os dois que foram intitulados: “A ascensão dos mulatos” e “Teixeira Mendes, o positivismo e o abolicionismo”. No último, que foi publicado originalmente no *Jornal do Brasil*, ele reverenciava a memória de Teixeira Mendes, considerado o apóstolo do positivismo que havia recém morrido. No artigo sobre a ascensão dos mulatos, definidos como o resultado da mestiçagem entre negros e brancos, Evaristo traçava um panorama do preconceito racial contra os mestiços desde a escravidão até o início do século XX. Segundo ele, durante a escravidão os mulatos eram tratados na legislação da mesma forma que os negros libertos, apenas no alvorecer do “século das luzes” eles teriam iniciado o processo para a mobilidade social. O que teria ocorrido de forma concomitante ao reconhecimento público de sua importância como um grupo importante para o desenvolvimento do país, malgrado o preconceito ainda persistisse. Cf. (*O Exemplo*, 31.08.1924 e 18.09.1927) Para saber mais detalhes sobre a vida de Evaristo de Moraes, que foi nomeado ainda em vida como “o tribuno da República”, ver: MENDONÇA, 2007.

Para finalizar esta primeira parte do capítulo vou voltar para o exemplo de Marcílio da Costa Freitas e refletir sobre a sua trajetória individual. Ele era um intelectual negro que circulava por vários grupos da sociedade porto-alegrense, participou da “Comissão de Contas” do *Esporte Clube Riograndense*, time de futebol dos negros da cidade, e foi presidente honorário do *Centro Porto Alegrense*, espécie de clube privado de alguns funcionários públicos e da elite negra letrada que se aglutinava ao redor do jornal. A partir da instituição do *Centro Porto Alegrense*, no início da década de 1920, eles passaram a organizar bailes, piqueniques, festas e aulas noturnas com fins instrutivos, em que a casa de Marcílio era uma das principais referências.<sup>248</sup> O endereço da sua residência era o local privilegiado para as reuniões do “núcleo mantenedor” e para as festas em comemoração aos aniversários anuais de fundação do jornal.

Marcílio morreu aos 52 anos de idade, no ano de 1928, ele era a própria encarnação dos princípios defendidos por meio do jornal, instruiu-se, manteve-se contrário ao preconceito e ascendeu socialmente sem romper os vínculos com a sua origem étnica e cultural.<sup>249</sup> No dia seguinte à sua morte houve intenso cortejo mortuário de amigos, familiares, colegas de trabalho e companheiros d’*O Exemplo*, no

---

<sup>248</sup> Marcílio Francisco da Costa Freitas foi “presidente honorário” do *Centro Porto Alegrense*, em 1920. (O Exemplo, 12.12.1920) A partir de 1922, Clemente Gonçalves de Oliveira passou a ocupar o cargo de “vice-presidente” do mesmo *Centro* e anunciava a compra de um terreno para a construção da sede própria na Rua Luiz Afonso. (O Exemplo, 10.12.1922) Eles organizaram, em 1925, um “festival” no Cinema Palácio com a apresentação de literatura, música e palestra, que foi proferida pelo recém formado Dr. Dario de Bittencourt. Segundo os redatores do jornal, o evento foi voltado para angariar recursos para a construção da nova sede, local que não seria apenas destinado aos “fins recreativos”, mas também aos “fins instrutivos” que se voltariam ao combate do grande flagelo nacional, o analfabetismo. (O Exemplo, 20.12.1925)

<sup>249</sup> Marcílio Francisco da Costa Freitas nasceu em 1876 e morreu em 06 de abril de 1928. A publicação d’*O Exemplo*, no dia 12 de abril de 1928, vinha com a fotografia do morto estampada no centro da capa e com as laterais definidas com grossa moldura em tinta preta. O jornal marcava o luto em que se recolheram todos os responsáveis pelo periódico. As quatro páginas estavam repletas de exéquias e lamentos sobre o ocorrido, restava apenas a última página que era destinada para os anúncios comerciais e para um pequeno protesto sobre a troca do nome de uma das principais ruas de Novo Hamburgo. Essa notícia trazia a informação de que em virtude de um documento encaminhado por 24 moradores da Rua 13 de Maio, o Intendente Municipal teria trocado por meio de decreto, o nome da mesma para Rua 5 de Abril. Segundo os redatores do jornal a troca do nome causou “solene e formal protesto”, pois a data de fundação da cidade não poderia ser mais importante que a efeméride que comemorava a “extinção do elemento servil em nossa terra”. Os redatores do semanário que se encontravam sob a forte pressão emocional causada pelo desaparecimento do seu componente mais importante, o único fundador que se manteve diretamente envolvido com o semanário desde os 16 anos de idade até o final da vida, ainda assim prestavam-se a tratar daquele assunto que parece ser trivial aos olhos de hoje, a simples troca de um nome de rua da cidade de Novo Hamburgo. A importância simbólica do 13 de Maio para a população negra ainda era bastante significativa no final da década de 1920, mesmo naquele universo negro que se via e representava como intelectualizado. (O Exemplo, 12.04.1928)

deslocamento de sua casa, localizada na Rua Demétrio Ribeiro, número 703, rumo ao cemitério da Santa Casa.

No percurso em direção a igreja de Nosso Senhor dos Passos para a encomendação da sua alma, o féretro foi carregado pelos representantes das Irmandades do Espírito Santo, Nossa Senhora das Dores e Nosso Senhor dos Passos. Em discursos proferidos no cemitério falaram Dario de Bittencourt, em nome da direção e dos demais redatores e artistas gráficos do semanário, e Mário Lopes que era colaborador de *O Exemplo* e “funcionário postal”. Lopes falou em nome do *Centro dos Carteiros de Porto Alegre*, associação operária que Marcílio fizera parte quando iniciou sua carreira no serviço público.

Naquele evento eu computei por meio de listagem nominal divulgada no jornal e pelo o envio de coroas e demais mensagens de pêsames, a presença e a manifestação pública de pesar de mais de 178 pessoas. Dentre estas estavam os representantes do Partido Republicano estadual, de dois *Centros Republicanos* locais, da *Intendência Municipal*, *Grêmio dos Oficiais Aduaneiros*, *Clube dos Oficiais da Guarda Nacional*, *Centro Porto Alegrense* e *Sociedade Carnavalesca Filhos do Inferno*.<sup>250</sup> Nas semanas seguintes chegaram até a redação do jornal *O Exemplo* dezenas de manifestações de pêsames de algumas das principais cidades do Estado, onde seguidamente ele viajava à trabalho. Marcílio de Freitas era um homem bem relacionado, o acesso ao serviço público, as atividades como católico militante e o envolvimento no meio negro porto-alegrense, bem como a participação política no PRR, haviam lhe possibilitado circular entre as pessoas da elite da capital e do interior e granjear considerável capital social.

---

<sup>250</sup> Cf. (O Exemplo, 12.04.1928)



Reprodução da fotografia da *Irmandade do Divino Espírito Santo* que, na oportunidade, preparava-se para sair da sua Capela em direção a mais uma procissão pelas ruas centrais da capital. No centro da fotografia, com o estandarte da *Irmandade* firme na mão direita, estava Marcílio da Costa Freitas que na oportunidade ocupava o cargo de “Alferes da Bandeira do Divino”.<sup>251</sup>

A “festa religiosa mais popular da capital” era organizada pela *Irmandade do Divino Espírito Santo* há mais de cem anos, dois meses antes o “alferes da bandeira” saía às ruas de Porto Alegre e passava nas casas para pedir doações para a celebração pública ao *Divino*. A chegada da bandeira vermelha com uma pomba branca desenhada ao centro e irradiando luz para todos os lados, era entendida como uma graça divina que visitava as residências. A *Irmandade* era dirigida por 28 membros e dentre eles eram sorteados anualmente o “imperador festeiro” e o “alferes da bandeira”, cargos que geralmente eram distribuídos entre as pessoas mais bem posicionadas no meio social porto-alegrense. No ano de 1924, o “imperador” era o industrial José Berta e o “alferes” era o funcionário público Marcílio da Costa Freitas,

<sup>251</sup> O posto militar de “alferes” era utilizado no exército do Brasil colonial e imperial, o que corresponde atualmente à hierarquia militar de segundo-tenente. A legenda sob a fotografia está conforme o artigo denominado: “Domingo de Pentecostes.” Cf. (O Exemplo, 08.06.1924)

ambos estavam ao centro da reprodução fotográfica com os respectivos estandartes postados ao lado direito.

As festas do *Divino Espírito Santo* eram o ápice da organização e da mobilização voltada para a celebração religiosa em comemoração à descida do Espírito Santo sobre os apóstolos, realizavam-se 50 dias depois da Páscoa com missas, procissões, distribuição de brindes e exibições cinematográficas na Praça da Matriz da cidade. Marcílio ocupou vários cargos nas festas e na *Irmandade*, mas é provável que nenhuma atribuição religiosa lhe tenha dado tanto trabalho como o de “alferes da bandeira”, que era a pessoa responsável por passear em procissão pelas ruas da cidade e recolher os donativos para a festa. Naquela posição deve ter realizado muitos contatos com pessoas de todos os níveis sociais e tornar-se reconhecido como um homem de fé, pai de família e também como o principal dirigente do jornal *O Exemplo*. Aliás, os redatores do semanário mantiveram por vários anos o endereço da redação e oficina na Rua Espírito Santo, número 24 A, depois eles deslocaram a sede da publicação para o número 126 da mesma Rua.<sup>252</sup>

As proximidades entre os lugares das duas maiores devoções da vida de Marcílio – *O Exemplo* e a *Irmandade do Divino Espírito Santo* – nos sugerem vinculações muito próximas entre o culto religioso e a veneração que tinha ao jornal dos negros. Ele dedicou a vida aos dois veículos de fé e esperança em Deus e nos homens, foi entorno dos quais que Marcílio de Freitas construiu as carreiras de devoto e intelectual, foi a partir desses meios que ele perenizou as suas vinculações espirituais, afetivas e materiais.

Em relação ao seu “filhinho”, como Marcílio representava o trabalho, o carinho e a dedicação que dispensava ao semanário, posso adiantar que *O Exemplo* sentiu a sua falta e não durou muito tempo depois da sua morte. Eu relembro ao leitor que Marcílio de Freitas morreu em 06 de abril de 1928, e menos de dois anos depois, em janeiro de 1930, o jornal *O Exemplo* deixou de existir. Sem dúvida que a morte dele foi um duro golpe na organização do “Grupo Mantenedor” do semanário que

---

<sup>252</sup> A capela do Divino Espírito Santo foi construída inicialmente, em 1772, na esquina da Rua Duque de Caxias com a Rua Espírito Santo, ao lado de onde hoje está a Catedral Metropolitana. O “império do Divino” ficava de frente para a Praça da Matriz onde aconteciam as festas, organizadas pela Irmandade desde 1821, em comemoração a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos, conhecida como pentecostes. São muitas as lembranças no meio negro sobre as festas do Divino Espírito Santo, algumas se remetem a nova capela fundada em 1929, atrás do atual Pronto Socorro. Neste sentido, ver: SANTOS, et. al., 2010, p. 58-61.



ajudou a colocar no mundo e que desde então ele tornou-se um dos principais esteios. Marcilio ajudava financeiramente na manutenção do jornal, e era a mais importante liderança que exercia verdadeiro fascínio sobre o grupo. Ele era um líder carismático que pela sua trajetória junto ao hebdomadário desde a fundação, representava toda a disposição para a mudança e a esperança de que um dia os negros fariam parte da “comunhão nacional”.

#### **4.2 Lideranças negras e organizações políticas**

A respeitabilidade pública das lideranças negras em parte sustentava-se na aceitação dos valores morais da elite e das classes médias locais, a legitimidade que obtinham na sociedade reforçava a manutenção dos vínculos com o meio popular de origem. A construção dos laços de sociabilidades que extrapolavam os meios sociais e étnicorraciais dos quais eram originários, se dava basicamente a partir da capacidade intelectual e política de colocarem-se em posições de lideranças entre os negros e na arena das disputas para a mobilidade social pretendida.

Alguns deles mantiveram os laços sociais, políticos e culturais entre os seus parentes e amigos, essa foi a maneira que encontraram de não se verem suspensos em redes sociais ou imersos num universo cultural elitizado que lhes dizia tão pouco. A maioria dos redatores d’*O Exemplo* se manteve presente nos espaços culturais em que os negros circulavam, o que os legitimava aos papéis sociais de lideranças e representantes daquele meio. Conforme vou demonstrar a seguir, os jornalistas negros foram mais do que simples mediadores que serviram ao processo de assimilação cultural ou pontes que ligavam universos geralmente vistos como separados ou distantes. Eles assumiram os lugares de lideranças étnicas preocupadas com a organização política e social do “grupo étnico” do qual eram originários e, com o qual passaram a reelaborar e a difundir uma consciência étnica possível no quadro social e institucional em que viviam.

Para Poutignat; Streiff-Fenart (1998, p. 55-84), a definição de grupo étnico emerge da diferenciação cultural e social estabelecida entre grupos que interagem em um dado contexto de relações interétnicas. Os autores estavam preocupados em analisar como o problema sociológico da etnicidade se constituiu historicamente, e

procuravam respostas para a seguinte questão: o que é um grupo étnico? Este era o título do capítulo 3 do livro citado, onde eles acompanharam alguns teóricos da etnicidade que afirmaram que a categoria grupo étnico tem assumido atualmente cada vez mais a sua dimensão subjetiva. Tanto o grupo como a comunidade étnica é formada por indivíduos que compartilham um sentimento de pertencimento comum, uma crença numa mesma origem, o que os dispõe para a organização de instituições sociais e políticas unificadoras. A comunidade étnica se percebe como diferente dos seus vizinhos e estimula a solidariedade coletiva, enquanto os outros grupos fazem o mesmo. As interpretações sobre as situações de conflito e de segregação racial que acontecem entre agrupamentos em situações de contato aproximado, se deslocaram do conteúdo cultural para a análise das relações sociais e políticas que permitiram a emergência estratégica da etnicidade.

Nesse sentido, os intelectuais negros foram indivíduos que nasceram dentro do grupo étnico e em situação social relativamente igual aos demais, mas que ao longo dos anos, graças ao seu trabalho, instrução e aos laços políticos, ascenderam socialmente e converteram-se em representantes das demais pessoas da comunidade.<sup>253</sup> As instâncias associativas em que os líderes negros atuaram serviram como organismos de representação política que se voltaram para a defesa dos interesses dos seus afiliados, e serviram como catalisadores das sociabilidades do grupo. Nesta parte da tese vou deter-me nas suas atuações como lideranças do meio esportivo relacionado ao futebol e, finalmente, à promoção de espetáculos teatrais que tinham como conceito a promoção dos artistas negros e das temáticas relacionadas a esse universo étnico.

O futebol nasceu em Porto Alegre por iniciativa da elite local no dia 07 de setembro de 1903, nesta data foi realizado um jogo de apresentação do esporte, entre um selecionado da capital e o time do *Sport Club Rio Grande*. A população negra deve ter tomado conhecimento do evento que recebeu ampla divulgação nos jornais da cidade, além de ter um representante entre aqueles que receberam a delegação que veio de Rio Grande.<sup>254</sup> A partir daquela data o futebol se difundiu em Porto Alegre

---

<sup>253</sup> O caso Dreyfus, ocorrido na França em 1897, e o Manifesto dos Intelectuais, liderados por Émile Zola, ajudou a construir a imagem do intelectual engajado em uma causa, destinado a tomar iniciativa e ocupar a vanguarda das questões sociais e políticas. O intelectual passou a ter consciência de sua missão de revelar a verdade e encarnar as inspirações superiores da sociedade, afastá-la do crime, da bebida, aproximá-la da educação. Cf. VELLOSO, 1996.

<sup>254</sup> Segundo Damo (2002, p. 60-61), a comissão organizadora do jogo de apresentação do futebol aos porto-alegrenses foi composta por: Alberto Bins, representante do *Ruder-Clube Porto Alegre*; João

inicialmente como esporte praticado pela elite, o que foi deixando de ser paulatinamente a partir da década de 1910, quando passou a ser um dos principais entretenimentos dos meios populares. Neste ano, foi fundada a primeira associação de futebol da cidade, a *Liga Porto Alegrense de Futebol*, que se voltava ao universo esportivo e sociocultural em que predominavam os imigrantes europeus e seus descendentes.

O jornal *O Exemplo* também trazia uma notícia de como estava desenvolvendo-se o futebol nas classes populares da capital:

Tem tomado sério desenvolvimento entre nós o jogo de futebol, que invadindo todas as classes sociais, contam-se já duas associações, compostas em sua totalidade de operários, que cultivam esse gênero de esporte. *Centro Esportivo Operário e Foot Ball Club Rio Grandense* são os nomes dos dois novos clubes que apresentam-se hoje, em público, contando ainda poucos meses de existência, batendo-se em partida amistosa no gramado da primeira daquelas agremiações, situado no Campo da Redenção.<sup>255</sup>

Muitos dos envolvidos com o semanário participaram das diretorias dos clubes de futebol, atividade que obtinha a participação direta dos familiares e dos demais grupos de amigos nos afazeres administrativos e festivos. O esforço concentrado geralmente era dirigido para a organização do clube, para a conquista da sede social, para a organização do campo de futebol, para a limpeza dos uniformes, e na realização das festas e quermesses voltadas para o acúmulo de pecúlios.

Os nomes de Clemente Gonçalves de Oliveira que foi presidente da *Associação Sportiva de Foot-Ball* e presidente do *Sport Club Bento Gonçalves*; Júlio da Silveira que foi presidente do *S. C. Riograndense* e Marcílio Freitas que ocupou a “Comissão de Contas” deste clube foram, dentre outros, alguns daqueles que ocuparam cargos nas associações e times da capital. Eles foram reconhecidos como lideranças

---

Krahe, da *Sociedade Germânia*; Capitão Gaspar Frois, do *Grêmio de Regatas Almirante Tamandaré*; Capitão Amadeu Massot, da *União Velocipédica*; Otto Niemeyer, da *Rodforvier Verein Blitz*; e J. Mink, da *Sociedade Turnerbund*. No dia 06 de setembro de 1903, às vésperas do jogo que se daria na Várzea da Redenção, foi apresentado um espetáculo de gala aos visitantes no Teatro São Pedro. Naquela oportunidade, logo depois da meia noite o tenente-coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt teria interrompido o espetáculo para dar vivas à independência do Brasil.

<sup>255</sup> Segundo Franco (2006, p. 160-164), o Campo ou Várzea da Redenção foi inicialmente conhecido como Campo do Bom Fim e passou a ser denominado Redenção, em 1884, para solenizar o movimento de libertação dos escravizados, iniciado naquele ano. Em 1935, para homenagear o centenário da Revolução Farroupilha, o Campo da Redenção passou a denominar-se Parque Farroupilha, o que não caiu no gosto popular que manteve o antigo nome que fazia referência à liberdade. (O Exemplo, 16.10.1910)

importantes nas principais conquistas destes dois principais clubes de futebol do meio negro porto-alegrense e, ao que pude comprovar, não demonstraram qualquer aversão ou separação com relação aos demais times. Esta foi a interpretação de Gonzales (1979), que se deu a partir do relato de Lupicínio Rodrigues, e onde o autor buscou a veracidade para que a história da origem do *S. C. Riograndense*, nascido entre os “mulatos de classe média”, se mantivesse e se reproduzisse entre os historiadores do futebol no Estado. A afirmação de Lupicínio foi realizada em 1963, quando ele participava de uma festa no clube *Satélite Prontidão* e ao ser questionado como podia “ser da raça”, de origem humilde, criado na Ilhota, e ainda ser torcedor do *Grêmio*, um clube de futebol da elite da cidade. Ele teria definido a data, o local e os nomes dos principais fundadores do *S. C. Riograndense*.<sup>256</sup>

A história do futebol no meio popular e negro porto-alegrense é uma das páginas mais controversas sobre o esporte na cidade, o que se deu, provavelmente, por um lado pela falta de pesquisa nas fontes produzidas por esta população, por outro, pelas interpretações precipitadas e mal concluídas. O resultado desta tese de forma alguma pretende encerrar o debate, mas apenas lembrar que a imprensa negra é uma fonte fundamental para se repensar essa e outras questões que envolvem a história do negro no Rio Grande do Sul.

As lideranças étnicas do meio negro tiveram nos times, nos clubes e nas ligas e associações voltadas ao futebol um expediente importante para a manutenção dos jornais,<sup>257</sup> para a troca de informações e para a afirmação da etnicidade.<sup>258</sup> Eles adquiriram posições de relativa influência social dentro da comunidade étnica, o que se consolidou ao longo do tempo como base de sustentação para as suas próprias

---

<sup>256</sup> O músico e compositor porto-alegrense Lupicínio Rodrigues (1914-1974), teria respondido o seguinte: “– Em 1907, uma turma de mulatinhos que naquela época sonhava com a evolução das pessoas de cor, resolveu formar um time de futebol. Entre esses mulatinhos, estava o senhor Julio da Silveira, pai do nosso querido Antoninho Onofre, o senhor Francisco Rodrigues, meu querido pai, o senhor Otacílio Conceição, pai do nosso amigo Marcely Conceição, o senhor Orlando Ferreira da Silva (aqui presente – velho funcionário da Biblioteca Pública), o senhor José Gomes e outros”. No final do ano de 1920, o nome de Francisco Rodrigues aparecia como vice-presidente do clube *Riograndense*, ele fazia parte da diretoria que fora eleita para o ano seguinte. (O Exemplo, 12.12.1920)

<sup>257</sup> O *S. C. Primavera* e o *S. C. 8 de Setembro* fizeram jogo em benefício do jornal *A Liberdade* no *ground* do *S. C. Riograndense*, além do que os jornais cobravam os anúncios comerciais das atividades promovidas pelos clubes. (O Exemplo, 05.02.1922)

<sup>258</sup> Na coluna intitulada “Pelo Sport” o jornal *O Succo* anunciava o jogo de futebol que se daria entre o *S. C. Rio Branco* da cidade de Santa Maria, com o *Ford F.B.C.* que fazia parte da *Associação de Amadores de Futebol de Porto Alegre*. O time do *Rio Branco* era anunciado como: “é o líder dos clubes de epiderme menos branca de Santa Maria”. (O Succo, 13.07.1924)

trajetórias intelectuais e de ascensão profissional. O reforço para os papéis sociais que ocuparam como lideranças se deu tanto dentro como fora das suas comunidades de origem. As experiências em ambos os espaços sociais serviram para o desenvolvimento de suas capacidades de decisão, assim como para a ambição por melhores condições sociais.

A fundação dos times de futebol e, principalmente da *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense*, em 1920, foram iniciativas voltadas para a consolidação de seus papéis sociais como representação étnica. Nesse sentido, na festa de aniversário de fundação de um ano da *Liga*, realizado no dia 24 de abril de 1921, na casa do “presidente honorário”, senhor Arthur Paulino da Rosa<sup>259</sup>, o orador oficial da entidade discursou:

Logo que foi lançada a ideia da fundação da Liga Nacional de Futebol com o fim altamente nobilitante de procurar reunir e acolher no seu seio os diversos clubes que cultivam o apreciado desporto bretão, e que por aí viviam esparsos, sem relações de sociabilidade dignas de tal nome [...] começaram a chegar aos meus ouvidos os juízos mais disparatados que são tecidos sempre entorno de cada Agremiação [sic] que surge.<sup>260</sup>

Conforme o texto acima sugere, parecia não ser uma tarefa fácil a reunião dos clubes que cultivavam o “desporto bretão” no meio negro, havia acirradas disputas extra-campo que iam em direção às diferenças fenotípicas e sócioeconômicas entre os jogadores e os dirigentes dos times de futebol. A sociedade como um todo se achava fragmentada do ponto de vista da ocupação territorial e por características étnicas, culturais e econômicas, o que não era diferente no meio esportivo.

Guimaraens (1985) apontava que nos anos de 1920 existiam três ligas de futebol em Porto Alegre, vulgarmente reconhecidas como: *Liga do Sabonete* (que

---

<sup>259</sup> Arthur Paulino da Rosa era uma antiga liderança negra da cidade, antes de ser o “presidente honorário” da *Liga Nacional de Futebol Porto Alegrense* ele havia ocupado cargos importantes, desde 1890, na *Irmandade Nossa Senhora do Rosário* e na *Sociedade Floresta Aurora*. (O Exemplo, 03.10.1920)

<sup>260</sup> O transcurso de um ano de vida social da *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense* foi comemorado na Rua Lobo da Costa, número 78, atualmente conhecida como Rua Olavo Bilac, na época era um dos territórios negros do bairro Cidade Baixa. O discurso de Flávio Tullio de Campos, reconhecido orador do meio negro da cidade, foi proferido no dia 24 de abril de 1921, quando também era empossada a nova diretoria e o “Conselho Superior” da *Liga*. No evento estiveram presentes alguns jornalistas do jornal *O Exemplo* que se fartaram com o “gordo e saboroso churrasco à gaúcha, regado a chopp”, dentre os quais, estava Dario de Bittencourt que foi eleito em assembleia, juntamente com mais seis componentes, para compor o “Conselho Superior” da entidade. (O Exemplo, 27.02.1921, 13.03.1921, 01.05.1921 e 08.05.1921)

aglutinava os times da elite econômica, principalmente de origem alemã), *Liga do Sabão* (composta por clubes da “classe média baixa”, comerciários e etnias minoritárias como poloneses e outros), e a *Liga dos Canelas Pretas* (formada por times de jogadores negros e “mestiços” que não podiam jogar nos outros clubes). Tendo como base de suas pesquisas os depoimentos orais, o autor nos dava uma mostra do modo jocoso e hierarquizado que o mundo do futebol reproduzia as clivagens sociais que se reproduziam na sociedade como um todo.

Segundo Santos (2010, p. 83-85), a *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense* teria sido fundada em 1910, o que deu origem para o que atualmente se conhece como “Liga da Canela Preta”, expressão que jamais encontrei na imprensa negra daquela época. Esse é mais um dos casos em que a história dos negros gaúchos passou a ser representada pelo movimento negro contemporâneo de forma positiva. O que era tratado de forma pejorativa pela grande imprensa da época como “Liga da Canela Preta”, conforme sobejamente afirmado pela historiografia que trata do futebol, atualmente é reverenciado como um dos ícones da resistência esportiva dos negros da capital.<sup>261</sup>

Segundo acompanhei nas páginas d’*O Exemplo*, nos anos iniciais daquela década, existiram três entidades que procuravam reunir os clubes de futebol do meio popular: uma, era a *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense*, outra, era a *Associação Esportiva de Futebol*, e a terceira, era a *Associação de Amadores de Futebol*. A primeira parece ter sido a mais antiga e que durou mais tempo, era composta pelos seguintes times de futebol: *Riograndense*, *Palmeira*, *1º de Novembro*, *União*, *Bento Gonçalves*, *Primavera*, *Venezianos* e *8 de Setembro*. Por sua vez, a *Associação Esportiva de Futebol* tinha na sua formação os times do *Bento Gonçalves*, *Riograndense*, *Palmeira*, *Operário*, *União*, *1º de Novembro* e *Aquidaban*. Por último, a *Associação de Amadores de Futebol* foi constituída pelos seguintes clubes: *Riograndense*, *Bento Gonçalves*, *União*, *Venezianos*, *Palmeira*, *Operário*, *Arvoredo*, *Tamandaré*, *1º de Novembro* e *Cruzeiro*.

---

<sup>261</sup> Desde a data emblemática de 20 novembro de 2006, durante a Semana da Consciência Negra de Porto Alegre, foi fundado o Grupo Canela Preta, que congrega times do meio negro da capital como: Banda da Saldanha, Sociedade Floresta Montenegrina, Centro Ecumênico da Cultura Negra (CECUNE), Associação Esportiva Farinhada, dentre outros. Era uma data que lembrava a morte do líder negro do Quilombo dos Palmares que, por sua vez, passou a reverenciar também as organizações desta população que se deram por meio da resistência cultural no futebol.

A repetição dos nomes dos clubes entre as entidades esportivas não deve surpreender, existia uma competição por representatividade entre os times e suas instituições formais. A impressão que tive foi que as associações *Esportiva* e de *Amadores de Futebol*, foram paulatinamente ao longo dos anos de 1920, colaborando para a que a *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense* desaparecesse. Embora houvesse certa hierarquia entre as três entidades no meio popular da cidade, que se davam principalmente na direção do profissionalismo, tive mostras de que a diversidade financeira ou de pigmentação da pele não tinha um significado tão expressivo em termos da separação em diferentes times e associações de futebol. As três associações de futebol, inicialmente co-existiram no tempo e seus clubes jogaram entre si nos campos de futebol que foram ocupados pela população negra de origem popular.<sup>262</sup>

A *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense* foi aquela que me pareceu aglutinar apenas os times do meio negro, constituía-se na “primeira divisão do futebol” entre eles, tinha uma diretoria organizada e se mantinha preocupada com a ordem tanto dentro quanto fora do campo. A *Associação Esportiva de Futebol* parecia rivalizar com a *Liga* em termos de organização, mas buscava uma integração maior no meio esportivo da cidade, o que a levava a extrapolar as fronteiras étnicas e sociais da comunidade negra. A *Associação de Amadores de Futebol*, por sua vez, foi a última a extinguir-se e estava voltada para absorver as iniciativas que iam na direção do amadorismo ou da simples diversão, mais do que ao profissionalismo, como pareciam ser os casos das anteriores.<sup>263</sup>

O *S. C. Bento Gonçalves*, por exemplo, no ano em que era presidido por Clemente Gonçalves de Oliveira, contratou o jogador João de Araújo Bastos que veio

---

<sup>262</sup> O “campo da Rua Arlindo” foi o mais citado entre todos os espaços utilizados para a disputa do futebol entre os times, clubes e associações negras divulgadas no jornal *O Exemplo*. Conforme Franco (2006, p. 40), a Rua Arlindo localizava-se no Bairro Azenha, e avançava em direção ao leito do arroio Dilúvio, junto aos banhos que formavam a vila que passou a ser reconhecida como Ilhota. Este foi um reduto tradicional da população negra que perdeu as características originais de pequena ilha, em 1946, por obra pública que canalizou as vazões dos arroios Dilúvio e Cascatinha que se encontravam naquela parte da cidade.

<sup>263</sup> A *Associação de Amadores de Futebol* foi fundada, no dia 3 de maio de 1923. Desde esta data, a *Associação* passou a organizar, a cada passagem do dia 13 de maio, a Taça José do Patrocínio. No ano de 1924, jogaram os times que representaram o bloco carnavalesco *Tesouras*, o clube cultural *José do Patrocínio* e a associação *Floresta Aurora*. Também participaram do evento dois times formados por operários do comércio local. (*O Exemplo*, 13.05.1924 e 13.05.1927) Em uma das últimas vezes que vi referências da *Associação de Amadores de Futebol* foi em 1929, ela tinha sede própria e ainda anunciava seus jogos no campo da Rua Arlindo. (*O Exemplo*, 11.03.1929)

do *S. C. Juvenil*, tradicional clube do meio negro pelotense.<sup>264</sup> Ele era conhecido como “Bastinhos” e veio do interior para jogar no clube das cores “celeste-rubro”, o que podia significar não apenas maiores possibilidades de contratação e manutenção de jogadores dos times da capital em relação aos times do interior, mas principalmente a intenção de melhorar os seus quadros na direção do profissionalismo.

O “Balanço Geral da Associação Sportiva de Foot Ball”, organizado pela Tesouraria da entidade, que compreendia o período de 7 de abril de 1921 a 10 de abril de 1922, nos dá mostras da sua organização: sob a rubrica de “mensalidades” o valor arrecadado era de 540\$000 e de “inscrições” 410\$000, dentre outras receitas.<sup>265</sup> Ambas as iniciativas nos indicam uma preocupação grande com a qualidade competitiva dos times e com a organização financeira de sua entidade representativa, o que parece ter minimizado com a criação da *Associação de Amadores de Futebol* que se voltava mais para as disputas internas entre os times populares da cidade.

No final do ano de 1920, os redatores d’*O Exemplo* anunciavam o “grande match de foot-ball” que ocorreria na sede do *S. C. Internacional*, localizada na Chácara dos Eucaliptos. Segundo eles, seria uma excelente oportunidade para que os clubes locais dessem as mãos, num “congraçamento útil e necessário”, o que seria levado à cabo num lugar melhor organizado para a prática do esporte. Com este objetivo foi organizada uma reunião no “escritório” do jornal, onde estiveram presentes os representantes dos seguintes times da *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense: Riograndense, Palmeira, 1º de Novembro, União, Bento Gonçalves, Primavera, Venezianos e 8 de Setembro*. Na oportunidade os representantes dos clubes que se reuniram na redação d’*O Exemplo* definiram o local e o dia do embate esportivo, e ainda os nomes dos jogadores que comporiam os dois selecionados.<sup>266</sup>

O jogo seria disputado num local mais próximo do centro da cidade, cercado e com arquibancadas de madeira que eram pregadas nos eucaliptos, o que daria maior

---

<sup>264</sup> Cf. (*O Exemplo*, 2 e 9.04.1922)

<sup>265</sup> O volume total de arrecadação da *Associação* perfazia o valor de 1.702\$500, recurso que era bastante significativo naquele meio esportivo e que, inclusive, possibilitava o aluguel da sede diretiva e social, e dos campos de futebol na cidade. (*O Exemplo*, 30.04.1922)

<sup>266</sup> Por favor, não confundir o local conhecido na época como “Chácara dos Eucaliptos”, localizado na Azenha, com o Estádio dos Eucaliptos, que foi fundado pelo *S. C. Internacional*, em 1931, na Rua Silveiro, no atual Bairro Menino Deus. A Chácara dos Eucaliptos foi o terceiro endereço do campo de treinamento do *Internacional*, enquanto o segundo local foi a Várzea da Redenção. O primeiro havia sido, desde a sua fundação em 4 de abril de 1909, justamente o famoso campo da Rua Arlindo, que foi abandonado em função das constantes inundações e logo ocupado, a partir de 1912, pelos times negros.



visibilidade pública ao evento e segurança aos torcedores que pagariam seus ingressos. Foram formados dois *scratches*, constituídos por jogadores dos clubes filiados à *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense*, que receberam os nomes de *Nacionalistas* e *Exemplaristas* para representar a *Liga* e o jornal *O Exemplo*. O primeiro quadro seria formado pelos seguintes jogadores: Ambrósio (goleiro), Odim, Corrêa, Frutuoso, Gib-Geb, Xirú, Cradim, Cordolino, Salvador, Lagarto e Biluca. O segundo time teria como *players* os seguintes nomes: Barros (goleiro), Maia, Sabino, Laurentino, Pedrinho, Podalírio, Castelhana, Arlindo, Luiz, Uruguaia e Pelotas. Ambos os times vestiriam, respectivamente, os uniformes nas cores preta e branca que distinguiriam os contendores no gramado.<sup>267</sup>

Os nomes dos jogadores das duas equipes, se comparados aos demais times da época que geralmente remetiam às designações de origem europeia, destacavam o universo popular em que estavam inseridos. Os apelidos faziam menção desde a cultura gaúcha e a sua influência fronteiriça (Xirú e Castelhana), passando pelos locais das prováveis origens (Uruguaia, Pelotas) dos contendores, até a busca da referência em outros jogadores negros que haviam obtido sucesso. Este talvez fosse o caso de Cradim, um dos jogadores que formou o time dos *Nacionalistas*, que podia ser uma corruptela do Gradim, famoso *player* da seleção uruguaia. Ao passar pelo Rio de Janeiro no final da década de 1910, em jogo pelo campeonato sul-americano, Gradim mostrou aos brasileiros que um “preto” podia ser um grande jogador de futebol. Segundo Mário Filho (2003, p. 110), depois da sua passagem pelo Brasil: “Foi uma praga de Gradins pelo Brasil afora. Todo preto que jogava um pouco de futebol virava um Gradim”.

No número seguinte do jornal, publicado no dia em que se daria o “match de foot-ball organizado pelo *O Exemplo*”, os redatores do periódico traziam a seguinte informação sobre os objetivos do evento:

[...] apresentar ao mundo esportivo porto-alegrense uma plêiade de esperançados jovens, que sabem cultivar com verdadeiro ardor o esporte bretão e que compreendem que para tudo que aspiramos alcançar é necessário muito esforço e muita dedicação. [...] É pois de esperar que as nossas atuais entidades esportivas com o grande encontro de hoje tenham mais uma vez ocasião de abraçarem-se fraternalmente em benefício do esporte e à obra de soerguimento da raça.

---

<sup>267</sup> (O Exemplo, 12.12.1920)

Este foi o primeiro exemplar do jornal em que o nome de Dario de Bittencourt apareceu como “diretor” da redação. Ele substituiu o nome de João Batista da Silva Júnior no cargo que este ocupava desde 1917.<sup>268</sup>

Os intelectuais negros descobriram no esporte, particularmente no futebol, uma maneira de canalizar as energias reprimidas dos jovens para o confronto entre os grupos organizados em equipes e clubes. O futebol passou a ser encarado como um método educativo e de controle social que canalizava as emoções para o “esforço e a dedicação” que deveriam levar os praticantes mais longe do que ao gol adversário. Os campos de futebol representavam bem mais do que um lugar em que se davam as exibições públicas dos atletas que corriam e suavam atrás de uma bola de couro, eram espaços voltados às sociabilidades e ao lazer. Os gramados eram locais que permitiam a visibilidade pública da população negra, que desfilavam seus esforços e organizações voltadas ao ensino e ao bom comportamento. Também eram lugares para a representação pública dos negros e dos demais populares demonstrarem como eram cumpridores das regras e dos deveres sociais.<sup>269</sup>

A organização dos times em clubes de futebol, depois em ligas e associações desportivas, servia ao reconhecimento público dos negros no “mundo esportivo” porto-alegrense, o principal objetivo era que se elas se tornassem instituições representativas dos seus interesses. Nesse sentido, na coluna que levava o título de “Pelo Esporte” eram noticiados semanalmente o calendário esportivo que definia os locais, dias e horários dos treinamentos e dos jogos, além das confusões que se davam nos gramados. A divulgação das notícias mostrava a organização daquele mundo esportivo, o que corroborava com as regras estabelecidas de comum acordo nas ligas, e denotava a preocupação com a criação de mecanismos de controle contra a violência e o desregramento social.

Os clubes eram muito bem organizados em diretorias hierarquizadas, eleitas em assembléias de torcedores, que mantinham um corpo de associados (homens e

---

<sup>268</sup> A reportagem tinha o seguinte título: “O match de foot-ball organizado pelo *O Exemplo*”. (O Exemplo, 19.12.1920) João Batista da Silva Júnior ocupou o cargo de diretor da redação do semanário desde 1917. Ele morreu em 28 de outubro de 1920, aos 29 anos, quando cursava o quarto ano da Faculdade de Direito de Porto Alegre. No seu enterro estiveram presentes os representantes do *S. C. Riograndense* e do *S. C. 8 de Setembro*, dentre outras entidades religiosas e recreativas. Cf. (O Exemplo, 31.10.1920)

<sup>269</sup> A expansão da cultura física, relacionada ao respeito aos costumes e à moralidade, em alguns momentos recebeu contornos de verdadeira campanha no jornal, para a qual foram realizadas palestras e mobilizações. “Campanha de atletisação.” (O Exemplo, 10.06.1923)

mulheres) que pagavam mensalidades e que participavam ativamente dos jogos. Os torcedores eram os principais suportes afetivos e materiais dos times populares, além das mensalidades eles realizavam festas, sorteios e quermesses em prol dos cofres das entidades. O principal momento em que as mulheres, filhas, esposas e irmãs dos principais dirigentes, jogadores e demais afiliados, participavam da vida associativa e do crescimento dos times de futebol eram quando da realização dos jogos e dos eventos festivos.

A iniciativa dos articulistas do jornal e dos representantes dos clubes com a organização daquele “match de foot ball” parece ter dado certo, pois segundo as suas estimativas o público que se reuniu no *ground* do *S. C. Internacional* teria chegado a algo entorno de um milhar de torcedores. Como o jogo deu empate em zero a zero, foi realizado um novo embate futebolístico no final de semana posterior. As disputas tiveram como objetivo, além da citada necessidade de conagraçamento e união entre os times, angariar recursos para os cofres dos clubes filiados à *Liga* e, principalmente demonstrar a capacidade técnica e física dos jogadores negros. Segundo o periódico os jogadores preenchiam todos os requisitos para o desempenho da: “[...] tecnologia do futebol para mostrar que não é só no meio abastado onde campeia a espécie de profissionalismo que se tiram elementos de incontestável valor[...]”<sup>270</sup>

Foi a partir de 1918, segundo Jesus (1999, p. 154), que a *Federação Brasileira de Sports* passou a autorizar os times e as entidades futebolistas a aceitarem os negros nos seus quadros, o que abriu lentamente a possibilidade da inserção dos jogadores no futebol profissional. No nosso caso, foi só a partir de 1922, com a criação da Associação Porto Alegrense de Desporto (APAD), que os negros começaram a se inserir nos times da segunda divisão dos campeonatos locais. A segregação racial no futebol da cidade não era um caso isolado no Estado, na coluna intitulada “Interior” do jornal *O Exemplo*, vinham informações que relatavam outras situações. Em Pelotas, por exemplo, a *Liga José do Patrocínio* havia realizado, no campo do *S. C. União*, as

---

<sup>270</sup> Cf. (O Exemplo, 26.12.1920) No exemplar do dia 6 de janeiro de 1921, eles apresentavam a receita e a despesa dos dois jogos de futebol que haviam sido realizados entre os selecionados que representaram a *Liga Nacional de Futebol Porto Alegrense* e *O Exemplo*. O escore foi de 2 gols a 0 para a *Liga*, mas o saldo favorável foi de 66\$500 que seria revertido para a manutenção do jornal. Cf. “O nosso match”. (O Exemplo, 06.01.1921)

partidas de futebol entre os times do *S. C. Juvenil* e *S. C. Universal* que compunham a referida associação da cidade, formada para congregar os times negros pelotenses.<sup>271</sup>

Havia intensa troca de informações entre as equipes e as associações de futebol dos negros do Rio Grande do Sul, em algumas ocasiões os clubes da capital se deslocaram para o interior para jogar bola e vice-versa.<sup>272</sup> O *S. C. Bento Gonçalves*, conforme reproduzido na historiografia sobre o futebol no Estado, teria sido o primeiro time negro a excursionar ao interior, o que teria ocorrido em 1923, quando a diretoria, os jogadores e alguns torcedores se deslocaram em comitiva para a cidade de Cachoeira do Sul e, dois anos depois a Pelotas e Rio Grande.<sup>273</sup> Segundo informação colhida no jornal *O Exemplo* a delegação do *Bento Gonçalves* excursionou à cidade de Cachoeira do Sul em 1922, para jogar contra o time do *S. C. 15 de Novembro* que havia sido fundado no início do ano anterior.<sup>274</sup>

Por outro lado, a possibilidade inversa parece nunca ter sido questionada pelos historiadores, nessa direção, obtive a informação n' *O Exemplo*, que o *S. C. Rio Negro* da cidade de Rio Grande jogaria contra o *S. C. Bento Gonçalves* na capital do Estado. O jogo entre os dois times de futebol ocorreria no campo da Chácara dos Eucaliptos, no dia 22 de janeiro de 1922.<sup>275</sup> O *S. C. Rio Negro* fazia parte da comunidade negra da cidade de Rio Grande, tinha sido fundado em 16 de janeiro de 1919, e tinha entre os seus dirigentes o nome de Carlos da Silva Santos, que se tornaria uma das principais lideranças negras do Estado.<sup>276</sup>

---

<sup>271</sup> Conforme o periódico *O Exemplo*, a *Liga José do Patrocínio* foi fundada em Pelotas, em 10 junho de 1913. Em 1924, o jornal anunciava que havia sido eleito o novo presidente da referida associação futebolista pelotense, era o senhor Facundo da Cunha Mira. Uma parte da trajetória da família Mira foi brevemente acompanhada no capítulo anterior, José Mira foi colaborador do jornal *A Alvorada* e seus familiares estiveram envolvidos com os clubes negros da cidade. (*O Exemplo*, 1.06.1924)

<sup>272</sup> Em 1925, o jornal *A Hora*, da cidade de Rio Grande, anunciava que o *S.C. Rio Negro* excursionou a Pelotas para “disputar o match amistoso” contra o *S.C. América do Sul*, o que seria realizado para batizar o estandarte do *América* que era tri-campeão da Liga José do Patrocínio. O *Rio Negro* sagrou-se vencedor sobre o adversário pelotense, o *score* teria sido de 2 a 1, motivo pelo qual o time riograndense foi muito comemorada nas páginas do jornal. (*A Hora*, 22.02.1925)

<sup>273</sup> Cf. JESUS, 1999 e DAMO, 2002, p. 92.

<sup>274</sup> O *S. C. Bento Gonçalves* foi recepcionado na “gare da Viação” de Cachoeira do Sul pelos representantes do *Cachoeira F. C.*, *S. C. Guarany*, *S. C. Militar* e *Estrela F. C.*, além dos mandantes do jogo. (*O Exemplo*, 9 e 30.07.1922) Segundo o jornal *O Astro*, o *S. C. 15 de Novembro* foi fundado no mês de janeiro de 1921, e permanecia atuante no ano de 1927, quando realizou amistoso contra o *Grêmio Sportivo Operário* da cidade de Rio Pardo. (*O Astro*, 29.09.1927)

<sup>275</sup> Cf. (*O Exemplo*, 22.01.1922)

<sup>276</sup> O *S. C. Rio Negro* anunciava a eleição de nova diretoria onde seriam empossados o 1º Secretário Romualdo da Silva Santos e o “representante” do clube o senhor Carlos da Silva Santos. (*O Ex.* 18.06.1922) Segundo Clemente (1994), Carlos da Silva Santos (1904-1989) foi líder operário, deputado estadual e federal. A sua família tinha a origem em Pelotas, onde o seu avô, Manuel da Conceição da Silva Santos, em 1883, ajudou a fundar o jornal abolicionista *A voz do escravo*.

Ainda no ano de 1922, portanto, um ano antes da provável ida do *S. C. Bento Gonçalves* para jogar no interior do Estado, um outro clube veio à Porto Alegre para jogar contra esse time de futebol. O *S. C. 15 de Novembro* deslocou-se de trem da cidade de Cachoeira do Sul para jogar contra os times dos “bentinhos”, como eram conhecidos os torcedores do *Bento Gonçalves*, e do *S. C. Palmeiras*. A missão esportiva do interior foi chefiada por Ulysses Álvaro de Barros, José de Farias e Manoel de Campos Pereira que haviam fundado o referido clube.<sup>277</sup> O evento fazia parte dos “Matches Intermunicipais” que foram organizados pela *Liga Nacional de Futebol Porto Alegrense* e que geralmente terminavam em grandes bailes que se realizavam na Sociedade Floresta Aurora.<sup>278</sup>

As vinculações políticas em defesa dos negros, a circulação nos mesmos espaços sociais, os envolvimento em projetos comuns, bem como as ligações pessoais, afetivas e parentais, entre os cachoeirenses e os portoalegrenses, aproximaram as trajetórias de vida de alguns dos responsáveis pela manutenção dos jornais. Com o perdão do trocadilho, os intelectuais da capital serviram como exemplos de organização para os redatores do interior, assim como estes trocaram informações com os homens da capital. O nome de José de Farias, um dos fundadores do jornal *O Astro* em Cachoeira do Sul, geralmente aparecia muito próximo dos nomes de Ulysses Álvaro de Barros, Carlos Alberto da Costa e Manoel de Campos Pereira. As trajetórias dos três últimos apareceram n’*O Exemplo* desde pelos menos o início de 1920, foi quando se deu a fundação do time de futebol do *S. C. 15 de Novembro* em Cachoeira do Sul.<sup>279</sup>

---

<sup>277</sup> Ulysses Álvaro de Barros foi primeiro secretário, vice-presidente, presidente e participante do Conselho Deliberativo do *S. C. 15 de Novembro*. Ele ocupou vários cargos no meio associativo cachoeirense, dentre os quais o de primeiro secretário da *Liga Operária Internacional* da cidade. Barros era Conferente do Posto Fiscal da Alfândega de Cachoeira do sul, cargo que provavelmente o levou até aquela cidade, uma vez que ele era “correspondente” d’*O Exemplo* desde o início da década de 1920. Com a morte de Manoel de Campos Pereira, que ocorreu no dia 13 de dezembro de 1922, ele assumiu o posto de “representante e agente” do semanário. A partir de 1927, ele voltou a residir em Porto Alegre e no dia 9 de abril de 1928, ele estava presente na reunião do Grupo Mantenedor do jornal *O Exemplo*. Cf. Ata do Grupo Mantenedor do jornal pesquisada no Arquivo Dario de Bittencourt, localizado no NPH-UFRGS.

<sup>278</sup> O *S. C. América do Sul* da cidade de Pelotas, outro clube que fazia parte da *Liga José do Patrocínio* dos negros pelotenses, jogaria contra o *S. C. União* no gramado do *S. C. Cruzeiro*, que estava localizado no Caminho do Meio na capital. O outro embate esportivo que se daria entre o clube pelotense e um time de Porto Alegre seria contra o *S. C. 1º de Novembro*, que era o tri-campeão da *Liga Nacional de Futebol Porto Alegrense*. (O Exemplo, 22.10.1922; 26.11.1922)

<sup>279</sup> Carlos Alberto da Costa nasceu em 14 de julho de 1889. Ele era um pequeno comerciante do ramo de lavanderias de roupas que, desde 1920, foi definido como “sub-agente” do jornal *O Exemplo* em Cachoeira do Sul. Em 1928, ele estava presente no sepultamento de Marcilio Freitas e em reunião,

Manoel de Campos Pereira, por exemplo, foi o principal “representante e agente” do semanário porto-alegrense na região central do Estado, até a sua morte que ocorreu no final de 1922. Ele foi o responsável por enviar as correspondências e distribuir os exemplares d’*O Exemplo*, além de arrecadar os valores das assinaturas nas cidades de Cachoeira do Sul, Santa Maria, Rio Pardo e Santa Cruz do Sul. Campos Pereira foi presidente da *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário* de Cachoeira do Sul, foi fundador da *Banda Musical Estrela Cachoeirense* e primeiro presidente do *S. C. 15 de Novembro*.<sup>280</sup> No início do ano de 1921, todos eles assumiram diferentes cargos de direção no *15 de Novembro*, e iniciaram projetos comuns com os clubes da capital para a aproximação e o intercâmbio entre os demais times de futebol dos negros das duas cidades.<sup>281</sup>

Na segunda parte deste subcapítulo destaco a atuação dos intelectuais negros para um fenômeno da massificação cultural dos anos de 1926 e 1927, que foram as apresentações da Companhia Negra de Revistas. Nesta direção, o jornal *O Comércio* de Cachoeira do Sul anunciava o convite para a chegada da Companhia Negra de Revistas que se apresentaria na cidade nos seguintes termos: “convidamos os nossos irmãos de raça e ao povo em geral para a recepção que lhe faremos na estação férrea às 10 h, 5 do corrente”.<sup>282</sup>

---

realizada em Porto Alegre, do “Grupo Mantenedor” deste jornal. Desde a fundação d’*O Astro*, temos vários elementos que mostram a sua vinculação muito próxima com os redatores cachoeirenses, do mesmo modo, foi um dos tantos “companheiros” que contribuíram para a manutenção d’*O Exemplo*.

<sup>280</sup> Todas as informações sobre ele foram colhidas ao longo da pesquisa no jornal *O Exemplo*, inclusive a notícia de que no dia 13 de maio de 1925, seria apresentada pelo *Grupo Dramático* a peça *A Liberdade* do “Sr. Manoel Campos”. Embora não tenha nenhuma outra referência sobre a sua condição de escritor, a peça poderia ser de Manoel de Campos Pereira, mas, de qualquer forma, faço constar esta informação para futuros pesquisadores. (O Exemplo, 15.02.1925)

<sup>281</sup> José de Farias, Carlos Alberto da Costa, Ulysses Álvaro de Barros e Manoel de Campos Pereira fundaram o *15 de Novembro Foot Ball Club*, conforme denominação da época. (O Ex. 27.02.1921) Eles foram eleitos, respectivamente, aos cargos de “diretor do time”, tesoureiro, primeiro secretário e presidente, logo na fundação do clube, o que se deu também no ano seguinte. (O Exemplo, 14.05.1922) A partir desta data passaram a ocupar diferentes cargos que representavam o time. Em 1925, p. ex., Carlos Alberto da Costa era o “orador oficial” do *Quinze*, como era popularmente conhecido o time no meio negro da cidade. (O Exemplo, 01.03.1925) Ele continuou a manter ligações afetivas com os companheiros que o ajudaram a fundar o clube, o que se depreende quando os redatores e alguns leitores do jornal *O Astro* homenagearam Carlos Alberto. Eles fizeram um “Assalto” em sua residência, na oportunidade ele comemorava o aniversário de 38 anos de existência. (O Astro, 17.07.1927)

<sup>282</sup> O jornal *O Comércio* foi fundado em 01 de janeiro de 1900, por Henrique Möller Filho e pelo major Virgílio Carvalho de Abreu, ligado ao Partido Liberal, e terminou em 1966. Nos primeiros cinco anos a impressão era bilíngüe – português e alemão – e o jornal semanal, a partir de 1929, passou a sofrer concorrência direta do *Jornal do Povo* que existe até hoje como o principal diário de Cachoeira do Sul. (O Comércio, 03.08.1927)

A “comissão de recepção” que divulgou este anúncio da chegada da Companhia Negra de Revistas no jornal *O Comércio*, deve ter pagado ou negociou de outra forma a publicação da notícia, já que como vimos o periódico *O Astro* era impresso no mesmo local que o representante da “grande imprensa” cachoeirense, portanto, os redatores e diretores dos dois jornais deviam se conhecer. Por outro lado, os nomes de Carlos Alberto da Costa, José de Farias e Manoel Antonio Moreira, dentre outros, foram citados como componentes da comissão que recepcionou a Companhia. Eles participavam do corpo de redatores do quinzenário negro, e tiveram que se utilizar do expediente de divulgar aquele evento no jornal de maior circulação da cidade. Era um recurso comercial que visava obter um público mais amplo, além dos da “raça”, para lotar o teatro cachoeirense e pagar a Companhia carioca.

Ao que parece a Companhia Negra de Revistas chegou na estação férrea, no dia 05 de agosto de 1927, sob os acordes da *Banda Musical Estrela Cachoeirense* e à noite fez apresentação no *Cine Teatro Coliseu Cachoeirense*. Este teatro havia sido o principal cenário para as apresentações luxuosas da elite da cidade, mas no final dos anos de 1920, já se encontrava em condições de manutenção lamentáveis. Ele ainda era o maior espaço teatral da cidade, talvez por isso fosse alugado para a apresentação da Companhia Negra de Revistas que havia feito apresentações nas principais cidades do país.<sup>283</sup>

Segundo os redatores do jornal *O Astro*, o movimento pela compra de ingressos foi “indescritível” e na hora da apresentação do espetáculo a plateia bateu os pés no assoalho de madeira ansiosa pelo aparecimento dos “artistas negros que até então nunca se tinha visto” na cidade. O espetáculo foi um triunfo incontestável que ultrapassou as expectativas do “povo cachoeirense”, mas que não era para se surpreenderem porque “os descendentes da raça” há muito tempo já vinham se inserindo em meios sociais mais importantes do que o teatro.<sup>284</sup> O artigo passava a citar os nomes de José do Patrocínio, descrito como o “grande jornalista e libertador da

---

<sup>283</sup> O *Cine Teatro Coliseu Cachoeirense* foi fundado em 1911, para ser o principal palco da elite da cidade. No ano de 1927, ele era um “barracão de madeira e zinco” prestes a ser derrubado. A Prefeitura Municipal já havia aberto concorrência nesse sentido um ano antes da apresentação da Companhia Negra de Revistas. O novo teatro com o mesmo nome e em outro local da cidade, foi inaugurado em 1938. Cf. SELBACH, p. 75 e 195.

<sup>284</sup> No centro da página de abertura do jornal tinha um quadro com a poesia intitulada “Soneto”, da autoria de Cruz e Sousa, ele vinha rodeado com o texto sobre a apresentação da Companhia negra de Revistas. (*O Astro*, 18.08.1927)

classe”, e do poeta Cruz e Sousa, que eram considerados, dentre outros, os maiores exemplos para os negros.

Os intelectuais do jornal cachoeirense levantavam a questão da representatividade do teatro realizado pela Companhia Negra de Revistas ser inferior às trajetórias dos “heróis” negros. Os nomes de Patrocínio e Cruz e Sousa eram mais importantes como exemplos e incentivos para a ascensão social e para o reconhecimento intelectual dos “descendentes da raça”. As apresentações teatrais, embora utilizadas entre os negros como expedientes recreativos e pedagógicos, não haviam granjeado o caráter de mecanismo estratégico que advinha da instrução e da dedicação às grandes causas nacionais.<sup>285</sup> Eles terminavam o texto de forma efusiva ao reconhecer que o entusiasmo do negro cachoeirense era “fantástico”, porque seus ideais estavam lentamente se realizando por todo o país. A importância daquele evento para o elemento negro da cidade era de certa forma, o reconhecimento do seu valor como grupo organizado e enquanto indivíduos que tinham capacidades para contribuir com a cultura nacional. As apresentações da Companhia Negra de Revistas por todo o país, foi um dos mais expressivos capítulos da história do negro no meio teatral.

A Companhia Negra de Revistas foi criada em 1926, no Rio de Janeiro, pelo compositor, dançarino e ator João Cândido da Silva, conhecido no meio artístico da época como De Chocolat. Ele havia participado da apresentação de peças de teatro na França, onde conhecera a famosa *Revue Nègre* de Paris, onde se apresentavam, dentre outros atores e músicos negros de *jazz*, a cantora norte-americana Josephine Baker.<sup>286</sup> Ao voltar ao Brasil, De Chocolat se associou ao cenógrafo português Jaime Silva e passou a trabalhar para formar uma companhia negra de revistas no Rio de Janeiro, o que não foi difícil de realizar pelo número de artistas negros que circulavam pela capital do país.

No início dos anos de 1920, o negro passou a entrar na moda não apenas como tema das discussões acaloradas entre os intelectuais, tudo o que fazia referência à

---

<sup>285</sup> Os nomes de José do Patrocínio e Cruz e Souza foram regularmente inseridos na imprensa negra como repositórios da dedicação ao estudo e às grandes causas nacionais, como o abolicionismo e o beletismo, aqui entendido como o prazer estético que se usufrui a partir da literatura, principalmente do acesso à poesia e das artes da escrita.

<sup>286</sup> Em 1929, Josephine Baker veio ao Brasil, foi quando a imprensa negra paulista mais salientou a “vênus negra e seus triunfos na Europa”. Ela era saudada pelo seu sucesso como artista de corpo escultural talhado em ébano, o que constituía fonte de orgulho para a “raça”, ao mesmo tempo em que omitiam os aspectos que reforçavam o seu caráter de bailarina que questionava os aspectos moralistas daquele período. Cf. DOMINGUES, 2010.



cultura afro-brasileira começou a chamar a atenção da sociedade e ser disposto no mercado de bens simbólicos como objetos de consumo. A música popular brasileira na sua expressão mais grandiosa, conhecida como choro, por exemplo, passou a ter nos *Os Oito Batutas* o seu exemplo clássico de improvisação, criatividade e domínio dos instrumentos. Entre os anos de 1919 e 1921, o grupo composto por Pixinguinha (flauta), Donga (violão), China (violão e canto), Raul (violão), Nelson Alves (cavaquinho), Luis Pinto da Silva (bandolim e reco-reco), José Alves Lima (bandolim e ganzá) e Jacob Palmieri (pandeiro), percorreram vários estados do país, inclusive o Rio Grande do Sul. No dia 29 de janeiro de 1922, *Os Oito Batutas* foram para a França, onde ficaram por seis meses. O maestro, compositor e instrumentista Pixinguinha, junto com seus companheiros de aventura, alcançaram um sucesso internacional jamais conquistado por um grupo ou artista negro brasileiro até então.<sup>287</sup>

Esse era um processo que vinha se dando também nos universos intelectual e artístico da Europa e dos Estados Unidos, onde, em 1920, o escritor Eugene O'Neill fazia sucesso com a peça de teatro *The Emperor Jones*, diretamente relacionada com a temática negra daquele país. Na capital cultural do mundo negro norte-americano, Nova Iorque, nessa mesma época, explodia o "Harlem Renaissance", que era um movimento cultural que abarcava a expressão artística nas suas mais variadas expressões, realizadas por artistas e intelectuais negros.<sup>288</sup>

Conforme Barros (2005), a estreia da Companhia Negra de Revistas aconteceu no Rio de Janeiro no dia 31 de julho de 1926, o que teria marcado o início do teatro negro de revistas no Brasil. Pixinguinha era o maestro da orquestra e sua futura esposa, que usava o nome artístico de Jandira Aimoré, estavam no palco. Ao que parece não havia impedimentos para que os músicos negros tocassem nas orquestras que se localizavam no fosso do teatro, longe do palco e das luzes, mas havia um nítido constrangimento quanto aos atores e atrizes negras ocupar o centro do cenário. As coristas negras, anunciadas como exóticas novidades passaram a ser chamadas de

---

<sup>287</sup> Alfredo da Rocha Vianna Filho (1897-1973) ficou conhecido mundialmente como Pixinguinha. Ele viveu num tempo de grande expansão comercial e diversidade rítmica da música popular brasileira. O dia do seu nascimento, 23 de abril, passou a ser considerado o Dia Nacional do Choro ou chorinho, conforme é carinhosamente conhecida, a expressão instrumental que ajudou a criar. Cf. SANTA ROSA, 2003.

<sup>288</sup> Na Europa, os pintores Henri Matisse e Pablo Picasso, entre outros, começaram a colecionar objetos africanos como máscaras, estatuetas e ornamentos que serviam de inspiração artística para aqueles que se identificavam com o cubismo e o surrealismo. A eles foi somada uma série de outros artistas plásticos, dramaturgos, poetas, e romancistas que ficaram fascinados com as descobertas do patrimônio cultural africano e da diáspora. Cf. FRANKLIN; MOSS Jr., 1989.

*black girls*, e os músicos negros das orquestras dos teatros de revistas ficaram conhecidos como “professores”, como se fazia com os músicos brancos.

A apoteose que havia vivido a Companhia Negra de Revistas desde a sua fundação, principalmente por colocar no palco atores, atrizes, cantores e músicos negros, e encenar espetáculos que traziam as temáticas afro-brasileiras, chegou ao final ainda naquele ano. Depois de uma temporada de três meses de sucesso na capital do país, a Companhia se dissolveu às vésperas de sua estreia em São Paulo. Enquanto Jaime Silva seguiu com o mesmo nome do grupo, De Chocolat fundou a Ba-Ta-Clan Preta, com inspiração na companhia de revistas de Paris que tinha o mesmo nome e havia se apresentado no Brasil no início dos anos de 1920. Foi nestas condições e de certa forma com parte apenas do seu brilho inicial, uma vez que havia perdido dentre outros, os nomes de Pixinguinha e da cantora Jandira Aimoré, que a Companhia Negra de Revistas chegou ao Estado.<sup>289</sup>

No dia da Abolição da escravidão de 1927, o jornal *O Exemplo* fazia propaganda das apresentações da Companhia em Porto Alegre. As apresentações das revistas: *Tudo Negro*, *Preto no Branco*, *Carvão Nacional* e *Café Torrado*, eram anunciadas para iniciar no dia 31 de maio, no Teatro Coliseu. A estreia se daria com a encenação da “aparatosa revista” *Tudo Negro*, composta em 2 atos e 26 quadros que contava com mais de 500 apresentações no país.<sup>290</sup> O nome de Jaime Silva vinha na frente do maestro, do “magnífico corpo de Girls”, dos atores que tinham dentre os nomes o de Othelo Gonçalves. O “Negrinho Othelo” mereceu destaque na edição do semanário que foi às ruas e bancas de jornais na véspera da chegada da Companhia no porto da capital, o que se daria por meio do vapor Comandante Alcídio.<sup>291</sup>

---

<sup>289</sup> Jandira Aimoré era o nome artístico de uma das principais cantoras da Companhia Negra de Revistas no seu início. Ela se chamava Albertina Nunes Pereira e casou com Pixinguinha no início do ano de 1927. O casal foi morar no subúrbio de Ramos no Rio de Janeiro, deixando de vez a Companhia e a oportunidade de visitar o Rio Grande do Sul. Cf. SANTA ROSA, 2003.

<sup>290</sup> Por favor, note que foi impresso no jornal como *Tudo Negro*, enquanto na bibliografia pesquisada a revista teatral sempre foi grafada como *Tudo Preto*. Infelizmente, não tive condições de verificar se houve divulgação sobre a Companhia Negra de Revista nos demais jornais da cidade, e se a primeira grafia foi desatenção ou teve alguma conotação política ou de afirmação identitária. “Companhia Negra de Revistas no Coliseu”. (*O Exemplo*, 13.05.1927)

<sup>291</sup> Esta reprodução da imagem do menino Otelo é muito parecida com uma outra publicada por Cabral (2007, p. 33), em que ele estava com o cabelo raspado e com um sorriso aberto mostrando a sua arcada dentária ainda em formação. O pequeno Otelo devia ter 7 ou 8 anos de idade e já era apresentado com casaca, gravata borboleta e uma margarida na lapela, parecia um artista adulto ou um produto exótico a ser consumido por ávidos descobridores de talentos. (*O Exemplo*, 29.05.1927)

Segundo Sérgio Cabral (2007, p. 35), o “Pequeno Othelo” estreou na Companhia Negra de Revistas, aos nove anos, em outubro de 1926. Ele estava no Teatro Apolo, em São Paulo, elegantemente vestido com uma casaca que lhe dera Jaime Silva, e abria o espetáculo *Tudo Preto* recitando um monólogo, depois voltava para cantar músicas italianas. O menino estreou em grande estilo e logo foi saudado pela imprensa paulista como o principal astro da Companhia.<sup>292</sup>



“Negrinho Othelo”. (O Exemplo, 29.05.1927)

O nome e a reprodução da imagem do “Negrinho Othelo”, conforme fora feito com a cantora “Rosa Negra” na edição anterior do semanário, era uma maneira de chamar a atenção dos leitores para o protagonismo dos artistas negros no cenário

---

<sup>292</sup> O ator que ficou conhecido como Grande Otelo nasceu com o nome de Sebastião Bernardo Silva, na cidade de Uberabinha, hoje Uberlândia – MG, em 1917. Ele foi levado para São Paulo por João Manoel Gonçalves em 1924, quando passou a fazer parte da Companhia de Comédia e Variedades como o “Pequeno Tião”. Nessa época também ficou conhecido como Othelo Gonçalves, em referência ao personagem da ópera de Giuseppe Verdi e ao nome do seu empresário e tutor. O nome de Otelo nunca mais o abandonou, variando para Otelinho, Pequeno Otelo e Grande Otelo. Em 1939, já no Rio de Janeiro, ele trocou de nome para Sebastião Bernardes de Souza Prata, mas já era conhecido como o Grande Otelo que cantava e atuava no teatro e no cinema. Ele morreu em Paris, em 26 de novembro de 1991, quando era o principal homenageado do Festival de Cinema dos Três Continentes. Cf. CABRAL, 2007.

nacional. A divulgação do espetáculo teatral trazia os principais personagens, e descrevia o itinerário de sucesso que ia de Pernambuco à Bahia, e passava pelas principais cidades do interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A passagem da Companhia Negra de Revistas por Porto Alegre, também era a oportunidade de divulgar os contratos que teriam sido fechados com empresários do Uruguai, Argentina, Espanha, Portugal e França.

O teatro de revistas se utilizava dos fatos cotidianos que envolviam a política e os costumes, no qual se juntavam as músicas e os ritmos mais conhecidos com o humor malicioso, bem ao gosto da cultura popular. As peças eram trocadas diariamente e apresentadas em até três sessões diárias nos grandes teatros, tinham preços variados compatíveis com a diversidade do público alvo e com a realidade econômica do país. O sucesso era buscado a qualquer custo, inclusive com o anúncio de personagens que acabavam não aparecendo, como foi o caso do “Negrinho Otelo”, ou de itinerários maravilhosos que ficavam apenas nos planos dos empresários.<sup>293</sup>

A apresentação de estreia da Companhia Negra de Revistas em Porto Alegre, com a revista *Tudo Negro*, embora sem a presença do pequeno Otelo, foi um clamoroso sucesso. Segundo os críticos do semanário *O Exemplo*, os “artistas brasileiros” não deixaram nada a desejar quando comparados com as demais companhias que se apresentavam no Teatro Coliseu:

[...] havendo todos os artistas, bem como a orquestra, se conduzido de modo irrepreensível, sendo muitos quadros bisados e até trisados, tal o agrado que causaram. [...] embora isso ainda não tenha sido afirmado pelos curiosos cronistas indígenas, tão sóbrios no julgamento de bons artistas patricios, quão férteis em endeusar as “estrelas” estrangeiras.<sup>294</sup>

A crítica era direta para os demais jornalistas e críticos de teatro dos grandes órgãos da imprensa da cidade. Eles geralmente faziam comentários elogiosos para as companhias estrangeiras que se apresentavam no Estado, e podem ter reforçado o tom das suas críticas em relação aos artistas nacionais. Os artistas negros que interpretavam

---

<sup>293</sup> Segundo Cabral (2007, p. 41), o menino Otelo não veio para Porto Alegre, depois das apresentações no Rio de Janeiro, ele foi retirado da Companhia Negra de Revistas por seus pais adotivos e abandonado nas ruas de São Paulo. Eles foram morar na Itália, enquanto Otelo foi deixado aos cuidados do Juizado de Menores da capital do Estado.

<sup>294</sup> O Teatro Coliseu foi inaugurado em 1910, na esquina da Praça Osvaldo Cruz. Ele foi uma das melhores casas de espetáculos do centro de Porto Alegre. (*O Exemplo*, 05.06.1927)

os papéis de malandros, mulatas, policiais, caipiras e valentões, em cenários que reproduziam os morros, os subúrbios e os ambientes do universo popular carioca, eram geralmente descritos pelos representantes da elite brasileira com certa curiosidade, exotismo e preconceito. Mesmo com o rumoroso sucesso que os artistas negros faziam fora do país, mesmo que a Companhia Negra de Revistas tivesse tido a aprovação nos principais pólos culturais brasileiros, as novidades que ela trouxe ao Estado se chocavam com as idéias recorrentes da inferioridade racial dos negros.<sup>295</sup>

Os usos dos símbolos que remetiam à cultura negra que foi criada e desenvolvida no Brasil, deram condições para um maior empoderamento identitário daquelas consciências mais despertas. Talvez em função disso, somado a outros aspectos como o início do desenvolvimento econômico do país, tenhamos uma profusão de jornais negros, dentre outras expressões culturais, que foram criadas por lideranças e intelectuais negros naquele período. Nas três primeiras décadas do século passado deu-se o processo inicial do reconhecimento da formação cultural brasileira como resultado fundamental da contribuição dos escravizados e seus descendentes. Foi nesse período que o samba, a feijoada, a mulata, a malandragem e a “ginga” no futebol, passaram a ser reconhecidos por toda a nação como elementos que constituíam a auto-imagem do povo brasileiro.

O processo de massificação cultural que se deu de forma concomitante à industrialização e ao crescimento das cidades passou a veicular, por meio do rádio, do disco, do teatro, da música e das variadas publicações, um conjunto de ideias e debates que propunham o caráter mestiço do povo brasileiro. O aspecto significativo foi que a personificação do brasileiro passou a referir-se mais aos tipos que remetiam ao universo carioca, cabe lembrar, restrito à capital do Rio de Janeiro, do que à diversidade regional do país. Por outro lado, acho desnecessário retomar a influência da Semana de Arte Moderna, em 1922, onde os pintores modernistas como Tarsila do

---

<sup>295</sup> Nesse sentido, ver o excelente texto de Gomes (2001) em que ele aborda vários aspectos de como se deu a recepção da Companhia Negra de Revistas no centro do país. Nos anos de 1926 e 1927, em que atuou a Companhia, havia uma crítica de teatro de revistas especializada que assistiu, analisou e colaborou para o sucesso e o fracasso da empresa de teatro. As apresentações da Companhia foram acompanhadas com raro interesse por intelectuais, políticos e públicos diversos, em que o papel da crítica foi bastante ambíguo, tanto no sentido de criticar o exotismo afetado dos personagens negros, como por saudar a criação da empresa como a maior expressão artística do negro brasileiro.

Amaral e Di Cavalcanti, dentre outros intelectuais e artistas, também mostraram vivo interesse pelas temáticas afro-brasileiras expressas em algumas de suas obras.<sup>296</sup>

Os intelectuais que militavam nos jornais da imprensa negra do Rio Grande do Sul buscavam mais do que o desfrute da urbanidade civilizada, também se colocavam na arena intelectual como lideranças comprometidas com um país mestiço, mas que tinha nos negros um dos seus principais pilares culturais. Contudo, não posso deixar de registrar que o entendimento daqueles homens se mostrou propenso a polir os aspectos culturais de matriz africana que pareciam ser ofensivos ao caráter cultural da nação que desejavam.

### 4.3 “O negro civilizado na voz imparcial da História”

Nesta parte da tese, o principal objetivo é demonstrar que o circuito das relações intelectuais dos redatores da imprensa negra sul-rio-grandense era maior do que inicialmente se acreditava. Eles mantiveram uma interlocução com outros intelectuais e concederam espaço no jornal *O Exemplo* para acompanhar a experiência de organização dos negros que chegava dos Estados Unidos.

O título deste subcapítulo é homônimo ao artigo de autoria de Ildefonso Juvenal, escrito para comemorar a data da abolição da escravatura em Florianópolis. Ele era reconhecido como “colaborador” do jornal *O Exemplo* desde 1925, e enviara o texto que fora anteriormente publicado, já há quase um mês, no jornal *Folha Nova* daquela cidade. Segundo os redatores gaúchos, Ildefonso era um intelectual com credenciais para falar do tema uma vez que:

[...] exerceu elevados cargos na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, sua terra natal, e, presentemente, exerce sua atividade como farmacêutico, da força pública do

---

<sup>296</sup> Temos alguns clássicos sobre a formação da cultura brasileira, como Renato Ortiz, Carlos Guilherme Mota e Roberto DaMatta, por exemplo, que realizaram diferentes abordagens daquelas temáticas. Nesse sentido, sugiro o texto de Gomes (1998) que se deteve na discussão dos conceitos de nacional e popular a partir da representação da malandragem no teatro e na música dos anos de 1920. O referido trabalho mostrou, dentre outros aspectos, que a “cultura mestiça” do povo brasileiro, muitas vezes representada pelos pesquisadores como uma imposição das elites, foi resultado também da cultura de massas e da participação de segmentos sociais de origem popular como músicos, poetas, artistas de teatro e escritores.

vizinho Estado, sendo membro proeminente do Centro Catarinense de Letras.<sup>297</sup>

Em preâmbulos como esse eles costumavam enaltecer as trajetórias dos autores e conjugar os atributos intelectuais com os profissionais, como uma forma de legitimar o que escreviam. A apresentação do autor era corriqueira quando reproduziam um artigo de outro periódico, constituíam-se em verdadeiros editoriais que expressavam a opinião do jornal, vinham estampadas na primeira coluna do lado esquerdo com o título em tipos grandes que abriam a publicação e davam credibilidade às palavras impressas que se seguiam. Para aquelas pessoas que queriam ser admitidas em grupos de escritores e jornalistas e serem respeitadas como intelectuais, havia a quase inevitável necessidade de glorificar e ressaltar as suas próprias conquistas individuais. Nesse sentido, eram usados adjetivos que os qualificavam no exercício de “elevados cargos”, em posições de “altas autoridades” e com responsabilidades inauditas.

Nesse caso, embora o autor fosse catarinense a sua apresentação trazia alguns elementos que ajudam a compor uma tipologia de boa parte das trajetórias dos intelectuais negros que se mantiveram ao redor do jornal *O Exemplo*, a saber: a formação escolar inicial ou média lustrada com o autodidatismo chegando, em raros casos, aos cursos superiores; o aprendizado prático para o exercício profissional como escritor que logo se vinculava a um grupo literário ou jornalístico; a ascensão social por meio do emprego público.

A principal questão que Ildefonso Juvenal procurava responder naquele artigo era: “Quem ousará impatrioticamente, negar a honrosa e dignificante, contribuição moral e material do negro para o engrandecimento e glória do Brasil?” Para isso, inicialmente ele voltava-se para a experiência bem sucedida das relações raciais brasileira, e a provável influência que esta teria para a resolução do problema racial norte-americano. Juvenal citava o presidente Herbert Hoover quando de sua visita ao Rio de Janeiro que, segundo ele, ficou impressionado com inúmeros “homens de cor” exercendo posições de destaque e confiança em nosso país. Em relato ao

---

<sup>297</sup> Ildefonso Juvenal apareceu pela primeira vez n’*O Exemplo* em 1923, quando enviou um convite para a redação do jornal convidando para a inauguração da herma em homenagem a Cruz e Souza que iria ser realizada em Florianópolis. Ele passou a ser descrito como “colaborador” a partir de 1925, quando começou a enviar uma série de artigos, poesias e contos para serem publicados no semanário porto-alegrense. O artigo sob o título de: “O negro civilizado na voz imparcial da História”, foi publicado em dois números seguidos d’*O Exemplo*. (*O Exemplo*, 03.06.1929 e 10.06.1929)

correspondente do jornal *Chicago Defender*, o presidente dos Estados Unidos teria afirmado que tinha sido agradável a surpresa de ver almirantes e generais de “cor pretos e brancos congraçados pelos laços admiráveis da igualdade, vivendo irmamente”, quando da sua participação em um jantar oferecido pelo governo brasileiro.

A intenção de Juvenal era a de afirmar o quanto o “negro civilizado”, diga-se instruído, tinha contribuído para o desenvolvimento da nação brasileira, mas devo chamar a atenção para os seus exageros sobre a provável impressão do presidente Hoover da “igualdade” das relações raciais brasileira. O presidente vinha da experiência norte-americana em que a realidade da segregação racial era muito diversa da nossa, e o seu ponto de vista sobre a cor dos almirantes e dos generais não condizia com a visão racial da nossa sociedade.<sup>298</sup> No Brasil havia o reconhecimento público, geralmente comparado com a experiência do país do norte, de que a “questão racial” reduzia-se ao “problema do negro”. O nosso país não tinha problemas de convivência entre as raças, os negros é que **não** haviam criado possibilidades de integração e ascensão social suficientes depois da abolição. Ao contrário dos negros brasileiros, os negros norte-americanos haviam criado mecanismos para acumular “fortuna e civilização”, tinham universidades e “homens ilustres”, mas ficaram em débito quanto ao convívio inter-racial.

A comparação realizada por Juvenal entre as duas nações, sugeria que as experiências das relações raciais brasileira e norte-americana alcançaram resultados diferentes, uma havia se encaminhado na direção da harmonia racial enquanto a outra no sentido da segregação dos negros. As experiências dos dois países deveriam ser trocadas entre si e servir de exemplos mútuos para modificar as realidades de ambas,

---

<sup>298</sup> O mito do paraíso racial brasileiro que foi instituído desde o século XIX, e a forma de organização da Frente Negra Brasileira, no início da década de 1930, serviram de exemplos para os negros norte-americanos. O fundador e editor do jornal *Chicago Defender* Robert Abbot, por exemplo, visitou o Brasil em 1923, ocasião em que teve conhecimento das organizações negras e estabeleceu contatos com a imprensa negra brasileira. Segundo pesquisa recente que se utilizou desse periódico como fonte de pesquisa, entre os anos de 1914 e 1934, foram relacionadas 61 matérias em que o Brasil foi apresentado como o melhor exemplo de harmonia racial, liberdade e igualdade de oportunidades para os negros no planeta. O *Chicago Defender* circula entre a população negra dos Estados Unidos desde 1905 até hoje, e continua a reproduzir a ideia de que alguns lugares do Brasil, como Salvador, constituem reservas culturais das africanidades diaspóricas. Cf. PEREIRA, 2010, p. 114.



tanto para o desenvolvimento sócio-econômico dos brasileiros, quanto para a aproximação racial dos norte-americanos.<sup>299</sup>

Naquele período que antecedeu outubro de 1929, o planeta vivia clima de renovado otimismo depois da Primeira Guerra Mundial que transcendia as fronteiras dos Estados Unidos, país em que Herbert Hoover recém havia sido eleito presidente.<sup>300</sup> Segundo o que deixou escrito Juvenal, era de se esperar que o governo de Hoover fosse o início de uma nova era para o problema racial naquele país, descrito como: “[...] o despontar glorioso do sol da Igualdade”. Ildefonso Juvenal demonstrava certo entusiasmo também para o Brasil, afinal a sua própria ascensão social trazia elementos que reafirmavam a possibilidade da igualdade racial no nosso país, ou talvez a sua esperança fizesse parte do momento político pelo qual passava o país. Havia um projeto político em curso que poderia nascer com o governo a ser eleito no próximo ano.<sup>301</sup>

Conforme procurei demonstrar ao longo da tese, depois da abolição a esperança por dias melhores, era uma marca indelével nos escritos que nos legaram os jornalistas e intelectuais negros brasileiros. As primeiras décadas do século XX foram os anos em que o Brasil iniciou o processo de valorização da contribuição cultural que viera do continente africano, e também foi o período em que os negros iniciaram a longa marcha em direção à integração e à mobilidade social no país.

Por outro lado, foi no princípio do século passado que houve o incremento da perseguição aos negros norte-americanos em decorrência da sua ascensão social.

---

<sup>299</sup> A imagem do Brasil como um paraíso racial já circulava há muito tempo entre os abolicionistas norte-americanos, era parte da estratégia que usavam para derrotar os escravagistas do sul e seus aliados nortistas. Naquela sociedade que era muito religiosa, o exemplo brasileiro, em que tanto o escravo como o liberto eram tidos como bem tratados, foi usado como estratégico para causar vergonha e contribuir com o arrependimento dos pecados da escravidão e do racismo entre os norte-americanos. Por outro lado, nos escritos dos abolicionistas brasileiros as relações conflituosas entre brancos e negros nos Estados Unidos eram enfatizadas. O objetivo era reafirmar o entendimento de que apesar da escravidão os senhores daqui eram melhores que os de lá. Cf. AZEVEDO, 2003.

<sup>300</sup> Herbert C. Hoover foi o presidente eleito pelo Partido Republicano dos Estados Unidos, em 1928. Ele era órfão desde criança, e trabalhou e estudou até formar-se na Universidade de Stanford. Hoover enriqueceu como engenheiro de minas e personificava a fé norte-americana na liberdade de oportunidades. A sua trajetória pessoal representava a possibilidade da mobilidade social dos pobres e marginalizados até o dia 29 de outubro de 1929, nesse dia houve a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque e a situação econômica do país ficou precária. Cf. DIVINE, p. 562-570.

<sup>301</sup> O quadro político nacional encontrava-se polarizado, o governo de Washington Luís tinha planos para a sua sucessão a partir do nome do presidente de São Paulo, Júlio Prestes, enquanto a Aliança Liberal lançava as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa para a presidência da República do Brasil. O nome de Getúlio, que era ex-ministro da Fazenda do governo federal e governador eleito do Rio Grande do Sul desde 1927, representava a possibilidade de mudanças sociais e políticas naquele momento. Cf. FAUSTO, 2002.

Conforme Du Bois (199, p. 64): “O problema do século XX é o problema da barreira racial – a relação das raças mais escuras com as raças mais claras na Ásia e na África, na América e nas ilhas oceânicas”.<sup>302</sup> No alvorecer do século XX, os negros e os brancos estavam ainda mais apartados racialmente que no período anterior da escravidão. A ascensão social e a organização política dos negros norte-americanos serviram de combustíveis para que os racistas sedimentassem a política de segregação racial. Os negros criavam mecanismos de resistência para fustigar o racismo presente naquela sociedade, enquanto boa parte da sociedade trabalhava para mantê-lo.

O entendimento do “problema racial” no Brasil e nos Estados Unidos, embora geralmente se voltasse aos negros para colocá-los como os principais culpados pelo racismo e pelas condições desiguais de acesso aos bens produzidos, era definido pelos intelectuais e lideranças negras de forma a relativizar as responsabilidades e conseqüências no meio negro. O problema residia não apenas naqueles que haviam sido escravizados, mas nas relações raciais estabelecidas a partir do ponto de vista de quem tinha o poder de representar o outro. Desde o início do processo escravagista em que se passou a usar o africano como simples objeto de troca e venda, passando pela sua representação como ser humano inferiorizado, foi se criando mecanismos psicológicos, sociais e políticos que se disseminaram e se reproduziram nas sociedades racializadas.

Nesse sentido, é pertinente pensar o problema racial no Brasil e nos Estados Unidos não apenas a partir da perspectiva da diáspora africana, mas também a partir da “zona de contato”. Ambas metodologias permitem juntar espacial e temporalmente os diferentes sujeitos históricos que se encontravam anteriormente separados, as descontinuidades históricas e geográficas podem se cruzar e aproximar trajetórias individuais e coletivas.<sup>303</sup> O “negro civilizado” mais do que educado era o que Juvenal

---

<sup>302</sup> O líder negro norte-americano William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963), em 1903, vaticinou que o século que iniciava seria muito difícil do ponto de vista das relações raciais. Ele colocava a Guerra Civil (1861-1865) norte-americana como uma parte fundamental no processo de emergência do problema racial nos Estados Unidos. Segundo Du Bois, todas as iniciativas do Governo para a conciliação do país e para a busca da integração social dos ex-escravizados deram-se, principalmente por meio da criação das *Secretarias dos Libertos*. Foram estes organismos que serviram, por um lado para melhorar as condições de competição dos negros, por outro, para reproduzir o ódio e o ressentimento dos brancos dos Estados sulistas contra os negros. Cf. DU BOIS, 1999, p. 63-91.

<sup>303</sup> O recurso metodológico da “zona de contato”, segundo Pratt (1999), enfatiza as dimensões interativas e improvisadas dos encontros que são geralmente ignorados nos relatos de dominação ou submissão. A autora buscava ressaltar os sujeitos e suas constituições recíprocas de trocas interculturais e identitárias nas relações com os outros. A interação, o entendimento da realidade, as

desejava ver na “voz imparcial” da nossa história, geralmente restrita a edificar a contribuição negra ao trabalho braçal e não aos afazeres que demandavam o conhecimento e o intelecto. A razão mais do que a educação, parecia ser a maneira em que os negros poderiam ser respeitados pela sociedade preconceituosa. O entendimento que tenho do que ele descrevia como “civilização”, aproxima-se da expressão da racionalidade ocidental ou a razão universal da qual toda a humanidade deveria partilhar. Naquele universo ser civilizado significava comungar conhecimentos, valores estéticos, filosóficos e comportamentais inerentes à elite européia e, por extensão, à elite intelectual e política brasileira.

A utopia iluminista de um sujeito universal portador da civilização era o princípio comum a todos aqueles que foram aceitos nos foros da intelectualidade brasileira, mesmo os negros que se tornaram respeitados como “homens de letras” comungaram com estes ideais, mas a partir de um outro ponto de vista. O recurso estratégico de acionar o exemplo dos negros norte-americanos que foi usado por Juvenal, deslocava o discurso hegemônico de matriz européia. Ele trazia a referência da diáspora africana a partir da experiência bem sucedida da ascensão social dos negros daquele país, em detrimento do discurso que legitimava a supremacia racial branca e a incapacidade intelectual dos afro-descendentes no Brasil.

A experiência dos negros norte-americanos frente ao racismo, quando recuperada por outros intelectuais que não eram da mesma origem étnica e social da qual se projetara Ildefonso Juvenal, podia cair na cilada reducionista de achar que eles estavam confortáveis na situação social e política em que se encontravam. Esse foi o caso do autor do seguinte comentário:

Não se pense que o jornal de Robert Abbott perca o tempo a deplorar preconceitos de raça. O negro-norte americano não quer convencer que é igual ao branco: o seu esforço educativo é no sentido de o superar, pela pureza de costumes, pela bondade, pela força física. Não teme opressões e, acima de tudo, como fator de coordenação moral e aperfeiçoamento físico, orgulha-se do sangue que lhe corre nas veias.<sup>304</sup>

---

trocas, os conflitos e as negociações são inerentes aos contatos, e são estabelecidas mesmo no contexto de relações radicalmente assimétricas de poder.

<sup>304</sup> O texto foi assinado por Alexandre da Costa e originalmente publicado no *Correio do Povo*, em 30 de outubro de 1928. Cerca de dois meses depois o artigo foi reproduzido no jornal *O Exemplo* sob o título de: “A potência negra dos Estados Unidos”. (O Exemplo 02.01.1929)

O texto acima é parte de um libelo contra a mestiçagem e o branqueamento dos negros brasileiros. Segundo o autor, o melhoramento da raça podia ser atingido pelo clareamento estético, via produtos de beleza e por meio da cópia dos comportamentos civilizados dos brancos, como fizeram os norte-americanos. O afro-descendente nos Estados Unidos seria melhor que o brasileiro por não ser produto da mestiçagem e sim a amostra da culminância racial do preto estadunidense.

O jornal *Chicago Defender*, publicado na cidade em que levava o nome, contribuiria para isso com um grande número de propagandas sobre os produtos de beleza, descritos como: “[...] preparados maravilhosos para tornar lisas as mais emaranhadas carapinhas; essências que extinguem por completo as exsudações mal cheirosas”. Ainda conforme o artigo, a “tez acarvoada” que era comum há anos atrás naquele país, deu lugar a magníficas “Vênus de jambo” que eram resultados dos institutos de ginástica feminina e dos produtos de beleza.

O texto estava repleto de estereótipos sobre os descendentes dos africanos: eles eram mal cheirosos, moralmente instáveis e tinham as mais emaranhadas carapinhas; deveriam “purificar os costumes” para superar, por meio da bondade e da força física, todos os preconceitos de raça que os impediam de avançar socialmente. A caracterização proposta pelo autor era preconceituosa em relação aos negros em geral, o artigo não considerava a diversidade nem a capacidade intelectual do indivíduo, dirigia-se ao grupo étnico identificado por uma base comum racializada onde não existia qualquer diferença. O “problema dos pretos” dos Estados Unidos era apenas uma questão de aprimoramentos estético e físico que havia sido resultado, ao contrário do nosso caso, das relações raciais sem mestiçagens ou “clarificações”.

Os negros norte-americanos foram representados no jornal *Chicago Defender*, provavelmente a partir da perspectiva da auto-afirmação étnica e das possibilidades para a integração e ascensão social. Por sua vez, eles foram rerepresentados pelo autor no texto reproduzido n’*O Exemplo* como os modelos a serem seguidos pelos negros brasileiros. Ele advogava que os negros primeiro deveriam progredir economicamente e só depois procurar a igualdade política e social. Os negros não deviam perder tempo a “deplorar preconceitos de raça”, o que deixava explícita a estratégia da acomodação e

da submissão que atuavam no sentido da despolitização daqueles que se organizavam na defesa dos seus direitos.<sup>305</sup>

O primeiro questionamento que faço, ao ver um artigo com esse teor na imprensa negra brasileira, é na tentativa de entender como os redatores negros reproduziram um texto que poderia depor contra a luta que empreendiam, em prol da construção de uma identidade negra positiva. As respostas a essa questão, geralmente têm como fundamento, a consideração de que os negros letrados estavam imersos no interior de uma sociedade em que os modelos de beleza e de comportamento que ditavam as regras sociais eram de origem européia, o que inviabilizaria qualquer tentativa de reflexão em outro sentido. O meu entendimento é que as estratégias políticas, assim como a diversidade cultural, foram mantidas mesmo com as diferenças em termos de condições de reprodução e representação social entre negros e brancos, do mesmo modo em que a opção pela integração racial tem sido um ideal político que tem fortalecido as diferenças e estimulado o respeito entre os grupos étnicos.

No início do século XX, ao refletir sobre as suas próprias experiências pessoais e sobre a situação social do negro norte-americano, W.E.B. Du Bois (1999, p. 54) alertava para o “véu invisível” que toldava a sua visão de mundo. Segundo ele, a sensação de ser visto como um problema para a sociedade dos Estados Unidos, era uma sensação estranha de fazer parte de:

[...] um mundo que não lhe concede uma verdadeira consciência de si, mas que apenas lhe permite ver-se por meio da revelação do outro mundo. É uma sensação estranha, essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos de outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade. E sempre a sentir sua duplicidade – americano, e Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destróce.

---

<sup>305</sup> No final dos anos de 1920, ainda estava em discussão no movimento negro dos Estados Unidos a estratégia de integração racial proposta por Booker Tagliaferro Washington (1858-1915). Ele nasceu escravo no estado da Virgínia, foi educador e o principal líder negro no país até a sua morte. Washington escreveu onze livros em que narra, na tradicional forma da autobiografia afro-americana, suas conquistas pessoais e propõe a formação técnica e profissional como a principal estratégia para a ascensão do povo negro. A sua postura pragmática e moderada lhe rendeu o livre trânsito entre as principais autoridades políticas do país, por outro lado, o seu discurso conciliatório foi motivo de crítica pelos intelectuais negros que o sucederam. Ele foi acusado de estimular os negros para que desistissem de lutar na arena da defesa dos direitos civis, de colaborar para despolitizar o movimento negro e para a implementação da segregação racial. Cf. DU BOIS, 1999.

A retórica pungente de um dos maiores líderes da história dos negros nos Estados Unidos, que foi reconhecido em vida como o principal teórico e iniciador do panafricanismo, levou-me a refletir sobre o destino reservado à maioria dos negros e não apenas aos intelectuais. Eles seriam apenas colaboradores no reino da cultura, enquanto aos intelectuais negros restava o papel político de assumirem-se como lideranças? Acredito que não havia fronteira intransponível para qualquer pessoa, mesmo que estivesse presa num “corpo escuro” o limite e o desafio era o de superar a sua própria condição de duplicidade.<sup>306</sup>

Os negros que levantavam o véu da indiferença com relação a sua origem e visualizavam a história comum com os demais afro-descendentes da diáspora, administravam o conflito interno da condição de portadores da “dupla consciência”. As compreensões de mundo que foram historicamente construídas entre grupos culturalmente distintos, os tornavam criadores e criaturas das suas próprias existências. Esse era o legado que de forma concomitante e paradoxal, tanto distanciava como aproximava os intelectuais negros das visões de mundo da sociedade como um todo.

Du Bois, assim como os demais intelectuais negros da diáspora em cada país, simplesmente desejava ser reconhecido como negro e norte-americano ao mesmo tempo, sem ser amaldiçoado e cuspidor por seus camaradas, sem ter as portas das oportunidades brutalmente batidas no seu rosto, e sem ser visto como assimilado pela cultura e a civilização ditas superiores. O momento privilegiado em que os redatores da imprensa negra tomavam consciência da sua condição de duplicidade iniciava com o acesso à instrução, passava pela ascensão social, pela assunção da sua negritude e pelo reconhecimento da história que os levava a remeter-se ao continente africano como o lugar de onde vieram.

A partir do dia em que levantavam o véu da inconsciência, eles voltar-se-iam ao seu meio e passariam a combater o preconceito e a discriminação racial, e agiriam como grupos organizados que recuperavam a memória social originária que se encontrava imersa no caldeirão da nacionalidade. Eles assumiriam os seus lugares

---

<sup>306</sup> Isso obviamente se considerarmos a possibilidade da superação a partir do ponto de vista individual. Não podemos desconhecer os limites ou determinismos expressos na construção social, no início do século passado, por exemplo, linchava-se por semana uma média de dois negros nos Estados Unidos. O terror foi o principal meio para obrigar o negro do sul do país a retornar para o seu papel servil, foi o período em que se desenvolveu o sistema Jim Crow e em que os negros foram sistematicamente proibidos de votar, dentre outras proibições sociais e perseguições políticas. Cf. SILBERMAN, 1967.

como reservatórios da moralidade e portadores da ancestralidade africana, e se fortaleceriam no discurso da diversidade originária ao mesmo tempo em que lutariam pela integração à sociedade.

Nesse sentido, o pressuposto da reiterada “consciência negra” é um eterno vir a ser, não há uma condição de plenitude que a consagre no passado nem no presente, é um tipo ideal proposto pelos intelectuais negros que buscam subverter a lógica da “dupla consciência”. O dilema de assumir a identidade negra ou branca é um falso problema quando se assume a etnicidade, aqui entendida como o resultado de um processo que apresenta homogeneidade cultural, histórica e de origem, em constante construção e que se define ou anula conforme o contexto social e a condição racial do indivíduo.

A ampliação dos conceitos de cultura e identidade negra tem demonstrado que é no processo ascensional que muitos negros redescobrem e tentam incorporar na sua vida os símbolos da cultura negra. Alguns deles passam a demonstrar maior orgulho da sua cor e de sua ascendência negra quando aportam no mundo do consumo, espaço onde a negritude tem sido cada vez mais valorizada como aspecto distintivo do indivíduo que ascendeu socialmente.<sup>307</sup>

A explicação da reprodução daquele artigo no jornal *O Exemplo* deve ser buscada no próprio texto, que era paradoxal ao colocar-se contra a mestiçagem, assim como no contexto que definia a miscigenação como a ideologia dominante no país naquele momento. Essa contradição talvez cativasse alguns redatores do semanário que se voltavam para as raízes negras sem mestiçagens ou “clarificações”. Por outro lado, a representação que o autor propunha para os negros oferecia uma “coerência imaginária” para as identidades em construção no Brasil, em que o próprio título do artigo – “A potência negra dos Estados Unidos” – indicava a positividade do tema para aqueles que eram representados como inferiores. O negro norte-americano devia se orgulhar do sangue que corria nas suas veias e tinha como objetivo superar os brancos, aspectos que poderiam tornar-se possibilidades políticas de reforço étnico aos

---

<sup>307</sup> Conforme Figueiredo (2002), os teóricos da mobilidade social apontam para as mudanças comportamentais e de valores dos indivíduos que ascendem socialmente, não sendo esta uma característica específica dos negros. Para a autora, que pesquisou os profissionais liberais da cidade de Salvador – BA, nos anos finais da década de 1990, os negros que ascendem por meio da escolaridade adotam e compartilham os valores da sociedade dominante dita “branca” (gosto artístico e musical, modo de se vestir e comportar), mas demonstram um orgulho étnicorracial que não se choca com a vida que escolheram para si e seus descendentes.

elementos da diáspora africana que aqui residiam. Eles estavam informados que a realidade social e a opressão política contra os negros nos Estados Unidos eram duríssimas, e que a propalada harmonia racial brasileira fazia parte da propaganda enganosa que servia aos desejos políticos divulgados tanto lá como no Brasil.<sup>308</sup>

Os redatores do jornal *O Exemplo* também publicaram algumas reportagens que reproduziam informações sobre as organizações negras que se criavam nos Estados Unidos. Foi este o caso do congresso de negros que estaria acontecendo em Nova Iorque, em setembro de 1924, sob os auspícios da “Associação Universal para melhorar a sorte dos negros” que tinha como principal objetivo, segundo o semanário: “[...] formar uma vasta união política destinada a proteger e a fazer respeitar os direitos da raça negra”.<sup>309</sup> Eles informavam que o congresso estava composto por milhares de participantes oriundos do mundo inteiro, principalmente dos Estados Unidos, das Índias Ocidentais e da África do Norte.

O evento foi realizado sob a liderança de Marcus Garvey, que emigrara para os Estados Unidos em 1916, e organizava o primeiro movimento de massas no país ao vislumbrar a possibilidade da construção de um “mundo negro”.<sup>310</sup> O apelo de Garvey pela unidade africana e pelo orgulho racial, levou às ruas milhões de negros que responderam vivamente aos seus discursos. Ele era considerado um herói para os negros pobres e analfabetos das grandes cidades norte-americanas, ao mesmo tempo em que era acusado de charlatão e demagogo pelos intelectuais negros.<sup>311</sup>

---

<sup>308</sup> No texto intitulado: “A fórmula igualitária para resolver a questão racial americana”, os articulistas d’*O Exemplo* comentavam sobre o artigo que havia sido publicado no *Chicago Defender* sobre a visita do presidente norte-americano ao Brasil. Eles não deixaram nenhuma dúvida sobre a intenção política da imprensa negra norte-americana, era conveniente para os periodistas negros dos Estados Unidos, embora não verdadeiro para os negros brasileiros, usar o exemplo da nossa “igualdade racial” com fins políticos para aquela nação. (*O Exemplo*, 18.02.1929)

<sup>309</sup> O nome verdadeiro era Associação Universal para o Progresso dos Negros (Universal Negro Improvement Association – UNIA), e tinha como principal objetivo reconduzir os negros à sua pátria de direito: a África. “Um congresso monstro de negros”. (*O Exemplo*, 28.09.1924)

<sup>310</sup> Marcus Garvey (1887-1940) nasceu na Jamaica e viajou pelo Caribe e pela América Central antes de iniciar a organização da UNIA nos Estados Unidos. Com o refrão que concentrava os seus objetivos: “África para os africanos”, ele iniciou intensa mobilização social para que os negros se livrassem de qualquer noção de inferioridade e cultivassem uma nova identidade que os remetia ao continente de origem. Um dos métodos utilizados foi rasgar as imagens religiosas que remetiam ao universo anglo-saxão e substituí-las por versões negras, assim como criou uma companhia de navios, chamada de *Black Star*, para iniciar a migração em massa dos negros para a África. No auge de sua popularidade, ele teria atingido a marca de 4 milhões de seguidores, que estariam interessados em abandonar as Américas e tornar-se um “novo negro” no continente africano. Cf. CASHMORE, 2000, p. 227-230.

<sup>311</sup> Segundo Silberman (1967, p. 183), Garvey autoproclamara-se presidente provisório da República Africana, cargo que ocuparia tão logo criasse o país. Ele também aparecia em público com um



As informações sobre a instalação “do maior congresso negro do mundo” e da liderança de Marcus Garvey, publicadas no jornal *O Exemplo*, demonstravam certo orgulho pela organização dos negros norte americanos. A trajetória de Garvey era retomada desde a sua juventude na Jamaica quando ele fundou um jornal para defender a “[...] igualdade das raças, tornando-se no mundo negro uma sumidade desde o dia em que organizou essa associação universal”. Por outro lado, também lembravam que ele era acusado por “escroquerie” na França e nos Estados Unidos onde foi acusado por se apossar de bens alheios por manobras fraudulentas. Os redatores do jornal pareciam querer demonstrar que estavam sendo isentos ao passar as informações, mas não há dúvida de que comungavam com boa parte do que noticiavam. O nome de Marcus Garvey corria o mundo como um profeta que libertaria os negros da condição de inferioridade em que muitos se encontravam, ele passou a ser reverenciado não em termos de conquistas práticas, mas como liderança que propunha uma consciência racial transformadora.

O interesse dos redatores da imprensa negra meridional no que se passava no “mundo negro”, tanto no plano nacional como internacional, fazia parte da realidade em que viviam. As trocas transnacionais que chegavam e saíam por meio dos jornais e do telégrafo principalmente, envolviam perspectivas e expectativas de atuação política, em que circulavam definições identitárias, projetos e estratégias de ação entre o Brasil, os Estados Unidos e o Caribe, e posteriormente também o continente africano.

No Brasil as organizações negras que se voltavam à defesa dos direitos civis pontuavam nas principais cidades do país a partir dos anos de 1920, como foi o caso da fundação do Centro Cívico Palmares em São Paulo. O semanário *O Exemplo* acompanhou a criação do Centro Cívico Palmares, e saudou a iniciativa dos “irmãos de raça”, que se voltavam para “elevar os destinos de nossa gente”.<sup>312</sup> Segundo Gomes (2005, p. 43-46), o Centro foi fundado em 1926, em São Paulo, e contava entre os principais dirigentes com o Mr. Gids. Ele era um negro inglês que trabalhava como

---

uniforme e um chapéu de plumas, e se fazia acompanhar de seus deputados que usavam títulos como os de Supremo Potentado, dentre outros.

<sup>312</sup> Neste número do hebdomadário em que é anunciada a forma de atuação política do Centro Cívico Palmares, que tinha biblioteca e fazia palestras e campanhas, também é relatada a viagem de Dario de Bittencourt à cidade de São Paulo. Ele era advogado e havia viajado a trabalho, mas aproveitou para circular entre os intelectuais paulistas e trazer a contribuição de contistas e poetas bandeirantes para o jornal, é possível que ele tenha entrado em contato com algum jornal ou ativista negro paulista que lhe passou informações sobre o Centro. “Pela união dos homens de cor em São Paulo”. (*O Exemplo*, 01.04.1929)

gerente do comércio local e que de certa forma trazia a experiência negra na diáspora. Em 1928, a entidade lançou uma campanha contra o decreto do governo paulista que proibia o ingresso de negros na Guarda Civil de São Paulo, sendo atendida pelo governador Júlio Prestes.

Nesta parte da tese, vou propor uma viagem de volta ao texto de Ildefonso Juvenal e refletir sobre a sua tentativa de garantir o acesso à condição de “negro civilizado”, o que poderia granjear-lhe o lugar de intelectual entre os demais escritores de Florianópolis. Nessa tentativa, Juvenal recorreu ao exemplo de seus pares negros que cito a seguir: “André Rebouças, sábio engenheiro, lente da Escola Politécnica e membro de diversas associações científicas e particular amigo da família imperial”; “[...] Francisco Gê Acayaba e Montezuma foi um grande do Império e um dos maiores estadistas do Brasil independente. É uma das figuras mais representativas dos homens de cor que tem colaborado na governação do país”; “[...] José Maurício Nunes, um dos maiores gênios musicais do Brasil Império”; “[...] Luiz Gama ex-escravo que se tornou notável advogado”; “[...] Justiniano da Rocha e Pereira de Menezes dois dos mais inspirados e intemeratos jornalistas”; “Manoel da Cunha e Manoel Dias Brasiliense considerados pintores de nomeada”; “[...] José do Patrocínio a figura mais evidente e mais impressionante da campanha libertadora que teve seu epílogo em 13 de Maio de 1888” e, finalmente, o seu conterrâneo Cruz e Souza, “[...] o esteta mais fidalgo e mais rico de sensibilidade e expressão, imaginação prodigiosa, invejável, mais divina do que humana”.

Não tenho dúvida que Juvenal assim como boa parte dos intelectuais que se vincularam à imprensa negra, participava do projeto de construção de uma memória social negra no Brasil, assim como estava preocupado com a definição de mecanismos sociais para a ascensão social da população negra. A hagiografia de “elementos representativos da raça negra no Brasil” que ele descreveu, era destinada a servir de exemplo para negros e brancos. Foi por isso que ele ressaltou apenas as suas contribuições positivas em áreas específicas do conhecimento, e descreveu aspectos de suas vidas que foram reconhecidas em biografias realizadas depois da morte.<sup>313</sup>

---

<sup>313</sup> Pierre Bourdieu (1996) nos alertou para os perigos das biografias recuperadas de maneiras retrospectivas e lineares, elas nos encaminham para narrativas feitas de ilusão onde toda uma vida se explica pelo seu epílogo, como se pudesse ter sido construída de forma coerente e orientada ao longo do tempo que permaneceram sobre a terra.

Segundo o entendimento de Juvenal, todos os brasileiros deveriam conhecer os feitos grandiloquentes dos heróis descritos por ele, o que revestia os seus exemplos de cultura e civilização e os posicionava ao lado do “homem branco”, mas sem deixar de nutrir “o maior orgulho de serem pretos”. Embora ele usasse a marca do contraste – preto e branco – talvez como retórica que buscasse uma unidade identitária aos descendentes da senzala, as biografias construídas sobre aqueles personagens ainda hoje geralmente reforçam que todos eram “mestiços”, resultado da mistura entre pais e mães de “cores” diferentes.

Eles eram exemplos distintos e minoritários se considerarmos o contingente populacional afro-descendente que se concentrou no país, mas que superaram ou acomodaram graus diversos da intolerância racial. Os “heróis negros” criaram oportunidades de ascensão social que variaram, de uma região para outra e ao longo do tempo, tanto quanto a multiplicidade das suas trajetórias. Em geral eles tiveram a possibilidade de uma educação inicial que deu condições para que perseverassem no estudo de forma autodidata ou acompanhada. Isso permitiu que encaminhassem suas vidas, por meio do esforço pessoal e do aproveitamento das oportunidades, pelas veredas do conhecimento, da música, política, artes plásticas e jornalismo.<sup>314</sup>

Sem dúvida que nenhum deles era “santo”, embora um deles ficasse conhecido como padre, foram homens marcados pelas vicissitudes das jornadas pessoais que conseguiram com a ajuda de outras pessoas superar os limites que se interpunham às suas trajetórias. As relativas expressões de reconhecimentos sociais, políticas e artísticas que obtiveram em seu tempo, a definição do lugar que ocuparam na hierarquia racial da época, criaram memórias sociais sobre suas vidas que se reproduziram por meio da imprensa e da oralidade da população negra como exemplos

---

<sup>314</sup> O padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830) foi compositor, cravinista e o organista mais conhecido do período colonial. Justiniano José da Rocha (1812-1862) foi jornalista polêmico e político ligado ao Partido Conservador. Ele escreveu, em 1855, o ensaio “Ação, reação e transação”, obra que colaborou para o consenso da historiografia política sobre a unidade nacional, que seria forjada por meio da centralização política e administrativa imposta pela corte imperial às províncias. Esse consenso historiográfico foi contestado na obra de: DOHLNIKOFF, 2005. Manoel Dias de Oliveira (1763-1837) foi ex-escravo e ourives de profissão, estudou pintura em Portugal e na Itália onde ficou conhecido como o “Brasiliense”. Cf. LOPES, 2004, pág. 494. Francisco Gomes Brandão (1794-1870) foi político e advogado, no período da independência do Brasil ele adotou o nome de Francisco Gê Acayaba de Montezuma que fazia referência à cultura africana, tupi e asteca. Ele recebeu o título de Visconde de Jequitinhonha (1854) e defendeu a abolição sem indenização aos proprietários de escravos. Cf. <http://www.geledes.org.br/diplomatas-afro-brasileiro/1-diplomata-negro-francisco-gomes-brandao-o-francisco-montezuma-visconde-de-jequitinhonha.html>. Acessado em 10.01.2011.

de superação. Os usos dos adjetivos **maior** e dos advérbios **mais**, reiterados por Juvenal, ressaltavam toda a grandeza e a superioridade sem comparação daqueles “vultos nobres”.

Ildelfonso Juvenal da Silva junto com outros companheiros, como Trajano Margarida, por exemplo, superaram as vicissitudes da sua condição étnicorracial na cidade de Florianópolis no início do século XX. Embora considerados “poetas menores” entre os escritores da capital, eles fundaram o jornal literário *Folha Rósea* e a *Associação dos Homens de Cor*, em 1915, e também foram professores da *Escola Noturna Cruz e Souza* e fundadores do *Centro Catarinense de Letras*, em 1925. Os dois inicialmente seguiram o exemplo de Cruz e Souza como poetas, mas deram seguimento às suas trajetórias militantes no meio intelectual da cidade ao colocarem-se em posições de lideranças preocupadas em alçar outros negros aos foros da “civilização”. Nesse sentido, eles realizaram uma série de atividades culturais e educativas voltadas aos negros da capital catarinense.<sup>315</sup>

Os exemplos recuperados da história tornavam dignas e possíveis as trajetórias intelectuais de outros tantos que, como Juvenal e Trajano Margarida, deveriam se orgulhar de sua raça e seguir as trilhas dos antepassados. Eles demonstravam a toda a sociedade que o negro não fora apenas escravizado, seu trabalho não se reduziu ao eito ou ao esforço físico dos carregadores urbanos, tivemos também a contribuição do “negro civilizado” nas diversas áreas do conhecimento. Mais uma vez o discurso hegemônico naquela sociedade, afeito à reverência aos próceres da nação e à invisibilidade dos grandes vultos identificados como afro-descendentes era deslocado. Juvenal fazia brotar em seu lugar uma seleção de representantes negros que mantinham as marcas das diferenças étnico-culturais definidas ao longo de um processo de hibridismos e hierarquizações da história brasileira.<sup>316</sup>

---

<sup>315</sup> Ildelfonso Juvenal da Silva (1894-1965) iniciou carreira como sargento da Força Pública de Santa Catarina, diplomou-se pelo Instituto Politécnico Farmacêutico de Florianópolis e foi nomeado tenente. Como intelectual iniciou a sua produção poética em 1914, com o livro *Contos singelos*. Em 1916, ele deu continuidade à sua produção literária com a publicação de *Páginas simples* e, posteriormente, dedicou-se ao teatro. Na década de 1940 tornou-se sócio efetivo do Instituto de História e Geografia e compôs a *Subcomissão do Folclore* daquele Estado. Trajano Margarida (1889-1946), por sua vez, também iniciou sua carreira poética nos primórdios da década de 1910, e ocupou o cargo de funcionário público como professor. Cf. GARCIA, 2007.

<sup>316</sup> Juvenal continuou produzindo intelectualmente até o final sua vida. Uma das trajetórias que ele mais pesquisou foi a de João da Cruz e Sousa (1861-1898), seu conterrâneo, e descobriu o que seria uma das maiores influências para o poeta simbolista. Segundo Juvenal, Fritz Müller (1822-1897) era

Ildefonso Juvenal tinha contatos estabelecidos com os redatores do jornal *O Exemplo* desde 1923, quando era o “Presidente da Comissão Promotora da Ereção da Herma ao Poeta Cruz e Souza” e enviara convite aos colegas porto-alegrenses para inauguração do monumento em Florianópolis.<sup>317</sup> As suas relações intelectuais e de amizade com os colegas gaúchos deu-se até o início da década de 1930, quando eles fecharam a tipografia que produzia o hebdomadário, mas retomamos contato com a extensão da militância intelectual de Juvenal, de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul, quando o semanário *A Hora*, da cidade de Rio Grande, anunciou a exibição de uma de suas peças teatrais. Ela vinha divulgada na coluna dedicada ao teatro, intitulada *A hora teatral*, onde estava o convite para o drama em três atos de: *Valtrudes, o nauta veneziano*, que seria encenado pelo *Grêmio Lírico Filhos do Trabalho* no palco da *União Operária* daquela cidade.<sup>318</sup>

A vinculação ao meio teatral foi uma das formas de atuação política dos redatores dos jornais, seja como escritores, atores ou diretores de grupos dramáticos muitos deles participaram da montagem e apresentação de peças teatrais. Júlio da Silveira, por exemplo, que foi o gerente d’*O Exemplo* durante quase toda a década de 1920, participou do *Grêmio Dramático Carlos Gomes* junto com João Baptista de Figueiredo que era um dos componentes do *Grupo Mantenedor* do jornal. Os dois atuaram no festival artístico e literário em benefício da herma de José do Patrocínio, realizado na *Associação Floresta Aurora*.<sup>319</sup> O evento tinha o objetivo de arrecadar recursos para a construção de um monumento no Rio de Janeiro em homenagem ao abolicionista.

A demanda para a construção da herma vinha da parte de José da Silva Dias, outro daqueles que fizeram parte do *Grupo Mantenedor* d’*O Exemplo* na década de 1920. Ele enviou uma carta em nome da “Alta Comissão Pró-Herma José do Patrocínio”, que recebia recursos para a construção do monumento na capital do

---

um naturalista alemão, amigo e colaborador de Haeckel e Darwin, que teria ido para Florianópolis para ministrar aulas de matemática e ciências naturais no *Ateneu Provincial Catarinense* nos anos de 1874 e 1875. No Ateneu foi onde o jovem Cruz e Sousa estudou nestes anos e onde teria, conforme Juvenal, sofrido grande influência na sua formação intelectual vinda da parte do naturalista alemão. Cf. JUVENAL, 1961.

<sup>317</sup> (*O Exemplo*, 20.05.1923)

<sup>318</sup> (*A Hora*, 15.09.1932)

<sup>319</sup> (*O Exemplo*, 12.08.1917)

país.<sup>320</sup> A missiva foi reproduzida no periódico, e ele agradecia pela mobilização porto-alegrense à “nossa causa nacionalista” que os redatores negros empregavam pelas colunas d’*O Exemplo*. Silva Dias estendia os seus agradecimentos à diretoria do clube *Floresta Aurora* e demais sociedades que tomaram parte nos festivais organizados para arrecadar recursos com aquele objetivo.

A carta vinha endereçada ao “Dr. João Batista da Silva Júnior” que era o diretor do semanário, desde 28 de janeiro de 1917, porém, ele não era formado e nem seria, pois morreu aos 29 anos quando cursava o quarto ano da Faculdade de Direito de Porto Alegre. O seu desaparecimento deu-se em, 28 de outubro de 1920, conforme anunciado no jornal *O Exemplo*, do dia 31 daquele mês e ano. Conforme pude conferir, o uso do “Dr” antes dos nomes dos futuros advogados e médicos negros constituía-se mais um dos recursos usados pelos redatores da imprensa negra que procuravam granjear *status* social antecipado aos estudantes promissores.

A trajetória profissional de Luciano Raul Panatieri, um dos tantos redatores do periódico *O Exemplo*, foi outro exemplo daqueles que antes mesmo de terminar o curso de Medicina, já era referido como “doutor”. No início da sua vida ele trabalhou no Tesouro do Estado, época em que fez parte do corpo de redatores do jornal, mas apenas no final de 1922, ele formou-se na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. No ano seguinte ele passou em concurso no Rio de Janeiro e obteve a patente de 2º Tenente Médico do Exército. Neste mesmo ano ele casou e foi morar em Bagé. No final dos anos de 1920, a família Panatieri foi estabelecer residência em Rio Pardo onde Luciano Raul terminou a sua carreira profissional.

Nesta cidade e região central do Estado, devido ao trabalho como clínico que atendia as pessoas mais carentes e ao seu papel como intelectual e liderança negra, o nome de Panatieri ficou bastante conhecido. Em Rio Pardo ele se tornou correspondente do jornal *O Astro*, que era publicado em Cachoeira do Sul, e foi onde ajudou a fundar o Centro Riopardense de Letras.<sup>321</sup>

---

<sup>320</sup> A carta foi endereçada do Rio de Janeiro, era datada do dia 31 de julho de 1917, e estava assinada com a seguinte identificação: “[...] servo, patrício e amigo J. da S.D.”. Sem dúvida que a missiva era da lavra de José da Silva Dias, irmão de Ildefonso da Silva Dias e Isaura Dias de Bittencourt que era a segunda esposa de Aurélio Virissimo de Bittencourt. José da Silva Dias havia se formado advogado em dezembro de 1918, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e, naquela data, ele estudava na capital do país de onde enviou a carta aos seus conterrâneos porto-alegrenses. (*O Exemplo*, 19.08.1917)

<sup>321</sup> Luciano Raul Panatieri (1897-1972) segundo o jornal foi promovido por antiguidade e mérito a 3º Oficial do Tesouro do Estado. “Notas fúteis” (*O Exemplo*, 23.01.1921) Ele concluiu o 5ª ano da

Além da formação profissional a participação dos negros na organização de grupos de intelectuais, conforme mostrarei no último capítulo, foi uma das estratégias usadas para a integração social e a busca do respeito da capacidade criativa destes homens. Por outro lado, como venho demonstrando os festivais, as quermesses, os bailes e as apresentações das peças de teatros, eram atividades recorrentes no meio negro com o objetivo de arrecadar recursos para a manutenção dos jornais, times de futebol, clubes bailantes e associações culturais e beneficentes. As iniciativas para a organização dos eventos e o envolvimento com a divulgação, geralmente eram realizadas pelas principais lideranças e pelas pessoas mais representativas das comunidades. Essas pareciam ser atividades obrigatórias para o reconhecimento e a legitimidade pública dos redatores da imprensa negra.

O nome de Arnaldo Dutra foi outro que se destacou na pesquisa, ele foi um dos responsáveis pelo jornal *O Imparcial*, em 1916, e, entre 1918 e 1923, foi diretor da redação da *Gazeta do Povo*, que era definida como: “popularíssimo matutino das segundas feiras”.<sup>322</sup> Dutra iniciou sua vida profissional como carteiro na seção dos Correios e Telégrafos de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que assumia, no ano de 1909, o posto de articulista do jornal *O Exemplo*. Ele foi o primeiro secretário do *Grêmio Dramático José do Patrocínio* em 1910, onde também participou como ator na encenação do drama intitulado *O filho bastardo*, da autoria de Arthur Rocha que foi o mais conhecido teatrólogo do meio negro porto-alegrense.<sup>323</sup>

Arnaldo Dutra também fez parte do primeiro aniversário do *Centro Cívico José do Patrocínio* em 1922, quando foi realizado um “festival” na *Associação*

---

Faculdade de Medicina, em 04.01.1922, e casou com Jacy de Souza. (O Exemplo, 02.10.1922) Nesse ano ele se formou em Medicina e passou a ser reconhecido como um dos primeiros médicos negros do Estado. No ano seguinte, Panatieri passou em quarto lugar no Rio de Janeiro para concurso no Exército, e foi locado em Bagé (O Exemplo, 02.01.1923 e 01.04.1923) Finalmente, o nome dele aparece como correspondente do jornal *O Astro*, em Rio Pardo, em que diz que é “abalizado clínico” na cidade. (O Astro, 26.07.1927) Ele fez parte do Grêmio Riopardense de Letras e, atualmente a casa em que viveu com a família é um Centro Cultural que leva o seu nome na cidade.

<sup>322</sup> (O Exemplo, 30.04.1922)

<sup>323</sup> Arthur Rodrigues da Rocha (1859-1888) escreveu as seguintes peças teatrais: *O filho bastardo* (1875), *José* (1878) e *A filha da escrava* (1883), que foram produzidas entre os anos de 1876 e 1884. Ele foi um dos primeiros negros gaúchos a destacar-se como escritor de teatro, do qual se utilizou como estratégia intelectual para contrastar os estereótipos racistas e se inserir como abolicionista. Cf. SANTOS, 2009. Ele foi um dos fundadores da Sociedade Partenon Literário, em 1868, e ficou conhecido entre os intelectuais gaúchos e no meio negro como Arthur Rocha. Desde o dia 13 de maio de 1904, encontrei o seu nome reproduzido no jornal *O Exemplo* como o “pranteado dramaturgo patricio” que foi retratado como o autor do “difícil e belo drama *O filho bastardo*”, que seria encenado na sociedade *Floresta Aurora* da capital. Cf. (O Exemplo, 13 de maio de 1904) As referências sobre a vida de Arnaldo Dutra foram retiradas dos seguintes exemplares: *O Exemplo*, 17.04.1910 e 24.04.1910.

*Floresta Aurora*, oportunidade em que ele discursou junto com Dario de Freitas que era o mesmo nome que vinha estampado como “redator chefe” do jornal *A Liberdade*.<sup>324</sup> O *Centro Cívico José do Patrocínio* foi fundado em 13 de maio de 1921, sob a direção de Espiridião Calisto dentre outros, e comemorou a festa de um ano de existência com duas peças dramáticas, palestras e concerto de piano que tiveram os lucros revertidos para os seus cofres.<sup>325</sup>

Naquele período encontrei referências recorrentes sobre os “festivais”, realizados nos clubes negros, nos cinemas e, em alguns casos no Teatro São Pedro, ou mesmo a realização de “bailes” no meio negro porto-alegrense, que tiveram a participação dos redatores d’*O Exemplo* como palestrantes ou atores teatrais. Parecia comum a realização de eventos que em algum momento parava-se a festa, e logo era anunciada uma pessoa para declamar poesia, encenar uma peça de teatro ou palestrar sobre temas de interesse dos presentes.

O nome de Arnaldo Dutra era um daqueles que estava geralmente presente nas listas dos participantes das festas, dos festivais, das associações culturais e educativas. Inicialmente ele era definido como “dramaturgo e músico”, depois ele passou a ter “larga experiência no jornalismo”, posições sociais em que angariou prestígio social que vinha da representação como “alto funcionário da administração dos Correios” e, finalmente, “médico”. No dia 2 de janeiro de 1928, Dutra publicou um texto sobre o aniversário d’*O Exemplo* em que expressava que na mocidade havia participado, “embora modestamente”, do grupo fundador da publicação. No ano seguinte, a convite de Clemente Gonçalves de Oliveira que assumiu o cargo de presidente do *Grupo Mantenedor* do semanário depois da morte de Marcílio de Freitas, Dutra é convidado a assumir o cargo de redator chefe do hebdomadário.<sup>326</sup> É a partir destas condições sociais e devido a sua vinculação próxima aos redatores do jornal que ele assumiu aquela função até a morte, que ocorreu em 20 de maio de 1929.<sup>327</sup>

---

<sup>324</sup> A identificação nominal daqueles que foram representados nos jornais não se constituiu um problema, pois não encontrei homônimos dentre aqueles que tiveram suas trajetórias acompanhadas por meio da imprensa negra, quando muito foi modificada a grafia dos nomes. Por exemplo, o nome de Dario foi grafado algumas vezes com o sobrenome Defreitas, assim como Espiridião foi grafado como Calixto e Calisto, o que nos levou a ter maior atenção sobre os espaços onde circulavam, nas temáticas que costumavam abordar e na forma como argumentavam nos seus escritos. (*A Liberdade*, 12.12.1925)

<sup>325</sup> Cf. (*O Exemplo*, 12.06.1921, 09.04.1922 e 30.04.1922)

<sup>326</sup> (*O Exemplo*, 02.01.1928 e 02.01.1929)

<sup>327</sup> Arnaldo Dutra (1888-1929) foi jornalista, ator e músico. A atividade profissional como “Dr. Arnaldo Dutra” que anunciava local para “consultas médicas” deu-se nas páginas d’*O Exemplo* a



Conforme Souza (2010) Arnaldo era irmão do violinista e compositor Octávio Dutra (1884-1937) que foi considerado um dos principais músicos de sua época, e com ele fez parcerias em diversas apresentações musicais e teatrais. Eles também fizeram marchinhas carnavalescas e sambas, além de participarem da organização do *C. C. Os Batutas* que foi reconhecido como “querido e popularíssimo cordão carnavalesco” que tinha trânsito livre no meio negro da cidade de Porto Alegre.<sup>328</sup>

A morte de Arnaldo Dutra em maio de 1929, foi mais uma grande perda para todos aqueles que se encontravam ao redor d’*O Exemplo* e nas suas oficinas, o jornal havia perdido ao longo dos últimos anos grandes nomes das suas fileiras. Nesse sentido, a morte de Felipe Batista da Silva, que ocorreu em 1923, de Júlio da Silveira, em 1927, de Marcilio Costa Freitas, em 1928, foram desaparecimentos muito lamentados por todos aqueles que se mourejavam nas oficinas e na redação do jornal.<sup>329</sup>

No final do ano de 1929, também deixou as fileiras do semanário Clemente Gonçalves de Oliveira, que era o gerente e o administrador do jornal, além de um dos seus mais comprometidos mantenedores.<sup>330</sup> Os interesses profissionais, políticos e intelectuais dos mais jovens, como eram os casos de Antonio Lourenço e Dario de Bittencourt, por exemplo, dirigiam-se para outros meios de atuação que não condiziam com a manutenção do jornal e nem com os antigos ideais que haviam sido definidos em 1892. Lourenço era um jovem professor, recém-casado e que foi deslocado para a

---

partir do início do ano de 1929. Nesse jornal ele também assinava a coluna “Prosa mesquinha”, que tratava de questões variadas sobre o cotidiano da cidade, sob os codinomes de Pery e Walter. (O Exemplo, 27.05.1929)

<sup>328</sup> Em 1921, Arnaldo Dutra foi eleito presidente do *C.C. Os Batutas* e Otávio Dutra era o maestro da banda *Os Batutas* que fazia parte do *Cordão* e apresentava-se durante todo o ano nas festas do meio negro porto-alegrense. Os dois eram freqüentadores assíduos da Cidade Baixa onde vários clubes populares e cordões carnavalescos formaram-se naquela época, como: *Os Tigres*, *Os Tesouras*, *Os Janaúis*, *Os Atravessados* e *Os Turunas*. Segundo Lazzari (1998), aquele era um dos redutos negros da cidade de Porto Alegre, local de intensa prática associativa e circulação dos artistas e boêmios. (O Ex. 13.03.1921)

<sup>329</sup> A partir do início de 1929, as oficinas e a redação do jornal *O Exemplo* passaram a localizar-se na Rua Andrade Neves, número 81. O endereço era da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos que inaugurou o novo prédio da sua sede social em março daquele ano e, desde então, passou a alugar uma das portas térreas para o Grupo Mantenedor do jornal até a extinção do mesmo. (O Exemplo, 04.03.1929).

<sup>330</sup> O jornal anunciou a saída de Clemente com muito pesar, depois do desaparecimento do Marcilio Costa Freitas, ele se tornou a principal liderança e, ao que parece, deixou o Grupo Mantenedor para se dedicar ao trabalho na Justiça Federal. “A gerência d’*O Exemplo*”. (O Exemplo, 12.10.1929).

cidade de Tapes; Dario era um jovem advogado que passou a se interessar por novas ideologias, conforme veremos a seguir.

Nos últimos exemplares as dificuldades de manutenção pelas quais passava o semanário eram visíveis. Os anúncios das oficinas gráficas d'*O Exemplo* ocupavam praticamente a última página inteira, em que eram oferecidos “qualquer impresso” a preços módicos. Também apareceram cada vez mais as publicações oficiais, como a de um grande relatório do “operoso intendente da metrópole gaúcha”, que ocupavam espaços vazios no jornal e granjeavam recursos para a sua manutenção. Por outro lado, os anúncios sociais pareciam ter arrefecido, o que daria mostras do amainar do ímpeto festivo da comunidade negra, ou era um sinal do descrédito pelo qual passava a publicação, dentre outras possibilidades explicativas para o final do semanário que se avizinhava.<sup>331</sup>

Por fim, o exemplar do dia 2 de janeiro de 1930, em edição comemorativa pelo início do ano e pelo aniversário do jornal, trazia a reverência tradicional aos fundadores e parecia não ser o último número a ser publicado. Apenas o editorial sobre o aniversário do semanário deixava um lamento, quase uma desculpa, pelo semanário não ter sido maior do que foi. Nas entrelinhas os redatores deixavam entrever as dificuldades financeiras para mantê-lo, as perdas materiais com a morte de alguns dos principais colaboradores, e os interesses dos leitores que se dirigiam para outros temas e meios de comunicação.

#### **4.4 Entre cartas, jornais e alfarrábios ou como se pode inventar uma biografia**

Neste último capítulo da tese vou acompanhar a trajetória de Dario de Bittencourt a partir do arquivo que ele deixou, são documentos que mostram o intelectual negro, o integralista e o advogado. Essas são as facetas do personagem que esteve umbilicalmente ligado ao jornal *O Exemplo*, e que vou passar a explorar.<sup>332</sup>

A valorização deste tipo de fonte, reconhecida como “escrita de si”, nos autoriza a refletir sobre a objetividade histórica e a visão do historiador, na medida em que o percurso de ambos, pesquisador e pesquisado, se alteram ao longo do tempo. A

---

<sup>331</sup> (O Exemplo, 12.10.1929; 07.11.1929; 15.11.1929; 22.11.1929; 13.12.1929).

<sup>332</sup> Foram publicadas parcialmente, três versões desse trabalho, mais restritas no uso da documentação e no enfoque temático. Elas se encontram em: SANTOS, 2008a; 2008b; 2009.

vida de uma pessoa pode ser decomposta em períodos e influências diversas, desde a família e a escola, até a faculdade, amigos, opções políticas e inspirações intelectuais, não mais definidas por um único acontecimento. São experiências e contingências que se entrecruzam e (re)definem identidades e leituras possíveis para o pesquisador, além daquelas postuladas por quem registrou e guardou fragmentos de sua própria trajetória.<sup>333</sup>

Os documentos selecionados e arquivados por Dario de Bittencourt ao longo de boa parte de sua vida, dizem respeito à sua trajetória pessoal e profissional, bem como do seu envolvimento político e da sua produção intelectual. Eles dão mostras da sua circulação em vários meios sociais e trazem um elenco de intelectuais que povoam os seus alfarrábios e cartas. Dario de Bittencourt deu início ao arquivo guardando o espólio deixado pelo avô paterno, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, e seguiu a sua sina de preservar documentos. Dentre outros documentos, encontramos algumas cartas e bilhetes trocados entre Aurélio e Júlio de Castilhos.<sup>334</sup>

A partir de 1920, Dario foi um dos principais responsáveis pela manutenção do jornal *O Exemplo* até o seu término em 1930. Com o final do semanário e a maturidade dos trinta anos, ele assumiu cada vez mais os papéis de líder integralista, advogado, poeta, escritor, colecionador de livros, cartas entre amigos e recortes de jornais. Ele fez parte dos quadros sociais da Associação Floresta Aurora e do Clube Marcílio Dias, tradicionais clubes da comunidade negra, e também circulou em terreiros de batuque de Porto Alegre. Dario de Bittencourt inventou uma biografia sobre a sua própria trajetória que deu o título de *Curriculum Vitae documentado*. Era um documento sobre si, onde ele criou racionalidades em busca do branqueamento de sua origem, e definiu estratégias discursivas para cruzar os dados da sua trajetória com

---

<sup>333</sup> O que entendo como “escrita de si” compõe o conjunto de documentos íntimos constituído por memórias, autobiografias, cartas, diários e bilhetes. São fontes de pesquisa que foram recentemente valorizadas pela possibilidade que apresentam de se chegar até o indivíduo comum que constrói uma memória e uma identidade para si, registra e guarda uma parte da sua vida. Nesse sentido, a “escrita de si” também abarca uma postura teórica e metodológica que aproxima o historiador do seu objeto de pesquisa, assim como indica como esse contato deve ser construído. Cf. GOMES, 2004.

<sup>334</sup> O que restou do Arquivo Dario de Bittencourt se resume a uma gaveta de aço em armário localizado no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (NUPERGS), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ao que parece, o Arquivo foi bem maior, inicialmente formado por documentos pessoais de Dario, documentos da Ação Integralista Brasileira (AIB), e entrevistas das principais lideranças integralistas no Estado. Os documentos foram reunidos a partir da pesquisa de doutorado, realizada no final da década de 1960 e início dos anos 1970, por Hélio Trindade no que resultou o livro de sua autoria. Cf. TRINDADE, 1979.

as de pessoas reconhecidas no meio intelectual gaúcho. A sua disposição de guardar cartas e documentos de alguns conhecidos e outros tantos desconhecidos, nos deu a possibilidade de inventariar outras biografias além da sua.

É necessário dizer que o inventário que aqui propomos tem duas acepções: uma, que se dedica a relacionar e analisar os artigos, cartas e livros produzidos e recebidos por Dario, que nos indicam os circuitos em que andou e os vínculos afetivos e intelectuais que construiu; outra, que reflete sobre a sua capacidade de inventar, criar e manter o acervo que tornou perene, além da sua produção intelectual a do seu avô e do seu pai. Ambos os sentidos nos remetem a idéia comum e basilar da proposta aqui esposada como inventário de si, uma vez que sabemos que Dario tinha opiniões, intenções e versões das histórias que desejava selecionar e guardar. Nesse sentido, ele inventou uma história sobre si, uma vez que deixou de fora documentos que poderiam contar uma outra versão do seu passado, e selecionou apenas as cartas, livros e atas do Grupo Mantenedor do jornal *O Exemplo*, que consagraram o seu entendimento da própria trajetória.<sup>335</sup>

Por um lado, eram documentos que comprovavam o itinerário intelectual e político percorrido pela família Bittencourt no processo de mobilidade social e integração racial que se deram ao longo dos séculos XIX e XX. Por outro, era a preocupação em deixar para a posteridade, mais do que as marcas da sua circulação intelectual do meio negro, a admiração e o respeito que havia atingido como homem público e advogado na sociedade como um todo. Segundo ele nos indica, esse processo havia iniciado na segunda metade do século XIX pelo seu avô, e dera continuidade com a trajetória intelectual e profissional de seu pai, que reforçavam as suas próprias escolhas e opções políticas ao longo do século XX.

A partir dos documentos arrolados e das versões das histórias contadas por Dario, vislumbrei lacunas e omissões que indicaram racionalidades e estratégias discursivas, usadas para cruzar os dados da sua vida com as de seus ascendentes no sentido de reforçar a sua autoproclamada origem “parda” e pobre e dignificar as suas conquistas pessoais. Nessa busca, exercitamos a mediação fina entre a posição social e a definição étnico-racial que ele assumiu como advogado e como indivíduo “pardo”,

---

<sup>335</sup> A perspectiva metodológica de “inventário de si” que procurei desenvolver, se aproxima do “lapidário de si”, que leva em conta a intenção e o objetivo da pessoa que guarda documentos e forma um arquivo, bem como as questões que mobilizam o pesquisador em direção àquele espólio. Conforme: MATTOS; GRINBERG, 2004.

assim como a posição ideológica definida como castilhista e integralista. São posições sociais e opções políticas que ele assumiu nos documentos que deixou, mas que me levaram a perceber a dinâmica social herdada, principalmente do seu avô. A ascensão social de Aurélio Virissimo de Bittencourt ao cargo de secretário dos principais governadores do Estado na virada entre os dois últimos séculos, aproximou Dario da posição formal que facilitou a busca e o acesso ao poder político e ao clientelismo que facilitou a sua formação profissional e circulação intelectual.

Em agosto de 1958, próximo de completar 57 anos de idade, Dario de Bittencourt imprimiu o seu *Curriculum Vitae*, com tiragem de 200 exemplares, para ser distribuído entre familiares, amigos e colegas da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul, além dos confrades da Academia Sul-Riograndense de Letras. Ao que parece, o documentário nasceu de duas necessidades iniciais: por solicitação da Faculdade de Direito que desejava obter dados biobibliográficos de seus docentes; e em virtude de seis meses de inatividade forçada, no segundo semestre de 1954, em consequência de doença que lhe paralisou um lado do corpo.

Os dois objetivos deram ensejo para a elaboração do *Curriculum*, por ele definido, como uma “mensagem de pré-morte”. No final do documento, no entanto, onde foi colocado um apêndice que levou o título – “De como, por que e quando fui acoimado de 5ª. Coluna” – tive a indicação do que parece ser a terceira e a principal justificativa para a publicação do documento.<sup>336</sup> Em virtude das suas posições políticas ufanistas na defesa da nossa nacionalidade, e de assumir a liderança integralista no Estado, Dario foi acusado de traidor durante a Segunda Guerra Mundial.

Os compromissos que Dario de Bittencourt assumiu com a vida antes da morte: um, de caráter profissional, outro, com fins profissionais, por último, as explicações sobre sua conduta política, foram consequências da doença, do tempo de recuperação e do medo do fim da existência. Os objetivos práticos levaram-no a organizar o *documentário*, uma maneira de perenizar o seu nome e o de sua família, bem como de tornar pública a sua trajetória intelectual e política. A volumosa publicação era mais do que um *curriculum vitae*, como hoje entendemos, era uma autobiografia documentada. Ele monta um arrazoado cronológico sobre si que comprova o seu prestígio e os laços profissionais que construiu. A sua origem familiar

---

<sup>336</sup> Conforme hoje sabemos, a sua *mensagem de pré-morte* foi antecipada em dezessete anos, Dario viveu até 1974. Cf. BITTENCOURT, 1958.

e as relações intelectuais, étnicas, religiosas, políticas e afetivas que o ligaram a uma rede de pessoas importantes.

O *Curriculum Vitae* pode ser lido também como um testamento que descreve desde o seu registro civil de nascimento, passando pelos certificados de batismo, casamento e diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. O certificado de livre docente da Faculdade de Direito de Porto Alegre, o decreto presidencial em que era instituído como Suplente do Conselho Regional do Trabalho da 4ª. Região, o convite para ser “imperador festeiro” da Irmandade do Divino Espírito Santo.

Também são anexos os documentos que comprovam ter ocupado a Chefia Provincial dos integralistas no Estado, e várias referências bibliográficas e hemerográficas que remetem à sua circulação profissional e produção intelectual. É revelador observar que todos os outros familiares, como a esposa, os três filhos, os tios e demais amigos e colegas, quando aparecem no seu documento, são em segundo e terceiro planos, mais no sentido de reafirmar os seus feitos ou negar os defeitos da sua existência laboriosa.<sup>337</sup>

A auto-representação construída por Dario a partir da seleção e guarda de diversos documentos tinha vários objetivos. Vou refletir sobre ela a partir da capacidade ou necessidade que ele tinha de olhar para o passado e se mostrar sempre coerente, o que nos alerta para a incapacidade do ser humano em sê-lo efetivamente. A coerência ou não das suas ações passadas, ele só podia avaliar no presente momento em que selecionava e guardava. Os documentos que deveriam contar a sua trajetória intelectual e profissional, trabalho que ele realizou durante boa parte da vida, certamente passaram pelo seu rigoroso crivo até quando ele teve condições de fazê-lo.

O meu trabalho enquanto historiador se inicia como continuação ao dele, o que me leva a agradecer Dario pelo despojamento de tempo e dinheiro na construção de material precioso para nós historiadores. Ele guardou boa parte dos documentos de seu avô, principalmente as cartas e bilhetes que Aurélio trocou com Júlio de Castilhos, o que deu ensejo para a publicação de Moreira (2009). Também mandou encadernar a

---

<sup>337</sup> O caráter documental do *Curriculum Vitae* é reforçado logo nas primeiras páginas onde foi colocada uma impressão digital do autor e uma fotografia de 1953, o que sugere a marca do indivíduo em que a impressão digital passa a ser sinal da autoria única e intransferível. Na reprodução da fotografia ele veste pomposa toga da magistratura judicial que serve para representar o homem público. O indivíduo que se mostra com signos de distinção, barrete e toga, para se mostrar superior aos demais mortais, ser aceito e fazer parte da elite intelectual e social da cidade.

última coleção do jornal *O Exemplo*, que foi levada por Fernando Henrique Cardoso para ser reproduzida em São Paulo e servir de documento para o seu doutorado.

Por outro lado, como nos lembra Gomes (1998), não devemos cair nas “malhas do feitiço” desta fonte de pesquisa encantadora que são os documentos de arquivo privado. Por guardar uma documentação pessoal que traz em si muito da personalidade do indivíduo, ele revelaria a “verdade” com suas virtudes e defeitos de quem os produziu. O nosso autor teria nascido com a vocação para as letras, herança que trazia de berço, segundo ele: “Com inato pendor para o jornalismo e as letras – herança avita -, desde o curso ginásial se ensaiava em pasquins escolares manugrafados ou em cópias a gelatina”.<sup>338</sup> Conforme vou tentar mostrar, este era um dos “feitiços” que motivou Dario a escrever e a estudar por toda a vida, foi a “verdade” que ele construiu para si, mas são “malhas” da sua história que não devem nos imobilizar enquanto historiador.

O pai de Dario, Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, foi estudante interno, como será seu filho mais tarde, do Colégio Nossa Senhora da Conceição, fundado por padres jesuítas em 1870, e situado em São Leopoldo.<sup>339</sup> Pelas salas de estudos, auditório, piscina, campo de futebol, refeitório, corredores e dormitórios do *Conceição*, como era conhecido na época, passaram jovens que se tornariam figuras ilustres. Cito como exemplos os nomes de Nereu de Oliveira Ramos, Álvaro Moreyra, João Neves da Fontoura e Borges de Medeiros. Não é à toa que seu avô, tão logo assumiu a paternidade de Dario, após a morte do filho, o matricule no mesmo colégio em que havia estudado Aurélio Júnior.

Aquele era um espaço de formação da elite intelectual e econômica da região, era onde os principais descendentes tinham todas as condições materiais, intelectuais e espirituais para assumir o lugar que lhes era destinado nas suas respectivas sociedades.<sup>340</sup> No ano de 1911, quando Dario foi para o internato, ele já era alfabetizado pelo pai e a tia-avó materna dona Maria José Bastos Cruz, conhecida

---

<sup>338</sup> Cf. BITTENCOURT, 1958, p. 68.

<sup>339</sup> Em 1901, ao ser equiparado ao Ginásio Nacional, localizado na capital do país, o Conceição passou para a categoria de Ginásio com o objetivo de preparar os filhos da elite para o ingresso nos cursos superiores. Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior (28.02.1874-30.07.1910), formou-se em Direito em São Paulo, foi juiz e intelectual reconhecido no meio portoalegrense.

<sup>340</sup> Em 1905, dos 204 alunos internos matriculados no Ginásio de Nossa Senhora da Conceição, 25 estudantes eram de Santa Catarina, um do Paraná, dois de São Paulo e cinco do Uruguai, o que nos dá uma idéia da abrangência e da importância do Ginásio na formação da elite regional. Cf. MOEHLECKE, 1996, p. 218.

como Tia Zezé, que era irmã da sua avó materna, dona Leocádia Bastos de Quilião.<sup>341</sup> Ele também frequentou a aula pública primária, mista, regida pela tia paterna professora Adelina Lydia de Bittencourt Machado. Ela era conhecida publicamente como Dona Chinóca, e havia se diplomado na extinta Escola Normal, a 25 de dezembro de 1888 e faleceu, no final do ano de 1925, quando era homenageada como paraninfa no Colégio Elementar 13 de Maio.<sup>342</sup>

As trajetórias de suas tias e de seu pai, que se formou em Direito em São Paulo, mesmo que diferenciadas, ressaltam a importância da educação para a família Bittencourt. O lugar destinado às mulheres naquela sociedade era geralmente restrito ao mundo da casa, cuidado com o marido e educação dos filhos. A preocupação com o ensino também podia se estender para o âmbito da sociedade, nesse caso, a escola era um espaço de atuação permitido às mulheres.

A Tia Chinoca, como Dario a chamava, era irmã de seu pai e carregava no apelido muito do lugar social subalterno que esperavam dela.<sup>343</sup> No entanto, ela conseguiu superar as barreiras sociais prescritas para uma mulher negra naquela sociedade, ao ser uma das primeiras professoras negras da capital ela se aproximou das expectativas de seu pai. Tia Chinoca morreu como professora primária enquanto Tia Zezé, enganada pelo marido viciado no jogo e empobrecida, só restou a vida familiar e a circulação na casa dos parentes morando de favores.<sup>344</sup>

Nos anos de 1921 a 1924, Dario Bittencourt cursou a Faculdade de Direito de Porto Alegre, período em que se exercitou nas lidas diárias do jornalismo, como diretor de redação do semanário *O Exemplo*, e como ajudante de revisor, conhecido na época

---

<sup>341</sup> O jornal *O Exemplo*, publicado no dia 17 de setembro de 1922, noticiou o óbito de Tia Zezé. Ela estava com 77 anos de idade e foi reverenciada por Dario como uma segunda mãe.

<sup>342</sup> O necrológio da professora Adelina Lydia de Bittencourt Machado foi escrito por Dario de Bittencourt e publicado no jornal *A Federação*. No período, entre os anos de 1922 a 1926, Dario trabalhou no periódico que era o órgão do Partido Republicano Rio-Grandense. (*A Federação*, 21.12.1925)

<sup>343</sup> Ser chamado de chino ou chinoca, respectivamente homens ou mulheres, ainda hoje é uma forma de identificar os mestiços de procedência negra e ou indígena, algumas vezes de forma carinhosa, outras tantas de maneira pejorativa.

<sup>344</sup> Desde a morte do seu marido, ela passou a residir com os pais de Dario. Com a separação do casal em 1906, ela ficou residindo com Aurélio, talvez para cuidar de Dario que, aos cinco anos de idade, ficou sob sua guarda. Com o *passamento* de Aurélio Júnior, em 1909, e a entrega de Dario para o avô, ela foi morar com outra irmã, e sucessivamente, com a família de José Maria Garcia, até a sua morte em 1922.



como retranca, do jornal *A Federação*.<sup>345</sup> É nesse período que ele iniciou propriamente a sua produção intelectual, escrevendo poesias, crítica literária, pequenos textos e necrológios e onde se aproximou dos universos da intelectualidade e da política profissional que vão acompanhar a sua vida. No seu arquivo temos uma coleção de recortes de jornais desse período<sup>346</sup> e documentos referentes à prestação de contas da Comissão Central dos festejos populares pela visita do futuro presidente Washington Luis.<sup>347</sup>

Em setembro de 1922, ele é convidado a trabalhar no jornal *A Federação* pelo seu diretor que era na época o senhor Lindolfo Collor. O convite teria sido encaminhado pelo gerente Carlos Leiria, o que sugere a extensão do braço político legado por seu avô. Aliás, quando do “passamento de Dona Chinóca”, tia de Dario e filha do finado secretário de governo, o vice-presidente do Estado que era o senhor Protásio Alves, esteve presente no velório. Por outro lado, não há dúvida que a formação republicana de Dario, herdeira de Júlio de Castilhos e do seu positivismo, vinha de casa, principalmente da parte do velho Aurélio, militante fervoroso do Partido Republicano Rio-Grandense, logo depois da sua fundação.

Nos alfarrábios guardados por Dario, desde 1926, encontramos rascunhos datilografados de um artigo ou livro, intitulado “Júlio de Castilhos e os operários”, onde através dos “Anais do Congresso Constituinte da República”, publicado naquele ano, sobre evento realizado em janeiro e fevereiro de 1891, ele procurava realçar a participação do então deputado na elaboração do documento. A inspiração castilhista na trajetória profissional e intelectual de Dario pode ser maior, pois temos algumas

---

<sup>345</sup> A Faculdade de Direito de Porto Alegre foi um espaço de consagração intelectual. A experiência de passar pela Faculdade de Direito era um aprendizado de doutrinas político-filosóficas, e o início da construção de redes sociais entre prováveis clientes e figuras políticas importantes. Cf. GRIJÓ, 2005.

<sup>346</sup> Os recortes iniciam a ser sistematizados com os jornais *O Paiz* e *Correio do Povo*, com datas de 1919, e continuam na década seguinte com os seguintes periódicos: *Cidade do Prata*, *A Tribuna*, *O Cambuquira*, *Minas Gerais* e *Reflexo*, todos produzidos em diferentes cidades de Minas Gerais. Era o período em que ele acompanhava a trajetória de seu amigo e poeta Francisco Ricardo, nomeado juiz no interior de Minas Gerais, conforme veremos adiante.

<sup>347</sup> No arquivo tem uma fotografia em que está gravada, em placa de ouro, um mapa do Rio Grande do Sul. A miniatura tinha a localização geográfica assinalada por uma pedra de brilhante de cada município que havia contribuído com “o mimo ao Exmo. Sr. Dr. Washington Luis Pereira e Souza”. A prestação de contas e as cartas convite e de aceitação dos prefeitos somaram a participação de 21 municípios gaúchos, e o valor de mais de dois mil contos e cem mil réis que foram arrecadados. Ao que parece, a placa foi entregue por representantes da Comissão ao Presidente eleito quando da sua posse, em novembro de 1926.

publicações dele voltadas ao mundo do trabalho.<sup>348</sup> Sem dúvida que neste caso devemos considerar os ventos promissores do advento da moderna legislação social trabalhista da década de trinta.

A proximidade com Lindolfo Collor, futuro Ministro do Trabalho no governo Vargas, e seu colega de ofício no jornal *A Federação*, pode ter despertado no jovem advogado o gosto pela legislação trabalhista. Os rumos tomados pela política nacional e os clamores vindos dos trabalhadores abriram novos e promissores caminhos, para os estudos e propostas para resolver os graves problemas de assistência aos trabalhadores. Nesse sentido, no final da década de 1930, Dario foi aprovado em concurso público para professor catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre, com a tese que levava o seguinte título: “Do mandato na legislação brasileira do trabalho”. A partir desta publicação ele passou a ser reconhecido nacionalmente como uma referência na área do Direito Trabalhista.<sup>349</sup>

Como reconhecido poeta de seu tempo, Dario também nos deixou uma extensa obra apreciada por amigos, como Augusto Meyer Júnior e publicada em jornais, revistas e suplementos literários.<sup>350</sup> O crítico literário Zeferino Brazil (1926, p. 98), bastante conhecido na época, assim se referia a Dario: “É um poeta de talento que nunca está satisfeito com os versos que escreve. Adora, ao que parece, todos os poetas, mas sempre o que mais lhe agrada é o último que lê”.

Como era moda na época, muitas vezes ele assinava as suas poesias como Reginaldo de Vermont, ocultando atrás de uma identidade parisiense a sua origem mestiça além de demonstrar a sua predileção pelos poetas franceses. No inverno de 1927, com 26 anos, ele assim se apresenta no poema intitulado “Eu”:

---

<sup>348</sup> A título de comprovação do seu papel neste campo, bem como para futuras pesquisas, cito as seguintes obras de Dario Bittencourt sobre o mundo do trabalho: *Bases para o código de trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1933; *O sindicalismo no Brasil. Notas para um ensaio de política social*. Porto Alegre: Gráfica de A Federação, 1934; *Do direito do empregado sindicalizado*. Artigo publicado no Correio do Povo e Diário de Notícias, 13.10.1934; *Alguns aspectos humanos da legislação social brasileira*. Porto Alegre: Ed. Gundlach, 1936; *Os agentes e representantes de companhias de navegação e seus empregados em face do Instituto dos Marítimos*. Revista do Trabalho, Rio de Janeiro, julho de 1937.

<sup>349</sup> Conforme nota acima, os livros publicados por ele tiveram boa aceitação nos meios intelectuais, principalmente, entre os profissionais voltados ao Direito Trabalhista. Cf. BITTENCOURT, 1938.

<sup>350</sup> Augusto Meyer Junior que acabou se tornando um poeta e escritor reconhecido nacionalmente, dedicou para Dario um livreto manuscrito e decorado com esmero. O documento estava datado de janeiro de 1920, e contém muitos elogios e algumas críticas sobre a poesia do nosso autor. Cf. “Para um poeta. Após ler as poesias de Dario de Bittencourt – Missiva crítica”.

“Se procuro não ser, na Vida, um falho, nem aspiro a lugares de relevo, - só quero os bens, fruto de meu trabalho. E, sem vaidade, a proclamar me atrevo: este pouco que sou, algo que valho,- depois de Deus, ao próprio esforço o devo!”

O poema faz parte do preâmbulo do *Curriculum Vitae* e foi escrito trinta e um anos antes da publicação do mesmo, o que nos indica a importância da composição para o autor na medida em que essa poesia abre a principal publicação da sua vida. Os versos nos sugerem que a presença da mãe foi quase ignorada na sua trajetória afetiva e intelectual.<sup>351</sup> O pai lhe faltou quando dele mais precisava, desde então se tornou duplamente órfão. Apenas com a ajuda de Deus e por esforço próprio, resultado de muito trabalho, ele conseguiu valer algo.

A morte do pai aos nove anos foi um divisor de águas na sua vida. Os “abrolhos” – rochedos marinhos que chegam à superfície e afundavam navios desgovernados – são usados como uma figura de linguagem que remete às dificuldades e obstáculos que ele teve que superar tão logo se deu o desaparecimento do pai. A figura do avô não é citada no poema embora fosse fundamental na sua trajetória, está subentendida pois assegura e referencia a sua origem importante que não lhe dá o direito de ser “um falho”. O “pouco” que afirma ser ou valer, lhe dá condições morais de se auto-definir como resultado do “próprio esforço”. Essa é uma das tantas conclusões individualistas que nos permite questionar o inventário documental que construiu sobre si.<sup>352</sup>

Dario se definiu como “pardo que sempre prestigiou as organizações dos pardos”, nesse sentido, na década de 1920, fez parte do quadro social da Sociedade Beneficente Floresta Aurora.<sup>353</sup> Ele também participou do Conselho Superior da Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense, fundada em 1919, para congregar times formados com jogadores negros, e foi sócio da Sociedade Satélite Porto Alegrense, de 1902, que hoje é conhecida como Satélite Prontidão. Finalmente, ele ainda cita que fez

---

<sup>351</sup> Sua mãe era Maria da Glória Quilião de Bittencourt que separou de seu pai quando Dario tinha cinco anos de idade, oportunidade em que tornam pública a informação de que casaram quando o menino já tinha três anos de vida. Dario muito pouco se refere à sua mãe nos seus escritos, o que nos mostra o trauma da separação dos pais. Cf. Petição de divórcio, datada de 8 de fevereiro de 1906. (Cópia do documento gentilmente cedida pelo historiador Paulo Staudt Moreira, o qual agradeço).

<sup>352</sup> O caráter de documentário ou a tentativa de certificar e provar a verdade do que dizia é objetivada pelo autor, a partir do uso do recurso estilístico ou jurídico de se referir a si mesmo na terceira pessoa do plural. Ele sempre se referia a si mesmo como Dario ou Dario de Bittencourt.

<sup>353</sup> A frase entre aspas foi um dos títulos de capítulo do *Curriculum Vitae*. Cf. BITTENCOURT, p. 158.

parte do Grêmio Náutico Marcílio Dias, fundado em 1949, e que foi o único clube de remo e basquete voltado para os negros que se tem notícia na capital.

A sua auto-definição como “pardo” remetia a uma posição social e racial intermediária, entre o grupo hegemônico branco e a camada de negros pobres. Como advogado e professor universitário, sem dúvida ele ocupava uma posição privilegiada em relação a maioria da população porto-alegrense, mas nem por isso deixou de circular e participar das associações negras. Talvez a circulação entre os negros não fosse apenas uma opção conforme defini no correr da tese, que tinha exemplos na sua família, mas uma imposição da sociedade racista que sempre procurava colocar os negros no seu lugar, ou seja, entre os seus “irmãos de cor”. Em alguns casos de famílias negras que ascenderam socialmente, como foi o caso dos Bittencourt, a discriminação e o preconceito racial contribuíram para que procurassem seus lugares na sociedade. Certamente, isso ajudou para que assumissem posições de liderança e servissem de exemplos para as pessoas da sua comunidade de origem étnico-racial.

Nesse sentido, nos alertava, em 1939, Arthur Ramos ao discutir sobre o problema do negro no Brasil. Segundo ele, a situação dos negros nos estados do sul do país, tomava aspectos que muitas vezes lembravam a mesma região dos Estados Unidos. Os negros estavam rodeados por imigrantes europeus e constituíam minorias na população, o que os levava a sofrerem certas restrições para circular nesse meio social. Haveria certa linha de cor que separava negros e brancos, não em termos legais como naquele país, mas na organização da sociedade. Isso não impedia a troca de favores e certa simpatia entre eles, muito menos a aproximação por objetivos sociais e políticos comuns, embora dificultasse a ascensão social dos negros.<sup>354</sup>

Esta era mais uma das formas como se expressava a ideologia da mestiçagem que tinha o objetivo de homogeneizar racialmente a população brasileira, mas muitas vezes separava e segregava em diferentes origens etnoraciais. A expressão que era conhecida como “parda”, por exemplo, era: “[...] a designação geral reservada ao cruzamento de elementos étnicos diversos, cuja discriminação não pode ser feita com precisão. Neste sentido, *pardo* será empregado como sinônimo de mestiço em

---

<sup>354</sup> Ver o capítulo intitulado: O problema do negro no Brasil. In: RAMOS, 1942. O texto foi um resumo de curso com o mesmo nome, proferido aos estudantes universitários da Pensilvânia, realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1939.

geral”.<sup>355</sup> Talvez a assunção como “pardo”, assumida por Dario de Bittencourt, fosse uma boa forma de se definir como brasileiro, mestiço acima de tudo, composto por uma caracterização precípua de todos os povos que formaram o país. Tendo como certo que o termo “mulato”, que significava a mistura entre negros e brancos, era entendido de forma pejorativa, ele buscava a sua etnicidade entre os negros, os indígenas e os portugueses.

Todos os termos por meio dos quais foram definidos os “tipos brasileiros”, foram criados na justaposição social e ideológica do final do século XIX, e logo depois ratificados pelos intelectuais ao longo do século seguinte. Por um lado, eram recursos teóricos, acionados por antropólogos e cientistas sociais, preocupados em entender aquela realidade multiétnica e cultural. Nesse sentido, eles colocavam o povo brasileiro sob o guarda-chuva do discurso da mestiçagem e da nacionalidade que gestava no Brasil. Por outro, os discursos científicos se revestiam de caráter político para encobrir as diferenças originárias do povo brasileiro, na tentativa deliberada de separar aqueles que buscavam formas de aglutinação identitária e orientação política. As origens etnicorraciais estavam por detrás das diferenças no acesso aos mecanismos de reprodução ideológica, econômica e social.<sup>356</sup>

Ao contrário do que Dario nos propõe, no poema inicial, ele não ascendeu socialmente com muito esforço e trabalho, uma vez que tinha um pai advogado que morrera como juiz e um avô que era secretário do Presidente da Província. Ele apenas conseguiu manter, esse parecia ser o maior desafio da sua vida, o padrão econômico de origem e alcançar o *status* social e intelectual que havia sido projetado pela família. A situação social, o grau de educação e a vinculação étnico-racial privilegiada em que nasceu, sugerida pela assunção da categoria parda deveria ser mantida, sobretudo para que ele se distinguisse da maioria negra, ainda muito vinculada aos estereótipos da escravidão.<sup>357</sup>

---

<sup>355</sup> Por outro lado, as definições de mameluco ou caboclo, eram destinadas à nomeação dos resultados das mestiçagens entre índios e brancos. As misturas de índios com negros, por sua vez, resultavam os tipos que eram conhecidos como curiboca ou cafuso. Cf. RAMOS, 1942, p. 58 e 59.

<sup>356</sup> Recentemente foram produzidas pesquisas que mostram como foram construídos e reproduzidos mecanismos de acumulação de capitais, simbólicos, culturais e econômicos por parte de uma elite de origem européia ao longo da história do Estado, em detrimento dos demais grupos. Cf. SILVA; PENNA; CARNEIRO, 2009.

<sup>357</sup> Seu avô parece ter sempre se identificado como pardo, embora muitas vezes tenha sido descrito como preto. Cf. MELO, 1944, p. 34.

A identificação como pardo, assim como também a de mulato, podia assumir aspectos negativos, como nos indica a polêmica travada entre os redatores dos jornais *O Exemplo* e *Última Hora*. Segundo reportagem do jornal *O Exemplo*, os redatores do periódico *Última Hora* afirmavam que: “É lastimavelmente PARDA a mentalidade dos moços d’O Exemplo”. O artigo era uma réplica aos intelectuais negros que haviam se manifestado contrários à comparação de Adão Latorre, famoso degolador negro, morto em 1923, com os “heróis brasileiros de cor preta” que, no caso eram Henrique Dias e Marcílio Dias.<sup>358</sup> O primeiro era pernambucano e lutou contra o domínio holandês, o segundo era gaúcho e lutou na Guerra do Paraguai.

Naquela polêmica, o jornal *Última Hora*, também conhecido popularmente como “vaca braba”, por estar geralmente no centro das discussões políticas do momento, dava uma acepção negativa ao substantivo “pardo”. Ele era a representação de algo escuro, pouco iluminado, atrasado ou no limite, fazia referência aos “moços” do semanário *O Exemplo*, como pessoas de pouca inteligência ou de “mentalidade parda”, conforme foram definidos. Não podemos esquecer que nessa polêmica estavam envolvidos além daqueles aspectos raciais, as disputas políticas e de construção da nacionalidade. Assim, eu informo que Adão Latorre era negro, mas de origem uruguaia e não poderia ser comparado com dois negros brasileiros que lutaram pela independência e pela unidade nacional. Enquanto Latorre era um caudilho degolador, Henrique e Marcílio Dias eram considerados libertadores do país e heróis brasileiros.<sup>359</sup>

Os negros gaúchos também tinham os seus “heróis nacionais” que justificavam as suas reivindicações sociais por outras contribuições à construção da

---

<sup>358</sup> (Última Hora, 28 de junho de 1923.)

<sup>359</sup> Henrique Dias foi negro liberto e mestre-de-campo que participou dos 24 anos de guerra dos pernambucanos contra a invasão holandesa no século XVII, sendo ferido oito vezes em combate. Ele foi capitão do mato e combateu quilombos, naquelas batalhas foi comandante de batalhões formados por negros, razão pelas quais, atualmente, não é bem visto por militantes negros. Por outro lado, ele é venerado pelos militares brasileiros como um dos fundadores da Forças Armadas, e por sua atuação nas duas batalhas de Guararapes. Marcílio Dias, por sua vez, foi marinheiro de primeira classe, nasceu em Rio Grande, em 1843 ou 1844, não se sabe ao certo. Como artilheiro ele se destacou nos ataques da esquadra brasileira à fortaleza de Paissandu (1864-1865), na Guerra do Paraguai. Ele também esteve embarcado na corveta Parnaíba, e participou da batalha naval do Riachuelo (11 de junho de 1865), quando se distinguiu pela bravura em combate. No entanto, ele foi morto no dia 13, e sepultado nas águas do rio Paraná. O retrato de Marcílio Dias é ostentado atualmente nos alojamentos e cobertas dos navios, além de nos quartéis e nos estabelecimentos da Marinha Brasileira, ao mesmo tempo em que é venerado pelos negros brasileiros.

nacionalidade. Nesse sentido, pareciam dizer que não queriam ser mais vinculados apenas ao eito onde trabalharam e deram a vida os escravos, gostariam também de ser lembrados pela capacidade de defender o país e dar o sangue nas guerras e batalhas que construíram a nação.

Naquele cenário de disputas pela memória nacional, ainda resta pensar a Revolução de 1923, que colocou em campos opostos os partidários de Assis Brasil e Borges de Medeiros, até o Pacto das Pedras Altas, assinado em dezembro desse mesmo ano. Vale lembrar que no ano de 1923, Dario trabalhava como jornalista no principal bastião da resistência do PRR à sucessão estadual e pela manutenção do governo de Borges de Medeiros. As discussões eram acaloradas em todo o lugar, as questões políticas que se colocavam no parlamento gaúcho se refletiam no cotidiano das redações dos jornais. O jornal *Última Hora* era assisista e federalista, e o semanário *O Exemplo*, por outro lado, era castilhistas e republicano, como foi ao longo da sua história que acabamos de acompanhar.<sup>360</sup>

Em 1920, quando Dario passou a fazer parte da direção de *O Exemplo*, o faz como uma obrigação, uma tradição paterna e avoenga, herdada do avô que o levou a assumir papel de liderança junto ao seu grupo étnico-racial. O que se deu também a partir da experiência de seu pai que assinava poesias e artigos no jornal, como Aurélio Júnior, além do seu tio Sérgio Bittencourt que também foi um dos fundadores do jornal. No primeiro número do semanário, os dois representantes da família Bittencourt faziam parte da “comissão de redação”, responsáveis por receber e analisar as reclamações e as contribuições da parte literária do jornal. Eles também assinavam colunas, poesias e charadas no jornal, e participavam de todo o trabalho de divulgação e manutenção. Essas foram as influências que podem sugerir não apenas as boas notas de Dario na disciplina de Português, uma vez que foi criado num meio de intelectuais, mas principalmente o seu importante papel nas fileiras de organização do jornal.<sup>361</sup>

Ao construir a sua narrativa biográfica e memória intelectual por meio da organização de um acervo, Dario se colocava na maioria das vezes, como se estivesse

---

<sup>360</sup> A legislatura de 1921 a 1924, foi a mais importante para a organização e o fortalecimento da oposição ao castilhismo. Nesse período, tiveram três acontecimentos políticos definitivos e indissociáveis ao processo de legitimação do processo político regional: o confronto de Assis Brasil, ex-castilhista, contra Borges de Medeiros na disputa pelo governo; a proclamação da vitória de Borges de Medeiros pela quinta vez consecutiva e a conseqüente resposta revolucionária; e o acordo de Pedras Altas que estabeleceu a paz arbitrada pelo governo federal e que reconheceu as reivindicações políticas da oposição. Cf. TRINDADE; NOLL, 2005, p. 64-72.

<sup>361</sup> Nos seus alfarrábios encontrei cópias dos seus primeiros boletins de alfabetização.

acompanhado dos seus dois mentores intelectuais. Era como se o pai e o avô pudessem definir pelos caminhos que trilharam os limites e os alcances do seu trajeto intelectual, e mesmo a sua identificação étnica, o que ele registrou de forma linear e coerente como se fosse um projeto definido e orientado desde o nascimento. O vir a ser do nosso autor era uma busca constante pela mobilidade social e o reconhecimento público, permeado pela preocupação em construir uma memória *post mortem* ainda em vida. A compulsão por deixar tudo registrado no seu arquivo e currículo, nos aproxima do que os historiadores passaram a definir como “ilusão biográfica”.<sup>362</sup> No meu caso, procurei escapar das armadilhas da construção coerente dessa vida passada, buscando o contraditório nas suas afirmações, cotejando informações e aproximando outros personagens que não eram aqueles destacados por ele como sendo os principais.<sup>363</sup>

No final da década de 1920, é notória a influência que Dario recebeu do Grupo Mantenedor do jornal *O Exemplo*. Nas atas das reuniões que ele deixou no seu arquivo, foram somadas de sete a nove pessoas que geralmente estavam presentes, dentre eles estava o “velho e leal amigo” Clemente Gonçalves de Oliveira. Conforme anunciei nas páginas anteriores, ele era Oficial de Justiça, na época conhecido como meirinho que lhe teria aconselhado, tão logo Dario formou-se em Direito, a assumir a “advocacia militante”.<sup>364</sup> A vida como profissional liberal seria mais fácil e folgada do ponto de vista econômico, do que as carreiras que tiveram seu pai e avô, sempre atrelados ao poder público.

Nesse sentido, conforme nos adiantou José Murilo de Carvalho (2003), em estudo sobre a elite imperial brasileira, eram novos tempos em que a profissão de advogado passava a ser instrumento dos interesses de indivíduos ou de grupos econômicos ou ideológicos. Nas primeiras décadas do século XX, o profissional do direito se tornava cada vez mais, o porta voz das oposições. A exigência pela participação política, social e econômica, principalmente do movimento operário, era

---

<sup>362</sup> Escapar da ilusão biográfica não é uma opção metodológica simples, principalmente, quando conhecemos um pouco da história do biografado. No nosso caso, sabemos que Dario de Bittencourt só morreu em 1974, portanto, 16 anos após a publicação do *Curriculum Vitae*, considerado por ele como uma mensagem de pré-morte. Cf. BOURDIEU, 1996.

<sup>363</sup> Para conferir um exemplo de construção histórica que fez exatamente o contrário desta afirmação, favor conferir a biografia intelectual e profissional realizada sobre a vida de Dario de Bittencourt. Cf. BARRERAS, 1998.

<sup>364</sup> Cf. As atas das sessões do Grupo mantenedor do jornal *O Exemplo*, realizadas nos dias 01.08.1927; 09.04.1928; 05.05.1928 e 23.10.1928. (NPH-UFRGS)



um problema que crescia e exigia o diálogo que deveria ser facilitado por intermediários.

Se voltarmos à publicação do nosso interlocutor, caro leitor, teremos a definição do “mandato” judicial, como: “[...] um contrato pelo qual alguém recebe de outrem poderes, para em seu nome, praticar atos ou administrar interesses”.<sup>365</sup> Portanto, residia nessa compreensão jurídica o papel do intermediário ou interlocutor privilegiado de pessoas ou grupos. Condição social que geralmente cabia aos advogados ou rúbulas que a partir de mandatos outorgados ou não, passavam a intervir nos litígios trabalhistas desde então. Nesse sentido, é que se deram as principais atuações do advogado Dario de Bittencourt.

As influências na vida pessoal e trajetória intelectual de Dario também vieram dos confrades da Academia Rio-Grandense de Letras, como foi o caso de Leopoldo Bettiol, que se auto-definia como: “[...] livre pensador, ateu, panteísta, teósofo, batuqueiro, socialista, maçom, espírita”. Foi ele que nos ofereceu um panorama das várias possibilidades que podem compor uma mesma identidade.<sup>366</sup> Nesse texto, Bettiol fazia uma reflexão, a partir da sua trajetória de vida e da sua busca espiritual, sobre o papel do intelectual como um ser curioso e questionador. Ele passeava pelas diversas religiões do mundo e terminava defendendo os “batuqueiros”. A temática que segundo ele, infelizmente, em todo o Brasil os pesquisadores ainda tinham pouco interesse, o que o levava a lastimar: “O batuqueiro é um aficionado da polícia, temido, ridicularizado, repellido por todos. Acolhe-o, o preconceito, a má fé, a prevenção. Lamentamos.”<sup>367</sup>

A sua posição era em defesa do estudo dos cultos umbandistas, para que os negros fossem respeitados e escapassem aos estereótipos que redundavam nas perseguições policiais e nos estigmas de “anormais e endemoniados”.<sup>368</sup> Não me parece à toa que Dario tenha guardado essas páginas escritas por Bettiol, algumas delas datilografadas ao longo da vida. Nos anos de 1930, foi o período em que Leopoldo Bettiol foi seu colega na Academia Rio-Grandense de Letras, e Dario passava por dúvidas sobre a sua formação católica.

---

<sup>365</sup> BITTENCOURT, 1938, p. 8.

<sup>366</sup> BETTIOL, 1936, p. 03.

<sup>367</sup> Idem. BETTIOL, p. 34. Entre os pesquisadores que haviam realizado alguma pesquisa sobre religiões afro-brasileiras, ele citava os nomes de Nina Rodrigues e Dante de Laytano.

<sup>368</sup> Posição que fez parte de toda a vida de Bettiol, conforme podemos comprovar pela sua produção bibliográfica sobre o assunto. Cf. BETTIOL, 1929; 1954; 1956; 1963.

Dario havia escrito no início do ano de 1935, um elogio acadêmico e tentativa de ensaio de “crítica psicológica”, que foi lido em sessão ordinária da Academia.<sup>369</sup> O artigo tratava sobre o poeta Francisco Ricardo, seu amigo de infância e que também era o patrono da cadeira que ocupava na Academia Rio-Grandense de Letras, era descrito como “batuqueiro”. Em junho do ano seguinte, em carta enviada a Dario e depois publicada, o mesmo Bettiol já havia manifestado o seu interesse por aquela temática e na parte do livro de Dario que tratava da religiosidade de Francisco Ricardo, ele afirmava, depois de um longo arrazoado de dez páginas: “Tudo isto, apenas, para confirmar sua suspeita de que Francisco Ricardo *“era batuqueiro”*, assunto sobre o qual, não tenho dúvida, pelo trato que hei tido com tais fenômenos”.<sup>370</sup>

O escritor Leopoldo Bettiol confirmava o questionamento de Bittencourt pois conhecia o espólio de símbolos e amuletos legados aos filhos de santo depois da iniciação ao batuque. Estes elementos haviam sido deixados por Francisco Ricardo quando da sua morte, o que o levou a concluir que ele estava “pronto”, ou seja, Ricardo mais do que um simples adepto do batuque, ele era um pai de santo.<sup>371</sup> Ao que parece, o estudo de Dario, que foi descrito como um “estudio psicoanalítico sobre la personalidad mental del poeta”, foi bem recebido no meio intelectual não apenas brasileiro. Talvez em função da novidade do uso de Freud para a crítica literária, o seu texto foi elogiado até em Cuba.<sup>372</sup>

Talvez pela influência de Francisco Ricardo, considerado por aqueles que o conheceram como íntimo amigo de Dario, ou pelo interesse despertado pelo conhecimento e orientação de Bettiol, o fato é que ele demonstrou vivo interesse pelos

---

<sup>369</sup> Dario foi um dos fundadores, em 1932, do Instituto Rio-Grandense de Letras que logo foi dissolvido e recriado como Academia Rio-Grandense de Letras. O órgão era destinado para a cultura e o desenvolvimento das belas letras no Estado, e ainda se envolvia para o intercâmbio intelectual com as demais províncias da Federação.

<sup>370</sup> Segundo Dario, Francisco José Ricardo nasceu em Porto Alegre, em 10 de outubro de 1893, no arrabalde do Partenon. Era filho de Marcos Ricardo, extinto funcionário da portaria da Faculdade de Medicina, e de Ernestina Pereira Ricardo. Em idade escolar ingressou na aula primária da professora Dona Rita Pires e, mais tarde, na Associação Cristã de Moços, onde cursou taquigrafia. No ano de 1914, parte para o Rio de Janeiro, onde três anos depois ingressa na Faculdade Livre de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e onde ajuda a fundar a Academia Brasileira dos Novos. Como poeta ele se inseriu na vida literária e boêmia da capital, até a sua formatura em 15 de março de 1921, quando passou a residir no interior de Minas Gerais. Cf. BETTIOL, 1936, p. 115-125; BITTENCOURT, 1936.

<sup>371</sup> Nesse sentido, ver o capítulo 5, de Bittencourt (1936), que tinha o seguinte questionamento: “Religiosidade de Francisco Ricardo: católico ou batuqueiro?”.

<sup>372</sup> Esse foi o caso do antropólogo cubano Fernando Ortiz, que nos Estudos Afro-cubanos, vol. II, n. 1, 1938, p. 128, comentou de forma positiva a obra de Dario e aproximou a poesia de Francisco Ricardo do “mulato Machado de Assis” e do poeta “el negro Cruz e Souza”.

rituais afro-brasileiros.<sup>373</sup> Dario escreveu a tese intitulada “A liberdade religiosa no Brasil: A Macumba e o Batuque em face da lei”, que enviou, em 1937, para ser apresentada no 2º Congresso Afro-Brasileiro, que seria realizado, de 11 a 20 de janeiro, em Salvador. Ele dedicou o texto à memória de Senhorinha, definida por Dario, como: “[...] escrava de meus ancestrais maternos e também minha dúcida, bondosa e paciente Mãe Preta: em arrependimento pelas minhas reinações, numa infância distante”.<sup>374</sup> Conforme ele nos informou, ela era “adepta da religião feiticista”, e considerada sua “Mãe Preta”.

Conforme eu já informei, Dario havia perdido a sua mãe muito cedo e Senhorinha, pela proximidade e afetividade na sua mais tenra infância, passou a ser considerada uma influência para a sua busca de explicações para a vida espiritual que completasse o catolicismo arraigado dos Bittencourt.<sup>375</sup> Foi naquele período de busca espiritual que ele escreveu o artigo e mandou para o Congresso Afro-Brasileiro. A amizade e a proximidade com Francisco Ricardo, a curiosidade despertada pela religiosidade de Senhorinha, provavelmente, incentivaram Dario a pisar nos terreiros e batuques de Porto Alegre na juventude. A sua preocupação se manteve na maturidade, o que deve ter sido sedimentado pela sua circulação no meio negro da capital e nas influências intelectuais que vieram dos seus amigos da redação do jornal *O Exemplo*.

Desde o primeiro Congresso, realizado em Recife em 1934, pesquisadores como Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Arthur Ramos, Édison Carneiro e Melville Herskovits, dentre outros, tiveram a preocupação de se aproximar do que entendiam que eram as sobrevivências e a pureza dos ritos africanos. Por outro lado, eles também eram pressionados pelas lideranças religiosas para que encontrassem mecanismos jurídicos para que tivessem a liberdade para realizar os seus rituais.

Nesse sentido, desde 1932, o Serviço de Higiene Mental de Pernambuco, por influência do professor Ulysses Pernambuco, fazia contatos com algumas “seitas africanas” existentes no Recife que se encontravam perseguidas pela polícia e pela opinião pública. O objetivo era acertar medidas regulatórias e mecanismos jurídicos

---

<sup>373</sup> Cf. ANTUNES, 1937, p. 87.

<sup>374</sup> Original datilografado se encontra no Arquivo Dario de Bittencourt.

<sup>375</sup> Ele era o representante da terceira geração da família Bittencourt a fazer parte da secular Irmandade do Divino Espírito Santo. Dario estudou em colégio jesuíta e teve formação religiosa desde o berço. Ele era católico praticante e fez parte da também da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, e da Confraria de Nossa Senhora da Conceição, além da Devoção de São Cristóvão. Finalmente, Dario foi legionário das obras da Catedral Metropolitana e da matriz de São Sebastião, localizada no bairro Petrópolis. Cf. BITTENCOURT, 1940.

para o livre funcionamento das casas dos pais e mães de santo. Conforme foi relatado no Congresso por Cavalcanti (1935, p. 243-260): “Nós nos comprometíamos a conseguir da Polícia licença para tal. Os pais de terreiros nos abririam as suas portas e nos dariam os esclarecimentos necessários para que pudéssemos distinguir os que faziam religião e os que faziam exploração”.

A ciência e os intelectuais que se interessavam pela temática religiosa iam até os confins das cidades para, sem serem chamados, mas com interesses aproximados com os pais de santo, distinguir o que era “religião” do que era “charlatanismo”. Eles eram informados por uma hierarquia social e racial que definia os papéis sociais da religiosidade. As lutas contra a repressão policial e a favor das tradições africanas apareceram juntas, e uniram interesses de pais e mães de santo com objetivos acadêmicos e de pesquisa, no que foram chanceladas pelo Estado e pela sociedade. Não esquecer, por um lado, que muitas das pesquisas apresentadas naquele Congresso foram realizadas por pesquisadores dentro de órgãos públicos, por outro, que as principais lideranças dos xangôs e catimbós recifenses também participaram do evento pernambucano.

O interesse pela religiosidade de matriz africana foi intensificado em Porto Alegre, quando no dia 16 de dezembro de 1936, um grupo de estudiosos, dentre eles, Aurélio Porto, Dante de Laytano, Angelo Guido, Ary Martins, De Paranhos Antunes, Leopoldo Bettiol, Luiz Carlos de Moraes e Dario de Bittencourt, fundaram a “Sociedade de Investigações Afro-Ameríndias de Porto Alegre”. O objetivo era agremiar pesquisadores curiosos com aquelas “sobrevivências”, e que se mostravam sensíveis aos problemas enfrentados pelos negros e pelos indígenas gaúchos. A ideia inicial era incentivar a elaboração de trabalhos para a participação no 2º Congresso Afro-Brasileiro, o que acabou sendo realizado apenas por Bittencourt, Laytano e Bettiol.<sup>376</sup>

Nos anos de 1936 e 1937, Dario fez verdadeiro périplo religioso pelas “casas de nação” da cidade, ele conheceu Mãe Andreza (Andreza Ferreira da Silva) e sua filha

---

<sup>376</sup> Na instalação da Sociedade foram eleitos os seguintes nomes: para presidente Dante de Laytano, vice-presidente Dario de Bittencourt, secretário geral Ary Martins, tesoureiro Leopoldo Bettiol, bibliotecário Angelo Guido. No seu livro de memórias, Dario definiu a Sociedade também como Instituto, na cópia do documento datilografado enviado ao 2º Congresso Afro-Brasileiro, entre as organizações que acompanhavam o seu nome, estava a “Sociedade de Investigações Afro-Ameríndias de Porto Alegre”. Uso a última denominação por entender que esse é um documento original daquele período. Cf. Instituto de Investigações Afro-Ameríndias, em: BITTENCOURT, 1958, p. 86 e 87

de ventre e de religião conhecida pela alcunha de Caixinha (Geraldina Alves Ribeiro). Ele foi aos terreiros de Dona Moça e da mãe de santo Joana do Bará, dentre outras, ao que parece Dario foi ver ao vivo a maneira pela qual vinham sendo praticados os cultos fetichistas. O seu interesse maior era descobrir o que entendia como sincretismo religioso, e que foi descrito como a absorção das práticas do ritual da Igreja Católica nos cultos africanos. Essa afirmação não fez parte da tese enviada ao Congresso, escrita quando ele já se encontrava junto ao rebanho católico, acossado pela idéia da morte, o que parecia justificar para si mesmo e, principalmente, para os irmãos de fé, os descaminhos por onde andou.

Vistas em retrospecto, os trajetos das suas andanças pelas vilas, becos e vielas de Porto Alegre, e a descrição dos espaços onde se localizavam as casas de religião foram transmitidas com ares de pesquisador distante do seu objeto de pesquisa. Dario estava preocupado apenas em constatar as influências do catolicismo entre os adeptos dos orixás. Ele havia acompanhado Melville J. Herskovits e Roger Bastide, eminentes etnólogos norte-americano e francês, preocupados em recuperar os africanismos do Novo Mundo, quando eles realizaram as suas respectivas visitas à capital na década de quarenta, o que reforça a sua caracterização como estudioso do tema.<sup>377</sup> O Brasil era reconhecido como um dos lugares privilegiados para investigações desse tipo, um verdadeiro laboratório racial disponível para viajantes e acadêmicos estrangeiros. A intelectualidade nativa, inicialmente foi motivada pelos pesquisadores estrangeiros, depois buscaram eles mesmos informações que terminaram por produzir reflexões originais ao vincular o resultado das pesquisas com a história e o destino da nação.<sup>378</sup>

Segundo Dario Bittencourt (1958, p. 85), a aproximação com Mãe Andreza que foi descrita, como: “[...] não era uma batuqueira vulgar, dessas que pululam por aí, explorando a credice dos incautos e a credulidade pública, ao contrário, embora analfabeta, era de uma inteligência singular”. Demonstrava o grau de admiração que ele teve pelos batuqueiros porto-alegrenses. A sua proximidade e a sua admiração se

---

<sup>377</sup> Em 1942, Herskovits registrou a existência de 42 “centros de religião africana” em Porto Alegre e, posteriormente, referiu-se aos gaúchos Leopoldo Bettiol, Euclides Castro e Dario Bittencourt, agradecendo-lhes a cooperação quando de sua estadia na capital. HERSKOVITS, 1943, p. 125.

<sup>378</sup> Não podemos esquecer que Nina Rodrigues (1862-1906), considerado nosso primeiro antropólogo, no final do século XIX, já recuperava a diversidade original das populações africanas escravizadas, descrevia aspectos culturais, religiosos e lingüísticos. Também não devemos esquecer de Manuel Querino (1851-1923), que impulsionado pelo interesse que provinha das suas próprias origens africanas, nos legou trabalhos sobre religião, costumes e tradições negras na Bahia. Cf. RODRIGUES, 1988; QUERINO, 1938.

manteve ao longo dos anos. Em 1951, por exemplo, quando Mãe Andreza morreu foi o advogado Dario de Bittencourt que encaminhou os papéis do seu inventário que se reduzia a um casebre tosco onde ficava a sede da “casa de nação”. Ele indicou ainda, o papel fundamental que os intelectuais tiveram na seleção e guarda daquelas matrizes religiosas afro-brasileiras que se mostravam mais puras aos seus olhos. Dario tinha a compreensão que foram o analfabetismo e a “inteligência singular” de pessoas como Mãe Andreza, que conseguiram preservar os conhecimentos restritos ao pequeno grupo de iniciados de origem africana.

O batuque surgiu na segunda metade do século XIX, nas cidades de Pelotas e Rio Grande, região que concentrou boa parte dos escravizados do Estado. Embora reunisse elementos africanos de origem sudanesa e católicos, o batuque ainda é considerado, assim com o candomblé da Bahia e o xangô de Pernambuco, os rituais afro-brasileiros que mantêm maior fidelidade às suas origens africanas. Nesse sentido, o batuque é uma forma de resistência cultural e religiosa às imposições da sociedade branca. A autodenominação como batuqueiro é um termo usado entre os iniciados da religião e, graças ao estigma que a religião carrega, é visto de forma pejorativa por boa parte da sociedade gaúcha.<sup>379</sup>

Naquele ensaio para o 2º Congresso Afro-Brasileiro, Dario escrutinou todas as constituições e códigos brasileiros sobre a questão do direito ao culto religioso, que foram definidos nos seguinte capítulos: primeiro, *Brasil Império* – a Assembléia Constituinte de 1823; segundo, o Código Criminal de 1831; terceiro, o projeto de Constituição Farroupilha; quarto, no *Brasil República* – a Constituição de 1891; quinto, o Código Penal e, finalmente, a Constituição de 1934. Como resultado da sua pesquisa, ele passou a reprovar as perseguições policiais às casas de religiões negras no Brasil.

Segundo ele, eram realizadas verdadeiras *razzias* policiais que perseguiam, maltratavam e levavam para o cárcere privado os adeptos dos cultos fetichistas. A polícia era responsabilizada por profanar os templos, os ídolos religiosos e os objetos de culto, e também por transportar os pais, as mães e os filhos de santos de forma acintosa e vexatória pelas ruas da cidade. Geralmente eles eram levados a pé pelas ruas, ou nas “viúvas alegres”, nos “rabecões” ou nos “tintureiros”, para as delegacias

---

<sup>379</sup> Cf. ORO, 1994.

dos distritos policiais. Ele definia as autoridades policiais como verdadeiros foras da lei e concluía o seu trabalho da seguinte forma:

“As coações opostas ao livre exercício da macumba e do batuque, seja por quem for, inclusivamente por parte de atrabiliárias autoridades policiais, *quando simplesmente se apresentarem sob aspecto religioso* [manuscrito com caneta vermelha ao lado do texto] são considerados crimes e puníveis na forma da lei”.<sup>380</sup>

Por meio deste texto, Dario demonstrava um conhecimento aproximado dos rituais do batuque, além de parecer comungar com a prática e de partir na defesa dos crentes, “macumbeiros” e batuqueiros. Embora ele demonstrasse ser um advogado bem comportado ao remeter o texto para o escrutínio das “autoridades policiais”, conforme estava escrito em letra vermelha ao lado do artigo, denotava também o seu interesse de que a legislação era de conhecimento público, portanto, os policiais deviam ter mais cuidado ao tratar dos temas religiosos. O seu interesse era em passar as suas conclusões pelo crivo das forças da lei, o que ainda hoje é um dos aspectos mais controversos das religiões de matrizes africanas, a saber, os limites entre o que seria religioso e o que seria festivo.

É lícito perguntar quem senão as pessoas que faziam parte daquela liturgia religiosa eram conhecedoras dos “segredos guardados”? Elas é que poderiam informar sobre as fronteiras entre o público e o privado e definir os limites entre os aspectos religiosos e festivos.<sup>381</sup> Não me parece que o nobre advogado tenha resolvido a questão, apenas fez uso da retórica e do conhecimento que tinha para se aproximar de um tema contraditório e, ao tentar servir de defensor e intermediário, remetia a decisão final àqueles que ele condenava as atitudes. Afinal, apenas as autoridades policiais estavam investidas do poder de garantir e assegurar os direitos dos cidadãos relativos ao livre exercício dos cultos religiosos. Como de certa forma também parecia ser a sua

---

<sup>380</sup> Rabecão, viúva alegre e tintureiro, eram as formas populares como eram conhecidos os veículos usados pela polícia local para perseguir e prender os infratores. As informações conforme estão no texto citado, foram datilografadas para o artigo que teria sido mandado para o 2º Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Salvador, em 1937. BITTENCOURT, 1937. p. 18

<sup>381</sup> A comida, a música e a dança são elementos vitais dos ritos, assim como o aprendizado de grande quantidade de cânticos, palavras, toques de tambor, e modos de se comportar e relacionar com os orixás. Tudo esse comportamento litúrgico, também se estende entre as pessoas e com os objetos sagrados, com as receitas culinárias, as fórmulas mágicas e as listas intermináveis de tabus. O aprendizado entre os filhos e as mães de santo é lento e para toda a vida, também é cercado de uma aura de mistérios. Os “segredos guardados” são pretextos e motivação para a mudança, além de estímulos para o aprendizado constante da vida religiosa. Cf. PRANDI, 2005.

condição de advogado que se mostrava próximo o bastante para defender os cultos afro-brasileiros, e distante o suficiente para não perder a sua prerrogativa de autoridade em direito ao contestar a autoridade delegada aos policiais.<sup>382</sup>

O tema dos direitos constitucionais para a realização dos cultos afro-brasileiros era um problema bastante grande para essa população que precisava da autorização policial para funcionar de forma pública e sem constrangimentos. Eles eram submetidos aos rigores da ordem pública e dos bons costumes, definidos em termos pouco específicos e objetos da delegação das autoridades. Os negros gaúchos tiveram no batuque a sua prerrogativa cultural e religiosa durante toda a primeira metade do século XX.

No Congresso Afro-Brasileiro que foi realizado na Bahia, a participação de lideranças religiosas e intelectuais negras foi intensa no sentido de se manifestarem pela liberdade de sua fé. Os organizadores do evento que eram: Arthur Ramos, Edison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz, dentre outros, ao mesmo tempo que registraram o clima informal como se desenrolou o Congresso, com a participação de mais de quarenta candomblés, também ressaltaram o “caráter rigorosamente científico” do mesmo.<sup>383</sup>

O objetivo do Congresso era a participação dos representantes das religiões de matriz africana no evento. Depois eles deveriam apresentar o “candomblé africano”, como religião nacional e buscar maior aceitação social e o conseqüente distanciamento da identificação com bruxaria, feitiçaria ou coisas de negro. Era necessário tornar pública através do consentimento dos cientistas sociais, a herança africana como fonte importante da identidade cultural brasileira. Os pais e mães de santo deixaram registros das suas memórias para o debate no Congresso, e apresentaram os rituais religiosos ao público. O evento foi um espaço de legitimação científica que contou com a aprovação dos intelectuais da elite e da opinião pública.

Dario Bittencourt fazia parte do universo intelectual brasileiro daquele período, ele se vinculava a Escola Nina Rodrigues, preocupada em recuperar o que ainda existia da herança africana no país. Os pesquisadores que se enfileiravam na

---

<sup>382</sup> A Constituição de 1934, no seu artigo 113, parágrafo 5º, definia: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública e aos bons costumes. As associações religiosas adquirem personalidade jurídica nos termos da lei civil”.

<sup>383</sup> Cf. DANTAS, 1988, p. 192.



Escola, também tinham o objetivo de verificar as modificações que a religião vinha sofrendo, o processo que no plano da cultura religiosa era entendido como sincretismo e aculturação.<sup>384</sup> Na bibliografia que ele utilizou para realizar o artigo apresentado no Congresso baiano, estavam nomes como o de Arthur Ramos, que era reconhecido como discípulo confesso do médico baiano. Também estava elencado o próprio Raimundo Nina Rodrigues, com o livro “Os africanos no Brasil”, na sua edição de 1932. Nesse livro, se utilizando de artigos de jornais da época de forma pioneira, Nina Rodrigues se manifestava de forma contrária ao arbítrio da polícia não mais esclarecida do que os antigos senhores. Também levantava coro para atingir a opinião pública ou todos aqueles que se pretendendo cultos, ignoravam e sufocavam as crenças negras.<sup>385</sup>

Foi Nina Rodrigues quem estudou pela primeira vez as culturas híbridas e mestiçadas brasileiras, que ele via na Bahia do final do século XIX. Não era só a fusão de elementos culturais e religiosos de origens africana, ameríndia e européia, mas eram graus de sincretismo que variavam entre os diferentes grupos religiosos e se expressavam na diversidade dos tons de pele. Assim, os mulatos e crioulos que tiveram ascensão social mais rápida com o final da escravidão, o que resultou num maior contato com o catolicismo, mais facilmente se adaptaram aos seus ensinamentos. Enquanto que os mais escuros considerados como negros, estavam mais distantes da ascensão social e da influência dos modos de vida ditados pelos católicos, estes se mantiveram mais próximos dos cultos africanos. Essa era a conclusão de Nina que ajudava os intelectuais ligados às suas idéias a provar a capacidade mental dos afro-brasileiros.

Eles não estavam mais ligados aos fatores raciais que os definiam como imbecis ou incapazes de aprender, conforme a proximidade com a origem africana, mas estavam preocupados com as formas de acesso para a mobilidade social. Dario trazia a sua contribuição para o Congresso pela via do Direito, área que tinha formação e onde podia somar para o esforço no acesso à legislação, que vinha sendo realizado pelos descendentes da senzala e de todos os envolvidos com a religiosidade de matriz africana e os direitos constitucionais.

O trabalho foi apresentado no Congresso em janeiro de 1937, data próxima daquela em que ele foi a principal liderança dos integralistas no estado. Entre os anos

---

<sup>384</sup> Ver o capítulo sob o título de: A Escola de Nina Rodrigues. In: RAMOS, 1942, p. 177-182.

<sup>385</sup> Cf. RODRIGUES, 1932. p. 354

de 1934 e 1936, Dario percorreu as casas de religião, também foi o período no qual ele militou em favor das causas da Ação Integralista Brasileira.<sup>386</sup> Como podia uma liderança e exemplo da comunidade negra de Porto Alegre, preocupada com algumas de suas principais causas, se envolver de forma tão contundente com temas tão diversos? As explicações estão na última justificativa para publicação do documentário organizado por Dario, era a parte do documento que se preocupava com a acusação que ele havia sofrido de ser um traidor ou “quinta coluna”, como se dizia na época.

A publicação do *Curriculum Vitae*, como mostrei anteriormente, tinha também a intenção de “limpar” o nome de Dario de Bittencourt da acusação de traidor quando se vinculou aos integralistas. O sobrenome que carregava fazia de Dario o único herdeiro direto de seu avô, figura bastante respeitada no cenário político e intelectual do Estado, portanto, era uma questão de honra para ele libertar o seu nome da pecha de traidor da nação. Com o perdão do nobre leitor pela redundância, vou começar pelo início.

Dario tomou conhecimento do Manifesto Integralista de Plínio Salgado, na Livraria do Globo, em 1932. Tão logo ele recebeu o primeiro exemplar da publicação integralista, ele iniciou a sua correspondência com a AIB, na qual solicitou mais exemplares do Manifesto e se colocou à disposição para divulgar as demais publicações no Estado. No início do ano seguinte, ele publicou nota nos jornais de Porto Alegre onde convidava os simpatizantes e demais interessados naquela doutrina a se encontrarem no seu escritório de advocacia. Neste local, do centro da cidade, foi onde ocorreu a primeira reunião e onde acabaria sendo a sede provincial da AIB, fundada em 3 de janeiro de 1934. Dario tornou-se o Chefe Provincial de 1934 a 1936, compondo a diretoria junto com Anôr Buttler Maciel, Nestor Pereira, Egon Renner, dentre outros. Nesse período, como principal liderança do movimento integralista no Rio Grande do Sul, ele ajudou a fundar o jornal *O Integralista* e alastrou o movimento por todos os rincões do Estado.<sup>387</sup>

Uma das razões para a publicação daquele documentário era que Dario havia sido difamado ao ser acusado de quinta coluna em razão de carta escrita em janeiro de 1935, a Rudolf Hess. Ele era reconhecido na Alemanha como o *sub-führer*, e vinha colocado logo abaixo de Adolf Hitler na hierarquia nazista. Nesse ano, Dario se

---

<sup>386</sup> Segundo Bittencourt (1958, p. 330), as ações integralistas no Rio Grande do Sul, foram até meados de 1938.

<sup>387</sup> Cf. BRANDALISE, 1992.

encontrava como Chefe Provincial da Ação Integralista Brasileira no Rio Grande do Sul e teria escrito a carta sob encomenda de Armando Gomes Ferreira, integralista que dominava o idioma germânico e foi o tradutor do documento repassado a Franz Richter que a levaria até a Alemanha. A carta iniciava e terminava com as saudações integralistas – “Anauê! Viva Plínio Salgado!” – e, nazista – “Heil Hitler” – e, tinha como conteúdo a admiração e a simpatia por Hitler e seus seguidores, além de uma breve apresentação da AIB.

Segundo Dario, o objetivo dos integralistas era implantar o “Estado Integral” no Brasil, nesse sentido, os seus planos estavam centrado nos seguintes princípios:

- 1º - na ordem política: um regime social, baseado na doutrina integralista, ou nacional corporativista;
- 2º - na ordem econômica: o regime da Economia Dirigida, no sentido do predomínio do social sobre o individual;
- 3º - na ordem moral: a cooperação espiritual de todas as forças que defendem as ideias de Deus, Pátria e Família;
- 4º - na ordem intelectual: a participação de todas as forças culturais e artísticas na vida do Estado.<sup>388</sup>

Como se observa no documento dos integralistas, embora fosse doutrinário e moralista, não existe qualquer possibilidade de acusá-los de traidores da nação brasileira. A acusação começou a ser sedimentada quando Dario de Bittencourt foi entrevistado pelo jornalista Rubem Braga, onde ele deveria responder a seguinte questão: “Qual deve ser a posição do Brasil se a guerra estourar?” A entrevista de Dario foi realizada no dia 28 de agosto de 1939, e publicada no dia seguinte no *Correio do Povo* e na *Folha da Tarde*. Os jornais contavam com as opiniões de “dez homens de projeção em Porto Alegre” e o jornalista Rubem Braga foi o encarregado de fazer as considerações sobre as entrevistas que ele mesmo havia realizado. Nesse sentido, ele comento a entrevista de Dario da seguinte forma:

Como se vê, entre esses nove homens nem um só manifestou a menor simpatia pelos métodos e pretensões nazistas. O décimo entrevistado foi que fez uma pequena exaltação do senhor Hitler, afirmando-se, todavia, “neutro, vendo com simpatia todos os esforços tendentes a manter a paz”. Mas é preciso não esquecer que esse último entrevistado, admirador do senhor Hitler, é o senhor Dario de

---

<sup>388</sup> A carta era datada de 29 de janeiro de 1935, e foi reproduzida no *Curriculum Vitae*, p. 320-322.

Bittencourt, antigo chefe local do integralismo, um partido que recebia punhais de presente da Europa.<sup>389</sup>

A entrevista tem contornos que nos parecem tendenciosa, Dario foi traído pela idéia de ver seu nome lembrado entre tantos intelectuais, políticos e autoridades públicas, e foi jogado à opinião pública. Ele era o único dos entrevistados que tinha um passado de simpatias pelo nazismo e, ao emitir opinião que pareceu exaltar o líder nazista, foi interpretado como tendo “ardentes simpatias pelos senhores Hitler e Mussolini”.<sup>390</sup> A sua opinião chamou a atenção pública, embora procurasse se mostrar neutro em relação ao início da guerra e primasse pela paz mundial.

O seu passado integralista parecia falar mais alto do que as palavras que proferiu naquele momento de tensão pré-conflito, a Segunda Guerra Mundial iniciou dois dias depois daquelas reportagens-entrevistas. Até praticamente o ano de 1942, a maioria da população brasileira não mostrava preferência por nenhum dos campos de luta na guerra, posição que de certa forma, era estimulada pelo governo na sua política exterior. O governo do Estado Novo fazia um jogo pendular entre as pressões dos Estados Unidos e as da Alemanha, e reduzia a sua participação ao fornecimento de produtos primários e ao apoio estratégico para a guerra que se aproximava do litoral do nosso país.<sup>391</sup>

Outro fato que veio se somar à entrevista foi a busca e a apreensão de documentos (pastas de correspondências ativas e passivas, recortes de jornais, coleções de livros e jornais integralistas), realizada pela polícia, em 1942, na casa de Dario de Bittencourt. Foi numa dessas batidas policiais que encontraram a carta remetida à Alemanha, quando fizeram verdadeiro “carnaval”, tirando cópias e divulgando em alguns jornais os resultados da descoberta policial.<sup>392</sup>

---

<sup>389</sup> Os dez homens de projeção que deram sua opinião sobre a guerra que se avizinhava, foram: Raul Pilla (político), Camilo Mércio (ex-Deputado Estadual e membro do Departamento Administrativo do Governo do Estado), Walter Jobim (Secretário de Obras Públicas), Loureiro da Silva (Prefeito de Porto Alegre), Moysés Vellinho (intelectual e membro do Departamento Administrativo), Oswaldo Vergara (Presidente da Ordem dos Advogados), Coelho de Souza (Secretário da Educação), Irio do Prado Lisboa (Presidente da Federação Rural), Ary de Abreu Lima (Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul) e Dario de Bittencourt. Cf. *Folha da Tarde*, 29 de agosto de 1939.

<sup>390</sup> “Qual deve ser a posição do Brasil se a guerra estourar?”. *Correio do Povo*, 29 de agosto de 1939, p. 3.

<sup>391</sup> Cf. FERRAZ, 2003.

<sup>392</sup> Informações retiradas dos seguintes documentos: *Vida Policial*, órgão mensal da Repartição Central da Polícia. Porto Alegre, fev. de 1942, ano IV, nº 43; *Diário de Notícias*, 29 de março de 1942, p. 3.

A batida dos policiais na casa de Dario naquele ano, passou a ser um entre tantos casos que intensificaram as perseguições aos chamados “quistos étnicos”. Como eram representados pelas forças do governo, as comunidades imigrantes, principalmente de origem alemãs, e as descobertas quase diárias dos traidores da pátria. Eles também ficaram conhecidos na época como quinta colunas ou “súditos do Eixo do mal”.

Depois do ataque japonês a Pearl Harbour, realizado em dezembro de 1941, a pressão norte-americana se intensificou para que o Brasil rompesse oficialmente relações com os países do Eixo (Itália, Alemanha e Japão), o que foi feito em janeiro do ano seguinte. O rompimento das relações com os países do Eixo, e a presença norte-americana em bases militares do nordeste, trouxeram a guerra definitivamente até o Brasil. Em agosto de 1942, com o torpedeamento dos navios mercantes brasileiros por submarinos alemães e o reforço das manifestações públicas em todo o país, não restou alternativa ao governo de Getúlio Vargas que escapasse a declaração de guerra ao Eixo, realizada em 22 de agosto de 1942.<sup>393</sup>

Na busca de explicações sobre a sua trajetória intelectual e política, identificamos a participação de Dario junto aos integralistas como um momento privilegiado para pensar as articulações entre ser negro e brasileiro. Aquele momento, depois da Revolução de 1930, reunia condições sociais e políticas suficientes para a emergência de um fascismo tupiniquim que foi definido pelo processo de formação de um Estado pluralista, moderno e secularizado; o desenvolvimento de uma política de massas ou populista; a busca por uma unidade política e cultural nacional; o aumento da industrialização e a formação do proletariado nas grandes cidades, assim como a rápida urbanização do país. Nesse sentido, quando Dario escreve a carta para Rudolf Hess e define os quatro princípios para o Estado Integralista, propondo uma nova ordem política, econômica, moral e intelectual, todas têm como base a união, a cooperação e a participação de todos na construção da nacionalidade.

Como negro e advogado ele fazia parte de uma classe média que compunha, junto com os operários, os novos grupos sociais que pressionavam para a ruptura do poder político das elites tradicionais. Por outro lado, não posso deixar de lembrar que o antiliberalismo e o anticomunismo assumido pelos integralistas encontrava

---

<sup>393</sup> Sabemos que entre fevereiro e agosto de 1942, outras embarcações brasileiras já haviam sido afundadas pelos submarinos do Eixo, mas a declaração de guerra só foi realizada quando a pressão nas ruas foi sentida pelo Governo, bem como pela proximidade dos ataques em águas brasileiras.

receptividade entre os intelectuais católicos como era o caso de Dario. Como demonstrei ele teve por toda a vida uma formação católica e uma militância política junto à Igreja.

A simpatia de alguns afro-brasileiros pelo fascismo vinha da criação de um novo estado nacionalista e autoritário que havia suprimido o regime liberal-democrático e se instaurava sob os desígnios da “raça germânica”.<sup>394</sup> Essa definição essencialista se aplicava à ideia de “povo” entendido como “raça brasileira” por excelência a que tanto se apegavam os integralistas, um povo mitificado, repositório das virtudes nacionais que construiria uma nova nação. Depois de uma grande atividade de mobilização política, de celebração e de formação dos novos “camisas verdes”, realizada no Teatro São Pedro, Dario deixou escrito: “Trago ainda nos ouvidos o rumor desta noite. No fundo das palpitações populares, escutei as vozes secretas da Raça, os anseios de milhões e milhões de brasileiros”.<sup>395</sup>

A “Raça”, conforme colocada nesse texto tinha o mesmo significado de povo, mas para aqueles que se assumiam como pardos ou negros, parecia soar no fundo o clamor histórico de um povo que caçado em terras distantes, procurava um lugar na nação brasileira. Dario não foi um caso único de afro-brasileiro que buscou na militância integralista ou pátria-novista, de inspiração nazi-fascista, alguma estratégia ou forma de integração social. Elas eram tentativas de construir uma nova nação, onde os negros e os desvalidos se sentissem cidadãos respeitados em todas as dimensões dos seus direitos, inclusive o de discordar das opções políticas que lhes ofereciam.<sup>396</sup>

Para finalizar, ainda vamos nos deter nas influências sofridas por Dario, para se tornar advogado e intelectual, conhecendo um pouco da sua biblioteca. Em 1943, quando terminou a edificação da sua casa própria, Dario reservou uma das maiores salas à sua Biblioteca Jurídica que denominou Sala Aurélio Júnior, como seu pai

---

<sup>394</sup> O fascismo assim como o nazismo são conceitos polissêmicos, mas que carregam significados aproximados que fundamentam um conjunto de idéias e práticas. Dentre outras ideologias que nasceram neste turbilhão de movimentos sociais, cito: o antiliberalismo, o anticomunismo, o caráter autoritário e personalista, e a organização de milícias partidárias criadas para defendê-las. Cf. BRANDALISE, 2004.

<sup>395</sup> “Alma gaúcha”. 07 de setembro de 1934. *Curriculum Vitae*, p. 310-311.

<sup>396</sup> Arlindo Veiga dos Santos, a principal liderança da maior organização negra brasileira da primeira metade do século passado, a Frente Negra Brasileira, ainda é reverenciado por parte dos movimentos negros, muitos desconhecem que ele era fascista. Cf. DOMINGUES, 2005.

assinava na maioria das vezes os poemas que eram publicados nos jornais da época, *Correio do Povo*, *Jornal do Comércio*, *Petit-Journal* e *O Exemplo*.<sup>397</sup>

A referida *Sala* foi formada com livros de Direito, Filosofia, Sociologia e Economia, em homenagem ao pai, embora, dos livros deste, um único havia restado. Era a obra “Princípios Gerais de Direito Constitucional dos Estados Unidos da América do Norte”, versão de Alcides Cruz, então professor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. O livro foi editado em 1909, e havia sido dedicado pelo autor ao “dr. Aurélio Júnior”. O livro havia sido guardado por Tia Zezé desde a morte do seu pai e lhe foi entregue em 1918, quando Dario se preparava para entrar na Faculdade de Direito. Era mais um reforço para que ele encarasse o caminho profissional que haviam escolhido, ele deveria se advogado e juiz como seu pai ou amanuense como seu avô. Muito embora toda a sua resistência em ser funcionário público, Dario se aposentou, em 1957, como professor catedrático de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul.<sup>398</sup>

Em outro cômodo, também localizado no andar superior da sua casa, Dario teria reservado para a Sala Aurélio de Bittencourt, destinada aos livros de história e literatura nacional e estrangeira. Conforme mostrei, o seu avô paterno fora membro fundador do Partenon Literário em 1868, e da primeira Academia Rio-Grandense de Letras em 1901, nos dois casos ocupando cargos de direção. Segundo Dario, o marco zero para a formação bibliográfica dessa Sala, foi “A Retirada de Laguna” do Visconde de Taunay, comprada com seus próprios recursos quando ele completou quinze anos. Desde aquela época ele passou a ser um colecionador, aos dezoito anos, em 1919, ele possuía em sua biblioteca uma obra rara de Qorpo Santo, eram alguns fascículos de “A Ensiqlopédia ou Seis Meses de uma Enfermidade”.

O nome de Qorpo Santo é geralmente reverenciado como o criador de uma fonética original no século XIX. O seu nome verdadeiro era José Joaquim de Campos Leão, mas ele ficou conhecido mesmo foi como o nome de Qorpo Santo, quando sua obra passou a ser reconhecida, no início da segunda metade do século passado. O gosto de Dario pela leitura e pela coleção de livros e manuscritos raros era elogiado por todos aqueles que o conheceram. A sua biblioteca particular era um local visitado por

---

<sup>397</sup> Como era comum na época, muitas vezes Aurélio Júnior usava pseudônimos ou corruptelas do seu próprio nome como: Hélio Jonuir-Vidoski e Áurio Nojuir ou, simplesmente, Delmar de Castro.

<sup>398</sup> Cf. transcrição de documentos da página 178 do *Curriculum Vitae*.

intelectuais e pesquisadores, por exemplo, foi em sua casa que Guilhermino César achou a obra rara do genial escritor gaúcho referenciado acima.<sup>399</sup>

A capacidade e a disposição de Dario de Bittencourt em selecionar e guardar livros, recortes de jornais, cartas, bilhetes, foi tão grande quanto a qualidade de inventar histórias sobre si e sobre seus familiares e amigos. A sua virtude pessoal foi fundamental para que resgatássemos e trouxéssemos novos elementos para a história do negro no Rio Grande do Sul. Devo lembrá-lo, caro leitor, que a história do protagonismo intelectual do negro brasileiro mostrou apenas a ponta do *iceberg*, a imprensa negra e os arquivos pessoais são fontes abundantes para futuras pesquisas e novos interessados.

---

<sup>399</sup> Nesse sentido, ver: CRISTALDO, Janer. *A descoberta do Qorpo*. Edições em pdf eBooksBrasil.org, acessado em 22 de outubro de 2007.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O núcleo central da pesquisa foi a utilização dos jornais escritos por jornalistas e redatores negros. Nesse sentido, fiz uma caracterização dos periódicos em termos de definição do que entendo como imprensa negra meridional. A partir dos fundamentos teóricos e metodológicos da história social e, mais diretamente da “nova história”, dentre outros, procurei verificar os caracteres comuns com os quais os jornais se identificavam. Também me detive em entender quais eram as estratégias de sobrevivências e as formas de mobilidade social acionadas pelos responsáveis pela fundação e manutenção dos jornais.

Foi a partir da imprensa negra que construí a tese de que o negro no Rio Grande do Sul não foi apenas trabalhador braçal, mas também contribuiu com o seu intelecto para a resolução dos principais problemas do seu tempo. Os intelectuais negros produziram livros e jornais, interpretaram a legislação a seu modo, escreveram poesia, teatro, artigos e manifestos, e contribuíram para a construção do pensamento social da época. Individualmente ou como grupo social organizado, eles definiram novos contornos sociais e políticos para a liberdade; e se tornaram articuladores de alternativas para as questões da cidadania e da nacionalidade brasileira.

A construção da tese foi um exercício narrativo que procurou articular os microcosmos dos indivíduos, ao mesmo tempo em que buscou identificar as estruturas, – leis, instituições, condicionamentos, modos de pensar –, que definiram as direções das ações individuais e coletivas. O uso da língua pátria, a religiosidade católica, a cultura afro-brasileira, a classe social de origem popular, a memória coletiva, e as disputas entre a condição social e a identificação étnico-racial ofereceram horizontes interpretativos para a pesquisa.

O que foi comprovado com o auxílio de outras fontes de pesquisa, localizadas em arquivos públicos e privados, como jornais de grande circulação, legislação, memórias, cartas e livros. Os documentos deram condições de refletir e narrar, sobre um intrincado universo de redes e tramas de sociabilidades do meio negro do Estado, e, principalmente, se deter sobre a cidade de Porto Alegre, ambiente que acabou sendo privilegiado na pesquisa.

Por outro lado, a trajetória pessoal do autor, assim como as possibilidades historiográficas recentes, deu asas para a interpretação, para o uso de teorias diferenciadas e para a experimentação narrativa. Foi uma tentativa de pensar uma história social, passível de diálogos, do experimento possível na prática da pesquisa e na descrição do seu objeto, sem a preocupação com os limites definidos nas escolas ou correntes historiográficas. A tentativa foi para tornar densa a narrativa, com interpretações que se alternaram entre a diacronia e a sincronia, o uso intenso das fontes e o diálogo contínuo com a literatura especializada. Foi uma das alternativas metodológicas encontradas para abarcar período de pesquisa longo, e para definir e colocar em prática critérios racionais e objetivos que sustentaram a pesquisa e os seus resultados.

As linhas de interpretação seguiram os relatos dos intelectuais negros, que me orientaram nos labirintos das histórias pessoais e coletivas, e deram a possibilidade de desconstruir os discursos coerentes e demonstrar a diversidade das escolhas pessoais. O diálogo contínuo entre o testemunho deixado na fonte de pesquisa e a literatura específica, foi de onde derivou boa parte dos questionamentos e das inferências interpretativas. Percorri algumas trilhas apontadas na imprensa negra, busquei identificar os grupos de jornalistas e redatores que mantinham os periódicos, registrei algumas das trajetórias profissionais e intelectuais dos principais redatores.

Seguir a trilha dessa produção periodista na capital e no interior do Estado, e acompanhar algumas trajetórias de vida, formação profissional e opções políticas e religiosas, tornou possível visualizar outras formas de inserção social, passíveis de definir um campo de possibilidades de atuação para os egressos daquele período muito maior do que se havia pensado anteriormente. As trajetórias de Marcilio Costa Freitas, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Clemente Gonçalves de Oliveira, Espiridião Calisto, Antonio Lourenço, Arnaldo Dutra, Dario de Bittencourt, Antonio Gonzaga, dentre outros, demonstraram que a mobilidade social era possível. Alguns negros conseguiram por meio do esforço individual, ou da utilização de mecanismos políticos ou religiosos, a integração e a circulação social que era interdita para a maioria.

O universo de circulação dos jornais não estava restrito apenas aos “territórios negros” da capital, mas se espalharam por boa parte do Rio Grande do

Sul, da fronteira ao litoral, passando pela região central do Estado. Eles não estiveram limitados a uma história recente, em que os meios de comunicação do movimento negro são descritos como “imprensa negra”, mas se estenderam ao longo do século retrasado. A publicação da imprensa negra gaúcha não estava reduzida aos grandes eventos ou aos nomes de organizações sociais específicas, mas se inseriram no cotidiano dos enfrentamentos, das esperanças e das conquistas das famílias das camadas sociais diferenciadas. Embora fosse consumida preferencialmente pelos extratos sociais mais empobrecidos da população negra, a imprensa negra meridional teve ampla circulação na sociedade gaúcha e desapareceu por motivos variados. Conforme demonstrei a partir do caso do semanário *O Exemplo*, o fim da publicação e da circulação do jornal deu-se por diversos motivos, dentre os quais, a morte dos principais fundadores e mantenedores.

Passado aquele período de diagnóstico da invisibilidade do negro na historiografia do pós-abolição, as pesquisas dirigidas a esse campo de estudos vem sendo gradativamente aumentadas. Acredito que o conjunto de condições históricas, que vão desde a organização do movimento negro contemporâneo, passando pela redemocratização do país e pela absorção de novos paradigmas teórico e metodológicos, além do início de uma maior inserção dos afrodescendentes nas universidades, deram condições para o florescimento de uma nova história do negro no país. É nesse universo de possibilidades atuais que as conclusões da tese se inserem.

Ao realizar a pesquisa sobre o protagonismo intelectual dos redatores e jornalistas negros, o que se deu por meio da imprensa negra no Estado, e refletir sobre as categorias de pós-colonialismo, diáspora africana, e para o alargamento conceitual de pós-abolição, espero ter contribuído para libertar os negros das “heranças da escravidão”. Nesse sentido, espero ter demonstrado que os intelectuais negros se mantinham informados sobre o que se passava no país e fora dele, estabeleceram interlocuções com outros intelectuais e articulistas de fora do Estado, além de deixar registrado o seu papel social de lideranças políticas do meio negro.

A busca do acesso à escolaridade, o associativismo religioso por meio das irmandades católicas, a vinculação política ao PRR, a circulação nos meios intelectuais da elite, a reprodução dos hábitos e comportamentos do grupo

hegemônico, foram mecanismos acionados para a disputa pela mobilidade social dos negros. Por outro lado, a participação nos principais eventos culturais e religiosos dos afro-brasileiros, a luta contra o preconceito racial e a defesa das principais questões que diziam respeito aos negros, serviram como estratégias étnicas que aproximaram os intelectuais negros do seu meio de origem, assim como legitimou-os aos papéis sociais de lideranças.

A conclusão desta tese me leva a chamar a atenção para a necessidade de identificação, reprodução e guarda dos documentos que levam à história do negro no Estado. Os personagens do passado clamam passagem para a história a partir dos vários arquivos pessoais dos militantes e intelectuais negros que se encontram esquecidos, bem como para os títulos dos periódicos da imprensa negra que permanecem obscuros nos acervos públicos e privados.

Finalmente, desejo que esta pesquisa sirva de incentivo para os futuros pesquisadores e para a construção de novos lugares sociais destinados aos negros, tanto no passado como no presente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. Outras histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880-1950. In: **Afro-Ásia**, n. 31, 2004, p. 235-276.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar A. (Orgs.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **A exaltação das diferenças**: racialização cultura e cidadania negra (1880-1890). Doutorado em História Social. Campinas, UNICAMP, 2004.

ALVES, Lucio Xavier. **Rodolfo Xavier**: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935). Monografia (Licenciatura em História). Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2005.

AMANCIO, Kleber Antonio de Oliveira. Apontamentos sobre as mulheres negras no pós-emancipação, (1888-1918). 4. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009.

ANDREWS, George R. **América Afro-latina**, 1800-2000. São Carlos – SP: EdUFSCAR, 2007.

\_\_\_\_\_. **Negros em brancos em São Paulo, 1888-1988**. Bauru - SP: EDUSC, 1998.

ANTUNES, Paranhos. **Itinerários mentais da pampa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando (Orgs.). **Intérpretes do Brasil**. Ensaios de cultura e identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

\_\_\_\_\_. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999.

BAKOS, Margaret (Org.). **Júlio de Castilhos**: positivismo, abolição e república. Porto Alegre: IEL; Edipucrs, 2006.

BARCELLOS, Daisy M. de et. al. **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARCELOS, Luiz C.; CUNHA, Olívia M. G. da; ARAÚJO, Teresa C. N. **Escravidão e relações raciais no Brasil: cadastro da produção intelectual (1970-1990)**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/CEAA, 1991.

BARIANI, Edison. **Guerreiro Ramos: uma sociologia em mangas de camisa**. In: CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 11, out. 2006. p. 84-92

BARRERAS, Maria J. L. **Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura autoritária gaúcha**. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 1998.

BARROS, Orlando de. **Corações de Chocolate**. A história da Companhia Negra de Revistas (1926-1927). Rio de Janeiro: Ed. Livre Expressão, 2005.

BASTIDE, Roger. A criminalidade negra no Estado de São Paulo. In: NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 247-269

\_\_\_\_\_. A imprensa negra do estado de São Paulo. In: **O negro na imprensa e na literatura**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP, 1972.

BASTOS, Elide R. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira, (1970-2002)**. São Paulo: Sumaré; Brasília: Capes, 2002.

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 145-158.

BETTIOL, Leopoldo. **O Batuque na Umbanda. Simbolismo, ritualismo e interpretação**. Ed. Aurora, 1963.

\_\_\_\_\_. **ABC da Umbanda**. Ed. Olimpia, 1956.

\_\_\_\_\_. **A Umbanda perante a crítica**. Ed. Olimpia, 1954.

\_\_\_\_\_. **Alma Selvagem**. (Livreto composto por 36 folhas datilografadas, e datadas de 14 de setembro de 1936).

\_\_\_\_\_. Carta Aberta. In: **Revista da Academia Riograndense de Letras**, ano I, n. 1, jul. 1936.

\_\_\_\_\_. **Curandeiros e doutores**. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 1929.

BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 2, p. 247-273, 2002.

BITTENCOURT, Dario de. **Curriculum Vitae – Documentário, 1901-1957**. Porto Alegre: Ética Impressora Ltda., 1958.

\_\_\_\_\_. Após 20 anos de afastamento, retornei ao seio da Santa Madre Igreja Católica. **Revista Estudos**, ano 1, n. 2, agosto-setembro de 1940.

\_\_\_\_\_. **Do mandato na legislação brasileira do trabalho**. Porto Alegre: Ed. Gundlach, 1938.

\_\_\_\_\_. **A liberdade religiosa no Brasil: A Macumba e o Batuque em face da lei**. Texto datilografado que foi mandado para o 2º Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Salvador, 1937.

\_\_\_\_\_. **O poeta Francisco Ricardo sob o ângulo da psicanálise**. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1936.

BITTENCOURT Jr., Iosvaldyr C. Territorialidade negra urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. In: POSSAMAI, Zita R. (Org.). **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 129-160

BOGUES, Anthony. **Black heretics, black prophets**. Radical political intellectuals. New York: Routledge, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRANDALISE, Carla. **O fascismo na periferia Latino-Americana: o paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul**. Mestrado em Ciência Política. Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 1992.

\_\_\_\_\_. O fascismo extra-europeu: o caso do integralismo no Rio Grande do Sul. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo S. [et. al.]. **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRAZIL, Zeferino. Poetas Riograndenses. In: **Anuário Indicador do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Governo do Estado, 1926.

BURKE, Peter. **O mundo como teatro**. Estudos de antropologia histórica. Lisboa: Difel, 1992.

CABRAL, Sérgio. **Grande Otelo: uma biografia**. São Paulo: Editora 34, 2007.

CADERNO de Resumos da V Jornada de Estudos Afro-brasileiros. GT Negros, Anpuh - RS. Porto Alegre, 2007.

CAMISOLÃO, Benícia M. R. **O Exemplo: jornal do povo**. Monografia para disciplina Análise de Documentos Primários. Porto Alegre, Curso de Geografia-UFRGS, 2004.

CAMPOS, Deivison M. C. de. **O Grupo Palmares, (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico**. Mestrado em história. Porto Alegre, PUCRS, 2006.

CAMPOS, Maria J. **Arthur Ramos: luz e sombra na antropologia brasileira: uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940**. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Nacional, 2004.

CAPRARA, Bernardo M. **A resistência dos trabalhadores na Primeira República através do jornal gaúcho O Exemplo**. Monografia de conclusão do Curso de Jornalismo. Porto Alegre, Faculdade de Comunicação Social-PUC-RS, 2007.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José M. (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mirela V. da C. **Às margens do Jacuí: literatura e imprensa em Cachoeira do Sul, 1879-1930**. Mestrado em Letras. Porto Alegre, PUCRS, 1999.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

CASTRO, Hebe M. História social. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Jeanne Berrence de. A imprensa mulata. In: MACHADO, José. (Org.). **Quando a imprensa é notícia**. Rio de Janeiro: Editora Temário, 1969.

CAVALCANTI, Pedro. As seitas africanas do Recife. In: FREYRE, Gilberto (Org.). **Estudos Afro-Brasileiros. Trabalhos apresentados ao I Congresso Afro-Brasileiro**. Rio de Janeiro, Editora Ariel, 1935. p. 243-260.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o direito à memória e os arquivos judiciais. In: SCHMIDT, Benito B. **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010.



CHALHOUB, S.; NEVES, Margarida de S.; PEREIRA, Leonardo A. de M. (Orgs.) **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: EdUFBA, CEAO, 2004.

CLEMENTE, Elvo. **Carlos Santos**: uma biografia. Porto Alegre: EDIPUCRS: IEL, 1994.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana, 1890-1915. São Paulo: Educ/Fapesp/Imprensa Oficial, 2000.

CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DAMO, Arlei S. **Futebol e identidade social**: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó Nagô e papai branco**: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DANTAS, Carolina V. **O Brasil “café com leite”**: história, mestiçagem e identidade nacional em periódicos, Rio de Janeiro (1903-1924). Doutorado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DA SILVA, Helenice. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003

\_\_\_\_\_. **Fragmentos de história intelectual**: Entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papyrus, 2002.

DAVIS, Darien J. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Summus, 2000.

DENIS, Ferdinand. **Resumo da história literária do Brasil**. Porto Alegre: Livraria Lima, 1968.

DIVINE, Robert A. et. al. **América passado e presente**. Rio de Janeiro: Ed. Nórdica, 1992.

DOHLNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. A “Vênus Negra”: Josephine Baker e a modernidade afro-atlântica. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan.-jun. 2010. p. 95-124.

\_\_\_\_\_. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

\_\_\_\_\_. Associação Cultural do Negro (1954-1976): um esboço histórico. In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

\_\_\_\_\_. **A insurgência de ébano. A história da Frente Negra Brasileira, 1931-1937**. Doutorado em História. São Paulo, FFLCH-USP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

DU BOIS, William E. B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Ed. Lacerda, 1999.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, 2002.

FENTON, Steve. **Etnicidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 2 vols. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo**. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955.

FERRARA, Miriam N. **A imprensa negra paulista, 1915-1963**. Mestrado em Sociologia. São Paulo, FFLCH/USP, 1981.

FERRAZ, Francisco C. A. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira, 1945-2000.** Tese de Doutorado em História. São Paulo, USP, 2003.

FERREIRA, Athos D. **Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX.** Porto Alegre: UFRGS, 1975.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa.** Curitiba: Posigraf, 2004.

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas elites de cor: estudos sobre os profissionais liberais negros de Salvador.** São Paulo: Annablume; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

FIGUEIREDO, Luciano. **Raízes africanas.** Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FLORES, Hilda A. H. (Org.). **RS: Cultura, história e literatura.** Porto Alegre: Cipel/Nova Dimensão, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1997.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1977.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX.** São Paulo; Salvador: Editora Hucitec/EDUFBA, 1996.

\_\_\_\_\_. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910).** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico.** 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANKLIN, John Hope. **Raça e história: ensaios selecionados, (1938-1988).** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1999.

FRANKLIN, John Hope; MOSS Jr., Alfred A. **Da escravidão à liberdade: a história do negro norte-americano.** Rio de Janeiro: Ed. Nórdica, 1989.

FRY, Peter. **A persistência da raça.** Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GARCIA, Fábio. **Negras pretensões. A presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX.** Florianópolis: Ed. Ubutu, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GERMANO, Iris G. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40.** Mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência.** Rio de Janeiro: Ed. 34; Universidade Candido Mendes, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GOMES, Angela de C. (Org.). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

\_\_\_\_\_. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. In: **Estudos Históricos**, n. 21, 1998, p. 121-126.

GOMES, Arilson dos S. **A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso do Negro Brasileiro em Porto Alegre - RS, (1931-1958).** Mestrado em História. Porto Alegre, PUC-RS, 2008.

GOMES, Fabricio R. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul, 1934-1988.** Mestrado em História. São Leopoldo, Unisinos, 2008.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **Experiências Atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil.** Passo Fundo: UPF, 2003.

GOMES, Tiago de M. Negros contando (e fazendo) sua história: alguns significados da trajetória da Companhia Negra de Revistas (1926). In: **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n.1, 2001, p. 53-83.

\_\_\_\_\_. **Lenço no pescoço: o malandro no teatro de revista e na música popular. “Nacional”, “popular” e cultura de massas nos anos 1920.** Mestrado em História. Campinas, Unicamp, 1998.

GONDIN, Eunice Ribeiro. **Vida e obra de Paula Brito: iniciador do movimento editorial no Rio de Janeiro, (1809-1861).** Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.

GONÇALVES, L. A. de Oliveira. Os movimentos negros no Brasil. Construindo atores sociopolíticos. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, ANPED, n. 9, set.-out.- nov.-dez., 1998, p. 30-50.

GONZALES, Demosthenes. “Lupicínio Rodrigues, um apaixonado pelo futebol”. In: **Correio do Povo**. Porto Alegre, 30 de setembro de 1979.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, C. **Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

GORDON, Lewis. **Africana philosophy of existence**. New York: Routledge, 2000.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil**: a faculdade de Direito de Porto Alegre. Tese de Doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2005.

GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo S. [et. al.]. **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**: cidadania, escravidão e direitos civis no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARAENS, Rafael. **Foguinho**. Porto Alegre: Redactor Empresas Editoriais, 1985.

HAGEN, Acácia M. M.; MOREIRA, Paulo R. S. (Orgs.). **Sobre a rua e outros lugares**: reinventando Porto Alegre. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HANCHARD, Michael G. **Orfeu e o poder**: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo, 1945-1988. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

\_\_\_\_\_. O negro nas vésperas do centenário. In: **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, n. 13, 1987, p. 79-86.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson V. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HERSKOVITS, Melville J. O extremo-sul dos africanismos no Novo Mundo. In: **Anais da Faculdade de Educação, Ciências e Letras da Universidade Católica de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1943.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. In: **Compós**, Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, dez, 2006.

JARDIM, Jorge Luís Pastorisa. **Comunicação e militância**. A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923). Mestrado em História. Porto Alegre, PUCRS, 1990.

JESUS, Gilmar M. de. O futebol da *canela preta*: o negro e a modernidade em Porto Alegre. In: **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, jul. de 1999, p. 114-152.

JUVENAL, Ildelfonso. Fritz Müller e seu discípulo Cruz e Sousa. **O Estado**, Florianópolis, 5 de novembro de 1961.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**. Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

KERSTING, Eduardo H. **Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)**. Mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS, 1998.

LARA, Silvia H. Trabalho, direitos e justiça no Brasil. In: SCHMIDT, Benito B. **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikós, 2010.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: **Projeto História**, PUC-SP, n. 16, 1998, p. 25-39.

LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria**: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). Doutorado em História. Campinas, Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Certas coisas não são para que o povo as faça**: carnaval em Porto Alegre, 1870-1915. Mestrado em História. Campinas, Unicamp, 1998.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

LEAL, Maria das Graças de A. **Manuel Querino**: entre letras e lutas (Bahia: 1851-1923). Doutorado em história. São Paulo, PUC-SP, 2004.

LEITE, Ilka B. **O legado do testamento**: a Comunidade de Casca em perícia. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: NUER-UFSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, José C. **...E disse o velho militante José Correia Leite**: depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LIMA, Ari. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual. In: **Afro-Ásia**, n. 25-26, 2001, p. 281-312.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: UFPel, 2001.

\_\_\_\_\_. Negros: organização e luta em Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, n. 5, 1999, p. 7-28.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2004.

LOVEJOY, Paul. Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mohamamah Gardo Baquaqua para as Américas. In: **Afro-Ásia**, n. 27, 2002, p. 9-39.

LUCA, Tania R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. República Velha: temas, interpretações, abordagens. In: SILVA, Fernando T. da *et al.* (Orgs.). **República, liberalismo, cidadania**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2003.

MACHADO NETO, Antônio Luís. **Estrutura social da república das letras**: sociologia da vida intelectual brasileira, 1879-1930. São Paulo: Grijalbo; Ed. da USP, 1973.

MACIEL, Cleber da S. **Discriminações raciais**: negros em Campinas, 1888-1921. Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 1985.

MACIEL, Osvaldo. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**: os gráficos de Maceió, 1895-1905. Maceió: EDUFAL, 2009.

MAESTRI, Mário. O negro e o imaginário étnico gaúcho. In: **Diversidade étnica e identidade gaúcha**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994.

\_\_\_\_\_. **O escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST/Caxias do Sul; EdUCS, 1984.

MAGALHÃES, Magna. Negras memórias: a trajetória da Sociedade Cruzeiro do Sul. In: NUNES, Margarete F. (Org.). **Diversidade e políticas afirmativas**: diálogos e intercursos. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

MAGGIE, Yvonne. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia”: as categorias de cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (org.). **Raça, ciência e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

\_\_\_\_\_. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora de lugar. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, n. 14, 1994.

MAIO, Marcos C. A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos. In: MAIO, M. C. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

\_\_\_\_\_. **A história do Projeto UNESCO**: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade**. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATA, Iacy Maia. **Os Treze de Maio**: polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889). Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2002.

MATTOS, Hebe. Prefácio. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. Os combates da memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 6, dez. 1998, p. 119-137.

\_\_\_\_\_. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_. **Ao sul da história**. São Paulo: Brasiliense, 1987.



MATTOS, Hebe e GRINBERG, Keila. Lapidário de si: Antônio Pereira Rebouças e a escrita de si. In: GOMES, Angela de C. Gomes. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MATTOS, Jane R. de. **Que arraial que nada, aquilo lá é um areal**. O Areal da Baronesa: imaginário e história, 1879-1921. Mestrado em História. Porto Alegre, PUC-RS, 2000.

MATTOS, Marcelo B. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro, 1955-1988**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MELO, Luís C. de. **Subsídios para um dicionário dos intelectuais rio-grandenses**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944.

MENDONÇA, Joseli M. N. **Evaristo de Moraes, tribuno da República**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura (1925-2003). In: **Afro-Ásia**, n. 31, 2004, p. 337-356. SOUZA, Florentina. **Solano Trindade e a produção literária afro-brasileira**. *Afro-Ásia*, 31, 2004, p. 277-293.

MICELI, Sérgio. Biografia e cooptação (O estado atual das fontes para a história social e política e das elites no Brasil). In: **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **História das Ciências Sociais no Brasil**. vol. 1 São Paulo: IDESP, EDUSP, FINEP, 1989.

MIRA, João Manoel Lima. **A evangelização do negro no período colonial brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

MIRANDA, Rodrigo. **Um caminho de suor e letras: a militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas do Getulino** (Campinas, 1923-1926). Doutorado em História. Campinas, Unicamp, 2005.

MOEHLECKE, Germano O. Ginásio Conceição. In: FLORES, Hilda A. H. (Org.). **RS: Cultura, história e literatura**. Porto Alegre: Cipel/Nova Dimensão, 1996.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MONTI, Verônica A. **O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MONTOYA, Paúl. El debate teórico en la Historia Intelectual y sus repercusiones en América Latina Revista. In: **Intellectus**, n. 7, vol. 1, 2008.

MORAES, Paulo R. de. Imprensa negra gaúcha: A voz que não cala. In: FERREIRA, Antônio M. **Na própria pele: os negros no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG/Secretaria de Estado da Cultura, 2000 p. 97-102.

MOREIRA, Carlos E.; SOARES, Carlos E. L; GOMES, Flávio dos S.; FARIAS, Juliana B. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

MOREIRA, Paulo R. S.; CARVALHO, Daniela V. de; VARGAS, Jonas M. e SANTOS, Sherol dos. Percursos biográficos de um burocrata devoto: Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919). In: **Política e poder nos primeiros anos da República: a correspondência entre Júlio de Castilhos e seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EdPUCRS, 2009.

MOREIRA, Paulo R. S. **Os cativos e os homens de bem: experiências no espaço urbano**. Porto Alegre – 1858-1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MOTTA, Ubirajara D. da. **Jornegro: um projeto de comunicação afro-brasileira**. Mestrado em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986.

MOTTA-MAUÉS, Maria A. Quem somos nós? Anotações para um diálogo que não houve: Costa Pinto e a militância negra dos anos 50. In: MAIO, Marcos C.; VILLAS BÔAS, Gláucia (Orgs.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**. O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MÜLLER, Liane S. **As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920)**. Mestrado em História. Porto Alegre, PUC-RS, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

\_\_\_\_\_. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Doutorado em História. Brasília, Universidade de Brasília, 2005.

NEVES, Gervásio R. Tempos de construção, de esperança e utopias. In: GUEDES, Paulo C.; SANGUINETTI, Yvonne T. (Orgs.). **UFRGS: identidade e memória, 1934-1994**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

ORIENTAÇÕES e ações para a educação das relações étnicorraciais. Brasília: MEC-SECAD, 2006.

ORO, Ari P. As religiões afro-gaúchas. In: SILVA, Gilberto F. da; SANTOS, José A. dos e CARNEIRO, L. C. da C. (Orgs.) **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 123-133.

ORO, Ari P. **As religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

OTO, Alejandro José de. **Frantz Fanon: política y poética del sujeto poscolonial**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2003.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz M. (Orgs.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

PAIXÃO, Marcelo J. de P. **Crítica da razão culturalista: relações raciais e a construção das desigualdades sociais no Brasil**. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005.

PEREIRA, Amauri M.; SILVA, Joselina da. (Orgs.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PEREIRA, Amilcar A. **“O Mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Doutorado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

PEREIRA, João Baptista B. **Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Ed. da USP, 2001.

\_\_\_\_\_. As relações entre a academia e a militância negra. In: BACELAR, Jéferson; CAROSO, Carlos (Orgs.). **Brasil, um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999.

PEREIRA, Lúcia R. B. **Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre, 1872-2002**. Doutorado em História. Porto Alegre, PUC-RS, 2007.

PESAVENTO, Sandra J.; SANTOS, Nádia M. W.; ROSSINI, Miriam de S. **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural.** Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PESAVENTO, Sandra J. A construção de uma Porto Alegre imaginária – uma cidade entre a memória e a história. In GRIJÓ, L. A. (Org.) et al. **Capítulos de história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os pobres da cidade: vida e trabalho, 1880-1920.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; FAPERGS, 1989.

PINHO, Patricia de Santana. **Reinvenções da África na Bahia.** São Paulo: Annablume, 2004.

PINTO, Ana F. M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

\_\_\_\_\_. **De pele escura a tinta fresca: a imprensa negra no século XIX.** Mestrado em História. Brasília, UnB, 2006.

PINTO, Celi R. J. **Positivismo. Um projeto político alternativo, (RS, 1889-193).** Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

PINTO, Luiz de Aguiar C. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

PINTO, Regina P. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade.** Doutorado em Antropologia Social. São Paulo, FFLCH/USP, 1993.

PIRES, Antônio L. C. Simões. **As associações dos homens de cor e a imprensa negra paulista.** Movimentos negros, cultura e política no Brasil republicano, 1915 a 1945. Belo Horizonte: Ed. Daliana, 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade.** Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados.** Orixás na alma brasileira. SP: Companhia das Letras, 2005.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PROJETO vida de negro. Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento. São Luís - MA: SMDH/CCN-MA/PVN, 2002.

QUERINO, M. **Costumes africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca de Divulgação Científica, 1938.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

RAMOS, Arthur. **A aculturação negra no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo o percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri M.; SILVA, Joselina da. (Orgs.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

REIS, Antonio dos. Identidade, raça e interpretação do Brasil em Manuel Querino. In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

RIGATTO, M. O estudo, o trabalho, nós e o tempo. In: GUEDES, Paulo C.; SANGUINETTI, Yvonne T. (Orgs.). **UFRGS: identidade e memória, 1934-1994**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

RIOS, Ana M. Lugão; MATTOS, Hebe M. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: **Topoi**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 170-198.

RODRIGUES, Márcia B. F. (Org.). **Exercícios de indiciário**. Vitória: UFES, 2006.

RODRIGUES, Raimundo N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antonio S. e HUNTLEY, Lynn. (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROSA, Marcus V. de F. **Colônia Africana, arrabalde proletário: o cotidiano de negros e brancos, brasileiros e imigrantes num bairro de Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XX**. In: Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, 11 a 13 de maio de 2011.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 93-101.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: EDUFRGS. 1993.

SALES JÚNIOR, Ronaldo. Democracia racial: o não dito racista. In: **Tempo Social**, v. 18, n. 2, nov. 2006, p. 229-258.

SALIBA, Elias T. Prefácio. In: DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. São Paulo: Ensaio; Unicamp, 1992.

SANTA ROSA, Nereide S. **Pixinguinha, menino bom que se tornou imortal**. São Paulo: Scipione, 2003.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. **Os discursos afro-brasileiros face às ideologias raciais na Bahia (1889-1937)**. Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2001.

SANTOS, Irene et. al. **Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre**. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

SANTOS, Isabel S. dos. **Abram-se as cortinas: representações étnico-raciais e pedagogias do palco no teatro de Arthur Rocha**. Mestrado em Educação. Canoas, Universidade Luterana do Brasil, 2009.

SANTOS, José Antônio dos. **Caderno de Resumos XXV Simpósio Nacional de História**. Simpósio Temático “Intelectuais, biografias e política no século XX”. Fortaleza, UFC, 12 a 17 de jul. de 2009.

\_\_\_\_\_. A eminência duplamente parda: o Curriculum Vitae de Dario de Bittencourt. In: BAKOS, Margaret M. **Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a história**. Porto Alegre: Palier, 2008.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Resumos IX Encontro Estadual de História**. Porto Alegre, UFRGS, 14 a 18 de julho de 2008.

\_\_\_\_\_. **Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa**. Pelotas: Editora UFPEL, 2003.

SANTOS, Joel Rufino dos. Para que serve o negro? In: **Padê**. Salvador, n.1, julho de 1989.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Ed. Nobel, 1985.

SANTOS, Roberto dos. **Pedagogias da negritude e identidades negras em Porto Alegre: Jeitos de ser negro no *Tiçã* e no *Folhetim do Zaire*, 1978-1988**. Mestrado em Educação. Canoas, ULBRA, 2007.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas**. Doutorado em Sociologia. Brasília, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

SCHMIDT, Benito B. **Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas**. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, ocupação territorial e cidadania: o vale do Itajaí e a política de colonização da Primeira República. In: CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 79-118.

SELBACH, Jeferson F. **Muito além da Praça José Bonifácio: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul pela voz do Jornal do Povo, 1930-1945**. Doutorado em História. São Leopoldo, UNISINOS, 2007.

SILBERMAN, Charles E. **Crise em preto e branco**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1967.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o Príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Fernanda O. da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**. Mestrado em História. Porto Alegre, PUC-RS, 2011.

SILVA, Gilberto F. da; PENNA, Rejane e CARNEIRO, L. C. da C. (Orgs.) **RS índio: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SILVA, Gilberto F. da; SANTOS, José A. dos e CARNEIRO, L. C. da C. (Orgs.) **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVA JÚNIOR, Hédio. **Anti-Racismo**: coletânea de Leis Brasileiras Federais, Estaduais e Municipais. São Paulo: Ed. Oliveira Mendes, 1998.

SILVA, Jandira M. M. da, CLEMENTE, Elvo e BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-riograndense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SILVA, Jayme Moreira da. **Colônia Africana**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2005.

SILVA, José C. G. da. **Os suburbanos e a outra face da cidade** – Negros em São Paulo, 1900-1930: cotidiano, lazer e cidadania. Mestrado em Antropologia. Campinas, Unicamp, 1990.

SILVA, Marcelo L. da. **A História no discurso do Movimento Negro Unificado**: os usos políticos da História como estratégia de combate ao racismo. Mestrado em História. Campinas, Unicamp, 2007.

SILVA, Mário Augusto M. da. Relações entre ativistas negros e sociólogos uspianos, anos 1950 e 1960. In: **Anais do II Seminário Nacional Sociologia e Política**. Curitiba, UFPR, 15 a 17 de setembro de 2010.

SILVA, Raphael F. A. M. da. **A moléstia da cor**. A construção da identidade social de Lima Barreto, 1881-1922. Mestrado em História. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.

SILVEIRA, Cássia D. M. da. **Dois pra lá, dois pra cá**: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

SILVEIRA, Éder. **A cura da raça**: eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.

SIQUEIRA, José J. A redemocratização de 1945 e a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil. In: SALGUEIRO, Ana A. A. **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SODRÉ, Muniz. Sobre imprensa negra. In: **Lumina**. Juiz de Fora: Faculdade de Comunicação da UFJF, vol. 1, n. 1, dez./jul. de 1998, p. 23-32.

SOUZA, José O. C. de. Um salto do passado para o futuro: as comunidades indígenas e os direitos originários no Rio Grande do Sul. In: SILVA, G. F. da; PENNA, R.; CARNEIRO, L. C. da C. (Orgs.). **RS Índio**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SOUZA, Márcio de. **Mágoas de violão**: mediações culturais na música de Octávio Dutra, Porto Alegre, 1900-1935. Doutorado em História. Porto Alegre, PUC-RS, 2010.



SOUZA, Márcio F. de. **A construção da concepção de desenvolvimento nacional no pensamento de Guerreiro Ramos**. Doutorado em Sociologia. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e *media* no Brasil. In: WARE, Wron (Org.). **Branquitude: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

TEIXEIRA, Oneide. Imprensa negra. Cachoeirense descobre um jornal escrito por negros para negros em Cachoeira do Sul. In: **Jornal do Povo**. Cachoeira do Sul, 05 de agosto de 2009.

THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

THOMPSON, E. P. A história vista a partir de baixo. In: NEGRO, Antonio L.; SILVA, Sérgio (Orgs.) **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. E. P. Thompson. Campinas: IFCH Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TÍEDE, Livia Maria. **Sob suspeita, negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX**. Mestrado em História. Campinas, Unicamp, 2006.

TRINDADE, H. e NOLL, M. I. **Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho, 1890-1937**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.

VARGAS, Anderson Z. **Os subterrâneos de Porto Alegre**. Imprensa, ideologia autoritária e reforma social, 1900-1919. Mestrado em História. Porto Alegre, IFCH-UFRGS, 1992.

VELLOSO, Monica P. **Modernismo no RJ: turunas e quixotes**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VIANNA, L. W.; CARVALHO, M.A.R.; MELO, M.P.C. Ciências sociais e vida pública. In: **Dados**, nº 37, 1994, p. 357-403.

WEBER, Regina. Grupos étnicos, estratégias étnicas. In: SIDEKUM, A.; ARENDT, I.; GRÜTZMANN, I. **Campos múltiplos: identidade, cultura e história**. São Leopoldo: Nova Harmonia/Oikos, 2008.

WEIMER, Rodrigo de A. **Os nomes da liberdade.** Experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. Mestrado em História. São Leopoldo, UNISINOS, 2007.

XAVIER, Regina C. L. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto F. da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da C. (Orgs.). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

XAVIER, Regina C. Lima. (Org.). **História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional: guia bibliográfico.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

ZANATTA, Elaine M. Documento e identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. In: **Cadernos AEL**, n. 5/6, 1996/1997.

ZUBARAN, Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. In: **Anos 90.** Porto Alegre, v. 15, p. 161-187, jul. 2008.

## FONTES E LOCAIS DE PESQUISA

**A Hora, A Liberdade, A Tesoura e O Succo.** Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC).

**O Exemplo.** Biblioteca Pública Rio-Grandense (Coleção Agostinho José Lourenço) – Anos 1892 a 1897; 1923; 1930.

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) – Anos 1902, 1903, 1904, 1905.

Núcleo de Pesquisa em História (NPH/UFRGS) – Anos 1908 a 1911; 1912; 26.08.1917.

Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL) – Anos 1921 a 1930 (Por solicitação do autor, esta coleção do jornal **O Exemplo**, atualmente está depositada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

**Atas do Grupo Mantenedor** do jornal O Exemplo. Anos 01.08.1927; 09.04.1928; 05.05.1928; 23.10.1928 – Arquivo Dario Bittencourt (NUPERGS-UFRGS)

**A Alvorada.** Biblioteca Pelotense – Anos 1907 a 1965 (com muitos lapsos nos anos de publicação dos exemplares).

**A Navalha.** Santana do Livramento (Hemeroteca do Museu Folha Popular).

**O Astro.** Museu Municipal de Cachoeira do Sul – Anos 13.05.1927 a 13.05.1928. (Coleção completa).

Arquivo Dario Bittencourt (NUPERGS-UFRGS).

Acervo Oliveira Silveira – Porto Alegre - RS

Biblioteca José Otão – PUC-RS (Coleção Júlio Petersen).

Biblioteca Pública de Pelotas.

Biblioteca Pública Rio-Grandense.

Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades (IFCH/UFRGS).

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC).

Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL).

Hemeroteca do Museu Folha Popular - Santana do Livramento

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Museu Municipal de Cachoeira do Sul.

ANEXOS



Porto Alegre,  
01.01.1893



02.01.1927



Cachoeira do Sul,  
13 de maio de 1927.



Cachoeira do Sul,  
13 de maio de 1928.



Circulação dos jornais: venda, troca, assinaturas

Rio Grande, 22.02.1925





Porto Alegre,  
12.12.1925



Manutenção dos jornais:  
divulgação de eventos  
nas colunas sociais dos  
times e associações de  
futebol

A Liberdade,  
Porto Alegre,  
12.12.1925.



05.12.1925  
Aniversários, casamentos, festas de clubes bailantes, culturais e beneficentes.



Divulgação de mexericos e fofocas do cotidiano como formas de controle social e definição de moralidade.





**Decadencia social**

Acompanhando a marcha veloz da civilização a sociedade vai, no entanto, decahindo dia a dia, viticiada na banalidade do excesso da moda.

Está tudo corrompido. Não há mais recato, aparentemente. Despreza-se a virtude e a honra no intuito de dar vulto ao exhibitionismo da beleza corporal.

Em se tratando da moda, vê-

quistar, para jogar depois a sua conquista no charco.

E' esse o doloroso e negro aspecto das nossas sociedades e será um tanto peor em épocas vindouras.

Não há mais um meio de combate concebível para salvar alguma coisa ainda, do grande mal que vem atrebatando tudo.

Nem a miséria — que é o epílogo doloroso das que tombam para a vida desregrada — tem diminuído o numero das vítimas.

Quando ella passa sobre então correndo  
A conquistar-lhe o coração de bronze

CASQUINHA.

**Relo Sport**

Já de alguns dias, que vinhamos notando grande entusiasmo nas rodas hiebramiquetas, e como nosso dever, procuramos saber qual era o motivo de tal-



Manutenção dos jornais:  
divulgação de eventos nas colunas sociais dos times e associações de futebol

A Liberdade,  
Porto Alegre,  
12. 12. 1925.

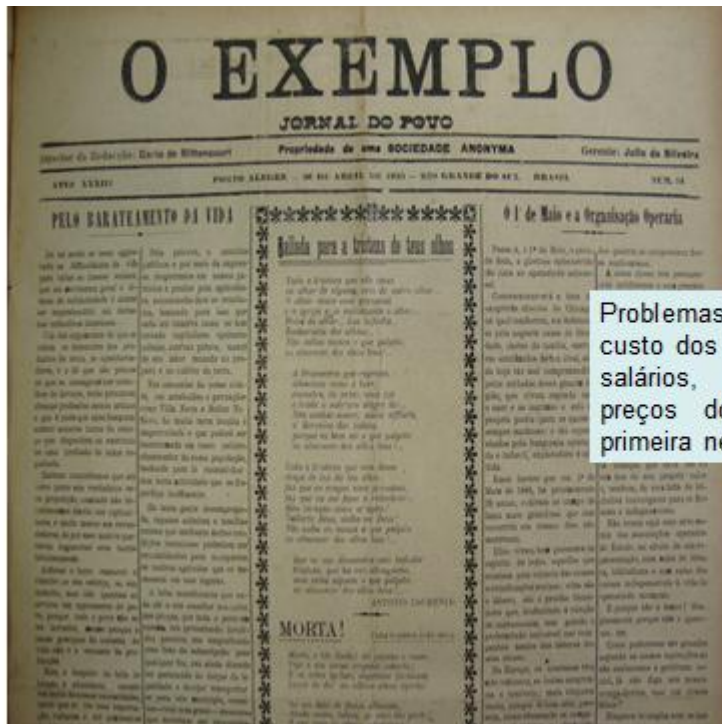


05.12.1925  
Aniversários, casamentos, festas de clubes bailantes, culturais e beneficentes.



Divulgação de mexericos e fofocas do cotidiano como formas de controle social e definição de moralidade.





Problemas do cotidiano: custo dos aluguéis, baixos salários, aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade



Organização política e questões dos negros no Estado, no país e na diáspora africana.



Ascensão e integração social por meio do estudo, do envolvimento político e religioso

13.05.1904

(1849-1919)

Aurélio V. de B. Jr.

e

Dario de Bittencourt



## Duas gerações de intelectuais negros

Arthur Ferreira de Andrade  
(1871-1925)



Antonio Gonzaga  
(marceneiro, entrou no jornal em 1921)

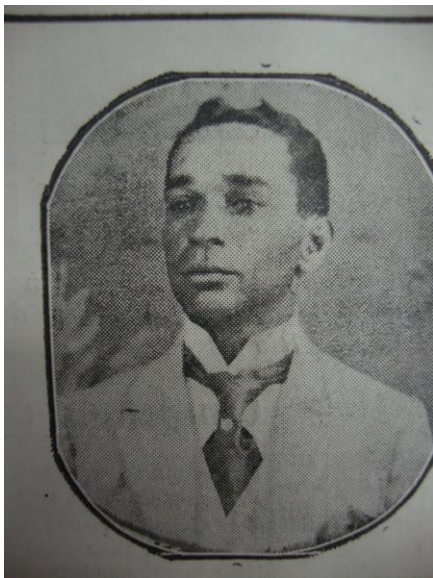


Marcílio Costa Freitas  
(1876-1928)





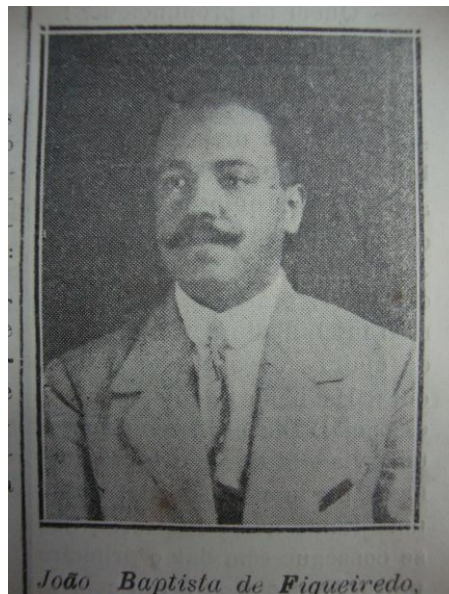
Dr. Arnaldo Dutra  
(O EXEMPLO. Porto Alegre, 31 de julho de 1927)



Clemente Gonçalves de Oliveira  
(O EXEMPLO. Porto Alegre, 6 de janeiro de 1921)



Júlio da Silveira (O EXEMPLO. Porto Alegre, 6 de janeiro de 1921)



João Baptista de Figueiredo  
(O EXEMPLO. Porto Alegre, 6 de janeiro de 1921)





José do Patrocínio Filho (1885-1929), na noite da recepção que lhe foi oferecida quando da sua passagem por Porto Alegre – RS. Ele foi recebido na redação pelo corpo de redatores e jornalistas do jornal **O Exemplo**. Na foto, ao centro, ele examina as coleções do semanário ladeado por Marcilio Costa Freitas e Dario de Bittencourt, de camisa branca e gravata. Júlio da Silveira, Antônio Lourenço e Clemente Gonçalves de Oliveira, respectivamente, são os primeiros em pé da esquerda para a direita.

(O EXEMPLO. Porto Alegre, 11 abril 1926)